

EDERSON DUDA DA SILVA

O GOLPE DE 2016

AS CLASSES MÉDIAS E O
CONFLITO DISTRIBUTIVO
NO CENTRO DO DEBATE



UNIFESP
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SÃO PAULO

O GOLPE DE 2016

As classes médias e o
conflito distributivo no
centro do debate

EDERSON DUDA DA SILVA

O GOLPE DE 2016

As classes médias e o
conflito distributivo no
centro do debate





Este trabalho está licenciado sob uma Licença Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>.

Todos os direitos desta obra reservados aos autores.

Os autores se responsabilizam pelo conteúdo e opiniões emitidas nesta publicação



Diretor da Graúna Digital

Thiago Moulin

Supervisão

Laura Bombonato

Seção de edição e revisão de textos

Carla Mello | Natália Mendes | José Ramos

Manuella Marquetti | Stephanie Lima

Seção de design

Carla Mello | Bruno Ferreira Nascimento

Projeto gráfico

Graúna Digital

Diagramação e capa

Bruno Ferreira Nascimento

Foto da capa

Bannach em iStock.com

Revisão de texto

Agradecimentos

O trabalho que envolve a pesquisa e a escrita acadêmica pode ser, por vezes, muito solitário. Mas, em seu conjunto, a pesquisa também é um fazer coletivo, permeada de apoios e interlocuções com diversas pessoas.

Gostaria de agradecer em primeiro lugar Caetano, meu filho, que diante de sua própria rotina não foi particularmente compreensivo nos momentos em que eu tinha que dedicar tempo a pesquisa e a escrita, solicitando minha presença para os prazeres da vida de uma criança. Muito obrigado por me propiciar bons motivos para não trabalhar nos finais de semana, agradando-me com sua companhia mais que especial.

Agradeço o Nino, meu cachorro e principal companhia nos momentos mais solitários durante a pandemia. Muito obrigado por me tirar da frente do computador pelo menos duas vezes por dia, possibilitando-me passeios agradáveis e deliciosos banhos de sol no parque.

À minha família, agradeço a compreensão na ausência e na distância.

À Rose Nogueira, Rose Silva e Zuleide Maria, muito obrigado pelo apoio e cuidados em todos esses anos de convivência.

Às amigas e amigos do Coletivo Fora da Garrafa, Beto, Ellen, Guilherme, Iaia, Jeff, Laís, Mateus, Nina, Rodrigo e Zainne, agradeço pelo afeto e cuidados compartilhados nos últimos anos.

A meu analista, Danilo, agradeço a escuta mais que fundamental neste processo.

A Henrique Amorim, que aceitou orientar esta dissertação de mestrado, agradeço pelo rigor crítico e pela parceria estabelecida, que tem sido muito importante para minha formação. Espero que as trocas e a interlocução intelectual se mantenham no doutorado. Agradeço também os pesquisadores e pesquisadoras do Grupo de Pesquisa Classes e Trabalho (GPCT), pelas trocas

e discussões mensais, espaço de muito debate franco e aberto, que muito tem contribuído para minha formação.

A Jair Batista e Pedro Paulo Bastos, que participaram da minha banca de qualificação, agradeço pelas sugestões, comentários e críticas construtivas e pertinentes, tão importantes para o desenvolvimento da pesquisa e da minha formação acadêmica.

A Elaine Amorim e Danilo Martuscelli, membros da minha banca de defesa, agradeço o rigor crítico, os comentários, as sugestões assertivas e os elogios.

Agradeço Marcos Nobre e os pesquisadores e pesquisadoras do Núcleo Direito e Democracia do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) pelos debates e discussões que foram e que estão sendo fundamentais para a minha formação, possibilitando-me o espaço para a discussão de uma das versões do texto que seria apresentado à qualificação.

As pessoas queridas que passaram por minha vida nos últimos anos, cujos nomes não estão citados, mas sabem quem são.

Não menos importante, agradeço a Unifesp, universidade pública, por ter acolhido meu projeto e possibilitado minha formação acadêmica, em especial Rafael Ferreira, por todo suporte, disponibilidade e atenção nos trâmites burocráticos. Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (**Processo nº 2019/24468-4**) pelo essencial apoio financeiro para que esta pesquisa fosse realizada com a segurança e qualidade que um profissional acadêmico deveria e tem que ter.

Lista de tabelas e gráficos

TABELA 1	Atos e número do público presentes durante as manifestações pelo impedimento de Rousseff na cidade de São Paulo entre 2014 a 2016
TABELA 2	Perfil socioeconômico dos manifestantes nos atos pelo impedimento de Rousseff – São Paulo, 2015-2016
GRÁFICO 1	Salário mínimo e itens de serviços sensíveis ao mínimo desde 2006 (Índice)
GRÁFICO 2	Distribuição da riqueza social no Brasil entre 2001 e 2015
GRÁFICO 3	Fração recebida pelo 1% mais rico e salário mínimo real (R\$ fevereiro de 2016). Brasil, 1925-2015 (%)
GRÁFICO 4	Evolução do salário mínimo real e da relação entre o salário médio e o salário mínimo no Brasil (2005=100) – média móvel de 12 meses
GRÁFICO 5	Distribuição funcional da renda – Brasil, 2000 a 2015
GRÁFICO 6	Taxa Líquida de Lucro e Taxa de Acumulação, 2000-2015

Lista de siglas

BF	Bolsa Família
CF de 1988	Constituição Federal de 1988
CLT	Carteira Nacional do Trabalhador
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSP-Conlutas	Central Sindical e Popular Conlutas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
MBL	Movimento Brasil Livre
MNU	Movimento Negro Unificado
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
MTST	Movimento do Trabalhadores Sem Teto
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPCA	Índice de preços no consumidor amplo
IPI	Imposto sobre produtos industrializados
IR	Imposto de Renda
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PIS	Programa de Integração Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PROUNI	Programa Universidade Para Todos
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SUS	Sistema Único de Saúde
UNE	União Nacional dos Estudantes

Sumário

INTRODUÇÃO

O problema do conflito distributivo	13
--	-----------

CAPÍTULO 1

Uma breve apresentação do problema.....	33
--	-----------

1.1 O “popular” e a luta contra a corrupção entram em cena.....	33
---	----

1.2 Elementos conjunturais e a situação das classes médias a partir de 2011	37
---	----

1.3 Inflexão econômica e política entre 2014 e 2016	48
---	----

CAPÍTULO 2

Conflito Distributivo no Século XXI.....	69
---	-----------

2.1 Conflito distributivo e o seu modo de representação.....	69
--	----

2.2 A desigualdade do capital no século XXI segundo Piketty	72
---	----

2.3 Desigualdade na riqueza social como desigualdades entre as classes sociais.....	82
---	----

2.4 Da desigualdade da riqueza à reprodução do capital social.....	91
--	----

CAPÍTULO 3

Os aspectos do conflito distributivo e a atuação política das classes médias nos governos de Dilma Rousseff (2011-2016)	107
--	------------

3.1 Elementos introdutórios para a explicação da relação entre as classes médias e conflito distributivo.....	107
---	-----

3.2 “Como furar a fila” na ordem social competitiva	115
---	-----

3.3 Transformações socioeconômicas no Brasil recente: participação social e conflito distributivo a partir da Constituição Federal de 1988	118
--	-----

3.4 Formas sociais que compõem o conflito distributivo	130
--	-----

3.5 A “divisão entre ricos e pobres”	142
--	-----

3.6 O conflito distributivo no centro do debate: momento de compressão e contração dos lucros do capital.....	149
3.7 Entreato: desigualdade da riqueza social no Brasil e seu modo de representação: a divisão social racial.....	159
3.8 A economia política das classes médias.....	185
3.9 As formas de atuação política das classes médias no contexto do impedimento de Rousseff.....	204
Considerações finais.....	213
Referências bibliográficas	223

INTRODUÇÃO

O problema do conflito distributivo

Este estudo originou-se, de modo especial, de investigações realizadas a partir do ano de 2016. Ainda quando aluno de graduação, realizei uma pesquisa de iniciação científica, na qual procurei analisar as manifestações a favor do impedimento de Dilma Rousseff, entre 2015 e 2016. O objetivo era precisar em que medida a atuação política do Movimento Brasil Livre (MBL) daria sustentação às “bases da nova direita” naquele contexto. A relação entre “representados”, na figura dos manifestantes, e seus “representantes”, na figura do MBL, instigou-me a compreender a formação de uma “base social” que foi às ruas apoiando e compondo os atos contra o governo de Rousseff. Quem eram e quais razões e motivações tinham aqueles sujeitos para se manifestarem pelo afastamento da presidente recém-eleita? Os diferentes *surveys* e pesquisas qualitativas aferidos durante os atos (Datafolha, 2015a; 2015b; 2016a; 2016b; Ortellado, Solano e Nader, 2015; Fundação Perseu Abramo, 2016; dentre outras) demonstraram que, em sua maioria, essa “base social” era composta principalmente pelas classes médias.

Ao entregar o texto final de iniciação, uma parte da pergunta, que surgiu durante o processo de investigação e escrita, manteve-se presente em minhas formulações: *quais razões e motivações tinham aqueles sujeitos das classes médias para se manifestarem pelo afastamento da presidente recém-eleita?* Neste momento já havia ingressado no Núcleo de Estudos Cátedra Celso Furtado, da FESPSP. Lá, realizamos diferentes estudos e análises sobre o

Estado e os aspectos do desenvolvimento econômico e social, principalmente relacionados à situação brasileira. Para além dos debates sobre a formação e os processos políticos e econômicos da sociedade brasileira, discutimos, durante um semestre, o livro de Thomas Piketty, *O Capital no século XXI*. Nesse momento tive uma primeira introdução, de maneira mais aprofundada, sobre as discussões que tratavam da concentração da riqueza social e seu modo de ser nas sociedades capitalistas neste início de século. Piketty e colaboradores, ao desenvolverem uma série de estudos que apresentam como diferencial a análise de longa duração do Imposto de Renda (IR) em diferentes países, permitiu que as discussões acerca do conflito distributivo e da crescente desigualdade da riqueza social entrassem em cena nos debates econômicos, sociais e políticos. Sua importância estaria em demonstrar que as desigualdades econômicas e sociais estavam assumindo patamares próximos aos do século XVIII, em que pese todo o desenvolvimento do capital, das tecnologias, da industrialização e dos aparatos institucionais democráticos.

Dando sequência aos estudos sobre as desigualdades e a concentração da riqueza social, adentramos na discussão sobre “quem são os ricos no Brasil”, movidos, sobretudo, pelas pesquisas que se utilizaram da metodologia desenvolvida por Piketty e colaboradores e que, de alguma maneira, contrapunham o cenário de que a desigualdade social no país tinha diminuído durante as gestões petistas. Nesse sentido, os estudos de Medeiros et al (2015), Souza (2018) e Morgan (2015; 2017; 2018), que procuraram utilizar como base a mesma metodologia desenvolvida por Piketty, instigaram-me a investigar os aspectos do conflito distributivo de maneira mais detida.

Isso porque, por um lado, as pesquisas que se utilizaram do Índice de Gini para analisar as desigualdades durante os anos 2000 teriam demonstrado que a partir de 2003, referente ao primeiro governo de Lula da Silva, o Brasil teria passado por mudanças econômicas e sociais significativas, indicando uma forte redução das desigualdades sociais (Neri, 2010; Pochmann, 2012; 2014b). Assim, entre 2004 e 2012 a desigualdade nos rendimentos individuais

medida pelo Índice de Gini¹ teria apresentado uma queda de 10,9%, com uma variação que foi de 0,559 para 0,498, respectivamente. Portanto, a diminuição nas desigualdades sociais teria caído de forma considerável, chegando aos menores números das últimas três décadas. Esse movimento possibilitou, assim, uma diminuição das “camadas de renda inferiores” por meio do aumento considerável da mobilidade social, momento em que a renda dos “mais pobres” teria crescido de forma substantiva, acarretando um declínio nos níveis de “pobreza” e “miséria” (Neri, 2010; Pochmann, 2012; 2014a; 2014b; Singer, 2012; Quadros, 2015).

Por outro lado, os estudos que trabalham com os dados relacionados ao IR apontam para um cenário mais complexo. Ou seja, as análises da distribuição da riqueza social neste período, medidas pelo IR, demonstraram que as desigualdades sociais no Brasil não teriam caído tanto como o demonstrado pelas pesquisas que se basearam nos dados do Índice de Gini. Ainda que o número de “miseráveis” tenha caído, o que ocorreu antes, teria sido uma forte concentração da riqueza no topo. Em outras palavras, o processo de desenvolvimento econômico e social, presenciado na sociedade brasileira a partir de 2003, teria beneficiado principalmente o topo da pirâmide social, ou os 10% mais ricos - fortalecendo o processo de concentração da riqueza social entre as “camadas de alta renda”² - e de forma menos significativa a base da pirâmide social, ou os 50% “mais pobres” (Medeiros et al, 2015; Souza, 2018; Morgan, 2015; 2017;

1 O Índice de Gini é um instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda, apontando a diferença entre os rendimentos mais ricos e os mais pobres. Sua medição varia de zero a um, sendo que o valor mais próximo a “zero” representa maior situação de igualdade, enquanto o valor mais próximo a “um” indica uma situação de maior desigualdade em determinada cidade, região ou sociedade.

2 Segundo relatório da Oxfam, em 2017, os 5% mais ricos detinham 95% da renda nacional. Ainda conforme o relatório, seis famílias possuem a riqueza igual à metade da população brasileira. Se for certo afirmar que a riqueza do país aumentou, podemos também dizer que a desigualdade da riqueza cresceu no período em questão. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1952267-cinco-ultrarricos-tem-riqueza-igual-a-metade-do-brasil-aponta-relatorio.shtm?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compfb>. Acesso em: 22/05/2022.

2018). Por sua vez, os 40% que formam os “estratos intermediários” de renda tiveram apenas ganhos econômicos relativos, o que não quer dizer, entretanto, que não tenham sido beneficiados economicamente neste período. Ou seja, as análises da distribuição da riqueza social, partindo dos dados do IR, revelam antes que o crescimento econômico no Brasil beneficiou principalmente os mais ricos, não havendo, portanto, uma diminuição da desigualdade da riqueza social por meio de uma transferência do topo para a base da pirâmide social. O que teria ocorrido, segundo Morgan (2018), consistiria numa transferência dos estratos intermediários para o topo e para a base, indicando, assim, um processo em que as classes médias se encontravam exprimidas.

Segundo pesquisa³ realizada, a forma utilizada para calcular o IR no Brasil faria com que a parcela mais rica da população fosse praticamente isenta, já que, devido a distorção da política fiscal, a cada R\$ 1 de rendimento taxado pelo IR, outros R\$ 2 ficariam isentos. Como a política fiscal no Brasil tem um caráter regressivo, caracterizada pela cobrança de impostos indiretos, que incidem sobre o consumo, ao invés de voltar-se para a cobrança direta sobre a forte concentração da riqueza social, a política fiscal onera de forma mais acentuada as classes populares e as classes médias. Desse modo, ao contrário dos “muito ricos”, que possuem grandes isenções fiscais, o argumento das classes médias de que pagam muitos impostos poderia se justificar⁴. A compreensão do conflito distributivo com base na análise do IR nos oferecer novos argumentos (para além dos já fornecidos pelo Índice de Gini, Pnad e RAIS) de modo a validar ou não a atuação política das classes médias, possibilitando-nos aprofundar uma perspectiva ainda não tão explorada, a saber: *a relação entre a apropriação/*

3 Disponível em: <https://apublica.org/2018/04/mordida-do-leao-poupa-lucros-de-super-ricos-e-mira-nos-salarios/?fbclid=IwAR2o9c14XpdNnXFHMC_08qVdS64iTn31k0pOcVQ9rPJeqmOEK6HiRca0Vw>. Último acesso em: 18/05/2022.

4 Ver, por exemplo, o fato de que diferentes estudos apontem para a relação entre a regressividade dos impostos de renda e sua sobrecarga sobre a “classe média”, que vem sendo espremida. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/05/congresso-reforca-desigualdade-ha-30-anos-e-ir-aperta-classe-media.shtml>>. Acesso em: 06/05/2022.

distribuição da riqueza social e o conflito político em torno do processo de impedimento de Rousseff. Buscamos demonstrar, desse modo, que para além das razões éticas/morais da luta contra a corrupção que teria mobilizado os setores médios a irem às ruas contra o governo de Rousseff, teria havido razões econômicas aparentemente significativas para a “insatisfação” cada vez maior das classes médias na conjuntura do impedimento em 2015 e 2016.

Assim, quando me deparei com a análise das pesquisas realizadas por Morgan (2015; 2017), a pergunta feita durante a iniciação científica ressurgiu sob um novo ponto de vista. De certa forma, o estudo de Morgan estabelece que, entre 2001 e 2015, enquanto que os mais ricos e as classes populares conseguiram aumentar sua apropriação na riqueza social, os setores médios passaram por uma redução e estagnação em sua participação na renda. Com isso, a pergunta agora se apresentava de tal maneira: *qual seria o impacto do conflito distributivo durante os anos 2000 para a reprodução social das classes médias na sociedade brasileira?* Simultaneamente, outras questões surgiram: *em que medida poderíamos dizer que haveria uma relação entre os “fatores econômicos” com as insatisfações e mobilizações políticas das classes médias durante os anos 2000?* Essas indagações mobilizaram-me a escrever meu trabalho de conclusão de curso, que foi, ao mesmo tempo, o projeto com o qual ingressei na pós-graduação no intuito de estudar, de maneira aprofundada, a relação entre o conflito distributivo e a atuação política das classes médias no processo de impedimento contra o governo Rousseff.

Portanto, a pesquisa surge de uma necessidade de compreender um pouco mais daquilo que não consegui, por razões diversas, desenvolver em minha iniciação científica e no trabalho de conclusão de curso. Esta visa, em linhas gerais e pautado principalmente pela conjuntura econômica e política de 2003 e 2016, apreender os acontecimentos que incidem sobre o processo do impedimento de Dilma Rousseff. Pareceu-me apropriado, assim, investigar as particularidades do conflito distributivo e a dinâmica da relação entre a apropriação e a distribuição da riqueza social no Brasil recente. Essa relação estaria correlacionada aos processos sociais e políticos que culminaram

no afastamento de Rousseff. A partir de então, a pesquisa foi guiada com base na seguinte problematização: *em que medida o conflito distributivo entre 2003 e 2016 poderia ser uma chave explicativa para a atuação política de setores médios no contexto político-social de 2015-2016?*

Temos, assim, o conflito distributivo no centro de nossa análise. Partirmos do pressuposto de que sua investigação implica no entendimento dos conflitos políticos entre diferentes grupos sociais em torno da participação da riqueza socialmente produzida. Nesse sentido, Marx (2011; 2013) e Piketty (2014), cada um a seu modo, nos ajudam a desvendar a natureza das desigualdades sociais e do conflito distributivo nas sociedades capitalistas contemporâneas. Não obstante a diferença histórica e teórica que distanciam os dois autores em seus prognósticos, ambos, de certo modo, acabam convergindo em pelo menos um ponto fundamental: o capitalismo produz e tem produzido desigualdades abissais. Em outras palavras, trata-se de um modo de produção desigual, orientado pela concentração da riqueza social em poucas mãos.

A análise de Piketty parte do diagnóstico de que a desigualdade na riqueza social no século XXI estaria assumindo um padrão inédito, em decorrência de uma “*divergência desestabilizadora*” do retorno do capital sobre o investimento na produção, o que teria levado as sociedades capitalistas a uma concentração da riqueza e a um nível de desigualdade “inédita” na história da humanidade. Como consequência, aumentam as contradições relacionadas ao conflito distributivo. Entretanto, tal como discutido no *capítulo 2*, entendemos que a questão do conflito distributivo se apresenta de maneira mais complexa. Ao não conter em sua abordagem uma análise da teoria do valor, que possibilite apreender as particularidades históricas, o movimento interno e as contradições que impulsionam o capital, Piketty apresenta o conflito distributivo apenas mediante um problema de ajuste político-institucional – ou seja, em Piketty o movimento seria externo a estrutura, um movimento que ocorre sem antagonismos sociais - sendo a “justa distribuição” da riqueza social uma saída para a resolução das desigualdades contemporâneas. Ainda que este não seja o objetivo de nossa pesquisa, o enfrentamento dessa problemática se dá

pelo fato de que não nos parece, por um lado, que o conflito distributivo nas sociedades capitalistas contemporâneas decorrem necessariamente de uma *divergência desestabilizadora* entre a razão capital/renda e, por outro, que as soluções para essa problemática estariam no conjunto de medidas jurídico-políticas e na atuação de “atores econômicos, sociais e econômicos”, assim como em instituições políticas bem intencionadas, de modo a tornar o capitalismo mais *justo*. Ainda que Piketty pontue que as desigualdades sociais se apresentam como uma questão política, entendemos que, ao não revelar as contradições internas que possibilitam a autovalorização do capital, as desigualdades e os conflitos sociais, nem apontar as transformações históricas deste, o movimento do capital se apresenta de modo em que a sua *negação* não se apresenta, negando, assim, o próprio espaço da política e de seus opostos.

Essa forma de abordar o conflito distributivo e as desigualdades sociais sob o capitalismo tende a naturalizar os antagonismos entre capital e o trabalho, tal como a necessidade da valorização do valor, mediante a exploração da força de trabalho que, para Marx, seria a chave explicativa da origem de toda riqueza social⁵ e para a explicação dos conflitos entre as classes sociais nas sociedades capitalistas – ainda que, na atualidade do capitalismo, a opacidade da divisão e das relações entre as classes sociais se apresenta de maneira complexificada. Entendemos que no capitalismo, para que seja possível explicar as desigualdades sociais existentes em determinada sociedade, seria necessário explicar os antagonismos sociais particulares que caracterizam tal formação social (Marx, 2013; 2017b). Assume-se aqui, então, uma interpretação do conflito distributivo que parte da contradição do próprio movimento interno do capital, assim como da análise de sua ampliação e das atualizações necessárias que impulsionam as dinâmicas entre a distribuição e a apropriação da riqueza social. Em outras palavras, entendemos que, para o estudo do

5 Ao não apresentar esta contradição fundamental do capitalismo, Piketty, de certo modo, acabaria por contribuir, a nosso ver, com a narrativa neoliberal de tratar a relação capital/trabalho como uma coisa só, ou seja, negando as implicações sociais e políticas derivadas deste processo.

conflito distributivo, faz-se necessário apreender em que medida as desigualdades sociais existem *para o capital*, já que o capital, para *existir* e autovalorizar-se, necessitaria da permanência de uma forma de desigualdade econômica, social e política específica, por ser histórica – aquela que impulsiona o exército industrial de reservas (Marx, 2011a; 2013).

Como sabemos, este caminho, o de colocar *o conflito distributivo no centro do debate*, torna-se perigoso no sentido de que a “centralidade” do “econômico” em nossa análise poderia reduzir todo o campo de atuação das classes médias, por exemplo, aos aspectos puramente “econômicos” – ou, rebaixar a atuação política ao âmbito da “produção” e da “estrutura” -, não levando em consideração os aspectos da vida social tão importantes quanto para as relações entre as classes sociais nas sociedades capitalistas, tal como a política e a cultura, por exemplo. De antemão, e quiçá o texto demonstre isso, se podemos dizer que não nos esquivamos em assumir uma abordagem teórica marxiana do conflito distributivo, ou seja, de partir da categoria social que, para Marx (2011; 2013), possui o caráter integrador das sociedades capitalistas, a saber, o valor que se valoriza, não nos esquivamos, ao mesmo tempo, dos diferentes elementos cuja simultaneidade da manifestação nas relações sociais se apresentam e representam as particularidades dos conflitos sociais e políticos em todos os aspectos e espaços da vida social (Marx, 2008; 2011b; Gramsci, 1999; Thompson, 2012). Nesse sentido, tal como Gramsci procurou teorizar, a política possui uma dimensão essencial para a compreensão do movimento do capital. Por mais que os aspectos políticos não resultem necessariamente dos aspectos econômicos, já que a política possui uma temporalidade própria, segundo Gramsci (1984; 1999), as crises econômicas tendem a criar o “terreno favorável” para as crises políticas, na medida em esta seria condizente com os elementos materiais que possibilitam a construção do consenso e a legitimação do capital. Em outras palavras, a centralidade do conflito distributivo para os objetivos da pesquisa se apresenta no sentido de que as *questões políticas* e as relações sociais não podem ser compreendidas *a partir de si mesmas*, já que estas relações nas sociedades capitalistas teriam *suas raízes nas condições*

materiais de existência, devendo ser estudadas, portanto, mediante sua totalidade social (Marx, 2008).

O leitor verá, assim, que ainda que se combinem, de maneira mais ou menos livre, diferentes orientações da economia, da sociologia e da política, no que diz respeito à investigação da relação entre o conflito distributivo e à atuação política das classes médias no processo de impedimento de Rousseff, procuramos não perder de vista o *sentido* do desenvolvimento do capital, em especial para a situação concreta brasileira. Esse *sentido*, nas sociedades capitalistas, seria a condição para a realização da acumulação de capital, tendo suas particularidades em cada formação social concreta.

De modo a apreender as particularidades do conflito distributivo na sociedade brasileira, os estudos realizados por Souza (2018) e Morgan (2015; 2018) servem-nos, cada um à sua maneira, como base metodológica para a compreensão do caso da distribuição da riqueza social no Brasil.

Segundo Souza, por exemplo, o Brasil possui uma concentração da riqueza social que se mantém estruturada e estável no tempo, com pouca alteração em sua história. Seu pico de maior desigualdade tende a ser em momentos de fechamento democrático, como a ditadura do Estado Novo e na ditadura civil-militar de 1964 (Souza, 2018). Nesse sentido, Souza irá argumentar que apenas em períodos democráticos a concentração da riqueza apresentou queda significativa. Portanto, para o autor as “flutuações” das desigualdades econômicas e sociais no Brasil estariam relacionadas às conjunturas econômicas e políticas específicas do país.

Em caminho semelhante e complementar, Morgan (2018) aponta para o fato de que, no período entre 1926 e 2016, a participação dos 1% mais ricos raramente ficou abaixo do limite de 20%. Todavia, foi nos períodos 1942-1964, e a partir da abertura democrática de 1985, que a participação das camadas pobres teria apresentado melhoras em sua apropriação da riqueza social.

Na análise desses estudos, um ponto substantivo apareceu para a pesquisa. Morgan (2018), em sua tentativa de interpretar o conflito distributivo no Brasil, irá argumentar que os mais ricos, de modo a manter a concentração

da riqueza de maneira estável no topo, teriam deslocado, com certo sucesso, o conflito distributivo para as classes populares e as classes médias. Ainda segundo o autor, desde pelo menos os anos 1970, o conflito distributivo, no que diz respeito à distribuição da renda, tem ocorrido principalmente entre os setores médios e as classes populares. As particularidades desta relação são desenvolvidas principalmente no decorrer do *capítulo 3*. O mais significativo neste momento, em termos de apresentação do problema de pesquisa, está na hipótese desenvolvida por Morgan, na qual, ao terem capturado pouco ou quase nenhuma parte significativa da distribuição de renda do capital e não sendo beneficiadas diretamente pelas políticas sociais e afirmativas⁶ dos governos petistas, as classes médias apresentar-se-iam na conjuntura econômica e política dos anos de 2010 como “um fenômeno político importante”, já que estariam cada vez mais “espremidas” (Morgan, 2018).

A este propósito convém notar, como já apontado, que o perfil predominante nas manifestações pelo impedimento de Rousseff, entre 2015 e 2016, era de indivíduos oriundos das classes médias. Em que pese as posições políticas expressas durante as manifestações apresentadas menos ligadas aos problemas de ordem econômica e mais as questões vinculadas à democracia e aos direitos sociais⁷, e que esses manifestantes teriam tido posicionamentos a favor da universalização dos serviços públicos⁸, procuramos demonstrar que o conflito distributivo pode ter contribuído para que setores médios passassem a atuar politicamente nessa conjuntura - pois não podemos perder de vista que

6 Utilizamos a noção de “política social de governo” tal como apresentada e discutida em Druck e Filgueiras (2007) e Filgueiras e Gonçalves (2007). Assim, o uso do termo “política social” ao invés de “política pública” procura evidenciar o caráter social da política, tal como as disputas para a sua efetivação no interior do Estado. Aqui, procuramos incorporar o termo “afirmativas”, por compreender que as especificidades das políticas afirmativas durante os governos petistas apresentam uma particularidade para os conflitos sociais e políticos do período analisado.

7 Tal como aponta Galvão (2016). Disponível em: < <http://blogjunho.com.br/as-classes-medias-na-crise-politica-brasileira/>>. Acesso em: 15/04/2022

8 Como, por exemplo, Ortellado et al, 2015; Gallego, 2016; 2018; Cavalcante, 2018 procuraram demonstrar.

interesses de grupos diferentes sobre orçamento público estariam em jogo, como discutido no *capítulo 1* e, principalmente, no *capítulo 3*.

Neste passo, como se tratava de um agrupamento social ligado a uma “ideologia meritocrática” (Saes, 1977; 1985; 2005; Cavalcante, 2012; 2015; 2018; Arias; Cavalcante, 2016), procuramos *situá-la* para além da aparência do discurso, investigando e analisando fatores outros que poderiam corroborar com a interpretação deste contexto particular, entendendo que o conflito distributivo e a prática política dos indivíduos das classes médias nos fornece novos olhares para a compreensão da conjuntura do impedimento de Rousseff. Isso porque nenhum discurso é neutro. Pelo contrário, todo discurso é intrínseco ao real, ainda que se apresente como uma “ilusão necessária”, já que ele se refere ao processo de subjetivação da objetividade pela qual os indivíduos se representam e se reproduzem socialmente (Marx, 2011a; Giannotti, 1983). Ao mesmo tempo, a ideologia surge mediante uma realidade objetiva e como um instrumento da ação política, não sendo nem aparência e muito menos ilusão. Fez-se necessário, assim, realizar mediações que pudessem articular os elementos materiais e simbólicos de representação das classes médias e de seus interesses políticos. Nesse sentido, não almejamos a construção de uma “classe pura”.

Situar as classes médias⁹ para além da aparência do discurso, para os objetivos da pesquisa, impunha um compromisso que, de um lado, voltava-se em apreender a contradição que entendemos apresentar-se como a contradição principal na conjuntura política entre 2011 e 2016, ou seja, o conflito distributivo. Desse modo, *as classes médias* e sua *luta política* só poderiam desenvolver-se mediante a análise e o próprio desenvolvimento histórico

9 Cabe esclarecer, neste momento, que optamos por não realizar uma “definição” rigorosa do conceito de “classes médias”. Utilizaremos no decorrer da discussão a noção de classes médias como um “conceito em estado prático” (Poulantzas, 1977: 19), ou seja, um “conceito” que diz respeito a prática política em uma conjuntura concreta, no sentido em que o “conceito” de “classes médias” irá se apresentar e se “formar” não por meio de uma sistematização teórica prévia propriamente dita, mas por meio da apresentação dos elementos e forças sociais que se desenvolvem no contexto histórico-social por nós analisado.

do conflito distributivo na sociedade brasileira, em especial no contexto no qual se insere nosso estudo.

De outro lado, e não menos complexo, estaria a forma em que situamos as classes médias na própria dinâmica das relações sociais de produção, como procuramos realizar de maneira mais detida no *capítulo 3*, em especial na *seção 3.7*. Neste estudo não pretendemos levantar sistematicamente as diferentes abordagens teóricas que tratam das “classes médias”. Ainda que no decorrer da investigação a necessidade do desenvolvimento de um capítulo a parte que pudesse tratar de maneira mais ou menos completa de um “estudo sobre as classes médias no Brasil”, no sentido hoje corrente, tenha surgido, e até mesmo sendo esboçado, resolvemos, depois de certa hesitação, “ceder” sobre este ponto de vista. Em parte pelo fato de que, de certo modo, as abordagens que voltam-se para o estudo das “classes médias¹⁰” mediadas, por exemplo, pela cultura, de vertente bourdiesiana (Ribeiro, 2007; 2011; 2014; Souza, 2014; 2018; Bertonecelo, 2015; 2018), pelo *status* e os níveis de renda, em suas mais diferentes vertentes weberiana (Souza; Lamounier, 2010; Neri, 2010; Estanque, 2014; 2015), pela situação de classe e o prestígio que essa situação oferece, apoiada nos estudos de Wright Mills (Pochmann, 2012; 2014a; Cardoso, 2019; 2020), pela hierarquização do trabalho e a prática de “dons” e “méritos”, que volta-se para os aspectos ideológicos e que misturam elementos da abordagem marxista com a bourdiesiana (Saes, 1977; 1985; 2005; Boito Jr., 2003; 2017; Cavalcante, 2012; 2015; 2018) acabaria por “enquadrar”

10 Sobre uma discussão ampla sobre as “classes médias” na sociedade brasileira ver, por exemplo: Paulo Sérgio Pinheiro em “Classes Médias urbanas: Formação, Natureza, Intervenção na Vida Política” (1974); Francisco Weffort em “O Populismo na Política Brasileira” (1977); Décio Saes em “Classes médias e Política na Primeira República Brasileira 1889 - 1930” (1975) e “Classes Médias e Sistema Político” (1979); José Augusto Guilhon Albuquerque (Org) em “Classes médias e Políticas no Brasil” (1977); Jessé Souza, “A Elite do Atraso” (2017) e “Classe média no espelho” (2018); Sávio Cavalcante em “Classe média e conservadorismo liberal” (2015) e Classe média, Meritocracia e Corrupção” (2018); Sávio Cavalcante e Santiane Arias em “A divisão da classe média na crise política de 2013-2016” (2017); e Armando Boito Jr et al. em “A corrupção como ideologia” (2017).

exageradamente nosso objeto de estudo, nos levando a quase sempre encarar os aspectos de uma dada realidade sociocultural concreta como um *cenário* cuja “verdade é o que é”, sem historicidade, movimento e contradição transformadora. Em outras palavras, para as finalidades da pesquisa não abordamos as “classes médias” como uma forma definida, mais ou menos estável no tempo e no espaço, mas, antes, procuramos situá-las mediante o próprio desenvolvimento das contradições e das particularidades que surgiram no decorrer do processo investigativo, ou seja, como um grupo social em transformação por meio das relações sociais sob as quais estariam inseridas. Nesse sentido, buscamos, no estudo das classes médias, antes descrevê-las na situação histórica e nas conjunturas econômicas e políticas do que “defini-las” (Iasi, 2011; Ben-said, 1999; Amorim, 2011). Assim, os *níveis de renda, situação de classe, hierarquização do trabalho, cultura, status, prestígio, prática de “dons” e “méritos”* surgem como mediações necessárias, formas sociais que podem compor o modo de vida e “definem” as “classes médias”. Porém, isso acontece apenas no sentido em que são formas sociais que transitam entre si e que estão em transformação. Formas sociais que seriam representadas por sujeitos em suas interações e relações com outros sujeitos. Sujeitos que possuem modos de vida diferentes. Que “definem-se” mediante relações sociais concretas, particulares e históricas. Que vivem e *escolhem* viver as relações de produção e as relações sociais sob um determinado modo de subordinação (dominação e exploração sociais). Que “definem-se” pela sua condição particular de subordinação ou não à outra classe. Que “definem-se” pela forma de como se comportam diante dos confrontos e dilemas da vida social. Que “definem-se” pela forma como descobrem a si mesmos como uma “classe” e, no modo como, nos processos de luta, exercem sua *vontade política*.

O objeto de pesquisa agora apresentado se localiza em um aspecto da vida social que diz respeito à relação entre o conflito distributivo e a atuação política das classes médias no contexto do impedimento de Rouseff, entre 2015 e 2016, não apenas como um tema e um problema sociológico, mas, também, como uma *questão social*. Tal postura não nos isenta de incompreender o “caráter orgânico”

que determinaria as “classes médias”. Não significa, em igual medida, despreocupação com as “definições” e características específicas deste grupo social. Mas, antes, há o entendimento de que os fatos sociais se transformam em problemas de pesquisa – sociais – segundo a perspectiva do pesquisador, não sendo possível não reconhecer a implicação prática das investigações e dos métodos utilizados.

Isto posto, procuramos determinar quais elementos do conflito distributivo, ou da relação entre a apropriação e a distribuição da riqueza social, poderiam caracterizar e estar presentes para que as classes médias passassem a atuar politicamente no intuito de afastar a presidente Rousseff e o Partido dos Trabalhadores (PT) do governo federal, operando como base de apoio das classes dominantes. Nesse sentido, procuramos reconstruir os elementos econômicos, sociais e políticos de longo prazo que acreditamos serem necessários para localizar as “insatisfações” das classes médias, não em uma conjuntura econômica específica, mas em uma situação econômica em movimento (Gramsci, 1999), com seus eventos particulares, alguns mais simples e outros mais complexos, e que, como um todo, teriam resultado na “experiência real” das classes médias diante do cenário do impedimento. Portanto, não hesitamos, guardada as devidas condições de tempo e espaço para a realização da pesquisa, em *situar* as classes médias historicamente, como no complexo de problemas que hoje caracterizam as relações de classes no capitalismo, em geral, e no Brasil.

Entendemos, por um lado, que a *conjuntura social* necessária para situar as classes médias no contexto do impedimento pode ser localizada entre 2011 e 2014, que diz respeito ao primeiro mandato da presidente Rousseff. Como o leitor verá, nesse momento a economia brasileira começa a declinar de maneira mais significativa. Mas apresenta uma temporalidade diferente das questões políticas, que também emergem nesse cenário. Em 2011, a inflação inicia um processo de alta que se manterá constante durante os próximos anos. Como implicação da alta inflacionária, o consumo das famílias despenca e o custo de

vida aumentou, indicando um cenário de carestia em 2014. O crédito para o consumo estava se esgotando desde 2012. Em 2013, a popularidade do governo Rousseff apresentou sua primeira queda substantiva. 2013 também foi o ano das revoltas de Junho contra o aumento das passagens do transporte público, fato de suma importância para as disputas econômicas, sociais e políticas futuras. No caminho das revoltas de Junho, o ano de 2014 registrou uma série de protestos contra megaeventos sediados no Brasil, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, em lutas por avanços nas questões sociais como moradia, saneamento, espaços públicos, escolas e hospitais “padrão Fifa”. Vivemos também a “greve dos garis”, em pleno carnaval no Rio de Janeiro, assim como uma variedade de greves dos/as trabalhadores/as do setor público e do setor privado. Se quisermos ampliar um pouco mais essa *conjuntura econômica*, veremos que, desde 2003, uma série de políticas sociais e afirmativas de governo, realizadas pelos governo petistas, como o aumento real do salário mínimo, o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, o crédito consignado, a geração de empregos, a elevação dos benefícios previdenciários no interior do Nordeste, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Enem, Sisu, Prouni, Fies, por exemplo, além de beneficiar principalmente as classes populares, teriam possibilitado o aumento do poder de barganha das classes populares em seu conjunto.

De outro lado, localizamos a *situação social* a partir da Constituição Federal de 1988. O caráter social da Carta de 1988 representaria uma determinada *vontade política* expressa nas mobilizações sociais e dos atores políticos em cena naquele período. Ainda que, no que diz respeito a questão da terra e da política fiscal, o resultado de sua redação tenha sido regressivo, em seus aspectos gerais, como os direitos dos trabalhadores, as demandas históricas do movimento negro, as questões ligadas à saúde, à educação, à moradia, assim como a institucionalização da participação social, o seu resultado teria sido progressista. Esse caráter progressista e social teria possibilitado transformações substantivas no sistema político e na estrutura social brasileira, com uma maior inclusão das camadas pobres no orçamento do Estado e no crescimento de sua participação social.

Levamos em consideração a proposição aventada por Morgan, de que o conflito distributivo na sociedade brasileira caracteriza-se pelo conflito *direto* entre as classes populares e as classes médias. Tal proposição se sustenta em pelo menos dois pontos. O primeiro diz respeito ao cenário em que as classes médias não teriam sido beneficiadas *diretamente* pela política fiscal, já que esta tende a favorecer principalmente os mais ricos. O segundo está no fato de que também não teriam sido beneficiadas *diretamente* pelas políticas sociais e afirmativas presentes tanto na CF de 1988 como e principalmente as promovidas pelos governo petistas (em particular, durante o primeiro e segundo governo Lula da Silva), que favoreceram sobretudo as classes populares. Buscamos sustentar, assim, que o Estado, ao favorecer, direta ou indiretamente, as classes populares por meio da promoção de políticas sociais e afirmativas de governo, teria, na visão de mundo das classes médias, interferido na “ordem social competitiva”, ou seja, na dinâmica da repartição da riqueza social.

Nessa visão de mundo, a ascensão social das classes populares, entre 2003 a 2016, passando a ocupar espaços sociais até então reservados às classes dominantes, não teria ocorrido pelo “mérito próprio”. Isso ocorre na medida em que as classes médias incorporam a meritocracia como um modo de vida, ou seja, se associando, em suas *escolhas políticas*, a classe capitalista. Como a ascensão social das classes populares ocorreu em decorrência da intervenção do Estado, teria gerado uma “indisposição classista” nos setores médios.

Nesse sentido, o Estado, ao implementar políticas sociais e afirmativas estaria agindo de modo a comprometer a “o modo de vida meritocrático” típico das classes médias. Isso porque as políticas sociais e afirmativas de governo estariam em contradição com a legitimação do mérito individual. Sua efetivação permitiria que as classes populares “furassem a fila” da mobilidade social, corroendo a base valorativa das classes médias. Tentou-se evidenciar, assim, que diante da melhora das condições de vida das classes populares, as classes médias tiveram que conviver, direta ou indiretamente, com uma “pressão” e “imposição” de uma *vontade popular* sobre o seu modo de vida. A reação política e conservadora das classes médias, no contexto do impedimento de Rouseff,

se daria de modo a restaurar o processo de desigualdade social que possibilita a ela *subordinar os/as trabalhadores/as às necessidades de sua reprodução social*.

A centralidade do conflito distributivo emerge quando nos deparamos com o pressuposto, presente nos trabalhos de sociologia econômica desenvolvidos por Francisco de Oliveira (2003), de que, em certa medida, *haveria, no Brasil, um limite aceitável para a diminuição da pobreza, na qual as classes populares podem melhorar de vida individualmente. Entretanto, para que o padrão de acumulação capitalista se mantenha “tolerável” ao desenvolvimento do capital, a pobreza, como sua condição de ser, não poderia deixar de existir*. Isto posto, o processo de impedimento de Rouseff, culminando com o golpe parlamentar de 2016, estaria, a nosso ver, relacionado à *crise* no modo de acumulação do capital, pertinente e necessária à reprodução do capitalismo brasileiro.

O conflito distributivo se apresenta, por um lado, como uma contradição entre os lucros e os salários no âmbito das relações de produção; por outro, como uma contradição entre os níveis de consumo e as políticas sociais e afirmativas no âmbito da distribuição. Disso decorre nossa situação histórica de capitalismo selvagem dependente e desigual¹¹, e que nas condições atuais do Brasil se revelam dando o sentido do desenvolvimento do capital. Na atualidade do capitalismo em geral e na situação brasileira em especial, o lucro capitalista que impulsiona (ou deveria impulsionar) o desenvolvimento do capital não se origina, aparentemente, do momento da *produção*. Antes, tem se “originado” fundamentalmente da *distribuição*, ou seja, do setor serviços e comércio. O Estado, desse modo, como resultado de sua relevância para impulsionar os processos de acumulação de capital no Brasil, emerge de maneira não residual, muito menos insubstituível para o estabelecimento das dinâmicas condzentes a apropriação e distribuição da riqueza social e no que diz respeito aos aspectos das relações sociais de produção entre as classes. Assim sendo, compreendemos o Estado não meramente como um instrumento das classes

11 Para mais ver, por exemplo: Prado Jr., 1966; Fernandes, 1987; Oliveira, 2003; Furtado, 2007; Cardoso de Mello; Novais, 2009.

dominantes – ainda que capitalista -, mas com um Estado amplo (Gramsci, 1999) e em constante disputa no que diz respeito, por exemplo, aos rumos das políticas sociais e da distribuição da riqueza social.

O texto está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, procuramos situar nosso objeto de pesquisa, apresentando e reconstruindo os aspectos relacionados à conjuntura econômica e política que entendemos estarem relacionados ao processo de impedimento de Rousseff. O segundo capítulo procura discutir os elementos particulares do conflito distributivo nas sociedades capitalistas contemporâneas, em especial apontando os elementos teóricos que norteiam a análise da situação concreta brasileira. Assim, se trata de uma digressão teórica que entendemos ser importante enfrentarmos, cujo intuito é articular os conceitos de conflito distributivo e classes sociais. Para isso, percorremos um caminho em que situamos o conflito distributivo e o seu modo de representação, investigando suas particularidades no Brasil do século XXI, partindo, principalmente, do estudo de Piketty. Nesse sentido, acreditamos ser importante realizar uma análise interna do livro *O Capital no Século XXI*, expondo as principais conclusões de Piketty, com a finalidade de compreender os avanços e os limites de seu estudo para as finalidades de nossa pesquisa. No terceiro capítulo, aprofundaremos principalmente o estudo dos elementos conjunturais, avançando sobre os aspectos apresentados no *capítulo 1*, analisando como as políticas sociais e afirmativas de governo poderiam ter impactado a reprodução social das classes médias, em especial as políticas sociais e afirmativas de governo desenvolvidas a partir de 2003, situando o conflito distributivo e as transformações socioeconômicas no Brasil recente e as formas que compõem a atuação política das classes médias. Desse modo, procuramos situar a atuação política das classes médias por meio do próprio desenvolvimento contraditório do conflito distributivo.

O procedimento metodológico sobre o qual procurou-se dar conta da relação entre a atuação política das classes médias e o conflito distributivo trilhou um caminho que procurou se sustentar tanto da pesquisa empírica como da análise crítica da revisão bibliográfica. No que diz respeito à pesquisa empírica, analisamos dados relacionados às pesquisas realizadas pelo Instituto Datafolha, entre 2015 e 2016; dados do Dieese e IBGE relacionados à questão do desemprego e ao aumento do salário mínimo. Em relação à análise crítica da revisão bibliográfica, para além dos estudos de fôlego ligado ao campo da Economia, Sociologia, Política e História, de editoras e periódicos de grande circulação, utilizamos um amplo material de apoio de dissertações e teses acadêmicas que tratam tanto da problemática do conflito distributivo, como das classes sociais e das “classes médias” em específico, das políticas sociais e afirmativas promovidas pelas gestões petistas, de estudos que analisaram os impactos econômicos, sociais e políticos da Constituição Federal de 1988, de pesquisa que discutiram as manifestações políticas a partir das revoltas de junho de 2013 e, em particular, relacionadas ao impedimento e ao golpe parlamentar de Dilma Rousseff.

Uma breve apresentação do problema

1.1 O “popular” e a luta contra a corrupção entram em cena

Ao examinar o processo de impedimento de Dilma Rousseff nos departamentos com estudos de diferentes contornos analíticos (Rocha, 2015; Limongi, 2015; Avritzer, 2016; Ortellado; Solano, 2016; Bastos, 2017; Nobre, 2016; 2020a; Santos, 2017; Tatagiba, 2018; Singer, 2018). Portanto, deve-se ter cautela na caracterização das ações que mobilizaram as ruas e as instituições entre 2011 e 2016. Se, por um lado, pode-se dizer que diferentes setores da burguesia possuíam ressentimentos particulares, desempenhando um papel especial para o afastamento da presidente Rousseff e do Partido dos Trabalhadores (PT) da gestão federal (Singer, 2015; Carvalho; Rugitsky, 2015; Bastos, 2017; Carvalho, 2018; Dweck et al, 2018; Mello; Rossi, 2018), por outro, a presença de classes médias, que no decorrer dos governos petistas se apresentaram cada vez mais ativas, se faz substancial para a explicação dos acontecimentos políticos deste período (Tatagiba et al, 2015; Cavalcante, 2015; 2018; Cardoso, 2020).

De certa forma, o acontecimento político do dia 31 de agosto de 2016, que resultou no golpe parlamentar de Rousseff (Santos, 2018; Singer, 2018; Miguel, 2019; Martuscelli, 2020), se insere num processo de longa duração. Um processo que não dura, não termina, que sucede e esteve em contínua transformação de crises econômicas, sociais e políticas. Uma combinação de eventos, alguns mais simples e outros mais complexos e que, em si, configuram o

desgaste político dos governos do PT em relação à burguesia e as classes médias, principalmente¹². Um conjunto de eventos que, a nosso ver, teve o seu início em 2005, com o escândalo de corrupção relacionado ao “Mensalão”¹³ e se intensifica com o seu julgamento, em 2012, depois com as jornadas de Junho de 2013; e o início da Operação Lava-Jato¹⁴, em março de 2014. O processo ganha corpo “definitivo” após as eleições de 2014, momento em que se inicia a inflexão do avanço social das classes populares no Brasil recente de maneira mais significativa - com ataques aos direitos trabalhistas e sociais.

Neste período mais ou menos espaçado, diferentes segmentos médios da sociedade, indignados com as denúncias de corrupção noticiadas com certa

12 “Principalmente”, no que diz respeito aos limites da presente pesquisa, visto que não seria possível descartar que, em certa medida, as classes populares também tivessem, em determinado momento, algum tipo de “desgaste” em relação aos governos petistas durante os treze anos de gestão federal.

13 A Ação Penal 470, conhecida como o “mensalão”, foi um julgamento que ocorreu a partir da denúncia realizada por Roberto Jefferson, à época, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao jornal Folha de S.Paulo, onde revelava o procedimento de mesadas praticadas pelo tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT) a parlamentares da Câmara do Deputados para que estes votassem de acordo com o Governo. O PT foi o protagonista da política e da crise do “mensalão”, acompanhado do Partido Progressista (PP), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (atual MDB), Partido Liberal (PL) (atual PR), e o próprio PTB. O ápice da crise do “Mensalão” veio com o seu julgamento, entre agosto e novembro de 2012, no Supremo Tribunal Federal (STF). Como resultado, 25 pessoas foram condenadas, entre elas José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil, José Genoíno, presidente do PT à época em que foram feitas as denúncias e o ex-tesoureiro do partido, Delúbio Soares. Ainda que não sendo o centro da nossa problemática, o que nos interessa aqui é pontuar que com o julgamento do “mensalão” os conflitos e disputas políticas pautados pelo moralismo e a ética na política entram em cena, encampadas principalmente pelos setores médios. Isso ganha corpo e força no decorrer dos anos, como tentaremos demonstrar.

14 A operação Lava-Jato ficou conhecida como “petrolão”, já que sua investigação se voltou para as práticas de corrupção passiva e ativa, lavagem de dinheiro, organização criminosa, etc., praticadas por membros da empresa estatal Petrobras, e que teria beneficiado políticos e partidos políticos, principalmente o Partidos dos Trabalhadores, à presidente Rousseff e o ex-presidente Lula da Silva. Para uma análise crítica sobre esse processo, ver: Alonso, 2017; Tatagiba, 2018; Nobre, 2016 (Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/coluna/o-fim-das-narrativas.ghtml> Acesso em 11/08/21).

frequência nos meios de comunicação de massa¹⁵, passaram a se organizar politicamente (Tatagiba, 2015; Cavalcante, 2015; 2018). A bandeira da luta contra a corrupção e da ética na política, pautas históricas mobilizadas pelas classes médias brasileiras¹⁶, ganha novos contornos contra os governos do PT a partir do “Mensalão”. Contudo, teria sido apenas em meados de 2013, especificamente durante as revoltas de Junho, que essa pauta se apresenta com maior força na cena política. Sua gramática discursiva foi alimentada pelas questões éticas/nacionalistas, pelo resgate dos valores patrióticos e da família tradicional, pelo “anticomunismo”, assim como contra o sistema político representativo e as instituições democráticas como um todo (Cavalcante, 2015; Alonso, 2017; Tatagiba et al, 2015; Tatagiba, 2018; Tatagiba; Galvão, 2019; Nobre, 2020).

Em Tatagiba et al (2015), por exemplo, podemos ver que em 2007, um ano após a reeleição de Lula da Silva, ocorre o primeiro ato contra os governos do PT, na esteira das denúncias do “Mensalão”, organizado por setores médios e da burguesia¹⁷. O caráter integrador de sua ação política, segundo Tatagiba et al (2015: 198), teria sido “a luta contra o PT e contra a corrupção, a partir de um discurso que associa os governos petistas ao mau uso da máquina pública¹⁸”. Esse momento se faz importante para a análise da conjun-

15 Sobre a cobertura jornalística e o processo de impedimento ver, dentre outros: Guazina; Santos, 2017; Prior et al, 2015; Marques et al, 2017; Guazina et al, 2017.

16 Ver, por exemplo, o trabalho de Benevides (1980) sobre a UDN e o Udenismo na sociedade brasileira. Para uma discussão ampla a respeito da relação entre o moralismo e as classes médias: Jaguaribe, 1981; Dulci, 1986; Chaloub, 2017; 2019.

17 O Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros, conhecido como Movimento Cansei, reuniu cerca de 2 mil pessoas em um protesto na Av. Paulista, na cidade de São Paulo, contra o “caos aéreo”, a “falta de segurança” e a “corrupção”. Denominado como Movimento Cansei, teve como um dos seus principais articuladores o empresário e político de São Paulo, João Dória (PSDB), contando ainda com a presença da FIESP, da OAB-SP, e o Grande Oriente Paulista da Maçonaria.

18 Entre 2015 e 2016, participei, como pesquisador, de duas pesquisas que buscaram, por caminhos diferentes, apreender a percepção política da população de São Paulo. Em 2015, um survey, realizado pela Fundação Escola de Sociologia Política de São Paulo (FESPSP), pesquisou o “Conservadorismo e progressismo na cidade de São Paulo”. Em 2016, uma pesquisa qualitativa, realizada pela Fundação Perseu Abramo (FPA), estudou as “Percepções e valores políticos nas periferias de São

tura política em questão devido ao fato de ter sido a primeira vez que as classes médias se organizam politicamente em torno da pauta da luta contra a corrupção contra o governo de Lula da Silva. A partir de então, passam a associar o “*mau uso da máquina pública*” aos governos petistas, codificando, desse modo, uma gramática discursiva que ganharia corpo e aderência social com o tempo. Nesse sentido, haveria, para as classes médias mobilizadas, uma relação entre as práticas de corrupção e o *mau uso da máquina pública*, na qual o desvio do dinheiro público afetaria, por sua vez, o acesso aos serviços públicos de qualidade¹⁹ e o mercado de trabalho, corroendo a defesa da “ética na política”²⁰.

A reação das classes médias refletiria os ventos de mudança já presentes naquele momento na base da sociedade. Todavia, o ímpeto de conciliação de classes pelo alto durante o governo de Lula da Silva, ou seja, a busca pelo “*combate à miséria [...] sem confronto com o capital*” (Singer, 2012: 13 - grifos nossos),

Paulo”. Em ambas, quando a população com menor escolaridade e renda foi indagada sobre o que entendiam em relação “esquerda” e “direita”, o resultado foi uma percepção da “direita” como algo “certo”, um bom político (ou “uma pessoa direita”), e à “esquerda” como um “mau político”. Assim, na pesquisa da FPA, escutei de entrevistados que o governo Lula teria sido um governo de “direita” por ter realizado “um bom governo”, já Rousseff teria feito um governo de “esquerda”, já que era caracterizado como um “mau governo”. Para mais, ver: Chicarino; Estramano, 2016; FPABRAMO, disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/percepcoes-e-valores-politicos-nas-periferias-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 29/03/2022.

19 Conforme pesquisa, setores das classes médias que participaram dos atos a favor do impedimento de Rousseff se posicionaram favoráveis à universalização dos serviços públicos de qualidade (Ortellado et al, 2015). Isso levou os pesquisadores ao entendimento de que haveria uma divergência de posição entre os líderes das manifestações e os manifestantes. Todavia, seria preciso pontuar que, ainda que setores das classes médias ativas nos atos se posicionasse a favor da universalização dos serviços públicos, a análise deveria ser matizada pela prática desses sujeitos, que por mais que no discurso apoiassem o serviços públicos, divergindo da posição das lideranças, na prática, de certo modo, não houve postura crítica mobilizadora posteriormente, quando, a partir do governo Temer, as políticas neoliberais e de austeridades, como a PEC 95, conhecida como “PEC do Teto de Gastos”, reforma trabalhista e as privatizações (e suas tentativas) das empresas e serviços públicos entram em vigor. Ou seja, não podemos perder de vista que interesses de classe também estavam em jogo.

20 Defesa essa que foi pautada pelo Partido dos Trabalhadores desde sua fundação, mas que para alguns militantes e apoiadores teria se perdido com o passar do tempo (Secco, 2011).

favorecido pela conjuntura internacional de exportação de *commodities*, crescimento econômico e distribuição de renda, acabaria por arrefecer as mobilizações das classes médias. Como aponta Singer (2012: 154), “À medida que a expansão do mercado interno, a partir de 2007, trazia um aumento expressivo do emprego, os índices de aprovação do governo se elevaram ao patamar de 70%, de onde não voltaram a cair substantivamente”. Assim, ao evitar o confronto direto com o capital, concedendo-o “garantias necessárias para manter a estabilidade” e, ao mesmo tempo, realizando mudanças substantivas na sociedade por meio da “promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos”, o governo Lula da Silva teria conseguido, de um lado, “controlar” as contradições emergentes, de outro, possibilitar que o “*popular*, que havia ficado fora de moda” (Singer, 2012: 74 e 81 - grifo nosso), voltasse à cena política mediante a atuação do Estado.

Ao promover seu plano de inclusão social sem mexer nos ganhos do capital, o governo Lula da Silva realizou políticas sociais de governo que deixaram as classes médias “fora do jogo”, excluídas e ignoradas - ainda que de maneira relativa - das decisões do governo federal. A partir de 2003, a ascensão social das classes populares teria ocorrido em detrimento da reprodução social das classes médias, que veem os mais ricos ficarem mais ricos e os pobres melhorarem de vida. O modo de vida e o padrão de vida das classes médias que desde dos anos 1990 passam por um processo de estagnação, se intensifica relativamente. Com isso, a oposição dos setores médios aos governos do PT cresce como uma reação às inflexões sociais e políticas que estavam em curso, uma reação sobretudo contra os direitos conquistados pelas classes populares.

1.2 Elementos conjunturais e a situação das classes médias a partir de 2011

A partir de junho de 2013, as classes médias ocuparam as ruas de maneira organizada e com mais força na cena política. Ainda que, a nosso ver, não exista uma relação direta entre as revoltas de Junho de 2013 e o impedimento de

Rousseff²¹, não podemos descartar o fato de que este acontecimento se apresenta como um momento muito significativo para as disputas econômicas, sociais e políticas deste período.

No que diz respeito ao problema de pesquisa ora apresentado, entendemos que a atuação política das classes médias, em Junho de 2013, reflete as mudanças que ocorreram na estrutura social brasileira, pelo menos desde 2003, e as contradições presentes nos governos petistas. De um lado, a rápida transformação da estrutura social durante os governos Lula da Silva, representada pela ascensão social das classes populares, o aumento do acesso à educação superior, o fortalecimento do mercado de trabalho e a expansão do consumo; de outro, a dissociação entre o sistema político representativo e as transformações societárias²², assim como as pautas anticorrupção, como o processo do “Mensalão”, que ganharam cada vez mais destaque na cobertura midiática.

Simultaneamente, Junho de 2013 se insere na onda de protestos globais que ocorreram entre 2011 e 2013 (Alonso, 2017; Duda da Silva, 2018; Harvey et al, 2012). Todavia, na medida em que os protestos mundo afora giravam em torno, grosso modo, dos impactos da crise político-financeira de 2008 sobre os/as trabalhadores/as e as classes médias, com aumento do desemprego e queda

21 Conforme Nobre, analisando tais dinâmicas, uma das interpretações sobre as revoltas de junho de 2013 procura reproduzir uma versão de que essas revoltas seriam o marco que teria colocado em risco e ameaçaria o sistema político brasileiro. Assim, a “teoria do ovo da serpente”, segundo Nobre (2020a: 58), “estabelece como marco mais próximo do início da crise atual as revoltas de junho de 2013”, pois seria neste momento em que “teria se iniciado a atual regressão autoritária”, quando “as forças de esquerda teriam sido expulsas das ruas e que as forças de reação teriam tomado a liderança dos protestos”.

22 Diferentes autores (Oliveira, 2010; Vianna, 2010; Braga, 2012; Nobre, 2013b; 2020a) argumentam que teria havido um bloqueio dos impulsos democratizantes e da participação popular desde os anos 1990, e que pouco se alterou durante as gestões petistas. A participação popular teria sido cada vez mais substituída pelo “gerenciamento” das demandas sociais, no qual o sistema político apenas “inclui” os anseios e as vontades políticas que emergiram na sociedade, *transformando-as* em políticas de preservação da ordem, alterando a forma mas mantendo o seu conteúdo de distorção política e desigualdades socioeconômicas.

no poder de consumo, seus efeitos na economia brasileira não teriam passado, segundo Lula da Silva, de uma “marolinha²³”. O país teria conseguido, assim, manter a estabilidade econômica e uma maior inclusão social com avanços no nível de escolaridade, manutenção do pleno emprego, aumento real do salário mínimo e queda na desigualdade de renda. Desse modo, ao contrário dos protestos como o Occupy Wall Street e o 15M, nos quais as reivindicações pautavam as questões econômicas e a perda de direitos trabalhistas e sociais, no Brasil, as manifestações almejavam a ampliação de serviços públicos de qualidade, apontando para a não eficiência de políticas sociais e os problemas urbanos, como o transporte público e a moradia, tal como pela exigência da reforma política, revelando os limites da representação partidária, o “imobilismo” do sistema político e sua lógica de funcionamento (Nobre, 2013a; Alonso, 2017). Pois, conforme Nobre (2013b: 38), ao questionar o aumento da tarifa de transporte o que se estaria questionando também era a própria forma de “como são elaborados os orçamentos públicos, como são executados, como são estabelecidas as prioridades”, colocando “a nu o esgotamento do modelo político-econômico que corresponde à fase ‘lulista’ do projeto social-desenvolvimentista”.

Nesse sentido, Singer (2013; 2018) irá argumentar que, com a melhora na qualidade de vida do “novo proletariado” conquistada no período lulista, a população brasileira teria passado a questionar sua participação cidadã (de forma consciente ou não), e os meios tradicionais de representação política não deram conta de agregar estas novas pautas que estavam emergindo na sociedade²⁴. Para o autor, as aspirações de ascensão social, que ele entende como sendo pautas “pós-materialistas”, acabaram aumentando mais do que era possível o Estado prover naquele momento, gerando insatisfações individuais e

23 Disponível em:< <https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>>. Acesso em: 10/10/2021.

24 Singer (2013) observa que em junho de 2013 45% dos manifestantes possuíam renda familiar de até 5 salários mínimo, o que poderia demonstrar a presença inicialmente forte da “nova classe trabalhadora”, que ascendeu socialmente no período lulista, nos protestos pela redução da tarifa do transporte público.

coletivas²⁵. Ao mesmo tempo, Singer (2013: 27) identifica a presença, durante as manifestações de junho de 2013, “de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional”.

Assim, as revoltas de Junho de 2013 teriam se dividido em duas fases diferentes, retratando cada uma um momento particular sobre os seus sentidos políticos. De um lado, a mobilização dos setores “autonomistas e socialistas” que se situavam “à esquerda do governo do PT, com agenda reformista, mais e melhores políticas sociais e expansão de direitos” (Alonso, 2017: 52), representando o “primeiro momento” das manifestações, cujo objetivo específico estava na “redução do preço das passagens do transporte público” (Singer, 2013: 24; Judensnaider et al, 2013; Nobre, 2013b). De outro, que marcaria a “segunda etapa do movimento” (Singer, 2013), a ascensão do “setor patriota”, que “ia do liberalismo (a favor do Estado enxuto e eficiente “padrão Fifa”) ao conservadorismo (pró-ditadura militar), com foco no rechaço a instituições políticas²⁶, políticos e partidos, e na identificação do PT com a corrupção, via Mensalão (“Corruptos”)” (Alonso, 2017: 52; Tatagiba et al, 2015).

Portanto, as revoltas de Junho, iniciadas com a luta pela revogação da tarifa do transporte público, transformaram-se numa revolta com uma pluralidade

25 Os dados da pesquisa realizada por Marcelo Neri durante as manifestações de junho de 2013 demonstram que os brasileiros continuam sendo os que têm maior expectativa de satisfação com a vida num prazo de cinco anos. Assim, o alto nível de expectativas individuais pode ter um lado positivo, mas também acaba criando dificuldades, gerando frustrações com maior rapidez. Ao melhorar de vida, a “Nova Classe Média” (Neri, 2010) passou a querer melhores serviços prestados pelo Estado, mas ao não encontrar estes serviços sua insatisfação passou a aumentar.

26 Cabe notar que a desconfiança em relação às instituições políticas e o sistema representativo cresceram neste período. Segundo o Índice de Confiança Social (ICS), realizado em 2015 pelo IBOPE Inteligência, a confiança nas instituições sociais representativas apresentou relativa queda de credibilidade a partir de 2011, tendo uma pequena melhora em 2014, mas despencando de vez em 2015. Com isso, os partidos políticos e os sindicatos, como formas representativas tradicionais, viram os movimentos sociais, caracterizados pela descentralização das lideranças e conectados à internet, emergirem por meio da criação de novos espaços de politização, tendo nas questões sociais e de reconhecimento político o seu norte mobilizador, em detrimento das questões econômicas.

de manifestações na manifestação. Naquele momento, a polarização política na sociedade brasileira ganhou outra dimensão e um novo capítulo em sua história, que ficaria evidente no dia 20 de junho na Av. Paulista, quando grupos de manifestantes vestidos de verde e amarelo, guiados pelo moralismo e nacionalismo, passaram a pautar a “luta contra a corrupção” de maneira mais explícita, expulsando os manifestantes que se vestiam de vermelho (associando-os ao PT e à esquerda), assim como o próprio Movimento Passe Livre do ato (Singer, 2013; Judensnaider et al, 2013; Alonso, 2017; Duda da Silva, 2018).

O intervalo entre os dois momentos das manifestações não deixou de ser bem aproveitado pela direita. Ainda que o objetivo original das manifestações tenha sido alcançado no dia 19, com a revogação do aumento das passagens, o seu conteúdo alterou-se completamente. Assim, no primeiro momento, quando as juventudes em luta ocuparam as ruas²⁷, a esquerda tradicional, dentro e fora das instituições, não reconheceu as pautas e o potencial da luta, muitas vezes tratando-as como “antigoverno” e “anti-esquerda” (Nobre, 2013b; Alonso, 2017). Quando esta percebeu a intensidade dos protestos e tentou se mover e ocupar seu espaço nas ruas, em busca de defender a si mesma, já era tarde²⁸, e os manifestantes vestidos de verde e amarelo trataram os manifestantes vestidos de vermelho como “oportunistas”, “expulsando-as” das ruas. As tendências progressistas da revolta aos poucos foram sucedendo a eventos conservadores, recuando a passos largos o seu sentido político inicial²⁹. Com

27 O primeiro momento das revoltas de junho, segundo Judensnaider et al (2013: 27), teria sido construído pelo MBL e os seus aliados o PSTU, o PSOL, ANEL, sindicato dos Metroviários e o MTST – este de maneira mais distante.

28 A CUT e outras centrais sindicais chegaram a convocar paralisações gerais em São Paulo e em outros Estados. Entretanto, as paralisações tiveram pouca adesão, e seu efeito prático foi reduzido, já que das “centrais sindicais que participaram, muitas são completamente atreladas aos projetos de governo e é difícil para a população entender como elas, que apoiam mais ou menos o governo, de repente tornam-se parte de um movimento de oposição” (Antunes, 2014: 29).

29 Entre 2013 e 2014, mais de 43 grupos de direita se formaram, atuando como um sistema-rede dentro da Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos. Nessa confluência, cabe destaque ao Vem Pra Rua, Revoltados Online e o Movimento Brasil Livre. Sobre, ver, por exemplo: Alonso 2017; Tatagiba et al, 2015.

o recuo do MPL e do campo de esquerda, que se encontraram sem forças próprias para orientar os sentidos das ruas, assim como pelos próprios limites do projeto petista, setores à direita foram ganhando cada vez mais espaço nas ruas e fora delas, agora sem medo de “mostrar a cara” (Nobre, 2013b; Velasco e Cruz et al, 2015; Alonso, 2017; Duda da Silva, 2018).

Arnaldo Jabor³⁰, que havia criticado a manifestação do dia 12 de junho, classificando-as como um ato de “revoltosos da classe média”, mudaria de opinião no dia 17³¹, reconhecendo as manifestações como legítimas dentro da democracia, passando a pautar a PEC 37³² como uma proposta concreta a ser defendida nas ruas. Setores médios, que já orbitavam à luta contra a corrupção desde 2007, mas que até então não tinham conseguido emplacar suas reivindicações nas ruas de maneira massiva, encontram uma janela de oportunidades e tomam as manifestações de assalto. O gigante havia acordado e a multiplicidade de reivindicações observadas nos cartazes davam, agora, uma conotação

30 Para alguns autores, a cobertura enviesada da grande mídia pode ter contribuído para a virada discursiva que se observa nas manifestações depois do dia 13 de junho de 2013 – a conhecida “quinta-feira sangrenta” (Judensnaider et al, 2013).

31 Disponível em: 12/06/2013 < [32 Proposta de Emenda Parlamentar que buscou acrescentar o § 10 ao Art. 144 da Constituição Federal para definir a competência para a investigação criminal pela polícia federal e civil dos Estados e do Distrito Federal. A PEC foi rejeitada pela Câmara dos Deputados e arquivada no dia 25 de junho de 2013 devido às manifestações contrárias em todo o Brasil. No dia 22 de junho uma manifestação contra a PEC 37 levou 30 mil paulistanos a protestar na Av. Paulista. Segundo matéria do Último Segundo, a maioria dos manifestantes associavam a PEC 37 à luta contra a corrupção. Disponível em:< <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/sp/2013-06-23/pec-37-ganha-as-ruas-mas-poucos-sabem-o-que-e.html>>. & <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/446071-CAMARA-REJEITA-PEC-37-TEXTO-SERA-ARQUIVADO.html>>. Acesso em 26/07/2021.](https://globoplay.globo.com/v/2631566/< & 17/06/2013 < http://g1.globo.com/jornal-da-globo/videos/t/edicoes/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-novos-protestos-e-ressalta-forca-da-juventude/2640269/> . Acesso em 18/07/2021.</p></div><div data-bbox=)

Quando no momento da votação, em que a PEC foi arquivada, toda a bancada do PT votou contra, deixando o governo Rousseff sem “base aliada”.

diferente aos protestos³³. Uma nova vontade política mobilizada por setores médios, localizada à direita e de caráter conservadora, se formava³⁴ levando às ruas pautas como o fim da PEC 37, o fim do Programa Mais Médicos³⁵, a luta contra a corrupção e pela “eficiência do Estado”.

Assim, a partir desse momento, uma agenda neoliberal renovadora e conservadora passa a ser apresentada para a sociedade com cada vez mais vigor nos diferentes aparelhos privados de hegemonia, pautando a redução

33 Conforme Singer (2013: 25), “Surge quase um cartaz por manifestante, o que leva a uma profusão de dizeres e pautas: “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação”, “Queremos hospitais padrão Fifa”, “O gigante acordou”, “Ia ixcrever augu legal, maix fautô eduksão”, “Não é mole, não. Tem dinheiro pra estádio e cadê a educação”, “Era um país muito engracado, não tinha escola, só tinha estádio”, “Todos contra a corrupção”, “Fora Dilma! Fora Cabral! pt = Pilantragem e traição”, “Fora Alckmin”, “Zé Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar”, foram algumas das inúmeras frases vistas nas cartolinas.” Ver, também, por exemplo: Tatagiba et al, 2015; Alonso, 2017.

34 Chaloub e Perlatto (2016), por exemplo, apontam para o fato de que, desde pelo menos os escândalos ligados ao “mensalão”, o número de organizações que “se comportam como *think tanks* orientados para a defesa dos valores e das políticas liberais”, teve um forte crescimento, principalmente entre 2010 e 2013. Rocha (2019: 19), por sua vez, demonstra que, “Para além dos contatos, financiamento e maiores possibilidades de formação oferecidas à militância ultraliberal pelos *think tanks*, a formação de laços afetivos a partir da formação de uma identidade coletiva também foram decisivos para reforçar o pertencimento ao contrapúblico ultraliberal, e a permanência das organizações e grupos de militantes”. Para mais, ver, por exemplo: Rocha, 2015; 2017.

35 O Programa Mais Médicos prevê a contratação de profissionais estrangeiros para trabalhar nas periferias e no interior do país, assim como os estudantes de medicina teriam que atuar por dois anos no Sistema Único de Saúde (SUS). Em julho de 2013, a Federação Nacional dos Médicos (Fenam), e a categoria no geral, articularam uma série de protestos em mais de 12 Estados contra o programa federal. Os protestos ficaram marcados pela rejeição aos médicos cubanos. Disponível em: < <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/08/medicos-estrangeiros-sao-recebidos-com-protestos-com-medicos-do-ce.html>>. Acesso em: 26/07/2021.

da maioria penal³⁶, a “cura gay”³⁷, as privatizações de empresas estatais, a diminuição do Estado, entre outros. Sua imposição aos poucos assume a forma de radicalização, se fortalecendo nos acontecimentos que se seguem.

Todavia, ainda que as pautas “pós-materialistas”, como a luta contra a corrupção, possam ter se sobreposto às outras narrativas durante os atos de Junho de 2013, principalmente em seu “segundo momento”, que ocorreu a partir do dia 20, percebe-se que já em 2011 “a alta do dólar combinada à inflação de serviços” fez com que a variação do IPCA chegasse ao teto da meta, fechando o ano em 6,5%, “contribuindo para desacelerar o crescimento dos salários” (Carvalho, 2018: 62). Em decorrência dessa alta de preços, o consumo das famílias, que entre 2004 e 2010 teve um crescimento anual de 5,3% em média, chegando a 6,2% no ano de 2010, despencaria a partir de em 2011, passando para 4,8% e em 2012 para 3,5%, desacelerando novamente entre 2013 e 2014, quando o consumo privado cresceu apenas 0,9% e a taxa média foi de 3,1% (Carvalho, 2018: 63; Coggiola, 2016: 88).

A realidade de aumento dos preços e queda no consumo foi identificada nas ruas. Segundo o Instituto Datafolha, no dia 10 de junho de 2013, por exemplo, 51% dos manifestantes acreditavam que a inflação aumentaria. Já no dia 21, o “segundo momento”, no qual setores médios da sociedade localizados mais ao centro e à direita já eram majoritários nos atos, esse percentual subiu para 54%.

Portanto, a insatisfação com o aumento do custo de vida e a dificuldade em consumir determinados serviços estava presente nos atos, ainda que não se

36 Segundo o Instituto Datafolha, em pesquisa realizada em abril de 2013, 93% dos paulistanos eram a favor da redução da maioria penal de 18 para 16. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/04/1263937-93-dos-paulistanos-querem-reducao-da-maioridade-penal.shtml>>. Acesso em 20/08/2021.

37 O Projeto de Decreto Legislativo PDC 234/11 de autoria do Dep. Federal João Campos (PSDB-GO), conhecido como “cura gay”, altera resoluções do Conselho Federal de Psicologia, que proíbe que profissionais participem de terapias para alterar a identidade sexual do paciente ou que tratem a homossexualidade como doença, foi aprovada em votação simbólica na Comissão de Direitos Humanos da Câmara no dia 18 de junho de 2013, e arquivada no dia 07 de julho de 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/07/02/camara-aprova-requerimento-de-autor-da-cura-gay-e-retira-proposta-da-pauta.htm>>. Acesso em 26/07/2021.

apresentasse explicitamente como a pauta central, naquele momento. Pois, se levarmos em consideração que as classes médias, como já pontuado, associam o *mau uso da máquina pública* com a corrupção, não estaríamos de todo errados ao interpretar que elas tendem a relacionar os problemas do mercado de trabalho e do consumo com a luta contra a corrupção. Esta luta, por sua vez, carregaria, em si, mesmo que indiretamente, a insatisfação contra o aumento do custo de vida, já que o *mau uso da máquina pública em decorrência da corrupção* vinha há alguns anos afetando o seu modo de vida.

O ano de 2011 indicava o começo do processo de desaceleração econômica e de mobilizações nas ruas³⁸. Rousseff iniciou o seu primeiro mandato tendo que enfrentar o aumento de preços de alimentos generalizados, implicando em alta na taxa de inflação. Para Bolle (2016: 28), uma das razões para a alta inflacionária, para além da crise econômica internacional que o mundo enfrentava desde 2008, estaria “na expansão desenfreada do crédito público e dos gastos do governo, que, no embalo do resto do mundo, permitiu que a economia brasileira registrasse crescimento espantoso”. Se, no primeiro governo de Lula da Silva, o crescimento econômico teria sido marcado pelo ajuste fiscal e o *boom* das *commodities*, exportadas principalmente para o mercado chinês em ascensão no mercado mundial, a partir de 2006 verifica-se que um dos fatores determinantes para o crescimento econômico teria consistido no aquecimento do mercado de consumo interno. Esse movimento ocorreu por meio da implantação de políticas sociais de governo, tais como a valorização real do salário mínimo, o aumento dos investimentos públicos em infraestrutura, o fortalecimento do mercado de trabalho, transferência de renda, etc.

38 Nota-se, por exemplo, que a partir de 2011 uma série de movimentos de caráter progressista passaram a se organizar de forma descentralizada e se utilizando das redes sociais para se organizarem e convocarem manifestações. Dentre os mais marcantes podemos elencar: Churrasco da Gente Diferenciada (05/11), Marcha da Liberdade (05/11), Marcha das Vadias (06/11), Marcha Contra a Corrupção (09/11), Ocupa Sampa (10/11). Ao mesmo tempo, não podemos perder de vista, tal como apontado na *nota 18*, que desde 2010 um contrapúblico ultraliberal e militante se formava.

A partir de 2006, o crescimento econômico teve no setor de serviços o seu dinamismo. O setor da indústria nacional, por sua vez, acabou perdendo ainda mais seu protagonismo (Bielschowsky, 2012; Cano, 2014; Bresser-Pereira, 2016). Logo, esta dinâmica faria com que o crescimento por meio do consumo e aquecimento do mercado interno vazasse para fora a riqueza do país³⁹, já que “a demanda maior no mercado interno por produtos industriais estava sendo atendida, em grande medida, por produtos vindos de fora” (Carvalho, 2018: 43; Coggiola, 2016).

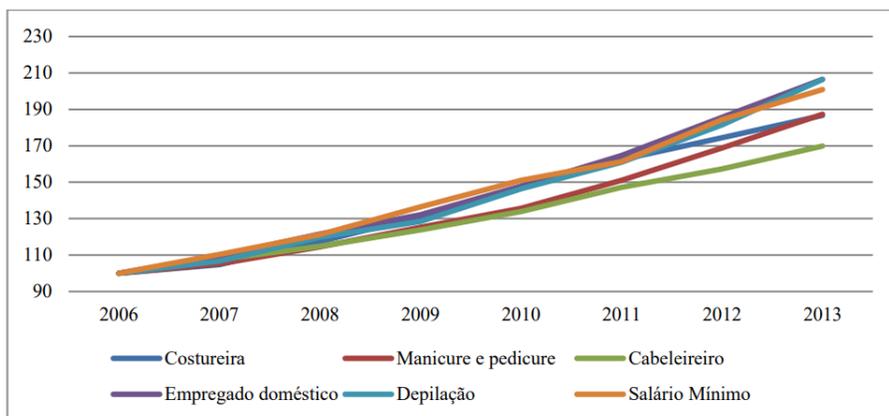
Outro fato que teria ajudado a alavancar ainda mais o imbróglio econômico no início da gestão de Rousseff foi a decisão política do governo chinês de “voltar-se para o [seu] mercado interno, diminuindo, igualmente, as suas taxas de expansão [e investimento externo]” (Singer, 2015: 47). A combinação de um mercado externo em desaceleração, tanto em razão da crise político-econômica de 2008, como pelo fim do ciclo do *boom* das *commodities* beneficiado pelo mercado chinês, em 2011; da indústria nacional enfraquecida (o que tende a diminuir os empregos de alta qualificação e as ocupações com maior rendimento) e o mercado de trabalho e de consumo interno aquecido (por meio do fortalecimento do setor de serviços, caracterizado por ocupações que exigem menos qualificação e com remuneração baixa, com média de até 2,5 salários mínimos), teria jogado a inflação brasileira ainda mais para o alto (Bolle, 2016; Carvalho, 2018).

No intuito de conter a aceleração da inflação de serviços, o governo Rousseff optou por adotar uma política de ajuste fiscal, de modo a frear a atividade econômica e, conseqüentemente, o dinamismo do mercado de trabalho e o crescimento dos salários (Bastos, 2017; Carvalho, 2018; Singer, 2018). Entretanto, “apesar do forte ajuste fiscal realizado em 2011, a desaceleração da economia não foi forte ou rápida o suficiente para neutralizar o impacto inflacionário da alta do dólar” (Carvalho, 2018: 65; Coggiola, 2016).

39 Segundo Coggiola, “Entre 2006 e 2013, os recursos transferidos para o exterior, a título de remessa de lucros e dividendos, por empresas estrangeiras, mais que dobraram, acumulando crescimento de 107%” (2016: 83). Para uma visão divergente sobre esse assunto, ver, por exemplo, Summa, 2016.

Simultaneamente, como a elevação do salário mínimo e as políticas de transferência de renda não ocorreram de maneira horizontal, quem mais se beneficiou com a implantação dessas políticas foram os/as trabalhadores/as no geral, em especial algumas categorias profissionais ligadas aos setores de serviços e as camadas pobres da sociedade (Pochmann, 2012; 2016; Summa, 2016). Estes fatores, juntamente com o crédito ampliado, contribuíram para que o consumo de bens primários se expandisse entre as classes populares, fazendo com que o preço de serviços como cabeleireiro, babá, domésticas etc., subissem para além da taxa média de inflação⁴⁰ (Carvalho, 2018; Summa, 2016).

Gráfico 1 – Salário mínimo e itens de serviços sensíveis ao mínimo desde 2006 (Índice)



Fonte: Summa, 2016: 747.

O que queremos ressaltar, neste momento, é que “esse tipo de inflação, causado por ganhos salariais de certas categorias de trabalhadores, foi sentido sobretudo pelos trabalhadores cujos salários cresciam menos – aqueles que se

40 Para Summa, entretanto, a relação entre o salário mínimo e a inflação deveria ser vista como uma relação mais indireta do que direta, pois os “poucos estudos sobre o tema e os dados analisados mostram que choques no salário mínimo não produzem impacto tão significativo sobre a inflação”, ao mesmo tempo, “isso não quer dizer que a política de valorização do salário mínimo tenha um papel tão reduzido em explicar a inflação brasileira recente” (2016: 752).

encontravam no meio da pirâmide [social]” (Carvalho, 2018: 46-47). Portanto, para além dos fatores éticos-morais, ligados à luta contra a corrupção, “fica claro que havia razões econômicas suficientes para a insatisfação cada vez maior dos setores do meio da pirâmide que acabaram se unindo aos protestos de Junho de 2013 e a favor do impeachment de Dilma Rousseff em 2015 e 2016” (Carvalho, 2018: 51).

Desse modo, uma agenda que rompe com o desenvolvimentismo-social da última década seria apresentada, apoiada por uma ação valorativa que visa os antidireitos trabalhistas e sociais, antimulheres e antiminorias, expresso nos avanços sociais da década lulista e asseguradas pela Constituição Federal de 1988 (Tatagiba et al, 2015; Bastos, 2017; Singer, 2018; Miguel, 2018; Duda da Silva, 2018).

As classes médias, vendo-se frustradas pelas decisões políticas tomadas pelos governos petistas em razão, de um lado, do alto custo de vida e, de outro, por se sentirem cada vez mais esmagadas pelo conflito distributivo e excluídas do sistema político (como forma de representação dos seus interesses imediatos), começam a movimentar-se de maneira cada vez mais incisiva contra o governo Rousseff. Todavia, antes de avançarmos, se faz necessária a apresentação de outras determinações que, em seu conjunto, nos ajudam a interpretar o processo que culminou com o golpe de Rousseff em 2016.

1.3 Inflexão econômica e política entre 2014 e 2016

Por mais que já fosse possível identificar uma tentativa de organização das pautas típicas das classes médias antes da campanha presidencial de 2014, foi apenas após a eleição que essa “reação conservadora” (Cavalcante, 2015) constituiu-se como uma forma mais nítida de protesto. Ou seja, de certo modo o pleito de 2014 representou um divisor de águas para os eventos que duraram até o golpe parlamentar em 2016.

Quando analisamos o ano de 2014 pela perspectiva econômica, temos, de um lado, que este ano “desvelaria os piores resultados econômicos em quase duas décadas, a soma de todos os erros cometidos anteriormente” pelos governos

petistas⁴¹ (Bolle, 2016: 201-202); de outro, foi também o ano em que “o PIB do Brasil era maior do que o da Índia, da Rússia e da Itália”, o que poderia indicar para uma estabilidade econômica (Singer, 2018: 11-pdf). Entretanto, como já tratado, a inflação demonstrava uma forte pressão ascendente, perdurando desde 2011. “Após fechar o ano de 2013 em 5,91%, a inflação medida pelo IPCA chegou em setembro de 2014 a 6,75% no acumulado em doze meses⁴²” (Carvalho, 2018: 95). Com isso, em 2014 “o Brasil registrou o primeiro ano de déficit primário do governo central⁴³” (Carvalho, 2018: 87). Um dos efeitos imediatos para a desaceleração econômica e para a alta inflacionária consistiria em que “o ciclo longo de ampliação do consumo e do investimento residencial [também] desacelerou⁴⁴” (Bastos, 2017: 24). O crédito para o consumo estava esgotando-se,

41 Para mais, ver, por exemplo: Carvalho, 2018.

42 Ainda conforme Carvalho (2018: 95), “Essa aceleração da inflação, em boa parte causada pela alta do dólar, se deu em meio a uma desaceleração da economia, que havia fechado o ano de 2013 com 3% de crescimento real, mas cresceu em 2014 apenas 0,5%, a menor taxa anual desde a crise internacional de 2008-9.”

43 Portanto, “o resultado primário ajustado é de -0,9% do PIB, ante 0,2% de superávit no pior resultado da série, observado em 1997.” (Carvalho, 2018: 85).

44 De maneira complementar, Bastos (2017: 25) pontua que “A desaceleração cíclica de 2014 foi reforçada pelo impacto do ciclo de elevação de taxas de juros iniciado em abril de 2013 depois da elevação do estoque de dívidas com imóveis e bens duráveis, encarecendo sua rolagem. O consumo das famílias continuou desacelerando para crescimento de 2,3% em 2014 (3,5% em 2012 e 3,6% em 2013), sobretudo para bens de mais alto valor agregado, apesar do aumento de 4,1% da massa salarial real. O crédito com recursos livres para pessoas físicas decresceu em termos reais (cresceu nominalmente 5,5% para inflação IPCA de 6,41%), refletindo o esgotamento da demanda reprimida por automóveis. É difícil alegar que houve boicote bancário, pois o crédito pessoal com recursos livres ainda cresceu 11,1% (desacelerando do crescimento de 14,7% em 2013), de modo que a queda resultou da contração do crédito para aquisição de automóveis, que caiu 4,5% (já contraíra 0,2 em 2013). O crédito com recursos direcionados, contudo, cresceu 24,9%, sendo que o crédito imobiliário (quase 70% do total e 234% maior que o crédito para aquisição de automóveis) cresceu 24,9%. Com isso, o crédito total para pessoas físicas ainda cresceu 13,3% (BCB, 2015). Dada a concentração dos empréstimos para investimento residencial, o comércio sofreu queda real de 1,8%. Como o consumo tem um peso de 62,5 % no PIB, a desaceleração cíclica impactou fortemente na desaceleração da renda e do emprego, a despeito do impacto favorável da construção civil. A taxa de desocupação aumentou de 6,5% em 2013 para 6,9% em 2014, segundo a Pnad-IBGE.”

em queda desde 2012, apresentando no ano de 2013 o seu pior desempenho nos últimos dez anos, “empatando com o desempenho do PIB (2,3%), ou seja, estancou” (Coggiola, 2016: 81). A regressão do consumo era generalizada, incluindo tanto o consumo das famílias das classes médias como das classes populares⁴⁵.

Em 2014, a conjuntura política e o sistema político representativo ainda sentiam o impacto das fortes manifestações de junho de 2013. No embalo das revoltas de Junho, surgiram os protestos contra os megaeventos para sediar a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016, abalando ainda mais o tecido político e social brasileiro. As ruas continuaram em grande efervescência. O MTST, por exemplo, conseguiu, em maio de 2014, colocar, pela primeira vez, trabalhadores/as sem teto para lutarem por moradia digna em mais de oito capitais do país. Juntamente com as lutas populares, teve lugar as greves, que tomaram conta do país⁴⁶. Uma das mais emblemáticas tendo sido a “greve dos garis” na qual, durante o carnaval, trabalhadores/as de limpeza urbana paralisaram suas atividades exigindo melhores condições de trabalho e salário⁴⁷. No

45 Nesse contexto de incertezas econômicas, “Uma parte do capital financeiro internacional baixou o polegar para Dilma Rousseff. A agência de classificação de risco Standard & Poor’s reclassificou o Brasil no nível mais baixo do chamado “grau de investimento”: um ponto mais em baixo significaria o sinal para uma fuga maciça de capitais, os mesmos que com seu fluxo externo tinham mantido o precário equilíbrio das contas do país. A resposta do BC foi a elevação da taxa básica de juros (Selic) até 11%, ou seja, mais remuneração para o capital financeiro investido em títulos públicos do país. Os acenos feitos pelo governo aos especuladores internacionais no Fórum Econômico Mundial de Davos, que Dilma qualificou de nova “Carta aos Brasileiros” (aquela que garantiu o sinal verde do capital internacional para a vitória eleitoral de Lula em 2002), não foram suficientes” (Coggiola, 2016: 82).

46 Segundo Coggiola (2016: 80), durante o ano de 2014, “15 mil petroleiros de Cubatão cruzaram os braços rejeitando a proposta de reajuste salarial da patronal. Professores de todos os ciclos (fundamental, secundário, terciário, universitário) e de todos os setores (federal, estadual, privado) protagonizam uma inédita onda de lutas em todo o Brasil, embora sem coordenação devido à dispersão sindical”.

47 Para Braga (2017: XX), esta teria sido “uma vitória incontestável de um movimento grevista deflagrado contra a vontade da burocracia sindical e liderado por um dos grupos mais precários de trabalhadores que podemos imaginar. E, afinal, como explicar que esses trabalhadores tenham logrado atropelar um sindicato comprometido com o poder municipal, enfrentado ameaças de demissão, resistido à repressão policial, conquistado a simpatia popular e derrotado um governo tão poderoso quanto

setor público, por sua vez, houve greves dos petroleiros, dos rodoviários de Porto Alegre, bancários, os metroviários de São Paulo, metalúrgicos, operários da construção civil, professores estaduais e universitários⁴⁸, em setores sindicais ligados à CUT, CSP-Conlutas e a Força Sindical (Coggiola, 2016; Braga, 2017). Segundo dados do Dieese, em 2014 foram registrados 873 pontos de greves, com quase 87 mil horas paradas. Para Braga (2017), entretanto, as greves sindicais entre 2013 e 2014 se localizavam defensivamente, ou seja, eram lutas pela defesa de direitos sociais e trabalhistas contra as políticas de austeridade fiscal praticadas pelo governo Rousseff desde 2011, e que intensificaram-se a partir de 2015, na busca pelo “equilíbrio fiscal” nas contas do governo, de modo a diminuir o “custo Brasil” – outro termo para falar da recuperação da taxa de lucro dos capitalistas por meio de reformas trabalhista, previdenciária e sociais⁴⁹. Esse

o da cidade do Rio de Janeiro? Além da coragem pessoal e da disposição combativa demonstradas pelos garis, sua engenhosidade foi decisiva para a vitória do movimento. Instintivamente, os trabalhadores cariocas da limpeza urbana construíram o que poderíamos chamar de “política simbólica do trabalho”.

Ainda segundo o autor, “A partir de então, inspirados no exemplo carioca, movimentos semelhantes eclodiram em Santo André, Belo Horizonte e Curitiba”. Ver também, por exemplo, Coggiola, 2016.

48 Segundo Coggiola, “Em 2014, em São Paulo, a greve de 120 dias das universidades estaduais paulistas, com sistemáticas assembleias e mobilizações de rua, junto com outras greves do funcionalismo público do país, foi um símbolo do início da nova etapa.” Já “Em 23 de fevereiro, os professores da rede pública do Distrito Federal entraram em greve, cobrando abono de férias e décimo terceiro salário atrasados. Em 8 de março tem início a greve dos professores do Estado de São Paulo, que duraria mais de três meses. Greves de professores estaduais ocorreram também em: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Pernambuco”. (2016: 97-98).

49 Diante da crise econômica que se estendia no ano de 2015, com corte de investimento público e desinvestimento do setor privado, uma série de greves no setor privado desencadeou-se. Na Volkswagen do ABC paulista os trabalhadores entraram em greve por tempo indeterminado pela readmissão de 800 trabalhadores dispensados em 6 de janeiro. A Mercedes Benz, por sua vez, demitiu outros 244 trabalhadores. Em janeiro, os metalúrgicos do ABC realizaram uma grande manifestação, com mais de vinte mil pessoas ocupando as faixas da Rodovia Anchieta, com trabalhadores da Volks, Mercedes, Karmann Ghia e vários outros setores das principais fábricas da região. Em fevereiro, trabalhadores da GM, em São José dos Campos, deflagraram greve contra o plano da empresa de demitir 800 empregados da planta local (Coggiola, 2016; Dieese, 2016). Sobre o cenário grevista diante deste contexto, ver, também, Marcelino e Galvão (2020).

cenário nos indica, de certo modo, que no contexto em que se desenvolveu o processo de impedimento de Rousseff havia, na sociedade, insatisfações generalizadas. Entretanto, seriam as forças políticas em disputa presentes nas manifestações pelo impedimento que revelariam o seu caráter e o propósito político.

Rousseff, que durante a sua tentativa de reeleição apresentou um projeto desenvolvimentista e progressista, passou, logo após o término do segundo turno, a flertar com a agenda neoliberal, nomeando Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, numa tentativa de agradar setores da economia e do mercado financeiro (Bastos, 2017; Carvalho, 2018; Singer, 2015; 2018). Para Singer (2015), por exemplo, esse movimento de Rousseff, de “recuar passo a passo”, teria sido uma escolha política de modo a não entrar em confronto com a “frente antidesenvolvimentista”, uma “coalizão rentista”, formada pelo “o capital financeiro e a classe média tradicional”, como uma reação ao que consideravam ser a prática de um ativismo estatal exercida durante o primeiro governo da presidente. A finalidade dessa frente era tentar barrar os avanços das políticas sociais dos governos petistas, como uma forma de não perder de vista a “hegemonia futura” (Singer, 2015). Assim, diante da pressão econômica, social e política, Rousseff, na tentativa de assegurar a governabilidade, teria praticado o que foi denominado como “estelionato eleitoral”, modificando o programa com o qual ganhou a eleição e executando o ajuste fiscal defendido pelos economistas neoliberais (Bastos, 2017; Carvalho, 2018; Singer, 2015; 2018). De um lado, tal manobra ajudou a afastar ainda mais a presidente de sua base eleitoral; de outro, as políticas de austeridade tiveram pouca influência sobre as classes dominantes e sobre os setores médios (Cavalcante, 2015), em relação aos seus sentimentos e vontades “contra a ascensão social dos de baixo” (Bastos, 2017: 44) e o fim da “era lulopetista”.

Com uma vitória apertada no segundo turno contra seu adversário tucano, Aécio Neves (PSDB)⁵⁰, o desgaste político do PT e do governo Rou-

50 Rousseff foi reeleita, no segundo turno das eleições de 2014, com 51,6% dos votos contra 48,3% de Aécio Neves, no segundo turno. Disponível em: <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/>

sseff, iniciado um ano antes⁵¹, se potencializou. Assim, a eleição presidencial de 2014 teria representado o resultado de uma série de acontecimentos políticos e sociais, fazendo com o que, depois de quase vinte anos de disputas no pleito federal, esta fosse a mais polarizada entre o PT-PSDB⁵².

O PSDB, portanto, representou, na eleição de 2014, os anseios partidários das elites e dos setores médios alinhados com as políticas conservadoras e neoliberais. Essa aliança teria ganhado força desde o “realinhamento eleitoral” (Singer, 2012) ocorrido no ano de 2006, na qual as classes médias voltaram-se para o PSDB como seu principal representante partidário nas disputas majoritárias federais. Os setores médios, localizados à direita no sistema político e que foram às ruas em 2013, viram na oposição tucana⁵³ a expressão de uma candidatura com tendências a realizar o programa de diminuição dos gastos públicos e eficiência na gestão do Estado, por meio de políticas de austeridade, contra direitos sociais e trabalhistas e a favor das privatizações.

Diante deste contexto, o Movimento Brasil Livre⁵⁴ (MBL) surge como um ator importante para a articulação dos setores médios, como oposição aos

noticia/2014/10/dilma-rousseff-e-reeleita-com-545-milhoes-de-votos-no-segundo-turno.html. Acesso em: 08/12/2021.

51 Até o início de junho de 2013, a aprovação do governo Rousseff, segundo o Datafolha, estava acima do 60%, já três meses depois, ou seja, após as jornadas de junho de 2013, cairia para 43%.

52 Cabe frisar, entretanto, que a disputa eleitoral no primeiro turno ocorreu principalmente entre Rousseff e Marina Silva, que se apresentava como a “novidade” política de renovação. Apenas às vésperas do primeiro turno foi que o candidato tucano conseguiu o apoio do eleitorado, possibilitando-o chegar ao segundo turno. Essa dinâmica, por sua vez, indicaria que o próprio “modelo em dois polos”, ou seja, a polarização eleitoral protagonizada por PT e PSDB desde 1994, estava em crise.

53 Entendemos que essa associação, de eleitores das classes médias com o PSDB, deve ser matizada e relativizada, já que em 2014, por exemplo, até às vésperas do primeiro turno, parte desse eleitorado indicava votar em Marina Silva. Por sua vez, ainda que a representação tucana seja relativizada, cabe notar que, de certa forma, o programa econômico e político de Marina Silva naquele pleito não se distanciava do apresentado por Aécio Neves (Nobre, 2020a; Coggiola, 2016).

54 O MBL surgiu na emergência das pautas neoliberais e conservadoras durante as revoltas de junho de 2013, aglutinando principalmente jovens e adultos dos setores médios de todo o Brasil, mas principalmente das regiões sudeste e sul. “O Movimento surge primeiramente como página

governos petistas. Assim, durante a campanha eleitoral para a presidência, o MBL promoveu, por meio do uso da internet e das redes sociais, diversas ações em busca de impulsionar a campanha do candidato tucano, apresentando uma agenda econômica e social de oposição, com um programa político que tinha como intuito barrar o que denominavam como “a Era Lulopetista”.

Os resultados deste pleito eleitoral indicam que, de um lado, o PT obteve a sua pior performance em eleições majoritárias⁵⁵, elegendo a sua menor bancada de deputados federais desde a vitória de Lula em 2002⁵⁶; de outro, o de que haveria, naquele momento, uma tendência para o declínio dos partidos tradicionais – o que poderia reforçar a crise de representação política que o país enfrentava desde os escândalos de corrupção envolvendo a figura de Lula da Silva e do PT (Gallego, 2016), assim como em decorrência das revoltas de Junho de 2013, com sua crítica ao sistema político como um todo (Nobre,

no Facebook no dia 17 de junho de 2013, no protesto que mudaria os rumos do levante popular. Conforme Juliano Torres, diretor executivo do Estudantes Pela Liberdade (EPL), o MBL foi “uma marca criada pelo EPL para participar das manifestações de rua sem comprometer as organizações americanas que são impedidas de doar recursos para ativistas políticos pela legislação da receita americana (IRS)”. Analisando a página do Facebook do MBL, observa-se que o primeiro ato convocado ocorreu no dia 20 de junho de 2013, uma “Manifestação pela Desestatização do Transporte Coletivo” na cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Haveria, portanto, uma diferença nítida entre os protestos convocados pelo Passe Livre, precursor dos protestos de junho de 2013, que entendia que o transporte público deveria ter mais participação do Estado e menos do setor privado, do MBL, que pregava a desestatização do transporte público em benefício do setor privado. Ainda em junho de 2013 mais quatro atos seriam convocados pelo MBL, três no dia 24 e um no dia 26 de junho. Olhando especificamente para os atos do dia 24 de junho observa-se que um ocorreu em Porto Alegre, com participação de Fábio Ostermann, outro no Rio de Janeiro e mais um em Belo Horizonte, com a presença de Juliano Gomes, demonstrando a ligação entre o EPL e o MBL. Já no dia 26 de junho, em manifestação convocada em Brasília, pela primeira vez utilizam as palavras de ordem “menos PT, mais Mises.” (Duda da Silva, 2018: 87-88).

55 Nas eleições de 2002 e 2006, Lula da Silva obteve 61,3% e 60,8% respectivamente. Rouseff, em 2010, alcançou 56% dos votos totais no segundo turno, contra 51,6% em 2014. A análise de longo prazo nos mostra, também, que a tendência de voto no PT nos segundos turnos em eleições majoritárias vinha caindo eleição após eleição, evidenciando suas próprias contradições no decorrer do tempo.

56 Foram 70 eleitos em 2014, contra 91 em 2002, por exemplo.

2013b; 2020a). Evidencia-se, também, o aparecimento de uma nova direita no congresso federal⁵⁷, que teria surgido entre as eleições de 2006-2010 e consolidou-se em 2014 (Codato et al, 2015: 132-133)⁵⁸. A formação de um congresso mais conservador⁵⁹ no pleito de 2014 teria sido um elemento importante para o resultado do golpe parlamentar em 2016, representando um espelho invertido em relação às revoltas de junho de 2013. Contudo, essa tese não nos parece suficiente para a explicação do golpe parlamentar contra Rousseff.

As eleições traduziriam apenas uma parte dos anseios que estavam presentes nas ruas a partir das revoltas de Junho, àquelas ligadas ao seu “segundo momento”, cujas pautas foram representadas por setores à direita. As lutas por melhores serviços públicos e de qualidade transformaram-se em “eficiência” e redução do Estado, com uma distorção da *vontade política popular* presente nas ruas em seu “primeiro momento”. Ao manter-se, assim, desconectado das lutas sociais e sindicais e ao “trair” o seu programa progressista apresentado durante a campanha eleitoral, o governo Rousseff manteve seu “corpo vivo” mas existindo como um “zumbi sem alma”, se decompondo com a perda de popularidade e representatividade, fragilizando ainda mais sua defesa no momento em que se inicia as manifestações pelo impedimento, já que as escolhas políticas de seu governo deixaram-na cada vez mais sem o apoio das classes populares para defendê-la quando necessário (Coggiola, 2016; Braga, 2017; Carvalho, 2018; Singer, 2018).

57 Sobre uma discussão acerca do debate das “novas direitas”, ver, por exemplo: Velasco e Cruz et al, 2015; Rocha, 2019; 2020; Duda da Silva, 2018.

58 Cabe notar, segundo Codato et al (2015: 134), que a nova direita no congresso, naquele momento, era “um fenômeno político da região Sudeste do Brasil”.

59 Principalmente representados nas figuras do “pemedebismo” (Nobre, 2013a; 2016) e de Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, que, segundo Limongi (2015: 107), “ganhou as credenciais para liderar a oposição ao governo Dilma”, aceitando a abertura do processo ao final de 2015. Para Coggiola (2016: 82), “A “rebelião parlamentar” do PMDB, apresentada como uma encenação com vistas a ampliar a cota do partido no futuro governo da própria Dilma, saiu do seu leito para transformar-se em rebelião pluripartidária dentro da base “aliada” de 18 partidos”.

Desse modo, os anseios conservadores e os conflitos morais de uma parte da sociedade e que se tornaram mais intensos neste período (Gallego, 2018; Prandi; Carneiro, 2018; Nobre, 2013b), ganharam representantes orgânicos no congresso nacional. Prandi e Carneiro (2018: 18), por exemplo, entendem que “as justificativas oferecidas pelos deputados ao votar a favor ou contra a continuidade do processo de afastamento da presidente, em grande medida, deixaram para trás as razões alegadas para a instauração do processo”, atribuindo os votos “a ideais e valores de ordem moral, sobretudo a defesa da moral tradicional, que estaria em perigo com a continuidade do governo de Dilma Rousseff”. Pode-se dizer, assim, que houve uma relação entre a representação política parlamentar conservadora e moralista, movida pelos sentimentos de anticorrupção e antipetismo, no voto pela abertura do processo de impedimento de Rousseff, como expressão do posicionamento político das classes médias presentes nas manifestações de rua.

A radicalização da atuação política das classes médias no pós-eleição ficaria evidente quando, uma semana após o término do segundo turno, no dia 1 de novembro de 2014, foi organizado um protesto contra o resultado das urnas, exigindo a retirada da presidente recém-eleita⁶⁰. O movimento pelo afastamento da presidente petista foi rapidamente crescendo e ganhando novos adeptos a cada semana⁶¹. A partir de 2015, as manifestações exigindo o afas-

60 O ato foi convocado pelas redes sociais, sem a identificação de lideranças orgânicas claras naquele momento. Entretanto, o ato marcou a presença de figuras como a do cantor Lobão, Eduardo Bolsonaro, então eleito deputado federal por São Paulo, que teriam participação importantes nas manifestações pró-impedimento. O ato também pode ser marcado pela ascensão do conservadorismo e o fortalecimento da direita e extrema-direita na sociedade brasileira. Sobre a manifestação, ver: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542047-ato-em-sao-paulo-pede-impeachment-de-dilma-e-intervencao-militar.shtml?cmpid>>. Acesso em: 29/03/2022.

61 Uma semana depois do primeiro ato, “Em 15 de novembro, conseguem levar 10 mil pessoas para a Avenida Paulista. Motivado pelo andamento da operação Lava-Jato, o protesto tem como tônica a corrupção, com palavras de ordem como “Lula, pai do Mensalão”, “Dilma, mãe do Petrolão”, a defesa do juiz Sérgio Moro e da Operação Lava-Jato, assim como pedidos de afastamento, renúncia e impedimento de Dilma Rousseff” (Duda da Silva, 2018).

tamento de Rousseff passaram a reunir milhares e milhares de pessoas, numa sequência de atos de rua (**Tabela 1**).

Quando, por exemplo, procuramos apreender o descontentamento e a presença das classes médias durante essas manifestações⁶², exigindo a retirada de Rousseff, o que vemos é que a gramática discursiva central sobre a qual se apoiavam os atores em cena consistia na narrativa anticorrupção e o antipe-tismo⁶³ - que por sua vez se transformaria num sentimento antissistema⁶⁴. Em outras palavras, a gramática que apareceu pela primeira vez mobilizada pelas classes médias em 2007, ganhando força no segundo momento das revoltas de Junho de 2013, solidificou-se de vez a partir do resultado da eleição de 2014 e das convocações para as manifestações de rua.

62 O descontentamento e a presença de setores médios foi capturada e demonstrada em diversas pesquisas e análises, por exemplo, em: Datafolha 2015a; 2015b; 2015c; Ortellado; et al, 2015; Gallego; Ortellado, 2015; Cortés; Trópia, 2015; Gallego et al, 2016; Tatagiba et al, 2015; Fundação Perseu Abramo, 2016; Galvão, 2016; Cavalcante; Arias, 2016.

63 O discurso contra a corrupção encontrou apoio de setores da classe média desde pelo menos 2007, se acentuando após a disputa eleitoral de 2010. Importante notar a contribuição da cobertura jornalística nesse período. Segundo Junior e Sassara (2016), nas disputas presidenciais entre 2010 e 2014, 95% de matérias com conteúdo sobre escândalos de corrupção foram referentes à administração petista, contra 5% de matérias relativas a escândalos durante os governos tucanos, por exemplo.

64 Para mais ver, por exemplo: Nobre, 2013b; 2020a; 2020b.

Tabela 1 - Atos e número do público presentes durante as manifestações pelo impedimento de Rousseff na cidade de São Paulo entre 2014 e 2016

Ato	Data	Público+
Impeachment já!	01/11/2014	2.500 mil
Mais Brasil, menos PT / Impeachment de Dilma	15/11/2014	10.000 mil
Mais Brasil, menos PT – São Paulo na rua	06/12/2014	—
Impeachment de Dilma	15/03/2015	210 mil
Impeachment de Dilma	12/04/2015	100 mil
Impeachment de Dilma / Contra Corrupção	16/08/2015	135 mil
Impeachment: com o povo na rua, agora vai	13/12/2015	45 mil
Mega Manifestação: Impeachment já	13/03/2016	500 mil
Juntos pelo Impeachment	17/04/2016	250 mil

Fonte: Elaboração própria a partir de Tatagiba, Trindade & Teixeira, 2015, p. 199;
Folha de S. Paulo.

Cabe, neste momento, caracterizar o perfil dos presentes nas manifestações a favor do impedimento de Rousseff, sem realizar vinculações diretas entre o perfil socioeconômico dos manifestantes com o conceito marxiano de classes sociais, com a finalidade de descrever sociologicamente. O objetivo é evidenciar os pressupostos levantados anteriormente, ou seja, uma possível relação entre *a representação parlamentar conservadora e moralista, movida pelos sentimentos de anticorrupção e antipetismo, e que serviram como a expressão do posicionamento e da atuação política das classes médias presentes nas manifestações de rua.*

Sociologicamente, nota-se que o perfil dos manifestantes, segundo pesquisa realizada pelo Datafolha, referente ao público presente nos atos na cidade

de São Paulo, era predominantemente formado por indivíduos de setores médios. Conforme observado (**Tabela 2**), a parcela dos manifestantes com até 2 salários mínimos não chega a 10%, atingindo o máximo 7% do público no primeiro ato de 2015. Os manifestantes que ganham acima de 20 salários mínimos tiveram sua melhor participação também no primeiro ato, em março de 2015, com 19%, caindo subsequentemente até chegar a 13%. Por sua vez, o grosso dos manifestantes pode ser encontrado no perfil acima de 2 salários mínimos, principalmente o percentil que vai de 5 salários mínimos até 20 salários mínimos, que corresponde a maior parcela dos manifestantes, mantendo uma participação ativa por volta dos 25% nos atos de rua. No que diz respeito à escolaridade, a formação de nível superior foi identificada em mais de 70% dos manifestantes, em todos os atos.

Tabela 2 – Perfil socioeconômico dos manifestantes nos atos pelo impedimento de Rousseff – São Paulo, 2015-2016

	15/03/2015 Datafolha	12/04/2015 Datafolha	16/08/2015 Datafolha	13/12/2015 Datafolha	13/03/2016 Datafolha
Acima de 20 s.m	19	16	17	18	13
De 10 a 20 s.m	22	25	25	26	24
De 5 a 10 s.m	27	24	25	25	26
De 2 a 5 s.m	22	22	21	20	25
Até 2 s.m	7	6	6	6	6

Fonte: Elaboração própria a partir de: Datafolha (2015 e 2016).

Portanto, a partir dessa caracterização socioeconômica, podemos dizer que as manifestações a favor do impedimento de Rousseff teriam sido, em sua grande maioria, formadas pelas classes médias, ou seja, aqueles que possuem renda média e média alta, nível superior de escolaridade e majoritariamente branca, sendo profissionais que variam entre médicos, empresários, advogados, profissionais

liberais etc. (Tatagiba, 2015; Gallego, 2016). Este seria o perfil de um grupo social que, desde 2007, compõe os atos contra os governos do PT, formando, de certa forma, a base do antipetismo⁶⁵ (Gallego, 2016: 130; Tatagiba, 2017: 88).

No que diz respeito à relação entre o perfil dos manifestantes e a representação eleitoral, em certa medida, vemos, por exemplo, no trabalho de Paiva et al (2016: 653), que, ao procurar caracterizar o eleitor antipetista⁶⁶ entre as eleições de 2010 e 2014, identificam este eleitor como sendo “predominantemente de cor branca, possui maior escolaridade e está em número superior ao dos demais eleitores nos estratos de maior renda familiar mensal, de camadas sociais mais elevadas e entre os empregadores”, constituindo, ao mesmo tempo, “um fenômeno, majoritariamente, da região Sudeste, principalmente paulista”. De modo a precisar mais detidamente este ponto, os dados reforçam aquilo que Singer (2012) caracterizou como sendo um processo de realinhamento eleitoral que teria ocorrido durante as disputas pelo pleito federal em 2006, consistindo no afastamento do voto das classes médias em candidatos majoritários do PT.

O ativismo antipetista das classes médias, juntamente com a luta anticorrupção, na medida em que “ofereceu a energia para o[s] protesto[s], transformando insatisfações difusas em engajamento ativo com uma causa⁶⁷” (Tatagiba,

65 Para Tatagiba, o sentimento de antipetismo, principalmente após eleição de 2014, ganha contornos mais amplos. Assim, “O antipetismo não se dirige apenas ao PT, mas às esquerdas de uma forma ampla. Ao atacar o principal partido de esquerda no Brasil, ele visa desacreditar a esquerda como detentora de um projeto legítimo e moderno de nação” (2017: 88).

66 Conforme Tatagiba (2018: 121), “O antipetismo tem uma dupla face: por um lado, é um fenômeno político-eleitoral que integra o que se convencionou chamar de *negative partisanship*, a rejeição exclusiva a um partido; por outro lado, é um fenômeno sócio-político que se expressa no ódio ao PT”. De maneira complementar, Ribeiro, Carrerão e Borba (2016), desenvolvem uma pesquisa em que procuram caracterizar o que denominam como uma identidade partidária negativa, cuja rejeição do eleitor é direcionada a partidos específicos, como é o caso do PT, na qual a “evolução antipetista” nas eleições vai de 28% em 2002 para 40% em 2014.

67 Ainda conforme Tatagiba (2018: 123), “Como fenômeno sociopolítico, o que define o antipetismo não é apenas rejeição ao PT, mas o ódio ao PT, um sentimento com forte potencial mobilizador. Foi o ódio ao PT, performado nos confrontos públicos, que permitiu aos manifestantes, a maioria deles sem experiência prévia em protestos, construir-se como coletividades”.

2018: 121), teria reverberado, também, nas eleições e em seus representantes, principalmente na Câmara dos Deputados (Codato et al, 2015).

Para Gallego (2016: 130), de certo modo, estas “*insatisfações difusas*” que teriam possibilitado o “*engajamento ativo*” das classes médias poderiam ser descritas como “um certo sentimento de mágoa de classe”. Para a autora, “a ideia de que a classe média, a que sustenta o país com seus impostos, tem sido vítima de tantos anos de governo petista em prol de uma política paternalista e eleitoralista voltada aos mais pobres, aos destinatários das cotas, do bolsa família, dos cuidados do governo” (Gallego, 2016: 131), seriam motivos razoáveis para o seu engajamento político. Esta “*mágoa de classe*”, devido a “*uma política paternalista e eleitoralista*” por parte dos governos petistas, se expressaria, por exemplo, nas respostas dos entrevistados durante as manifestações pelo impedimento, quando indagados sobre temas relacionados às políticas sociais e afirmativas implementadas durante as gestões de Lula da Silva e Rousseff. Segundo Gallego,

Dos entrevistados, 70,90% afirmavam que cotas nas universidades geram mais racismo; 60,40% pensavam que bolsa família só financia preguiçoso; 74,80% eram contrários ao programa Mais Médicos; 70,40% afirmavam total ou parcialmente que é justo que quem estudou e se esforçou mais na vida tenha alguns privilégios e 79,50%, que negros não devem usar a cor da pele para conseguir privilégios como cotas raciais (2016: 131).

Desse modo, haveria uma dinâmica na atuação política das classes médias neste início de século XXI que, para “além da indignação contra a corrupção dos governos petistas e contra uma situação econômica dramática”, teria se apresentado como “uma indignação de classe, de quem se sente desfavorecido, excluído” (Gallego, 2016: 131).

Na mesma linha apontada por Gallego, ou seja, investigações que vão além das questões morais relacionadas às possíveis práticas de corrupção cometidas pelos governos petistas, diferentes autores procuraram ressaltar o fato de que a ação política das classes médias consistiria, antes, uma indisposição

classista – em outras palavras, os setores médios se mobilizaram como forma de “uma reação político-ideológica” no intuito de sustentar seus privilégios sociais e políticos contra as políticas sociais e afirmativas de governo que, de maneira direta ou indireta, atacam os “méritos individuais” típicos do modo de vida das classes médias (Cavalvante, 2015; Saad-Filho; Boito Jr., 2016; Souza, 2018).

Todavia, ao invés de descrevermos este cenário por meio de *uma indignação* que existe *para além da outra*, talvez seja mais interessante apreender essas *indignações e reações*, que se constituíram em *engajamento ativo*, como uma forma política que faz parte do repertório de ação política das classes médias brasileiras, e que teriam, na luta contra a corrupção, um modo de ser mais evidente e orgânico de manifestação.

Para Martuscelli (2016:5-6), por exemplo, a atuação política das classes médias na luta contra a corrupção poderia ser “caracterizada como um expediente tático” que tem como intuito “desgastar forças sociais influentes no processo político para fazer valer seus interesses particulares” e que “nunca aparece[m] dissociada[s] de uma posição acerca da política econômica e social executada por um determinado governo”. A luta contra a corrupção seria uma tática política pois, na medida em que se apresenta “sob um véu universalista”, as classes médias tendem a ser seletivas em sua ação política, já que “a seletividade do alvo a ser combatido tem relação profunda com os interesses e a correlação das classes em conflito na cena política” (Martuscelli, 2016:5-6). Conforme Martuscelli,

O clamor pela substituição de políticos desonestos por políticos honestos e ilibados, presente nas manifestações contra a corrupção, não é simplesmente uma evidência de ingenuidade ou cinismo de seus porta-vozes, é principalmente um sintoma dos limites do conteúdo da própria luta contra a corrupção. Com isso, é possível considerar que tal luta aparece nessas conjunturas como um expediente tático seletivo inscrito na própria lógica de reprodução da dominação burguesa no Brasil e diz respeito, portanto, à dinâmica dos conflitos de classe funcionais a tal dominação (2016: 6).

Por meio dessa perspectiva, a luta contra a corrupção seria “*um expediente tático*”, uma forma de ideologia dominante que opera nas relações sociais de maneira seletiva na ação política das classes médias. A luta travada pelas classes médias contra a corrupção, entre 2015 e 2016, teria sido direcionada não à corrupção em si, mas, antes, estariam relacionadas a *uma posição acerca da política econômica e social executada pelos governos petistas*, já que se limitaram a interesses de classe, nutridos pelo “apego à ideologia meritocrática” contra “à promoção de políticas de bem-estar social de amplo alcance” (Martuscelli, 2016: 7) implementadas durante os governos do PT.

Assim sendo, o conflito distributivo, como estatuto político para a atuação política das classes médias no processo de impedimento de Rousseff, surge na cena política apenas como “*fundamento genérico e moralizante* que tem por objetivo ocultar os reais interesses dessa classe na disputa política contra um projeto que atendia a interesses populares” (Cavalcante, 2018: 105 - grifos nossos). Para Cavalcante, por exemplo, o elemento principal dessa relação estaria na ideologia meritocrática, como uma representação político-ideológica funcional para a dominação de classe. Segundo Cavalcante (2018: 113), como a ideologia meritocrática seria formada por uma “superioridade do trabalho não manual com relação ao trabalho manual”, por meio de uma “hierarquia do trabalho como a expressão de uma pirâmide natural de dons e méritos”, ela exerceria, nas relações sociais, a função de “justificar moralmente os critérios que validam a disputa” nas sociedades capitalistas, tendo como parâmetro a “ordem social competitiva”. Portanto, a “insatisfação da classe média se explica pelo fato de que” os mecanismos que teriam possibilitado a ascensão social das classes populares “secundarizam a meritocracia na escolha” (Cavalcante, 2018: 116) ao priorizar a intervenção do Estado por meio de políticas sociais e afirmativas inclusivas. Em outras palavras, “trata-se do compromisso com uma ética na disputa de modo que os vencedores sejam legitimados como meritórios em razão, apenas e tão somente, de seu esforço” (Cavalcante, 2018: 114) e não em virtude da ação intervencionista do Estado.

Diante das promessas constantes de competitividade e de ascensão social mediante o mérito individual, as experiências de desprezo do “*compromisso com uma ética na disputa legitimadas pela meritocracia*” passam a ser interpretadas como injustas pelas classes médias. Com isso, toda intervenção do Estado na “*ordem social competitiva*” que, conseqüentemente, limita o ímpeto meritório tende a ser “insuportável” exatamente por ser uma ação injustificável por “ferir” a legitimidade meritória de uma classe social sobre outras.

Entretanto, aqui cabe uma problematização inicial sobre a análise categorial da “ideologia meritocrática”. A nosso ver, esse sentimento de “injustiça meritória” que constitui à ação política das classes médias, por meio da ideologia meritocrática, marcadas por aspectos vinculados à problemática da individualidade e sua ascensão social na atualidade das sociedades capitalistas, se encontra em uma outra temporalidade, não estando presente nas relações sociais de produção. Em outras palavras, a ideologia meritocrática, mobilizada pelo sentimento de injustiça meritória, como uma falta de *compromisso com uma ética*, precisaria ser confirmada politicamente, pois só pode ser compreendida como resultado daquilo que impossibilita a afirmação do mérito individual, a saber, as políticas governamentais que “*secundarizam a meritocracia*”, já que a intensidade de sua revolta se explicaria “em maior medida em razão de uma afronta a ideologias que fornecem a justificação de mundo da classe média” (Cavalcante, 2015: 191). Ao reduzir o conflito distributivo às demandas ideológicas pela afirmação do mérito individual de uma classe social, como uma instância autônoma das relações produtivas, essa perspectiva acaba anulando a compreensão da luta de classes como o espaço em que homens e mulheres tomam a consciência dos conflitos sociais e políticos e, a partir disso, travam suas lutas políticas (Thompson, 1987; 2012; Bensaïd, 1999)⁶⁸.

68 Ora, em Marx, a ideologia não se apresenta como uma instância particular do todo, ou seja, não existem instâncias autônomas em separado da totalidade social. Portanto, a política, em Marx, não existe como esfera autônoma, mas, se apresenta, necessariamente, de maneira inerente às contradições que decorrem no âmbito da sociedade civil. (Voltaremos a essa discussão posteriormente, no capítulo 3).

Ao mesmo tempo, por mais que múltiplas contradições possam coexistir no mesmo tempo-espço, e que as explicações para os motivos que levaram as pessoas às ruas pedindo o impedimento de Rousseff se faz complexa e carregada de diferentes matizes, como uma série de eventos que estão mais ou menos concatenados; ou mesmo que possamos assumir que o golpe parlamentar de 2016 aconteceu como aconteceu, segundo “*uma reação político-ideológica*”; permeado por “*aspectos discursivos tendo como norte os escândalos de corrupção*”; ou por meio do fortalecimento de “*ideais e valores de ordem moral, sobretudo a defesa da moral tradicional*”; ou ainda por meio de uma “*unidade antidesenvolvimentista*” e “*anti-social*” “*contra a ascensão social dos de baixo*”, entendemos que se faz necessário apreender qual a contradição que se apresenta como a principal (o que não quer dizer exclusiva ou “verdadeira”) na conjuntura política entre 2011 e 2016. Ou seja, aquela contradição que, direta ou indiretamente, *articula dialeticamente* todas as outras num mesmo *movimento contraditório em processo*.

Assim, nos parece que a contradição principal que articula as outras contradições está relacionada ao conflito distributivo, representada principalmente pelas políticas sociais e afirmativas de governo, que foram realizadas e implementadas desde a Constituição de 1988 e, de maneira mais significativa, durante as gestões petistas. Isso porque, haveria, na sociedade brasileira, um limite de tolerância para a “modernização” das relações de produção e das relações sociais. Em outras palavras, haveria um limite tolerável para a diminuição da pobreza na sociedade brasileira, na qual individualmente os pobres podem ascender socialmente, mas a pobreza, como condição para a acumulação de capital, não poderia deixar de existir (Oliveira, 2003).

O processo de impedimento de Rousseff, culminando com o golpe parlamentar de 2016, se engloba, portanto, no momento de *crise política*⁶⁹ do modo de acumulação capitalista, pertinente e necessária a reprodução do capitalismo

69 Em Marx, “a crise constitui sempre o ponto de partida de um novo grande investimento [forneendo], em maior ou menor grau, uma nova base material para o próximo ciclo de rotação [do capital]” (2014: 270). Sobre o conceito de “crise” na tradição marxista ver também, de maneira complementar, por exemplo: Grespan, 1999; Gramsci, 1984; 1999

brasileiro - ainda que na imediatividade das relações sociais as contradições se apresentam como questões vinculadas à democracia, aos direitos sociais⁷⁰ e os aspectos da ética política⁷¹.

Diante do contexto até aqui exposto, iremos analisar o processo de impedimento de Rousseff e a atuação política das classes médias por meio da relação entre a distribuição e a apropriação da riqueza social, principalmente no contexto de 2003 e 2016. Portanto, o conflito distributivo está no centro de nossa análise, de modo a evidenciar os elementos políticos que teriam estimulado o golpe parlamentar de 2016 no Brasil. Todavia, em que pese que os aspectos econômicos se apresentam como a contradição principal, principalmente aqueles relacionados ao conflito distributivo, temos em vista que eles, em si, não são suficientes para apreensão do “trem-fantasma” (Bolle, 2016) que nos levou ao golpe parlamentar de Rousseff. Partimos do pressuposto de que os aspectos econômicos devem e estão articulados aos aspectos sociais e políticos como um complexo de acontecimentos, como um movimento que não se fecha em si, mas do qual se faz possível apontar uma certa dialética.

A atuação política das classes médias será colocada em destaque de maneira articulada com a situação concreta dos/as trabalhadores/as. Nossa preocupação com os aspectos econômicos se deve ao fato de que à análise das questões políticas “não podem ser compreendidas a partir de si mesmas (...); essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades (...) compreendia sob o nome de “sociedade civil”.” (Marx, 2008: 47). Assim, um dos caminhos para desmistificar a atuação política das classes médias durante o processo de impedimento de Rousseff seria o de navegar pelas “águas sujas da economia” que surgem no nível das forças produtivas e das relações de produção.

70 Tal como aponta Galvão (2016). Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/as-classes-medias-na-crise-politica-brasileira/>>. Acesso em: 15/06/2021.

71 Não queremos, com isso, diminuir ou relativizar a importância das questões políticas e sociais, ou mesmo sobrepor os aspectos econômicos sobre os ideológicos e culturais. Pretendemos, apenas, realizar uma análise que procure não perder de vista a totalidade das relações sociais e suas contradições, acentuando, a cada cenário, quais são as contradições principais e secundárias.

Contudo, antes de avançarmos sobre as determinações particulares que compõem este cenário, em sua conjuntura de elementos “parciais e cotidianas”, e em sua situação com eventos de longo prazo, se faz necessário analisar os aspectos do conflito distributivo e os desdobramentos de seu modo de representação na atualidade do capitalismo, investigando suas particularidades em busca de encontrarmos a forma mais apropriada de sua exposição, principalmente na formação social brasileira.

Conflito Distributivo no Século XXI

2.1 Conflito distributivo e o seu modo de representação

No primeiro capítulo procuramos situar o objeto de pesquisa. Apresentamos, ainda que de maneira preliminar, as transformações socioeconômicas que ocorreram na sociedade brasileira e que, a nosso ver, afetaram, ainda que de maneira relativa, às formas tradicionais de reprodução social das classes médias. Nesse sentido, buscou-se resgatar os elementos conjunturais, econômicos e políticos, que entendemos compor o cenário do processo de impedimento de Rouseff, formado por uma série de acontecimentos de longa duração. Todavia, outras determinações precisam entrar em cena para que possamos apreender a relação entre a atuação política das classes médias e o conflito distributivo no impedimento de Rouseff. Mas só será possível avançar sobre estas determinações sócio-históricas no *capítulo 3*. Por hora, se quisermos compreender e explicar os conflitos políticos a partir do estudo do conflito distributivo no século XXI, devemos investigar os aspectos imanentes de seu desenvolvimento, ou seja, se faz preciso analisar o próprio movimento do capital no intuito de apreender suas formas de apresentação e representação na realidade social contemporânea. Só assim, então, entendemos ser possível explicar o próprio desenvolvimento dos conflitos e contradições que levaram ao processo de impedimento e ao golpe parlamentar de Rouseff. Ao tratar o conflito distributivo como uma das principais contradições desta

conjuntura, devemos nos debruçar sobre seus aspectos constituintes e constitutivos, tal como sua particularidade, principalmente no que diz respeito à formação social brasileira.

Partimos do pressuposto de que existe uma relação intrínseca entre os conflitos políticos e os conflitos distributivos nas sociedades capitalistas, que são específicas em cada situação concreta. Na atualidade do capitalismo, estes seriam o resultado, grosso modo, do padrão de financeirização e reestruturação produtiva que alterou as relações sociais de produção desde os anos de 1970, pelo menos, fazendo com que as desigualdades sociais e a concentração da riqueza social crescessem em todo o mundo (Antunes, 2002; Grespan, 2009; Saad-Filho, 2011; Piketty, 2014; Streek, 2018; Harvey, 2008; 2018).

No intuito de compreender e explicar o padrão de concentração da riqueza social e das desigualdades na contemporaneidade do capitalismo, Piketty e colaboradores trouxeram fôlego novo para as discussões realizando análises de longa duração por meio da utilização dos dados do Imposto de Renda de diferentes países. A utilização de tal metodologia permitiu a produção de estudos histórico-estatísticos sobre a dinâmica das desigualdades sociais e suas possíveis causas.

Entretanto, entendemos que a abordagem realizada por Piketty possui alguns limites teórico-metodológicos que precisamos enfrentar para poder avançar na investigação e explicação das contradições do conflito distributivo e da luta de classes hoje. Pois, o capital, como um movimento contraditório em processo, pressupõe, de um lado, à necessidade da re-produção constante das desigualdades sociais *para a valorização do valor* e, de outro, à existência de *crises* orgânicas em seu movimento de autovalorização e acumulação (Marx, 2011a; 2013; Giannotti, 1983; Grespan, 1999; 2019; Gramsci, 1999). Como movimento totalizante, a *crise* de reprodução do capital⁷² não poderia

72 Aqui, entendemos a “crise na reprodução do capital” não apenas como uma crise na ou da produção do mais-valor, mas, também, uma crise na reprodução social, expressa nos diferentes modos de vida sob a realidade capitalística, que são (e estão) condizentes com seu movimento de autovalorização. Em outras palavras, o modo de produção produz modos de vida adequados, ainda que

estar restrita a uma divergência entre a taxa de retorno do capital (r) e a taxa de crescimento da renda (g) (Piketty, 2014). Nesse sentido, nossa finalidade neste capítulo será a de, primeiramente, apresentar o diagnóstico de Piketty, expondo suas principais conclusões e achados com o objetivo de apreender os avanços e os limites de seus resultados para a interpretação do conflito distributivo e os conflitos políticos no século XXI. Em seguida, iremos avançar sobre os limites de sua abordagem, apoiados na teoria marxiana do valor (Marx, 2011a; 2013) e na tradição marxista que se volta para essa teoria e dialoga com Piketty (Varoufakis, 2014; Husson, 2015; 2017; Boyer, 2013; Chesnais, 2013; Duménil; Lévy, 2014; 2015). Mediante tal análise procuraremos demonstrar que, ao contrário do que busca afirmar Piketty, a desigualdade socioeconômica no capitalismo do século XXI não se limita a uma “disparidade da renda” da razão capital/renda. O enfrentamento dessa problemática se faz importante para a pesquisa já que, ao não apontar as particularidades do movimento interno do capitalismo em seu percurso histórico, nem as ações político-sociais que revelam suas contradições, Piketty apresenta o conflito distributivo apenas como “divergências”, cujas soluções estariam no conjunto de medidas jurídico-políticas e na atuação de instituições políticas bem-intencionadas para tornar o capitalismo mais *justo*. Como sua análise da concentração da riqueza social e dos conflitos distributivos não contém uma teoria do valor, ou seja, uma investigação da particularidade, do movimento interno e das contradições sociais do capital, as desigualdades sociais seriam apresentadas, antes, apenas como um problema de ajuste político-institucional, sendo a “justa distribuição” uma saída para a resolução do conflito distributivo.

Ao investigar os meandros do conflito distributivo e analisar as várias formas de desenvolvimento de seus “conceitos”, buscaremos reconstruir a realidade social partindo do estudo de seu nexos interno, da substância do capital que possibilita o próprio desenvolvimento de suas formas sociais, a saber:

de maneira contingente, às suas necessidades de re-produção ampliada (Marx, 2011a; 2013; Giannotti, 1991; Gramsci, 1999).

o valor que se valoriza. Só a partir de então acreditamos ser possível situar as contradições entre a apropriação e a distribuição da riqueza social no século XXI. Isso porque, apoiados na tradição marxiana, entendemos que a necessidade da concentração da riqueza social pressupõe a necessidade da existência das desigualdades sociais entre as classes sociais. Assim sendo, *se quisermos compreender a relação entre o conflito distributivo e os conflitos políticos que derivam dele, vice-versa, devemos levar em consideração, de maneira muito séria, as mudanças e as necessidades de re-produção do capital.*

2.2 A desigualdade do capital no século XXI segundo Piketty

O Capital no século XXI, de Piketty (2014), surge dentro de um contexto em que o debate sobre a alta concentração da riqueza mundial e o conflito distributivo foi colocado na ordem do dia. O livro, rico em material empírico, oferece-nos uma história sobre a desigualdade socioeconômica de longa duração. Seu diálogo está diretamente ligado ao trabalho desenvolvido por Kuznets e sua “curva do U invertido”. Kuznets procurou demonstrar que por meio do processo de industrialização, inicialmente a desigualdade tenderia a crescer, mas quando a industrialização alcançasse um patamar de estabilidade ela cairia quase que automaticamente. Piketty, entretanto, questiona a curva de Kuznets nos apresentando outra história, através de dados de longo prazo e de diferentes países: a de que não necessariamente uma sociedade por ter desenvolvido sua indústria com alta tecnologia teria como resultado a diminuição das desigualdades sociais. Com isso, Piketty inverte o “U invertido” de Kuznets e nos revela que o que a história tem demonstrado ao longo do tempo seria que mesmo com a industrialização avançada, e suas derivações do desenvolvimento social e econômico, a concentração da riqueza social tem aumentado entre países e mesmo internamente em cada país de maneira significativa.

Para Piketty, a desigualdade/concentração da riqueza no século XXI estaria assumindo um padrão próximo ao observado no século XVIII. Mas a característica das desigualdades sociais na atualidade do capitalismo estaria

em sua concentração inédita de capital e a formação de um capitalismo patrimonial. Este fato levaria ao acirramento do conflito distributivo, colocando em risco a “democracia meritocrática”. O feito de Piketty, nesse sentido, foi o de ter reunido um grande conjunto de informações sobre os dados tributários de países diferentes e demonstrar, partindo de uma análise histórica e estatística, que o capital estaria ainda mais concentrado nas mãos do 1% mais ricos⁷³.

Os dados apresentados por Piketty demonstram que desde os anos de 1970 a concentração da riqueza tem aumentado enormemente entre os 1% mais ricos. O seu diagnóstico, para a explicação da concentração da riqueza social neste início de século XXI, seria o de que o crescimento das desigualdades sociais tem como ênfase a razão capital/renda, que o autor formula como a “lei fundamental do capitalismo”, caracterizada pelo aumento de patrimônios originados no passado e que se recapitalizam mais rápido do que a progressão da produção e dos salários. Para além de fatores como capital humano (nível de educação, especialização/qualificação etc.) e da diferença salarial entre ocupações (renda/estratificação social), a metodologia utilizada por Piketty amplia o conceito de capital de modo a enfatizar a distribuição da riqueza como capital patrimonial – em outras palavras, capital que gera capital, que seria a principal contradição do capitalismo. Desse modo, a especificidade do conflito distributivo na atualidade do capitalismo estaria presente na “divergência” “desestabilizadora” do retorno do capital sobre o investimento na produção, levando as sociedades a uma concentração da riqueza e um nível de desigualdade “inéditas” na história e, por consequência, aumentando as contradições relacionadas ao conflito distributivo (Piketty, 2014).

Como consequência, a apropriação da riqueza social por poucas pessoas acarretaria um movimento em que o dinheiro se acumula cada vez mais. Como

73 De certo modo, tal diagnóstico ajudou a endossar o *slogan* que ficou conhecido como “Nós somos 99%”. No contexto do Movimento Occupy, nos anos 2011, David Graeber ajudou a formular o *slogan* que logo se popularizou e passou a ser utilizado mundo afora como uma forma de evidenciar a crescente desigualdade e a concentração da renda nas mãos dos 1% dos mais ricos, enquanto os 99% pagavam a conta dos desarranjos da economia e do mercado financeiro.

não conseguem gastar tudo o que recebem, as pessoas passariam a poupar e investir, tornando-se rentistas, favorecendo a compra de títulos de propriedades diversas, mas que não são produtivas sob o olhar do capital (Piketty, 2014). Tal movimento, para além de favorecer as desigualdades sociais, já que haveria uma menor distribuição da riqueza, revelaria uma estrutura de acumulação de capital forte em oposição a uma estrutura de distribuição fraca. Piketty entende que as desigualdades no capitalismo seriam o resultado de uma “disparidade da renda”, uma disfunção da razão capital/renda. Portanto, as desigualdades sociais ocorreriam conforme a “lei fundamental do capitalismo que permite associar o *estoque de capital* e seu fluxo de renda”, cuja equação (expressão puramente contábil, nas palavras de Piketty (2014: 57-58 – grifos nosso) “é, por definição, *aplicável a todas as sociedades em todas as épocas*”, cabendo apenas um “ajuste” em sua forma para que o sistema siga seu fluxo “normal”.

Como efeito, as desigualdades sociais no capitalismo do século XXI teriam como ênfase a razão capital/renda, que implica na distorção entre a taxa de retorno do capital (r) e a taxa de crescimento da renda (g). Ao mesmo tempo, Piketty (2014: 37 – grifo nosso) chama a nossa atenção para o fato de que “a desigualdade social não [consiste em] um problema em si, desde que se *justifique*”. Em outros termos, o problema não estaria na desigualdade social *em si*, mas em sua *forma* atual e as consequências em que ela acarreta para a “democracia meritocrática” e o ímpeto empreendedor, já que uma das consequências da concentração da riqueza em poucas mãos estaria na diminuição de investimentos em “novas” produções, limitando a característica meritória individual e competitiva do capital.

Todavia, ainda que não seja um *problema em si*, as desigualdades sociais não são, necessária e simultaneamente, algo natural ou a-histórico. Ainda que as desigualdades não sejam uma especificidade do capitalismo, podendo ser localizadas em outras sociedades e modos de produção social, isso não nos isenta em buscar compreender as particularidades e as formas de como se produz-reproduz as desigualdades socioeconômicas em nossa época histórica e em cada situação concreta.

Ao não apontar as especificidades, as transformações, as atualizações, as causalidades históricas, a ação social e o movimento interno do capitalismo, Piketty realiza comparações de épocas históricas que, em tese, não poderiam ser comparadas sem as devidas determinações histórico-sociais particulares. Com isso, em *O Capital no século XXI*, a historicidade do capitalismo nos é apresentada como sendo uma só, desde o seu início. Como as desigualdades são meramente uma “divergência”⁷⁴ entre a taxa de remuneração do capital r e a taxa de crescimento g ($r > g$), “quando a taxa de remuneração do capital excede substancialmente a taxa de crescimento da economia, então, pela *lógica*, a riqueza herdada aumenta mais rápido do que a renda e a produção”⁷⁵. A imposição dessa *lógica*, portanto, seria “incompatível com os valores *meritocráticos* e os princípios de *justiça social* que estão na *base* de nossas sociedades democráticas modernas” (Piketty, 2014: 33 – grifos nossos).

Piketty formula sua “*lei fundamental*”⁷⁶, “*aplicável a todas as sociedades em todas as épocas*” históricas, sem nada nos falar sobre as contradições entre o capital e o trabalho na historicidade do capitalismo. Mantêm-se na aparência das desigualdades derivadas da razão capital/renda. Estando as desigualdades localizadas na razão capital/renda, sua análise estaria restrita ao âmbito da circulação do capital, concentrada apenas no retorno do capital na forma de disparidade da renda (como o salário e lucros, p.ex.). Para ele, como as “nossas sociedades democráticas se apoiam em uma visão meritocrática do mundo, ou ao menos numa esperança meritocrática” (Piketty, 2014: 411) dela, as desigualdades

74 Em Marx (2013; 2017), ao contrário, as desigualdades nas sociedades capitalistas são constitutivas e imanentes ao processo de exploração do capital sobre o trabalho.

75 Diante dessa perspectiva, nos parece que o capitalismo deixa de ser um modo de produção que produz valor e mais-valor e se transforma em um capitalismo de “patrimônio”, onde o que conta é a herança passada e transferida de geração a geração.

76 Como bem aponta Harvey (2014), em Piketty a “lei é a lei e isso é tudo”. Ou seja, não há contradições e antagonismos, não existem sujeitos que, de alguma forma, alterem o rumo da “lei”. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2014/05/24/harvey-reflexoes-sobre-o-capital-de-thomas-piketty/> >. Último acesso em: 11/10/2021.

produzidas pela relação entre capital/trabalho não seriam uma “contradição fundamental” em detrimento da derivada da razão capital/renda, já que esta é a que *criaria* as *disparidades* que impossibilitam o aviltamento da democracia meritocrática, da liberdade individual e do “justo” desenvolvimento das sociedades. Ora, como as “desigualdades devem, assim, *ser justas e úteis a todos*, ao menos na ordem do *discurso*, e *tanto quanto possível na realidade*” (Piketty, 2014: 411 – grifos nosso), a formação de um tipo de capitalismo patrimonial, baseada em heranças advindas do rentismo, da riqueza que gera riqueza, *é* o grande problema a ser enfrentado pelas instituições “bem-intencionadas”.

Com isso, o problema d’*O Capital no século XXI* consistiria no crescimento do percentual das rendas do capital apropriada pelos mais ricos sobre a riqueza social total. Mas o que Piketty entende por capital? Esta pergunta é importante para compreendermos como o autor trata a relação entre apropriação e distribuição da riqueza social e da própria qualificação do *que* e do *como* ocorrem as desigualdades e o conflito distributivo no capitalismo. Eis, então, sua definição de capital:

Trata-se da soma dos ativos financeiros (habitação, terrenos, imóveis comerciais, outras edificações, máquinas, equipamentos, patentes e outros ativos para fins de negócios, detidos diretamente) e dos ativos financeiros (conta bancárias, fundos de poupança, títulos, ações, investimento financeiro de todo o tipo, seguros, fundo de pensão etc.), subtraindo-se os passivos financeiros (ou seja, todas as dívidas) (Piketty, 2014: 54).

A definição de capital realizada por Piketty estaria em contraste com a definição do capital realizada por Marx⁷⁷, por exemplo. Para Marx (2011; 2013), o capital seria antes uma *relação social* e não um *conjunto de coisas*. Assim, dinheiro, terrenos, propriedades mobiliárias, fábricas, máquinas etc., ao não

77 Para alguns autores a definição de capital de Piketty estaria em desacordo com a própria definição de capital para a Economia Política Clássica. Sobre isso ver: Husson (2015); Boyer (2013).

carregarem a *potência* social de produzir, em si, capital novo (mais-valor), seria, por sua vez, estéreis (carregando em si apenas a forma de antivalor). Todavia, nem toda riqueza se apresenta como capital, na mesma medida em que o capital se apresenta como a riqueza que se coloca a serviço da produção de valor e mais-valor, cuja fonte está na exploração da força de trabalho (Marx, 2013).

Em sua forma de apresentar as desigualdades sociais, de maneira intencional ou não, Piketty oculta e inverte as contradições presentes na relação entre capital/trabalho, que, na tradição marxista, seria a relação que daria substância ao *valor* e a riqueza social no capitalismo. Como não revela e nada diz sobre a origem da riqueza produzida e apropriada socialmente pelos indivíduos em sua ação pretérita e presente, Piketty acaba neutralizando o antagonismo entre capital e trabalho e a necessidade da valorização do valor que, para Marx, explicaria a fonte de origem de toda riqueza social e os conflitos entre as classes sociais sob o capitalismo. Seria, desse modo, por exemplo, que Chesnais (2013) realiza sua crítica à Piketty. Para Chesnais (2013), ao não apontar as contradições e os movimentos tendenciais do capital, Piketty acabaria por apresentar o capitalismo como um “horizonte insuperável”, não existindo “outro mundo possível”.

Simultaneamente, ao definir o capital como um conjunto de coisas, Piketty explicaria a formação da riqueza social pela própria riqueza. Ao não diferenciar o que é geração de riqueza e o que é geração de capital, Piketty acabaria fundindo os dois conceitos, perdendo, portanto, a relação entre capital e a criação da riqueza, que estaria exatamente na relação entre capital/trabalho e não na razão capital/renda (Marx, 2013; 2017; Varoufakis, 2014).

Boyer (2013), por exemplo, entende que Piketty subestima o conflito em torno da distribuição da riqueza social, se baseando em um método essencialmente indutivo, *apresentando uma regularidade estatística sem oferecer as causalidades históricas* e a teoria que possibilita explicar o movimento de tal processo. Portanto, Piketty não coloca no centro da formulação de sua “lei fundamental” os fatores sociais da luta de classes - fator este que possibilita e indicaria as dinâmicas sobre a apropriação e distribuição da riqueza social (Marx, 2013; Harvey, 2014; Boyer, 2013).

Com esse movimento, naturaliza a relação capital/trabalho ao mesmo tempo em que trata como uma realidade histórica a taxa média de rendimento do capital (r). Ao optar por este caminho⁷⁸, segundo (Husson, 2015: 72 – tradução livre), além de inverter a relação do movimento que produz e reproduz o capital, Piketty formularia uma “lei” que nada mais faz do que dar voltas em si mesma, pois “se calcularmos r com base em α , então não podemos calcular α começando com r , e muito menos desenhar uma ‘lei fundamental do capitalismo’ nestes termos”⁷⁹.

Para demonstrar a contradição fundamental da concentração da riqueza social, Piketty trata o contexto do capitalismo, desde pelo menos os anos de 1970, como um capitalismo patrimonial, um processo de multiplicação da riqueza que independe da produção. Mas quando vivemos em um período histórico marcado pela financeirização e especulação econômica, o “normal” seria que r se apresente na realidade capitalista sempre maior que g ⁸⁰. Preso no momento da circulação do capital, Piketty se agarra à aparência da prática social tal como o capital que se esquece de seu vínculo necessário com a força de trabalho produtora de valor⁸¹. Todavia, o que a apresentação e representação dessa prática social “não mostra é a causa oculta dessa correlação” (Marx, 2017: 930).

Ora, as diferentes formas da representação do capital seriam antes o resultado da divisão do valor e mais-valor gerado no processo produtivo,

78 Sobre isso ver também Boyer (2013).

79 Do original: “if we calculate r on the basis of α , then we cannot calculate α starting with r , and still less draw a ‘fundamental law of capitalism’ on this basis” (Husson, 2015: 72).

80 Talvez se Piketty não tivesse sido “vacinado bem cedo contra os discursos anticapitalistas convencionais e preguiçosos” (2014: 37) ele pudesse perceber o que Marx já havia sublinhado sobre o movimento do capital social total e sua autonomização, a relação entre a forma e a substância do capital em seu modo de representação.

81 Apoiando-nos em Marx: “Mas o valor não surge de uma transformação em rendimento; antes de poder ser transformado em rendimento e assumir essa configuração, ele precisa existir. A ilusão da inversão se consolida com maior necessidade quanto mais a determinação da grandeza relativa obedece a leis heterogêneas entre si, cuja conexão com o valor das próprias mercadorias e cuja limitação por tal valor não se mostram em absoluto na superfície” (Marx, 2017: 929).

simplesmente porque ela seria um pressuposto da própria ação de qualquer investidor, já que sua existência como forma social seria ao mesmo tempo a representação do movimento do capital (Giannotti, 1966; 1983; Grespan, 2009; 2019). A necessidade de não falar da força de trabalho no movimento de *valorização do valor*, no momento da circulação, seria o resultado da própria ação da forma alienada do trabalho que se exprime na conduta social dos capitalistas, naturalizando, com isso, o princípio da desigualdade social e da violência *imane*nte, implícita ao movimento de autovalorização do capital.

O que Piketty parece não perceber é que a riqueza social nasce no interior do próprio processo produtivo mediado pela luta de classes, mas se autonomiza como necessidade de expansão do próprio modo de produção, passando a compor-se no processo mais amplo do capital social total, exercendo, assim, uma função diversa da sua forma anterior - ou seja, esse movimento exigiria uma transformação de sua forma social na aparência, no modo em que se apresenta e representa nas relações sociais o capital (Marx, 2011a; 2013; Giannotti, 1983; Rosdolsky, 2011; Grespan, 2019). Desse modo, o *valor* em sua forma social (em seus diferentes modos de apresentação e representação, como o lucro, a renda e o salário, p.ex.) se apresenta na circulação total como *algo* autônomo ao processo de *valorização*, *algo natural*, pois precisaria preservar a aparência da igualdade entre trocadores de mercadorias (Marx, 2011a, 2014, 2017; Giannotti, 1983; Grespan, 2019). Como resultado do processo produtivo, a forma dinheiro se apresenta como algo místico na circulação ao se desvincular do momento da *valorização*, desdobrando-se na fórmula $D-D'$, capital que gera capital (Marx, 2014; 2017).

Sob o capitalismo financeiro, a forma social do capital ganharia uma substância social fantástica (estranhada) de se referir a si mesmo - ou seja, se apresenta como $D-D'$, sem, aparentemente, necessitar de intermediários (Marx, 2013). O modo de representação desta forma social fornece ao capital a possibilidade de se antecipar ao processo produtivo (e com isso aparenta estar independente deste último). Este seria um atributo que estaria inscrito em seu próprio *ser social* enquanto capital, no modo de sua representação

nas relações sociais imediatas (Marx, 2011a, 2014; Giannotti, 1983; Grespan, 2019; Rosdolsky, 2011). Com isso, os indivíduos inseridos na lógica da circulação passariam a *atuar* também de *modo fantástico*, ajustando suas condutas em busca de cumprir a própria função da forma que lhe dá *poder social* (a forma dinheiro). Como seria a *coisa* que assume o papel de sujeito, os comportamentos dos indivíduos apenas cumprem a *representação* de sua determinação formal (Marx, 2011a; Giannotti, 1983; Grespan, 2019). O capitalismo patrimonial, ou a riqueza que gera riqueza, seria apenas a aparência do modo como se apresenta o *valor* em seu momento de autonomização, sem se desprender do momento de sua *valorização* que lhe dá substância⁸².

O capital para se desenvolver “exige” dos capitalistas o aumento cada vez mais constante e acentuado de seus lucros (necessidade intrínseca). Para tal, estes o fazem explorando cada vez mais os/as trabalhadores/as. A taxa de lucro, que Piketty pouco fala sobre, seria o resultado da relação da exploração do capital sobre o trabalho cuja especificidade de cada momento histórico irá determinar a taxa de retorno do capital (Marx, 2013; Husson, 2015). Ou seja, seria por meio da luta de classes entre capitalistas e trabalhadores/as, cada qual em busca de defender seus interesses de reprodução social e sua parcela na riqueza social total, que determinaria, em cada conjuntura histórica particular, a porcentagem de retorno do capital⁸³. Assim sendo, para discutir como ocorre o con-

82 Assim, a concentração da riqueza social se acentua não porque os mecanismos de acumulação são fortes e os de distribuição são fracos, como se não houvesse qualquer tipo de ação social ou movimento interno transformador. Como se bastasse ajustes na regulação da tributação/distribuição para o capitalismo seguir seu fluxo “normal” com sua “justa desigualdade”. Se seguirmos essa lógica, de que o que produz e reproduz o capital é a riqueza (bens) e o retorno de rendimento (dinheiro), de fato a exploração do capital sobre o trabalho se dissolveu - e já não estamos mais no modo de produção capitalista.

83 Ao não se debruçar sobre as especificidades históricas de cada época, Piketty apaga da história a luta de classes, os antagonismos existentes, apontando o capitalismo como algo “natural”. Piketty não compreende em sua análise os movimentos dos trabalhadores e o fortalecimento dos sindicatos e partidos dos trabalhadores para a redução a taxa de lucro do capital na Europa no final do século XIX; da mesma forma, nada nos diz sobre o surgimento dos monopólios e as guerras imperialistas no final do

flito distributivo e como se re-produz as desigualdades sociais no capitalismo se faz necessário distinguir as formas de acumulação e de exploração do capital em cada conjuntura, analisando suas particularidades históricas e sociais, se são derivadas do capital produtivo ou do capital a juros, por exemplo.⁸⁴

Para explicar as desigualdades sociais existentes em determinada sociedade, seria necessário apreender e explicar os antagonismos sociais particulares que caracterizam tal modo de produção social (Marx, 2013; 2017b). Ora, em um modo de produção que possui como fundamento as *desigualdades sociais* (entre os proprietários e os não proprietários dos meios de produção, por exemplo), as relações sociais *desiguais* nutrem a própria *desigualdade*, uma vez que têm a prerrogativa de ser a fonte de todo o desenvolvimento do capital e da riqueza social. Com efeito, o modo de apropriação e distribuição da riqueza social corresponde à forma de como está organizada a produção dessa riqueza. Sob o capitalismo, a distribuição da riqueza tem como pressuposto o antagonismo de classes, simplesmente pelo fato de que o *quantum* que cada indivíduo irá se apropriar diz respeito à luta que cada classe terá que desempenhar nos diferentes momentos do processo total do capital social. Assim, para explicar a distribuição e a concentração da riqueza social em uma dada sociedade concreta seria preciso explicar, antes, a geração/produção da riqueza do capital. Por conseguinte, deve-se buscar as contradições das desigualdades nas práticas das relações sociais de produção e da divisão do trabalho, que configuram o modo de vida das diferentes classes sociais - já que *antes de poder ser transformado em rendimento e assumir uma outra configuração social, a riqueza (o valor) precisaria existir socialmente* (Marx, 2017: 929).

século XIX e início do XX para a reorganização do fluxo do capital mundial; nada nos diz sobre a queda tendencial da taxa de lucro e o movimento do taylor-fordismo sobre o preço do salário para aumentar o consumo; da participação dos sindicatos e dos partidos trabalhistas para a configuração do Estado de bem-estar social no dito “trinta anos gloriosos”; ou mesmo do avanço neoliberal no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 como forma de corroer o poder do trabalho sobre o retorno do capital e, ao mesmo tempo, a redução da tributação da renda dos mais ricos e a diminuição do Estado de bem-estar social.

84 Tal como aponta Varoufakis (2014).

A versão que Piketty nos oferece do conflito distributivo no capitalismo do século XXI nos ajuda na argumentação, a partir da demonstração de dados estatísticos, de que o capital tem produzido desigualdades sociais cada vez mais agudas e se acentuado de maneira crescente pelo desde os anos de 1970. Entretanto, ao não revelar como seria produzida a riqueza social e, conseqüentemente, as desigualdades sob o capitalismo, sua pesquisa acabaria por naturalizar as contradições imanentes do capital e suas diferentes determinações sócio-históricas. Em outras palavras, sua análise tende a institucionalizar o antagonismo próprio à realidade capitalística. Para adentrarmos as particularidades do conflito distributivo é necessário compreender que as desigualdades sociais existem *para o capital* como formas sociais cuja função estaria relacionada ao movimento de sua autovalorização - ou seja, estaria presente na sociedade como um todo, não devendo ser interpretada ou explicada como uma relação individual-institucional⁸⁵ (Marx, 2011a; 2013). Portanto, antes de apresentarmos as “evidências empíricas” do conflito distributivo na situação brasileira e os elementos estruturais e conjunturais que compõem a ação política das classes médias na década de 2010, voltar-nos-emos, neste momento, as hipóteses conceituais que guiam à pesquisa de modo a reforçar, ou não, as particularidades do conflito distributivo e da luta política na atualidade da sociedade brasileira.

2.3 Desigualdade na riqueza social como desigualdades entre as classes sociais

A apropriação e a distribuição da riqueza social entre os indivíduos e as classes sociais sob o capitalismo pressupõem a produção social dessa riqueza. Portanto, para explicar a produção da riqueza social, faz-se necessário explicar o modo de sua produção, a divisão do trabalho, a circulação de mercadorias

85 Entendemos o desenvolvimento desta relação como essencial para os objetivos da pesquisa, tal como discutido no capítulo 3.

etc. Nas sociedades capitalistas, a geração da riqueza social se realiza mediante uma relação específica entre o capital e o trabalho. Esta relação carrega em si a potência de produzir valor e mais-valor e tem como pressuposto a divisão social do trabalho - o que implica na divisão entre o trabalho manual e o trabalho não manual, por exemplo - e da propriedade privada, que diferencia os proprietários dos meios de produção daqueles despossuídos, sob a qual só lhes restam a venda de sua força de trabalho (Marx, 2011a; 2013).

Se a produção determina a riqueza social, a “distribuição determina a proporção (o *quantum*) dos produtos que cabe aos indivíduos” (Marx, 2011a: 44). Assim, “entre o produtor e os produtos se interpõe a *distribuição*, que determina, por meio de leis locais, sua cota no mundo dos produtos” (Marx, 2011a: 49 – grifo do autor). Mediante tal processo, deriva-se que “um indivíduo que participa da produção na forma de trabalho assalariado, participa na forma de salário nos produtos, nos resultados da produção” e, com isso, tem-se que “a articulação da distribuição está totalmente determinada pela articulação da produção”, já que a “própria distribuição é um produto da produção” (Marx, 2011a: 50). Não nos cabe aqui aprofundar este ponto. Todavia, o que nos compete demonstrar é que o conflito distributivo sob o capitalismo contém em si o momento da *produção do valor* e o momento da *produção das desigualdades sociais*.

Pensando a realidade social brasileira, por exemplo, essa relação fica evidente quando nos deparamos com um cenário em que, entre 1926 e 2013, “a fração do centésimo mais rico permaneceu num patamar muito alto, entre 20% e 25%, na maior parte do tempo” (Souza, 2018: 222) com flutuações esporádicas. Mesmo diante dessa distorção, a economia brasileira chegou a figurar entre a sexta maior economia do mundo nos anos de 2010⁸⁶. A “história da desigualdade” no Brasil (Souza, 2018), portanto, poderia ser caracterizada pela grande concentração da riqueza social, propriedade territorial e de poder político centralizada em poucas mãos e que se mantém estável ao longo do tempo. De um

86 Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111226_grabretanha-brasil_ss>. Último acesso em: 24/10/2021.

lado, mais de 50% da população brasileira não possui nada além do que seus rendimentos salariais e assistenciais, não havendo possibilidade com isso de realizar poupança ou adquirir bens duráveis, pois mais de 1/3 do que ganham estaria condicionado a suprir os bens básicos de sobrevivência e a sua reprodução e de sua família (Pochmann, 2014a; Souza, 2010; 2014) ; de outro, poucas famílias controlam a maior parte da riqueza socialmente produzida pagando poucos tributos e dominando o conjunto da vida político-econômica nacional⁸⁷.

Podemos sugerir, assim, que a alta concentração da riqueza social e sua estabilidade na sociedade brasileira possuem um *sentido* que subjaz o seu desenvolvimento desigual, porém combinado e articulado com o processo total da produção e reprodução capitalista (Oliveira, 2003). Ou seja, a produção e a reprodução das desigualdades exerceriam uma função social, em determinados momentos, de alavancar o “desenvolvimento” *para e do capital*. A articulação entre a forma arcaica e moderna de extração do mais-valor acabaria por impor uma dinâmica particular no que diz respeito à relação entre a apropriação e a distribuição da riqueza social. Ainda que o desenvolvimento tecnológico e a modernização sejam uma característica fundamental do capitalismo (e das sociedades e modos de produção em geral), a manutenção de estruturas/

87 O trabalho desenvolvido por Oliveira (2018), neste sentido, é interessante ao demonstrar como poucas famílias dominam as instituições públicas de poder na sociedade brasileira, como o congresso, judiciário, mídias de televisão e rádio, cartórios, partidos políticos, instituições educacionais etc. Para uma visão sobre a concentração da riqueza, ver, por exemplo: Disponível em: < <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,no-brasil-55-da-renda-fica-com-1-da-populacao,70002119783>>. Último acesso em: 05/05/2021.

De maneira complementar, a Revista Forbes que, em 2017, demonstrou que o número de bilionários brasileiros chegou à incrível marca de 170. Ao mesmo tempo, no mesmo ano os dados do IBGE revelaram que que cerca de 50 milhões de brasileiros vivem na linha de pobreza. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza>>. 05/05/2021. Já a pesquisa da Oxfam Brasil nos diz que em 2017, seis brasileiros possuíam o patrimônio dos 100 milhões mais pobres do país, e os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda dos mais de 95%. Disponível em: < <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>>. Acesso em: 05/05/2021.

formas sociais “atrasadas” se apresenta na realidade capitalística pelo simples fato de o capital produzir e reproduzir as desigualdades sociais como um modo de realizar e aumentar o seu mais-valor⁸⁸ em seu conjunto – melhor dizendo, de realizar a sua própria existência social. Os “setores atrasados”, portanto, não se apresentam como “travas” para a modernização (acumulação de capital) tendo de ser eliminados para que haja o desenvolvimento social. Agem antes de forma a impulsionar o desenvolvimento combinado com o “setor moderno”. Assim, não haveria uma lógica de “razão dualista”, a diferenciação entre “um” e “outro” momento (Oliveira, 2003), pois o desenvolvimento desigual e combinado entre países e até mesmo dentro de um mesmo país representaria a condição do próprio desenvolvimento do capitalismo, uma contradição ascendente em processo.

Diante disso, para explicar a forma como se constitui a relação entre a apropriação e a distribuição da riqueza social em uma dada sociedade, seria necessário explicar a forma de como está organizada a sua produção. Estando a produção sob o capitalismo determinada pela relação entre o capital e o trabalho, a forma como ocorrem a distribuição da riqueza social teria sua origem nos antagonismos de classe; pois, o capital para valorizar a si mesmo necessita se apossar constantemente de uma mercadoria específica que surge como a fonte de valor, a força de trabalho (Marx, 2011a; 2013; Giannotti, 1983). Mas como esta relação se apresenta na realidade social?

A relação entre a “troca do trabalhador com o capitalista [se apresenta como] uma troca simples”, já que na circulação, momento em que ambos se encontram, “cada um obtém um equivalente; um, um dinheiro, outro, uma mercadoria cujo *preço* é exatamente igual ao dinheiro pago por ela” (Marx, 2011a: 220). A aparência desta relação pressupõe que o trabalhador recebe o equivalente da parte determinada pelo produto por ele produzido (Marx, 2013), “*cujo preço é exatamente igual ao dinheiro pago*” por sua força de trabalho. Como

88 Em seu processo de entificação, o modo de produção capitalista subsume estágios e formas de organização do trabalho ainda pouco desenvolvidas, determinando, ao mesmo tempo, as diferentes formações sociais e a extração do mais-valor de forma particular-concreta (Mazzeo, 2015).

mercadoria específica, a força de trabalho possibilita ao capitalista um incremento de valor no final de cada processo produtivo, mas que não aparece no momento da circulação, na compra e venda (D-M – M-D). Isso porque “há valores que entram no processo de produção, mas não no processo de circulação” (Marx, 2014: 143). Sem esse incremento, todavia, o capital não seria capital e o capitalista não compraria uma mercadoria que não acrescentasse a ele um valor e mais-valor, dando *sentido* ao movimento do capital como um todo⁸⁹.

Como o “que diferencia as épocas econômicas não é ‘o que’ é produzido, mas ‘como’, ‘com que meios de trabalho’” (Marx, 2013: 257), e *como* as mercadorias são produzidas com a finalidade de gerar valor e mais-valor, mediante a extração do tempo excedente criado pela força de trabalho, o “processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação do valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e valorização, é processo de produção capitalista” (Marx, 2013: 273).

Para que possa existir o “*processo de produção capitalista*” e sua “*enorme coleção de mercadorias*”, o capital necessita constantemente *pôr e repor* a fonte de valor que lhe dá substância, a força de trabalho. Contudo, o faz “reproduzindo continuamente a situação histórica de desapropriação que torna a força de trabalho uma mercadoria produtora de valor e mais-valia” (Grespan, 1999: 121). Como oposição, o capital nega o trabalho; mas como o capital necessita do trabalho para a sua existência (produção do valor e mais-valor) “o poder ‘*vampiresco*’ do capital revela sua dependência da vitalidade do trabalho [e] sua objetivação constitui a “substância” do valor das mercadorias, já que apenas “*sugando trabalho vivo*” o “*morto*” retorna à vida e nela permanece” (Grespan, 1999: 139 – grifos do autor).

Com isso, o capital, na medida em que “afirma a força de trabalho como momento nele incluído”, o “nega e [o] exclui enquanto *possível todo*”; nesse movimento de “afirmar e negar simultaneamente a fonte do valor a partir da

89 Conforme Marx: “O valor originalmente adiantado não se limita, assim, a conservar-se na circulação, mas nela modifica sua grandeza de valor, acrescenta a essa grandeza um mais-valor ou se valoriza. E esse movimento o transforma em capital” (2013: 227).

qual ele mesmo se forma e define, o capital se contradiz justamente por sua tendência a se constituir em totalidade exclusiva que preside o conjunto das relações econômicas” (Grespan, 1999: 35 – grifos nosso).

Este seria um dos paradoxos que se impõe às sociedades capitalistas. Pois, a “*troca de equivalentes, que aparecia como a operação original*”, cuja igualdade entre possuidores de mercadoria era o pressuposto, “*se converte, assim, em mera aparência pertencente ao processo de circulação, numa mera forma, estranha ao próprio conteúdo e que apenas o mistifica*” (Marx, 2013: 658-659 – grifos nossos). Ao desmistificar esta aparência, o que se revela seria antes uma relação social baseada na *desigualdade entre as classes sociais*, entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho. A igualdade no capitalismo, portanto, pressupõe a desigualdade como princípio de seu próprio movimento interno, caso contrário o mais-valor e o capital não poderiam ser produzidos e existir socialmente⁹⁰.

Desde o início do processo de produção total, no momento da compra e venda de mercadorias, o trabalhador já se encontra em situação de desigualdade em relação ao capitalista. Mas como o capitalista e o trabalhador se apresentam como possuidores de mercadorias que se equivalem, portanto, como iguais,

90 É importante notar que a igualdade não é meramente uma *ilusão* que oculta simplesmente a desigualdade; a igualdade é uma *ilusão necessária* porque é a forma em que se apresenta no momento da circulação, na realidade concreta (Giannotti, 1983; 1991). Todavia, como aponta Marx, “essa igualdade já está desfigurada pelo fato de que sua relação como trabalhador com o capitalista, como valor de uso na forma especificamente diferente do valor de troca, em oposição ao valor posto como valor, é pressuposta para essa troca aparentemente simples; pelo fato de que o trabalhador, portanto, já se encontra em uma relação determinada economicamente de outra maneira – para além da relação da troca, na qual é indiferente a natureza do valor de uso, do valor de uso particular da mercadoria enquanto tal. Essa aparência, contudo, existe como ilusão de sua parte e, em certo grau, da outra parte, e, por isso, também modifica essencialmente sua relação, à diferença da relação dos trabalhadores em outros modos sociais de produção” (Marx, 2011a: 222). A forma meritocrática sob o capitalismo se apresentaria como um processo ideológico exatamente por conter em si um sentido político que nega o pressuposto da re-produção de desigualdades intrínseca ao movimento do capital. Seria nesse sentido que entendemos que a ideologia meritocrática para as classes médias se constituiria como um instrumento tático para a sua atuação política.

a igualdade não seria negada por completo na realidade social, mantendo sua aparência necessária, pois esta condição se torna essencial para que o trabalhador possa, no momento da circulação, vender sua força de trabalho e o capitalista possuí-la a fim de atenderem cada qual às suas necessidades, mas que, em si, seriam as necessidades de autovalorização e de acumulação do capital⁹¹.

Mas esta *ilusão necessária* tende a mistificar o fato de que as desigualdades no capitalismo existem tanto como a liberdade e a igualdade⁹². Todavia, as desigualdades não se limitam ou se reduzem a uma mera divergência entre uma diferença da razão capital/renda. As desigualdades existem como pressuposto do *modo de ser do capital*. Uma contradição fundamental para a sua necessidade de valorizar a si mesmo. Não se restringem ao momento da produção, mas existem em seu processo total, já que o movimento do capital em busca de sua autovalorização só pode se efetivar tendo como base a desigualdade de

91 “Portanto, de nenhuma maneira se contradiz a proposição de que o trabalho é, por um lado, a pobreza absoluta como objeto e, por outro, a possibilidade universal da riqueza como sujeito e como atividade, ou, melhor dizendo, essas proposições inteiramente contraditórias condicionam-se mutuamente e resultam da essência do trabalho, pois é pressuposto pelo capital como antítese, como existência antitética do capital e, de outro lado, por sua vez, pressupõe o capital” (Marx, 2011a: 230).

92 Pensando a relação entre a liberdade e a igualdade, partindo da discussão gramsciana realizada por Frosini (2013), pode-se dizer que “Uma vez transferida para o nível de hegemonia, a dupla natureza da liberdade e da igualdade, como universal e parcial, econômica e política, abstrata e concreta, deixa de ser um curto-circuito paradoxal e passa a ser o matriz geral da forma como o poder burguês se construiu na Europa moderna, como um poder que apela à totalidade do “povo” exatamente no momento em que segmenta sua unidade para reconstruir relações de dominação. Não é tanto na denúncia da abstração política que se mede a originalidade do marxismo, mas em sua capacidade de traduzir essa abstração em sua definição de estratégia hegemônica” (2013: p. 71-72 – Tradução livre). No original: “Una vez trasladada al nivel de la hegemonía, la doble naturaleza de la libertad y de la igualdad, en cuanto universales y parciales, económicas y políticas, abstractas y concretas, deja de ser un corto circuito paradójico y se convierte en la matriz general de la forma en la cual el poder burgués se ha edificado en la Europa moderna, como poder que apela a la totalidad del “pueblo” exactamente en el momento en el que segmenta su unidad para re-construir relaciones de dominio. No es por tanto en la denuncia de la abstracción política que se mide la originalidad del marxismo, sino en su capacidad de traducir aquella abstracción en su concreción de estrategia hegemónica.” (Frosini, 2013: p. 71-72).

modos de vida entre trabalhadores e capitalistas - ou seja, inclui os aspectos políticos de dominação e subordinação, e o desenvolvimento dos seus “aparelhos hegemônicos”. Nesse movimento, a circulação, ao apresentar o capital e o trabalho como equivalentes, mistifica a desigualdade presente no momento da produção. Esta seria a *diferença de como e com que meios de trabalho* ocorrem à produção social sob o capitalismo.

Assim, o momento em que o capitalista e o trabalhador se apresentam como livres e iguais um perante o outro representa as formas sociais do desenvolvimento do capital. Isto ocorre por meio da circulação, a prática social da troca de equivalentes. Desse modo, o momento da circulação não só surge como uma instância independente do *todo* como se apresentaria desassociada de qualquer contradição entre o capital e o trabalho, fazendo com que a igualdade na circulação oculte a desigualdade na produção entre as classes sociais.

A partir disso, o pressuposto da igualdade na riqueza social e de uma justa distribuição dessa riqueza social se coloca como um falso problema (Marx, 2017; 2017b). Pois como a riqueza social no capitalismo expressaria a necessidade da exploração da força de trabalho pelo capital, sua re-produção seria simultaneamente à re-produção das desigualdades.

Tal como demonstra Grespan:

o poder de automensuração do capital, base verdadeira da sua capacidade de distribuir seu valor global em partes componentes e nos ramos da produção em que ele se divide, aparece como capacidade autorreguladora do mercado, instância determinante de tal distribuição porque é nela que se defrontam e resolvem os interesses divergentes dos proprietários livres e iguais. Daí que a concorrência em geral entre os capitalistas e entre os trabalhadores no mercado de trabalho seja concebida como a forma adequada para a harmonização dos conflitos e para a determinação de preços “justos”, a partir dos quais se perfaz a “melhor” distribuição possível dos recursos e produtos (Grespan, 1999: 275-276).

Diante disso, como a contradição entre capital e trabalho se apresenta cada vez mais de maneira estranhada nas relações sociais, em decorrência de complexos sociais que assumem a forma de representação da liberdade e igualdade⁹³ entre os equivalentes no momento da circulação, a *divergência* no retorno do capital passa a se apresentar como a contradição fundamental - ainda que não seja, mas sendo.

Portanto, a relação entre a distribuição e a apropriação da riqueza social implicaria na existência de desigualdades entre os indivíduos⁹⁴. Especificamente implica na existência de desigualdades que possuem atributos históricos e sociais, e que seriam determinadas pela própria distribuição dos indivíduos na produção social - tal como da própria necessidade de autovalorização do capital.

Como as desigualdades nas sociedades capitalistas correspondem a um processo histórico-social, possuindo suas determinações e particularidades em cada sociedade concreta, a investigação do conflito distributivo e da atuação política das classes sociais deve compreender os antagonismos entre as classes em cada conjuntura específica. No caso brasileiro, entendemos que o conflito distributivo e a produção-reprodução das desigualdades sociais *para o capital* seriam constituídos por um elemento estrutural, e que se realça em conjunturas políticas específicas - ou seja, haveria uma estimulante dialética de um desenvolvimento desigual, porém combinado, entre as relações sociais de produção. De outra maneira, este desenvolvimento seria caracterizado por um desenvolvimento que carrega em si os aspectos do capitalismo e da escravidão, *pondo e repondo* o seu movimento contraditório. Antes de adentrarmos nas nuances dessa relação, contudo, entendemos ser necessário a investigação de outras determinações que constituem a relação entre as desigualdades sociais e a reprodução do capital.

93 Relação de igualdade e liberdade aqui pensado no “nível hegemônico” (Frosini, 2013), tal como na nota 38.

94 No que diz respeito aos objetivos de nossa pesquisa, a existências das formas desiguais seria um pressuposto para a existência de modos de vidas diferentes. As classes médias para conseguirem reproduzir socialmente o seu modo de vida, tal como seus privilégios de classe, precisa, necessária e simultaneamente, da manutenção de desigualdades de modo a subalternizar as classes populares a sua reprodução social.

2.4 Da desigualdade da riqueza à reprodução do capital social

Um determinado modo de produção necessita simultaneamente de um modo de distribuição particular que atenda às suas necessidades. Os diferentes indivíduos que participam do processo de produção o fazem de modo determinado, não recebendo, entretanto, necessariamente aquilo (qualidade ou quantidade) que produziram, mas sim apenas uma parte da riqueza social. Esta parte é distribuída de forma determinada a partir da distribuição dos indivíduos na produção: capitalistas, rentistas e trabalhadores etc., por exemplo, recebem sua retribuição a cada nova fase da produção conforme à sua distribuição na própria produção, o que equivale à lucro, juros e salários etc. com proporções diversas. Por conseguinte, o modo de produção determinaria um modo de vida “onde toda forma de produção forja suas próprias relações” (Marx, 2011a: 43) sociais, jurídico e políticas⁹⁵.

Contudo, um determinado modo de produção pode abarcar diferentes modos de vida. No caso do capitalismo, a cada nova conjuntura ele precisa atualizar o “tipo-humano” conforme às necessidades conjunturais de acumulação, o que exigiria o surgimento de “novas” formas de exploração da força de trabalho⁹⁶. O processo de desenvolvimento histórico (e contraditório) do capital, que se atualiza constantemente, renova as formas de exploração, dominação e reprodução social, gerando novos modos de vida com uma distribuição dos indivíduos segundo as próprias relações de classe estabelecida.

95 Conforme Marx, “[...] o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre o ombro da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas” (Marx, 2007).

96 Com isso, nos parece que com a “modernização” e a complexificação do modo de produção capitalista, o esforço individual passa cada vez mais a ser valorizado gerando um processo de diferenciação expresso na estratificação social de uma dada sociedade. As ocupações que exigem alta qualificação técnica e que requerem um maior nível de estudo recebem como recompensa uma maior bonificação.

Procurando compreender o surgimento e a necessidade da formação de novos modos de vida, Gramsci (1999), em “Americanismo e fordismo”, entende que o processo de atualização-radicalização do capitalismo contém em si uma necessidade de mudança psicofísica do/a trabalhador/a *para o capital*. Para o autor,

a vida na indústria exige um aprendizado geral, um processo de adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes etc., que não é algo inato, “natural”, mas exige ser adquirido, ao passo que as características urbanas adquiridas são transferidas por herança ou são absorvidas no decorrer da infância e da adolescência. Assim, a baixa natalidade urbana exige um contínuo e relevante gasto com o aprendizado dos novos urbanizados e traz consigo uma permanente modificação da composição sociopolítica da cidade, colocando continuamente em novas bases o problema da hegemonia (Gramsci, 1999: 251).

Assim, vemos que para além do fato de o capitalismo precisar atualizar suas formas de exploração e dominação do capital sobre o trabalho, de modo a aumentar sua taxa de retorno de lucro, para que isso possa continuar ocorrendo sistematicamente ele pressupõe a modificação dos hábitos político-sociais, constituindo novos repertórios que são lidos como “naturais” e que são re-produzidos socialmente em seus aparelhos privados de hegemonia⁹⁷ (Gramsci, 1999; Dias, 2012). Dessa maneira, “a distribuição determina a proporção em que o indivíduo singular participa desses produtos” (Marx, 2011a: 44), mas o faz mediado pelas leis e as formas jurídico-políticas de uma dada sociedade. Pois, “A produção cria os objetos correspondentes às necessidades [individuais e coletivas e] a distribuição os reparte segundo as leis sociais”

97 Como todo “modo de vida se realiza em um conjunto de instituições que” expressa simultaneamente “a relação estrutural-contraditória de dominação”, a “normalidade” criada a partir deste processo possibilita ao mesmo tempo a formulação do que seria o “certo e o que é errado” (Dias, 2012: 51), naturalizando as relações de poder, que permanecem escondidas na aparência da realidade.

(Marx, 2011a: 44), determinando, assim, os tipos e a quantidade/qualidade de bens de consumo que cabe a cada indivíduo por direito⁹⁸ a partir de sua localização na divisão do trabalho⁹⁹.

Diante dessa relação notamos que as classes sociais não se restringem ou se limitam às relações de produção, sua ocupação ou mesmo ao nível de renda. Uma classe social (Marx, 2011b; Thompson, 2012) se articula pelos diferentes momentos presentes na *valorização-realização-distribuição*, exatamente por estar inserida na lógica do capital como um todo orgânico. Os indivíduos participam e *atuam* igualmente no momento da circulação exatamente por serem determinados pela própria produção e distribuição¹⁰⁰ - exercendo o poder e o direito de comprar e vender mercadorias -, representando as formas sociais do capital que condizem com sua consciência (prática social) (Iasi, 2011).

Por exemplo, o modo de vida que se evidenciou no início do século XX, como resposta do capital à sua necessidade tendencial de autovalorização, teria sido marcada por uma “produção com base na divisão de tarefas no interior do processo produtivo” (Fortes, 2019: 61) juntamente com uma padronização do

98 Apoiando-nos em Marx (2011: 50): “[...] Por essa razão, as relações e os modos de distribuição aparecem apenas como o reverso dos agentes de produção. Um indivíduo que participa da produção na forma de trabalho assalariado participa na forma de salário nos produtos, nos resultados da produção. A própria distribuição é um produto da produção, não só no que concerne ao seu objeto, já que somente os resultados da produção podem ser distribuídos, mas também no que concerne à forma, já que o modo determinado de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, a forma de participação na distribuição”.

99 Cabe notar que a produção e distribuição da riqueza social não são momentos separados, antes compõem o mesmo movimento, ainda que não. Não são instâncias autônomas que não dialogam entre si. Pelo contrário, são momentos diferentes de uma mesma unidade. Como o capitalismo é uma totalidade orgânica sob a qual não existe separação, a não ser em termos, os diferentes momentos do movimento de *valorização-realização-distribuição* do capital, a produção e a distribuição da riqueza social são determinadas histórica e socialmente pelas próprias contradições do capital.

100 A relação formal entre os trabalhadores e os capitalistas possibilita que na aparência dessa relação eles atuem de forma igual na relação de compra e venda da mercadoria; entretanto, na essência dessa relação se apresenta à sua *diferença*, que está na relação desigual de como essas diferentes pessoas são e estão distribuídas na produção e da *diferença* da distribuição do que foi produzido socialmente.

consumo entre os indivíduos (Streek, 2013). Já a partir da crise de superacumulação dos anos 1970 (Harvey, 2008), haveria uma radicalização da divisão do trabalho e da subsunção de formas de trabalhos existentes, que passam a estarem ajustadas às necessidades do modo de acumulação capitalista. Simultaneamente, teria ocorrido uma radicalização na diferenciação entre os indivíduos que se expande ao nível do modo de vida, agora caracterizado pela diferenciação e exclusivismo das formas de consumo e lazer, assim como a exacerbação do individualismo, ambos processos qualificados pelo neoliberalismo (Harvey, 2008; Foucault, 2008). Como efeito, as relações sociais de produção entre capital e trabalho seriam transformadas no interior do próprio processo produtivo, gerando novas hierarquias na divisão do trabalho e novos complexos nas relações sociais.

Essas transformações no interior do modo de produção capitalista fazem com que a distribuição dos indivíduos na produção passe a determinar as formas de remuneração e de consumo. Por sua vez, essa dinâmica seria o que também possibilitaria a re-produção desses indivíduos em sociedade com o intuito de inserir “novas” categorias de pessoas em diferentes momentos da produção. À parte de cada qual sobre o que foi produzido, por sua vez, determinaria o consumo e o modo de vida dos indivíduos (Marx, 2011a). A forma de consumo, qualidade e quantidade do produto, pressupõe certa forma de re-produção social que, por sua vez, determina o seu lugar na produção, na distribuição e no consumo (Marx, 2007, 2011a). “Logo, a produção é imediatamente consumo e o consumo imediatamente produção. Cada um é imediatamente o seu contrário” (Marx, 2011a: 46). Cada momento medeia o outro numa relação recíproca, pois, “somente no consumo o produto recebe o seu último acabamento” [...] “na medida em que apenas no consumo o produto devém efetivamente produto” (Marx, 2011a: 46). Pois, para ser efetivo e gerar valor o produto precisa se realizar, e seria mediante o consumo onde ele se *consumaria*. Na medida em que o consumo cria a necessidade de nova produção, se realizando o produto consumido geraria uma nova riqueza que tem a possibilidade de reiniciar o processo

produtivo¹⁰¹. Não havendo produção, distribuição e consumo em geral¹⁰², ao criar o consumo como uma necessidade particular da produção, cria-se também as diferentes necessidades de consumo particulares, modos de vida particulares com seus diferentes “hábitos” de consumo - esses seriam transmitidos por meio de repertórios de modo de vida¹⁰³. O modo de produção, portanto, cria os modos de vida - à sua necessidade. As classes sociais em suas práticas sociais fazem e refazem, de maneira contingente, seus repertórios

101 A produção cria a necessidade do consumo em seus mais diversos ramos ao mesmo tempo em que o consumo diferenciado cria a necessidade dos produtos; criando produtos, cria-se novos mercados e pessoas aptas a consumir novas mercadorias. A “produção produz o consumo na medida em que cria o modo determinado do consumo e, depois, o estímulo ao consumo, a própria capacidade de consumo como necessidade” (Marx, 2011a: 48). O consumo também “cria” o indivíduo.

102 “O resultado a que chegamos não é que a produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça. [...] Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como *relações determinadas desses diferentes momentos entre si*. A produção, por sua vez, certamente é determinada, *em sua forma unilateral*, pelos outros momentos. [...] Com a mudança na distribuição, modifica-se a produção [...]. Finalmente, as necessidades de consumo determinam a produção. Há uma interação entre os diferentes momentos. Esse é o caso em qualquer todo orgânico” (Marx, 2011a: 53 – grifos do autor).

103 “O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar a sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos [...] O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o *que* produzem como também com o *modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (Marx, 2007: 87). Nesse sentido, os modos de vida são formas históricas, constituídas mediante as relações sociais sob as quais os sujeitos estão inseridos. O modo de vida das classes médias brasileiras, por exemplo, baseado nos valores meritocráticos, ainda que se expresse como ideologia, se estabelece pela forma de *como* sua prática social é reproduzida e produzida socialmente, que está relacionada à própria forma de *como* são *produzidas* mediante as necessidades do capital. Portanto, se constituem de maneira interna ao movimento do capital.

por meio de interações conflituosas, segundo o peso da tradição e das oportunidades que aparecem na prática social. A forma como cada indivíduo *atua* no momento do consumo (circulação) expressa o modo de dominação e subordinação imposta pela própria distribuição pretérita (o momento da produção). Mas a dominação e a subordinação não se limitam à produção. Perpassa, antes, todos os espaços da vida social. Portanto, o conflito distributivo se apresenta em sua complexidade não se reduzindo ao momento da produção, mas a totalidade da vida social. Assim,

se é verdade que a diferença entre composição “passiva” dos conflitos e seu desdobramento “permanente” marcam a diferença entre a hegemonia burguesa e a proletária, isso terá consequências seja na forma como a hegemonia estabelece os sujeitos, seja, conseqüentemente, na natureza destes últimos. Não no sentido de um retorno à “velha concessão da eficácia histórica das forças sociais”, porque os sujeitos, longe de serem algo originário ou também um efeito ideológico unitário, são antes a intersecção contingente entre o conjunto de conflitos e a forma em que são politicamente organizados e depois “representados”, ou seja, transferidos para o plano imaginário¹⁰⁴ (Frosini, 2013: 73 – grifos nossos).

A composição dos confrontos sociais que “*marcam a diferença entre a hegemonia burguesa e a proletária*” na realidade capitalística, entendemos que estaria caracterizada pela contradição entre a necessidade de produzir a riqueza social (a reprodução constante do capital) e à necessidade imanente da re-produção

104 Tradução livre. No original em: “si es verdad que la diferencia entre la composición “pasiva” de los conflictos y su despliegue “en permanencia” marca la diferencia entre hegemonía burguesa y proletaria, esto tendrá consecuencias ya sea sobre el modo en que la hegemonía establece a los sujetos, ya sea, por consecuencia, sobre la naturaleza de estos últimos. No en el sentido de un retorno a la “vieja concesión de la efectividad histórica de las fuerzas sociales”, porque los sujetos, lejos de ser algo original o también un efecto ideológico unitario, son más bien la intersección contingente entre el conjunto de los conflictos y la forma en que son políticamente organizados y entonces “representados”, es decir transferidos hacia el plano imaginario.” (Frosini, 2013: 73).

das desigualdades sociais *para o capital*. Assim, a forma de apropriação da riqueza social esconderia “uma morada oculta” de dominação política (Bhattacharya, 2018). Ou seja, o acesso ao consumo, sob o capitalismo, implica o acesso a uma forma de *poder social* específica, a saber: o dinheiro. A forma dinheiro possui uma importância política grandiosa na organização das sociedades capitalistas, já que ela se apresenta socialmente como a expressão do mais-valor realizado no processo produtivo (Marx, 2013; 2014). Uma de suas funções consiste em organizar a própria re-produção social da lógica do capital, estruturando os diferentes modos de vida, mediante a luta entre as classes sociais. Todavia, no momento da troca de mercadorias (circulação), o dinheiro se expressa de modo a ocultar os antinomismos entre *igual e desigual*. O conflito distributivo passaria a ser a medida dos confrontos na vida social e da contingência da hegemonia da classe dominante na luta pela apropriação do *poder social*, que possibilitaria a reprodução social dos indivíduos socialmente, e da realização acumulação do capital em seu movimento ascendente.

O capitalismo, em seu movimento de expansão, cria necessidades diferentes, como gostos de consumo diferentes, de modo a ampliar e radicalizar a divisão do trabalho em seus diferentes ramos (“manual”, “não manual”, “produtivos”, “improdutivo”, “imaterial”, por exemplo), ampliando e radicalizando, simultaneamente, a exploração e a dominação político-social do capital sobre o trabalho¹⁰⁵.

Quando observamos a situação brasileira, especificamente no que diz respeito à necessidade do desenvolvimento das formas do capital e a realização do consumo durante o processo de industrialização e urbanização no início do século XX, Cardoso de Mello e Novais (2009) apontam para o fato de que a sociabilidade moderna teria possibilitado a diferenciação nos níveis de consumo, gerando classificações distintas cuja finalidade estaria na conservação do padrão de consumo das classes dominantes que exploram o sobretalho das classes populares. Esta seria, assim, uma das particularidades do

105 Sobre a necessidade do consumo diferente, a relação entre distinção social e valor de uso, ver: Marx, 2017: 835-836.

capitalismo brasileiro, cujo processo de desenvolvimento teria se estruturado na modernização das formas de consumo de uma parte da população (as classes médias e a burguesia) antes mesmo de sustentar-se no desenvolvimento das forças produtivas do mercado interno, ou seja, no fortalecimento e diversificação do parque industrial (Cardoso de Mello; Novais, 2009).

Nesse sentido e de maneira complementar, Oliveira procura demonstrar que

a orientação da indústria foi sempre e principalmente voltada para os mercados urbanos não apenas por razões de consumo mas, primordialmente, porque o modelo de crescimento industrial seguido é que possibilita adequar o estilo desse desenvolvimento com as necessidades da acumulação e da realização da mais-valia: um crescimento que se dá por concentração, possibilitando o surgimento dos chamados setores de “ponta” (2003: 31-32).

Ou seja, os pressupostos sobre as formas sociais de consumo e sua ampliação para as classes sociais não deveriam se limitar a análise de uma imposição externa, no sentido em que seriam às necessidades individuais e abstratas que imporiam a produção os bens a serem produzidos, tal como o padrão de distribuição que orientaria à produção. Essa relação é importante exatamente porque o *sentido* do desenvolvimento capitalista “sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender às necessidades da acumulação, e não às do consumo”¹⁰⁶ (Oli-

106 Ainda sobre essa relação, Oliveira (2003: 34) complementa sua análise demonstrando que o Brasil “começou-se a produzir internamente em primeiro lugar os bens de consumo não-duráveis destinados, primordialmente, ao consumo das chamadas classes populares (possibilidade respaldada, além de tudo, pelo elenco de recursos naturais do país) e não o inverso, como comumente se pensa. O fato de que o processo tenha desembocado num modelo concentracionista, que numa segunda etapa de expansão vai deslocar o eixo produtivo para a fabricação de bens de consumo duráveis, não se deve a nenhum fetiche ou natureza dos bens, a nenhum “efeito-demonstração”, mas à redefinição das relações trabalho-capital, à enorme ampliação do exército industrial de reserva, ao aumento da taxa de exploração, às velocidades diferenciais de crescimento de salários e produtividade que reforçaram a acumulação. Assim, foram as necessidades da acumulação e não as do consumo que orientaram o processo de industrialização: a “substituição de importações” é apenas a forma dada pela crise cambial, a condição necessária, porém não suficiente”.

veira, 2013: 33). Deste modo, “*ao criar o consumo como uma necessidade particular da produção, cria-se também as diferentes necessidades de consumo particulares*”.

Como as práticas sociais que representam estas relações sociais de produção moldam o aparato institucional político-jurídico e seus aparelhos privados de hegemonia, a diferença entre a apropriação-distribuição da riqueza social, no que diz respeito, por exemplo, as relações entre capital e trabalho, lucro e salário, estimula uma divisão do trabalho a qual tende a colocar em movimento demandas particulares entre os indivíduos, formando uma variedade de serviços e formas de consumo de maneira a suprir o *status* diferencial das classes sociais¹⁰⁷. Simultaneamente, esse movimento contraditório exerceria uma função social de abastecer às necessidades básicas da população pobre com o conjunto de lojinhas, bazares e oficinas etc. que existem nos bairros mais afastados do centro, e operam, como nos diz Oliveira (2013), como “bolsoes de sobrevivência”¹⁰⁸. Mas, para o capital efetivar sua *realização* na circulação de mercadorias e evitar o *antivalor*, ele desenvolve mercados informais (e desiguais) como forma de *realizar* a circulação do valor e sua *valorização*.

Não necessariamente a produção de uma sociedade representa o seu consumo; não necessariamente o que um indivíduo produz representa o que ele irá consumir¹⁰⁹ (Marx, 2011a). De um lado, a forma como os indivíduos participam do consumo depende do modo em que estão inseridos no momento da produção de mercadorias. De outro, a participação nos diversos momentos da produção determinaria a participação na distribuição e sua forma de

107 As necessidades de reprodução social das classes médias brasileiras, por exemplo, estariam atreladas às formas de consumo e serviços diferenciados, que fazem parte do seu modo de vida. Tal ponto será desenvolvido no capítulo 3.

108 Sobre o entendimento de que às periferias brasileiras foram e são fundamentais à acumulação capitalista, ver também: Kowarick, 1975; Feltran, 2014.

109 Como procura demonstrar Marx, a classe trabalhadora produz as mercadorias e a riqueza social mas não a desfruta por completo simplesmente porque a distribuição se coloca *contra* ela reservando apenas uma pequena cota do que foi produzido e que pelas relações jurídico-políticas é de *seu* direito (Marx, 2011a, 2013).

consumo, o modo como irá realizar sua reprodução como classe social e, ao mesmo tempo, a forma como serão constituídos seus repertórios político-sociais. Em todo esse movimento estão expressos os antagonismos e os conflitos sociais em busca de aumentar a participação de cada qual na riqueza social, a fim de “melhorarem” os aspectos de sua reprodução social - ou seja, seria “*a intersecção contingente entre o conjunto de conflitos e a forma em que são politicamente organizados e depois representados, ou seja, transferidos para o plano imaginário*”. A complexidade dessa relação implica em que o aumento da produtividade e o modo de sua apropriação podem elevar ou diminuir os níveis de desigualdade conforme as relações (e correlações) de força estabelecidas em uma dada sociedade. Portanto, os conflitos políticos determinariam as porcentagens da forma dinheiro que cada qual teria direito de receber ao final de cada processo da distribuição da riqueza social. A fração que cada qual se apropria no processo de luta e conflito político se faz como fundamental para a realização da sua reprodução social e da realização do seu modo de vida. A apropriação/distribuição da riqueza social, desse modo, se caracterizaria pelo próprio fazer e refazer das classes sociais.

Entretanto, ainda que “*o sentido do desenvolvimento capitalista procure sempre atender primeiramente às necessidades da acumulação, e não às do consumo*”, este, nas relações sociais, exerceria uma função social crucial para os modos de vida e os conflitos políticos na vida social. Quando, por exemplo, nos deparamos com o “estilo de desenvolvimento” (Bielschowsky, 2012; Rugitsky, 2019) executado pelos governos petistas durante os anos 2000, vemos que seu *sentido* se deu, dentre outros fatores, a partir da “redistribuição de renda pela via do consumo de massa” (Bielschowsky, 2012: 736). Para Bielschowsky, o “crescimento virtuoso” pelo qual o Brasil passou, a partir de 2003, em decorrência “de maior estabilidade macroeconômica abertas pela guinada chinesa por importações de matérias primas”, tal como pelo “rápido aumento na massa salarial, por volume de emprego e elevação dos rendimentos do trabalho”, de políticas de “transferências de renda à população pobre”, da “estabilidade ou queda nos preços dos bens industriais de consumo popular” e mediante a “forte ampliação

do crédito ao consumo e acesso da população de baixa renda ao mesmo”, teria possibilitado “às classes mais pobres [o] acesso aos bens de consumo modernos” (Bielschowsky, 2012: 735-738; Rugitsky, 2019: 82). Assim, a ampliação do mercado de consumo reduziu as desigualdades sociais e possibilitou o crescimento do mercado de trabalho e as transformações na estrutura produtiva, “ampliando ainda mais o mercado de consumo de massa” (Rugitsky, 2019: 76).

Oliveira (2003) já refutou a perspectiva que entende o consumo como motor do desenvolvimento, oriundo do modelo dualista capelino. Portanto, iremos nos voltar a outra questão. O que nos interessa é demonstrar que o modelo de “*redistribuição de renda pela via do consumo de massa*”, para além de favorecer a acumulação de capital em seus diferentes momentos, transformou os modos de vida das classes sociais, proporcionando, por exemplo, “às classes mais pobres o acesso aos bens de consumo modernos”. O aumento no acesso ao mercado de consumo teria ocorrido mediante o aumento nas diferentes formas de apropriação da riqueza social. Sua ampliação implica no surgimento de novas necessidades e pressupõe as transformações das práticas sociais - que são, de certo modo, *transferidos para o plano imaginário*. Com isso, as novas necessidades adquiridas com o passar do tempo se tornam “naturalizadas”, incorporadas aos repertórios de ação já pré-existentes. Isso representaria, portanto, uma modificação nas formas de representação político-social. Pois as “novas” práticas sociais requerem novos aprendizados “*da composição sociopolítica da cidade*”, uma outra forma da distribuição e do consumo, outros modos de ser que colocam “*continuamente em novas bases o problema da hegemonia*” das classes dominantes.

A redução das desigualdades sociais na sociedade brasileira no início do século XXI, marcada pela “*ampliação do mercado de consumo de massa*”, possibilitou a ascensão social das classes populares, gerando “novas” necessidades sociopolíticas. Pois, “Até poucos anos atrás, depois de quitadas as contas do mês, essas pessoas não tinham um centavo sobrando para consumir mais do que os itens da cesta básica. Hoje, colecionam sapatos às centenas, têm acesso à tecnologia e frequentam faculdades” (Revista Época, 2009 – grifos nossos). Esse cenário reflete o processo de desenvolvimento socioeconômico que o país passou

desde a reabertura democrática, caracterizado pela estabilização da inflação, a redução dos déficits fiscais e da dívida externa, o acesso à escolarização, a melhora no mercado de trabalho, a construção de políticas sociais de longo prazo etc., possibilitando, assim, mudanças estruturais significativas na sociedade brasileira (Castro, 2013; Campello, 2017; Ribeiro; Schlegel, 2015; Arretche, 2018a; 2018b; Gonzalez et al, 2018).

Com o crescimento do mercado de trabalho e do salário mínimo, da distribuição da riqueza social, da universalização da educação (aumento na qualificação) e ampliação do consumo, a partir de 2003, as classes populares passaram a acessar de maneira ampliada - ainda que por vezes esse acesso ocorra precariamente - os bens duráveis e não duráveis, serviços variados, espaços de lazer, etc., que até então estavam restritos e reservados às classes médias e aos mais ricos. O que a reportagem realizada em 2009 pela Revista *Época* procura descrever, por exemplo, seria uma mudança nos hábitos de consumo de moradores de bairros periféricos da cidade de São Paulo, no intuito de “mergulhar” naquilo que muitos autores passaram a rotular como uma “nova classe média” (Neri, 2008; Souza; Lamounier, 2010). Estas foram mudanças que ocorreram no âmbito da sociedade civil, favorecendo as classes populares. Elas, ainda que precárias, podem representar uma alteração na *composição sociopolítica* desses sujeitos em suas práticas sociais.

A dinâmica de apropriação e distribuição da riqueza social, no início do século XXI, transformou, em certa medida, os níveis de consumo e serviços que as classes populares “podiam” usufruir até então. No que diz respeito, por exemplo, ao déficit habitacional, verifica-se uma queda entre 2007 e 2015¹¹⁰, que passou de 10,4% para 9,3% (Gonzalez; Deak, 2018). No caso do acesso à geladeira, Deak (2018: 93) demonstra que esta chegou a 95% dos lares das

110 Para os autores, “o aumento real do salário-mínimo é um elemento adicional para ajudar a compreender por que o número de habitações precárias caiu, puxando para baixo o déficit habitacional. Considerando a importância atribuída à moradia, uma parcela significativa da baixa renda prioriza investir em melhorias residenciais, o que provavelmente ocorreu em maior intensidade quando havia mais renda disponível” (Gonzalez; Deak, 2018: 61).

classes populares em 2015, em detrimento de 41% no ano de 1995 - ou seja, em 20 anos houve um aumento de 132%. A máquina de lavar cresceu, entre 1995 e 2015, de 10% para 53%¹¹¹; a aquisição de automóveis representou um aumento de 83% entre 2008 e 2015 (Deak, 2018); já a universalização do acesso ao telefone em domicílios brasileiros passou de 20% em 1995 para 90% em 2015, e os celulares no mesmo ano chegou a quase 90% (Prado; Barlach; Deak, 2018). O comércio em geral, incluindo o varejista e o setor de serviços, foi de “de R\$ 566 bilhões em 2008 para em torno de R\$ 957 bilhões em 2014, um crescimento de 69%”, em grande medida devido ao aumento do poder aquisitivo das classes populares¹¹² (Natacci, 2019: 182). Nesse sentido, passou-se a ver a “Geladeira velha recheada de mimos, como achocolatado instantâneo. Casas miúdas em que o espaço é dividido entre pessoas e computadores. Quartos onde não entra uma cama de casal, mas com armários abarrotados de roupas e perfumes. *A mistura caótica entre o velho e o novo, a privação e a abundância, o popular e o clássico*” (Revista Época, 2009 – grifos nossos).

Cabe pontuar, neste momento, que as políticas sociais e afirmativas de governo que possibilitaram uma maior participação das classes populares na riqueza social não são frutos, apenas, de “*instituições bem-intencionadas*” ou apenas de uma “*justa distribuição*” por parte do Estado. Ao mesmo tempo, ainda que a melhora na economia faça parte de um processo de mudança no panorama internacional, caracterizada pelo *boom* de *commodities*, o ciclo favorável de consumo, que beneficiou as classes populares, verificado neste período, faz parte da dinâmica da luta dos/as trabalhadores/as em busca de melhorarem os seus padrões de vida (Braga, 2012; Cardoso, 2009). Pois o acesso aos serviços

111 “Da mesma forma que a geladeira, a máquina de lavar roupa representa um conforto para a família e permite à mulher dedicar mais tempo para outras atividades. Em algumas regiões, é comum a utilização da própria máquina de lavar para a geração de renda, como no caso de mulheres que lavam roupa na comunidade” (Deak, 2018: 94).

112 Cabe pontuar que os dados trabalhados por Natacci não foram segmentados por estratos de renda, por exemplo. Todavia, conforme a autora, é “seguro inferir que, em boa parte, [a nova classe média] tenha sido responsável por esse movimento” (2019: 182).

públicos ou privados, como saúde e educação, os espaços de lazer, como parques e áreas verdes, teatros e shows, dependem, de um lado, da quantidade da *forma dinheiro* que cada sujeito possui para usufruir estes serviços, de outro, da própria localidade onde residem, que influenciará na localidade espacial destes serviços ou na própria mobilidade das pessoas para acessá-los. Todavia, a utilização dos diferentes serviços, públicos ou privados, permitem que uma classe social desenvolva os repertórios e as práticas sociais que estabelecerão sua relação com as outras classes. Os repertórios de luta adquiridos, assim, antes de uma condição “natural” de uma classe, são produzidos e determinados historicamente, mediados pelos confrontos políticos em suas práticas sociais na vida cotidiana.

A mudança nos hábitos de vida dos indivíduos requer, de certo modo, uma nova prática social, o que pressupõe formas de distribuição e de consumo diversos. Estas novas necessidades pressupõem o aumento do custo de reprodução social *para o capital*, e da força de trabalho em específico, já que se apresentam agora de maneira mais mercantilizada e industrializada. O próprio desenvolvimento das relações de produção pressupõe o desenvolvimento das forças produtivas tal como dos serviços que englobam este desenvolvimento. Assim, as “vontades” até então ausentes nas práticas das classes populares, devido à economia majoritariamente “*velha e popular*”, se impõe com o desenvolvimento das formas capitalistas e sua reprodução social ampliada, permitindo o acesso ao “*novo, à abundância e ao clássico*”. Nota-se, assim, a necessidade da moradia com energia elétrica, geladeira, televisão, transportes, à educação e à saúde pública e privada de qualidade, os bens de subsistência que se diversificam e que, agora, passam a ser mediados cada vez mais pela mercantilização capitalista. Isso ocorre na mesma medida em que o aumento do mercado de trabalho fortalece o poder de barganha dos trabalhadores por meio dos sindicatos e das greves (Braga, 2012; Marcelino, 2017; Coggiola, 2016). O aumento do consumo possibilita o acesso a serviços privados até então restritos, e a melhora nas condições de vida permite o aumento da participação social na vida política (Braga, 2012; Singer, 2013; Castro, 2013; Avrizer, 2016; Santos, 2017).

A exposição de todo esse percurso para a explicação da relação entre o conflito distributivo e a atuação política das classes médias na sociedade brasileira, no contexto do impedimento de Rousseff, se faz necessário no sentido de interpretarmos à *ação política das classes médias, que procura preservar e proteger o que se tem, tanto no âmbito individual como familiar e nacional, por meio de uma virtude moral, como confrontos exercidos contra as novas formas de “civildade” e o fortalecimento de uma vontade popular precária*. Isso porque, por ser um dos efeitos da luta política, as classes sociais devem ser entendidas como o resultado do processo histórico e observadas em cada situação concreta por fatores indeterminados. Pois, ainda que *os grandes acontecimentos* sejam fundamentais, entendemos ser necessário adentrar os *aspectos moleculares* que compõem os conflitos políticos na realidade capitalística. Uma vez que as pessoas se comportam de maneira classista em suas relações sociais, as classes sociais resultam de um processo de formação, do fazer e ser feito, já que elas unificam uma série de “acontecimentos díspares e aparentemente desconectados” que constituem a experiência e a prática social de classe mediante às próprias relações sociais (Thompson, 1987: 9; 2012).

A atuação política das classes médias durante as manifestações pelo impedimento de Rousseff deve ser compreendida, desse modo, como uma *reação conservadora* contra o fortalecimento do modo de vida popular), que, ainda que precário, impõe fissuras ao modo de vida meritocrático das classes médias. Pois, numa sociedade marcada pelas desigualdades sociais, as políticas sociais ou reformas mínimas engendradas pelo Estado e que alteram o sentido da distribuição da riqueza e da “hegemonia dominante”, favorecendo as classes populares, a classe trabalhadora e seu *poder social*, tendem a gerar conflitos, pois afeta a reprodução e o superprivilégio de algumas classes. O momento da *crise política*, representado pelo processo de impedimento de Rousseff e o golpe de 2016, tem como intuito travar o avanço de uma vontade popular emergente e precária como forma a restabelecer os *níveis de desigualdades necessários à acumulação do capital*. Seria este caráter relativo das necessidades antagônicas das classes sociais que constituem os conflitos políticos.

Os aspectos do conflito distributivo e a atuação política das classes médias nos governos de Dilma Rousseff (2011-2016)

3.1 Elementos introdutórios para a explicação da relação entre as classes médias e conflito distributivo

Começamos a nossa análise apresentando os elementos introdutórios que acreditamos compor a atuação política das classes médias na atualidade da sociedade brasileira. O que foi exposto até o momento permite-nos apreender o conflito distributivo como uma forma de expressão dos conflitos sociais e políticos. Assim sendo, o conflito distributivo se apresenta como uma mediação necessária para as finalidades desta pesquisa.

Depois de termos analisado, de maneira geral, o modo de representação do conflito distributivo na atualidade das sociedades capitalistas, caracterizando a desigualdade da riqueza social como uma necessidade do capital em seu movimento de autovalorização, voltemo-nos, agora, para a exposição de outras determinações sócio-históricas que dizem respeito ao nosso objeto de estudo, a fim de apontar, ainda que preliminarmente, *o caráter capitalista da atuação política das classes médias que teria resultado no golpe parlamentar de Rousseff em 2016.*

No cenário internacional mais recente, as pesquisas sobre o conflito distributivo e as classes sociais têm girado em torno das consequências da crise político-econômica de 2008 - mas não só - em diferentes países (Savage, 2015; Tyler, 2015; Piketty, 2014; Milanovic, 2016). Cabe ressaltar que neste contexto presenciou-se ações coletivas, como ocupações de praças e ruas, em diferentes países mundo afora. Os protestos e mobilizações políticas coletivas ficaram marcadas pela denúncia contra o que se denominou chamar de os 1% mais ricos, que estariam se apropriando da riqueza socialmente produzida e promovendo desigualdades profundas em diferentes sociedades. Diante destas contradições, a problemática do conflito distributivo entrou em evidência.

Este cenário de mobilizações e protestos poderia ser descrito como o resultado do aumento das desigualdades sociais ao redor do mundo. Como podemos ver em Piketty (2014:9 – grifos nossos), por exemplo, o capitalismo contemporâneo tem produzido “desigualdades insustentáveis, arbitrárias, que ameaçam de maneira radical *os valores de meritocracia sobre os quais se fundam nossas sociedades democráticas*”. Milanovic (2020: 21- epub), de maneira complementar, entende que o capitalismo meritocrático¹¹³ liberal¹¹⁴ tem gerado distorções na participação da riqueza, pois a “a renda do capital está concentrada em relativamente poucas mãos”, implicando “quase automaticamente [em] uma desigualdade de renda maior entre os indivíduos”. Diante desse panorama, diferentes autores têm associado o crescimento das desigualdades sociais à crise de representação e da democracia meritocrática (Piketty, 2015; Milanovic, 2019; Mounk, 2018,

113 A noção de meritocracia aplicada por Milanovic (2020) é carregada menos pela noção de “justo” e mais pelo sentido de competição individual, ou seja, a capacidade dos indivíduos investirem e apostarem em seu “capital humano” e aumentarem seu desempenho no retorno do capital. No entanto, essa competição sem freios acarreta o aumento da desigualdade e impasses democráticos.

114 Para Milanovic (2020), o capitalismo meritocrático liberal, ao passo que possibilita maior liberdade individual, tende a gerar desigualdades sociais com baixo crescimento econômico, ao contrário do capitalismo político, que assegura baixos índices de desigualdades econômicas, mas possui uma liberdade individual limitada. O primeiro modelo teria como seu principal expoente os Estados Unidos, já o segundo, a China.

Bresser-Pereira, 2020), expressas, por exemplo, no Brexit no Reino Unido (2016); na eleição de Trump nos EUA (2016); no avanço do conservadorismo ao redor do mundo; nas mobilizações e protestos, como a dos coletes amarelos na França; na insurgência chilena e nos diferentes protestos que ocorreram na América Latina na década de 2010, dentre outros contextos.

Ou seja, a dinâmica da crise político-econômica de 2008, que teria colocado limites para o crescimento econômico global, resultou no aumento do desemprego e no avanço do processo de precarização do trabalho em escala mundial (Varoufakis, 2016; Streeck, 2016; Milanovic, 2016; Coggiola, 2016). Alves e Corsi (2018), procurando analisar “a crise do capitalismo global”, apontam para o fato de que a inflexão político-estratégica que marcou a ascensão do conservadorismo e das políticas neoliberais no cenário mundial recente teria ocorrido no ano de 2017. Esta inflexão, acompanhando o pensamento dos autores, deve ser interpretada levando em consideração a dinâmica de acumulação capitalista. Em outras palavras, o aumento do desemprego e a precarização do trabalho estariam relacionados à necessidade dos capitalistas em manter suas taxas de lucro em níveis aceitáveis a reprodução do capital.

Nos guiando por esta perspectiva, poderíamos dizer que as crises no capitalismo teriam como intuito “aumentar o desemprego [como] uma maneira muito conveniente de reduzir a força da classe operária”, repondo o nível do exército industrial de reserva de modo a possibilitar “aos capitalistas a obtenção de grandes lucros daí por diante” (Beynon, 1995: 12-13; Streeck, 2016). Em outras palavras, a produção das desigualdades sociais surge como sendo uma necessidade inerente ao movimento do capital.

Ao observar os impactos da crise político-financeira de 2008 no cenário internacional, tal como a subsequente crise de representatividade ou da democracia, ou o cada vez mais acirrado conflito distributivo, nota-se uma forte presença de indivíduos advindos das classes médias, que, conjuntamente à classe trabalhadora, vêm sofrendo grandes perdas econômicas e sociais desde meados dos anos 1970 (Piketty, 2014; 2015; Streeck, 2017; Tooze, 2018; Milanovic, 2013; 2019; Brown, 2006; 2019).

Para Chantal Mouffe¹¹⁵, por exemplo, os protestos dos *Gilets Jaunes* (coletes amarelos), na França, seriam “uma reação à explosão das desigualdades”, uma contradição ocorrida pela alta concentração de renda e pelo alto custo de vida das classes médias. Milanovic¹¹⁶, por sua vez, procura explicar o aumento da desigualdade social global e a ascensão de governos populistas de extrema-direita como uma consequência do encolhimento das classes médias e dos princípios da meritocracia e dos valores democráticos. De maneira semelhante, Miles¹¹⁷ compreende que o atual sistema financeiro e a concentração da riqueza social têm corroborado com o surgimento de um sentimento antissistema por parte dos setores médios, favorecendo o nacionalismo e o autoritarismo. Já as revoltas político-sociais ocorridas no Chile¹¹⁸ também poderiam ser compreendidas como reflexo do conflito distributivo e do crescimento das desigualdades que atingem tanto as classes médias como as classes trabalhadoras chilenas.

Para compreendermos a dinâmica do conflito distributivo na atualidade do capitalismo, vimos que o estudo realizado por Piketty (2014) nos oferece elementos descritivos muito significativos. Tal como discutido no *capítulo 2*, para o autor, as desigualdades sociais e a concentração da riqueza neste século vêm assumindo um padrão até então inédito em nossa história. Uma das razões para o aumento e o acirramento do conflito distributivo estaria na divergência entre o capital e renda (Piketty, 2014). Entretanto, como pontua Piketty, a razão capital/renda teria poder explicativo principalmente para o contexto europeu, já que

115 Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/585171-coletes-amarelos-uma-reacao-a-explosao-das-desigualdades-entre-os-super-ricos-e-as-classes-medias-entrevista-com-chantal-mouffe?fbclid=IwAR34BttjMXc0xvzuYUXjE1OUUf5_xFM4U9utxwOvpBczkqzcTCJK06vCGbU>. Último acesso em: 08/05/2021.

116 Disponível em: <<https://temas.folha.uol.com.br/desigualdade-global/estados-unidos/crescimento-estado-de-bem-estar-e-a-democracia-seguirao-ameacados.shtml>>. Último acesso em: 12/08/2021.

117 Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Historias-do-Futuro/Classe-social-e-desigualdade-no-seculo-XXI-na-Gra-Bretanha-a-relevancia-de-Karl-Marx-hoje/48/39698>>. Último acesso em: 12/08/2021.

118 Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/26/internacional/1572112346_368643.html>. Acesso em 29/10/2021.

no caso dos EUA, por exemplo, a razão para o crescimento das desigualdades sociais poderia ser encontrada na explosão dos supersalários dos superexecutivos.

Todavia, no contexto brasileiro, entendemos que as desigualdades sociais podem ser explicadas, antes, por ambas as razões; melhor ainda, combinando-as. Ou seja, as desigualdades sociais no Brasil seriam determinadas tanto pelo conflito distributivo advindo da disputa pela apropriação da riqueza socialmente produzida, como, necessária e simultaneamente, pela constituição, principalmente a partir da financeirização “precoce” da economia brasileira (Oliveira, 2003), de um processo de acumulação capitalista predatório e selvagem¹¹⁹, possibilitando a formação de ocupações de superexecutivos e seus supersalários necessários ao capital, em sua fase de financeirização.

Não nos cabe aqui nos determos nessa relação, já que isso levaria a pesquisa para um outro caminho. Mas, naquilo que nos compete, apreender as particularidades das desigualdades econômicas e sociais no Brasil, analisemos como diferentes estudos (Medeiros et al, 2015; Morgan, 2015; 2017; 2018; Souza, 2018), que se utilizam da metodologia desenvolvida por Piketty e colaboradores, rastreando e sistematizando o crescimento da riqueza social em uma série histórica de longo prazo, mediante a análise dos dados do IR, tem situado essa dinâmica na sociedade brasileira.

Assim sendo, temos que os primeiros resultados desses estudos demonstram que, ao contrário das pesquisas que se basearam na análise do Índice de Gini¹²⁰, argumentando que teria ocorrido uma diminuição da desigualdade de

119 Para Tavares (1994), por exemplo, o “conflito distributivo brasileiro é permanente e abrange todos os níveis da sociedade e do Estado”, onde a dispersão de rendimentos do trabalho permite uma variedade de formas de acumulação espúria de capital. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/16/dinheiro/9.html>>. Acesso em: 18/07/2021.

120 Em certa medida, a partir dos estudos de Neri, poder-se-ia dizer que houve um aumento considerável da mobilidade social entre as décadas de 1990 e 2000 e uma redução bastante significativa da desigualdade de renda, que nesse período caiu de forma considerável, chegando aos menores números das últimas três décadas. Nesse sentido, nos anos 2000, a renda dos mais pobres teria crescido de forma substantiva, acarretando um declínio dos níveis de pobreza e miséria.

renda na sociedade brasileira durante os anos 2000 - e que esta diminuição das desigualdades refletiria a mobilidade social ascendente das classes populares e o surgimento de uma “nova classe média¹²¹” (Neri, 2010).

Já as análises sobre a distribuição da riqueza social neste período, a partir do IR, evidenciaram que não teria ocorrido uma diminuição das desigualdades, de maneira substantiva - principalmente no que diz respeito à queda da concentração da riqueza no topo da pirâmide. De certa forma, o crescimento econômico nos anos 2000 teria beneficiado sobretudo o topo da pirâmide social, ou os 10% mais ricos - fortalecendo o processo de concentração da riqueza¹²². Contudo, ainda que a concentração da riqueza não tenha diminuído, os mesmos dados apontam também para uma distribuição da riqueza, de forma menos significativa, para a base da pirâmide social, ou os 50% mais pobres (Souza, 2018; Morgan, 2015; 2018). Outro apontamento que surgiu nessas pesquisas, e que se apresenta como um dado importante para os objetivos de nosso estudo, consiste no fato de que os 40% que compõem a estrutura social - que aqui associamos como sendo pertencentes às classes médias - tiveram apenas ganhos econômicos relativos, o que não quer dizer, todavia, que não foram beneficiados economicamente neste período. Os estudos sobre os resultados do IR identificaram que a desigualdade da riqueza social no Brasil não teria caído tanto como o demonstrado pelas pesquisas que se basearam nos dados do Índice de Gini. Na verdade, antes teria acontecido uma crescente concentração da riqueza social entre os mais ricos, uma melhora na participação das classes populares e um processo de estagnação das classes médias em

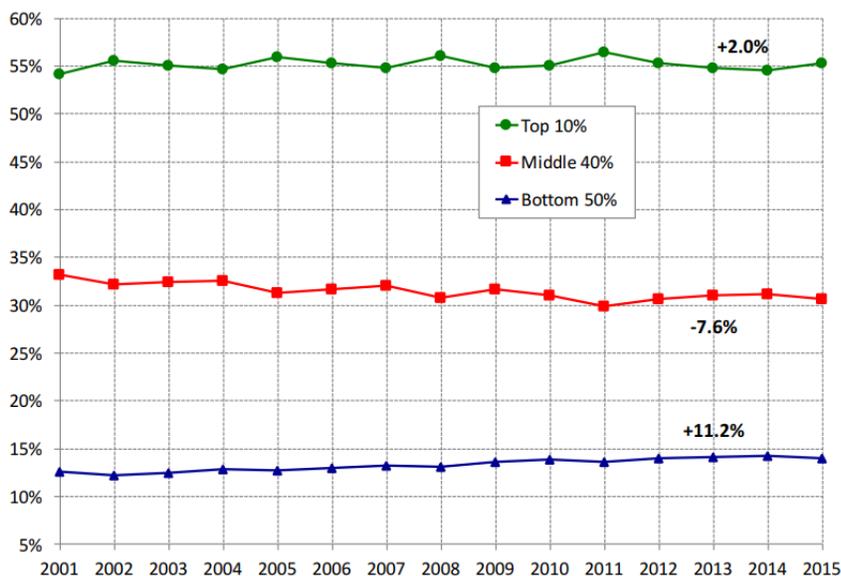
121 O conceito de “nova classe média” definido pela renda foi questionado por outros estudos, como, por exemplo, Pochmann (2012), Souza (2012) et al, Souza (2012; 2016); Braga (2012).

122 Segundo relatório da Oxfam, em 2017 os 5% mais ricos detinha 95% da renda nacional. Ainda conforme o relatório, seis famílias possuem a riqueza igual à metade da população brasileira. Se for certo afirmar que a riqueza do país aumentou, podemos também dizer que a desigualdade da riqueza cresceu no período em questão. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1952267-cinco-ultrarricos-tem-riqueza-igual-a-metade-do-brasil-aponta-relatorio.shtm?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compfb>. Acesso em: 22/05/2022.

sua participação na renda, entre, pelo menos, o período de 2006 e 2015 (Quadros, 2010; 2015; Medeiros et al, 2015; Morgan, 2015; Souza, 2018).

Portanto, os estudos que analisaram as desigualdades sociais a partir do IR demonstraram, em certa medida, que a concentração da riqueza social se manteve praticamente estável durante os anos 2000¹²³. Ao mesmo tempo, essas pesquisas sugerem, ainda de maneira preliminar, que as políticas sociais e afirmativas realizadas durante os governos do PT beneficiaram as classes populares mediante a implantação de diferentes políticas sociais e políticas afirmativas. Nessa dinâmica, as classes médias teriam sido “espremidas” (Morgan, 2017; 2018), vendo os/as trabalhadores/as ascenderem socialmente e os ricos ficarem ainda mais ricos (**Gráfico 2**).

Gráfico 2 - Distribuição da riqueza social no Brasil entre 2001 e 2015 a partir dos dados do IR



Fonte: Morgan, 2017: 55.

123 Essas pesquisas buscaram combinar dados tributários que tem como qualidade captar melhor a renda dos mais ricos, ao contrário dos estudos com dados na Pnad, por exemplo, que captam melhor as rendas menores (Medeiros et al, 2015; Morgan, 2015; Souza, 2018).

Esse movimento teria gerado uma “indisposição classista” nos setores médios, já que, por um lado, os mais ricos estavam cada vez mais ricos, por outro, as classes populares estavam ascendendo socialmente, passando a ocupar espaços sociais até então reservados às classes dominantes. Para os setores médios, contudo, a ascensão das classes populares não teria ocorrido pelos “méritos individuais”, mas, antes, mediante a intervenção do Estado, sendo, portanto, injustificável, pois afetaria os valores meritórios “*sobre os quais se fundam nossas sociedades democráticas*”. O Estado, por sua vez, ao favorecer, direta ou mesmo indiretamente, as camadas pobres e os/as trabalhadores/as por meio da promoção de políticas sociais e afirmativas de governo, interviria na dinâmica da repartição da riqueza social – portanto, na *ordem social competitiva* -, ao possibilitar que as classes populares “furassem a fila¹²⁴” da meritocracia. O Estado, desse modo, ao promover políticas sociais direcionadas (Castro, 2013; Campello, 2017; Dweck; Rossi, 2019) e que “beneficiam” as classes populares agiria como um ator político “não-neutro”, interferindo na disputa da livre concorrência, na “luta pelo acesso ao mercado” contra os *justos* valores meritórios, tão caros às classes médias (Cavalcante, 2015; 2018).

O Estado e as políticas sociais, tal como exposto, acabariam por refletir diferentes aspectos dos conflitos sociais e políticos expressos na vida social e, portanto, surgem como componentes que compõem a cena política e a atuação das classes médias no decorrer do processo de impedimento de Rouseff. Assim, incumbe voltar a atenção agora para as tendências que influem do Estado e como dele resultaria a *crise* enquanto efetividade da realização das políticas sociais e afirmativas de governo.

124 De certo modo, nos parece que, para as classes médias, a ascensão político-social das classes populares, entre 2003 e 2016, poderia estar associada ao que Hochschild (2016), analisando o contexto estadunidense antes da vitória de Trump (2016), denominou como um processo de “fura-fila”.

3.2 “Como furar a fila” na ordem social competitiva

Diferentes autores têm apontado para a relação entre o Estado, a democracia, as políticas sociais e afirmativas de governo e as dinâmicas de desigualdades econômicas e sociais como um dos paradoxos que se impõem às sociedades capitalistas (Schumpeter, 1961; Raws, 2008; Piketty, 2014; 2015; Streek, 2016; Milanovic, 2019; Brown, 2019; Mouffe, 2020). Ou seja, ao observar a trajetória das democracias depois da Segunda Guerra Mundial, a tendência, a partir da universalização dos direitos civis, sociais e políticos (Marshall, 1967), consistiria em que as desigualdades econômicas e sociais fossem reduzidas gradualmente, dando origem às sociedades de “classe média” (Wright Mills, 1976; Dahrendorf, 1982). A tendência era a de que haveria uma diminuição na concentração da riqueza social no topo e uma distribuição maior para a base da pirâmide social, proporcionando o nivelamento da renda (Piketty, 2014) – com isso, a estrutura social deixaria de ser representada por uma pirâmide, sendo substituída por um losango, consistindo no estreitamento das pontas e no “inchaço” do meio da estrutura (Neri, 2010).

Exemplar teria sido a teoria desenvolvida por Kuznets (1955). Para ele, com o desenvolvimento da industrialização e urbanização, as desigualdades econômicas e sociais tenderiam a cair quase de maneira automática, até que chegasse a um ponto de estabilização mais ou menos tolerável. Para Kuznets, as desigualdades socioeconômicas estariam presentes apenas no momento inicial da industrialização. Já em seu estágio final, tenderia a uma queda das disparidades no nível de renda. Isso porque, na primeira fase da industrialização, apenas uma pequena parcela da população estaria em condições de se beneficiar dos seus resultados, já que ainda haveria níveis de concentração de renda não toleráveis. Com o avanço do aparato industrial, as desigualdades cairiam automaticamente, devido às próprias condições da industrialização, permitindo que cada vez mais pessoas conseguissem, por meio da diversificação do mercado, das relações de troca e das iniciativas empreendedoras e meritórias de cada indivíduo, aproveitar-se das bonanças do crescimento econômico.

Todavia, as expectativas de Kuznets não se concretizaram. Mesmo com os avanços tecnológicos e o aperfeiçoamento das instituições democráticas, os níveis de pobreza cresceram significativamente nos países cujas formas capitalistas de industrialização se encontram em estágio desenvolvido, assim como nos países de capitalismo periférico, a partir dos anos de 1970, aumentando ainda mais as desigualdades econômicas e sociais entre países do capitalismo central e periférico (Piketty, 2014; Streeck, 2016; Milanovic, 2016). Os sonhos de uma sociedade formada por uma grande “classe média” e meritocrática de larga escala não se mostraram duradouras - ainda que este seja um sonho persistente.

Segundo Piketty, uma das razões para que, mesmo com o desenvolvimento tecnológico e industrial, as desigualdades sejam persistentes nas sociedades democráticas estaria, de certa forma, no fato de que ela seria “profundamente política”. Dessa forma,

a reascensão da desigualdade depois dos anos 1970-1980 se deveu, em parte, às mudanças políticas ocorridas nas últimas décadas, principalmente no que tange à tributação e às finanças. A história da desigualdade é moldada pela forma como os atores políticos, sociais e econômicos enxergam o que é justo e o que não é, assim como pela influência relativa de cada um desses atores e pelas escolhas coletivas que disso decorrem. Ou seja, ela é fruto da combinação, do jogo de forças, de todos os atores envolvidos (Piketty, 2014: 27).

Sendo uma escolha política, de responsividade de governos e do Estado, a queda das desigualdades econômicas e sociais dependeria, na visão de Piketty (2014: 229), de boas instituições e de políticas sociais de governo que promovessem uma sociedade mais “justa e racional, baseada na utilidade comum” e nos valores meritocráticos.

Todavia, é preciso destacar que a igualdade no capitalismo, tal como discutido no *capítulo 2*, pressupõe a desigualdade como um princípio de seu próprio movimento interno, caso contrário o mais-valor e o capital não poderiam

reproduzir-se e existir socialmente. O “capitalismo democrático” se apresenta como uma sociabilidade baseada na igualdade e na meritocracia, mas sua essência estaria na produção e distribuição desigual da riqueza social, não simplesmente como uma “injustiça” cometida por atores econômicos, sociais e políticos, mas por esta ser uma necessidade imanente ao modo de ser do capital.

O Estado, assim, se apresenta nas relações sociais como um mediador importante entre os aspectos democráticos, a estabilidade da ordem competitiva e a promoção da igualdade/desigualdade. Não queremos dizer, longe disso, que o Estado determinaria, de maneira mecânica, a igualdade/desigualdade. Mas em que pese que o Estado seja uma instituição burguesa (Lenin, 2017), portanto “não neutro”, ele sofre as pressões da sociedade civil (Gramsci, 1999; Frosini, 2014). Como o Estado influencia a dinâmica da igualdade/desigualdade normativamente (Fraser, 2006; Rodriguez, 2019), seriam as lutas sociais e os conflitos políticos mediante as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção que, por sua vez, tenderiam a condicionar os rumos das políticas sociais (Gramsci, 1999; Pilatti, 2008; Miguel, 2017).

O caráter das políticas sociais de governo para se afirmarem na realidade social, por sua vez, depende das *vontades políticas* existentes nas relações sociais, expressas na combatividade da classe trabalhadora ou no poder de dominação das classes dominantes (Gramsci, 1999). Em outras palavras, seria a vontade política da classe trabalhadora que carregaria a *potência* de interromper, ainda que de maneira temporária, os efeitos de exploração e dominação das classes dominantes. Grosso modo, seria essa pressão exercida, por meio dos conflitos sociais e políticos na vida social, através das diferentes formas sociais de representação e instituições da sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia), que possibilitaria que os/as trabalhadores/as passassem a existir como sujeito político, podendo impor às dinâmicas de exploração e dominação um movimento de descontinuidade.

Portanto, as políticas sociais implementadas por diferentes governos, e que tendem a influenciar a dinâmica da apropriação/distribuição da riqueza social e a reprodução social das classes sociais (Fraser, 2006; Miguel, 2017),

passam a compor o enredo da luta política, mas não na perspectiva de que a igualdade/desigualdade “*é justa ou não*”, como se a diminuição das desigualdades dependesse das instituições mais ou menos *racionais* e que buscam a “*utilidade comum*”. Partimos da perspectiva marxiana cujo pressuposto seria o de que, por mais que os “*atores políticos, sociais e econômicos*” possuam boas intenções na luta contra as desigualdades, a imanência da sociabilidade capitalista faz com que as desigualdades sociais sejam produzidas e reproduzidas constantemente e independente da boa vontade do “gestor público”, não pelo o que *é justo e o que não é*, mas sim porque esta seria uma condição para a existência do exército industrial de reserva, a constituição da separação entre produtores e proprietários e, logo, da existência da força de trabalho apta para *atuar* na autovalorização do capital (Marx, 2011a; 2013).

Não nos cabe aqui realizar uma análise detalhada da relação entre as políticas sociais, os diferentes governos e do Estado com as desigualdades econômicas e sociais¹²⁵. Mas, naquilo que nos compete, circunscrito ao objeto de nossa pesquisa, é necessário apreender a trajetória recente da relação entre o Estado e as políticas sociais de governo, de modo a precisar a existência de *um processo de intervenção do Estado na ordem social competitiva* que age sobre o modo de vida meritório das classes médias.

3.3 Transformações socioeconômicas no Brasil recente: participação social e conflito distributivo a partir da Constituição Federal de 1988

Por um lado, as políticas sociais de governo se apresentam como a intervenção do Estado na sociedade. Elas correspondem a normatividade dos direitos garantidos e firmados na Constituição (Pilatti, 2008). Procuram assegurar o reconhecimento civil, social, político e trabalhista que expressam as vontades

125 Para mais ver: Castro, 2013; Medeiros, 2015; Arretche, 2018a; 2018b; Campello, 2017; Rugitsky, 2019.

e as necessidades de cada sociedade como um todo, mas também das classes sociais em suas particularidades (Pilatti, 2008; Miguel, 2017; Rodriguez, 2019). Assim, as políticas sociais de governo expressam os planos e as metas de cada governo, a partir da dinâmica das sociedades e dos interesses de classe, imediatos e de longo prazo. Por outro, ainda que o “interesse público” e o “bem-estar” da sociedade sejam definidos por cada governo e são constitucionalmente assegurados, as lutas sociais exerceriam um papel substancial para os caminhos e os desígnios das políticas sociais (Perlatto, 2019). Em outras palavras, por mais que as *instituições* e as *políticas sociais* sejam importantes para a promoção de “*uma sociedade mais justa e racional*”, seria a *vontade política* exercida por cada classe em luta, constituída pelas condições materiais e as contradições sociais que, em última instância, determinariam os postulados e os rumos das políticas sociais de governo.

Desse modo, a Carta Constitucional de 1988 representa uma determinada *vontade política* expressa nas mobilizações sociais e dos atores políticos em cena naquele período (Sader, 1986; 1987; Silva, 2007; Pilatti, 2008; Teixeira, 2012). Ainda que tenha introduzido leis e normas que dizem respeito não ao conteúdo em si, mas à forma, seu documento visa garantir e assegurar os direitos do cidadão como preocupação central. Mesmo sendo elaborado por um Congresso Nacional conservador, o seu resultado, ao fim do processo da Constituinte, teria sido, segundo Perlatto (2019), a redação de uma Carta muito mais progressista, apontando caminhos para a democratização econômica, social e política no país¹²⁶ (Santos; Avritzer, 2002; Pilatti, 2008; Carvalho, 2015; Aarão, 2019).

126 Conforme Perlatto (2019), “No que concerne aos embates e disputas políticas que tiveram curso no parlamento nos mais de 580 dias, entre 1 de fevereiro de 1987 e 5 de outubro de 1988, e que conformam as principais características da Constituição de 1988, vale ressaltar que, conforme destacado anteriormente, não obstante a composição majoritariamente conservadora, os setores progressistas da Assembleia Constituinte lograram sucesso no sentido de contribuir para a conformação de um texto constitucional com um viés marcadamente progressista. Um dos fatores fundamentais para compreender este resultado deve ser buscado nos embates travados entre as forças partidárias,

A nova Constituição surgiu, assim, no embalo do otimismo e “entusiasmo das grandes demonstrações cívicas em favor das eleições diretas” (Carvalho, 2015: 202), como oposição às restrições e à interdição de direitos impostas pela ditadura empresarial-militar de 1964. As mobilizações pelas “Diretas Já!”, exigindo o direito de escolha, por parte da sociedade civil, do presidente da República, assim como as mobilizações sociais pela convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva, no decorrer dos anos de 1980, seriam marcos emblemáticos na “defesa de uma maior participação da sociedade civil no processo de redemocratização e de elaboração da nova Constituição” (Brandão, 2011: 55; Pilatti, 2008; Perlatto, 2019).

O processo de Constituinte teria refletido as lutas que emergiram na sociedade brasileira entre o final dos anos 1970 e o decorrer dos anos 1980, momento em que “novos personagens entraram em cena” (Sader, 1987; Sader, 1988). O “novo sindicalismo” e as greves do “ABC paulista” - denunciando as contradições do “milagre econômico” e da forte concentração da renda que se intensificou com a ditadura militar -, por exemplo, fez emergir a Central Única dos Trabalhadores (CUT), cujo papel foi significativo para a garantia dos direitos dos/as trabalhadores/as com contornos mais progressistas na Carta de 1988 (Vianna, 2010; Ramalho, 2008). O surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), apesar do tratamento conservador em relação à reforma agrária no texto final da Constituição (Pilatti, 2008; Perlatto, 2019), representou “a incorporação à vida política de parcela importante da população, tradicionalmente excluída pela força do latifúndio” (Carvalho, 2015: 204). O Movimento Negro Unificado

e suas respectivas lideranças, nas diferentes fases do processo de elaboração da carta constitucional. As lideranças do minoritário bloco progressista - constituído pelos partidos PCB (Partido Comunista Brasileiro), PCdoB (Partido Comunista do Brasil), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PSB (Partido Socialista Brasileiro) e PT (Partido dos Trabalhadores), bem como pela “esquerda” do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, herdeiro do MDB) - se valeram de uma hábil mobilização das regras e procedimentos para fazer com que o majoritário bloco conservador - integrado pelo PDS (Partido Democrático Social), PFL (Partido da Frente Liberal), PL (Partido Liberal), PDC (Partido Democrata Cristão), PTB (Partido Trabalhista do Brasil) e pela fração “conservadora” do PMDB - não tivesse sucesso em ditar os rumos do processo constituinte”. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/lerhistoria/5588?lang=pt>>. Acesso em: 15/03/2022.

(MNU) atuou fortemente para que a Carta de 1988 assumisse as demandas históricas do movimento negro, como o combate à discriminação e à desigualdade racial, o reconhecimento ao direito de posse aos remanescentes de territórios quilombolas, a definição do racismo como crime “inafiável e imprescritível” e uma maior participação da população negra nas instituições sociais mediante dispositivos legais (Lima, 2010; Perlatto, 2019; Gomes; Rodrigues, 2018). Os movimentos contra a carestia, de associações de moradores, o Movimento pela Reforma Sanitária, a constituição do Fórum Nacional da Reforma Urbana, a União Nacional dos Estudantes (UNE), além dos movimentos das mulheres, foram fundamentais para que a Carta de 1988 adquirisse um texto mais progressista na questão social e cidadã¹²⁷ (Tonella, 2013; Paim, 2013; Perlatto, 2019).

Portanto, as lutas sociais, dentro de suas especificidades de organização, origem, atuação, reivindicações e estratégias de luta, tiveram uma grande contribuição, tanto para o processo de redemocratização do país, como para a garantia dos direitos do cidadão e do caráter social e progressista da CF de 1988 - fato este que refletiu numa maior participação social na vida do Estado, por meio de diferentes dispositivos nas esferas públicas de âmbitos federal, estadual e municipal (Santos; Avritzer, 2002; Dagnino, 2002; Rocha, 2005; Teixeira et al, 2012; Carvalho, 2015).

A CF de 1988 ampliou, assim, “mais do que qualquer de suas antecessoras, os direitos sociais”, incorporando em sua Carta, por exemplo, medidas como a fixação em um salário mínimo do “limite inferior para as aposentadorias e pensões”, ordenando, ao mesmo tempo, o “pagamento de pensões de um salário

127 Ao mesmo tempo, cabe destacar, como bem aponta Perlatto (2019), “que a pressão dos grupos organizados sobre os constituintes não vinha somente de movimentos sociais progressistas, mas também de setores conservadores. Exemplar, nesse sentido, foi o papel desempenhado por entidades empresariais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), mediante a criação da União Brasileira de Empresários (UBE) (Diniz; Boschi, 1989), e pela União Democrática Ruralista (UDR) – associação criada em meados dos anos 1980, reunindo proprietários rurais orientados para defender o direito de propriedade”. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/lerhistoria/5588?lang=pt>>. Acesso em: 15/03/2022.

mínimo a todos os deficientes físicos e a todos os maiores de 65 anos, independentemente de terem contribuído para a previdência” (Carvalho, 2015: 208; Arretche, 2018a: p: 399). Essa preocupação com o social teria feito com que, de certa forma, a qualidade de vida das camadas pobres melhorasse, ainda que de maneira lenta, fazendo com que a mortalidade infantil caísse e a esperança de vida superasse os mais de 70 anos nos no século XXI (Arretche, 2015; Carvalho, 2015).

A Constituição de 1988 e a democracia brasileira foram identificadas “no mundo inteiro pela marcante presença de movimentos sociais e de atores sociais, que gerou uma forma *sui generis* de participação institucionalizada” (Avritzer, 2016: 13). A sociedade brasileira passou desde então por intensas transformações em seu sistema político e em sua estrutura social. Segundo Avritzer (2016: 20), até então “o acesso à saúde não era possível a todos; a educação só era assegurada por lei nos quatro primeiros anos do ensino fundamental”, fato que situava o Brasil “entre os cinco piores países da América Latina em performance na área de educação”; já a “assistência social existia como auxílio pontual aos pobres, e não como direito reconhecido pelo Estado”.

Para Arretche (2018a: 399), a Carta de 1988 representou uma transição democrática bem-sucedida, em que a mudança de paradigma nas políticas sociais teria produzido a inclusão do que classificou como os “*outsiders*”, ou seja, a inclusão econômica, social e política de sujeitos advindos das camadas pobres e que estavam fora da garantia do acesso aos serviços públicos - e que a constituição passou a assegurar desde então¹²⁸. Desse modo, a CF de 1988 “estabeleceu [um] novo arranjo das políticas sociais no Brasil, a começar pela universalização da saúde, pela transformação da assistência social em direito e pela abertura de incentivos para processos de participação social” (Arretche, 2018a: 399).

A institucionalização da participação social, conforme Avritzer (2016: 13-14), teria levado à sua “explosão” no país durante os anos de 1990. Ao

128 Campello (2017), em pesquisa sobre a desigualdade no Brasil recente, demonstra que o acesso à água, saneamento básico, energia elétrica, educação e saúde pública universal, moradia e bens de consumo primários, como geladeira, fogão, dentre outros, foram cruciais para a melhora na vida do mais pobres, contribuindo para sua ascensão social e a queda nas desigualdades.

mesmo tempo, as mobilizações de associações e organizações sociais tiveram um papel muito significativo para o desencadear das políticas sociais de governo e a manutenção do caráter social e afirmativo da CF de 1988 nos períodos subsequentes (Arretche, 2015; Avritzer, 2007; 2016).

Quando analisamos os efeitos das pressões sociais em aspectos que dizem respeito à saúde e à educação, por exemplo, vemos que, em relação à saúde, os dispositivos constitucionais que possibilitaram a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) elevaram a inclusão das classes populares ao sistema de saúde. Pois, até o momento da Constituinte, o serviço público de saúde funcionava como uma espécie de seguro-saúde, em que apenas os/as trabalhadores/as que estavam registrados/as pela Carteira Nacional do Trabalhador (CLT) no mercado de trabalho formal - assim como quem tinha condições de contribuir de maneira autônoma - poderia acessar os serviços médicos (Arretche, 2018a; Campello, 2017). No caso da educação, para Arretche (2018a: 400), mesmo que “a Constituição de 1988 tenha determinado que estados e municípios alocassem, no mínimo, 25% de suas receitas em ensino”, o que de fato teria possibilitado o aumento da oferta educacional foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), durante a gestão FHC. Com o Fundef, a taxa de matrícula no ano de 2010, por exemplo, estava por volta de 100% e os jovens entre 19 e 20 anos de idade em fase de concluir o ensino médio chegaram a mais da metade, sendo que antes da CF de 1988 eram cerca de 90% dos jovens com menos de 16 anos que não completavam mais do que quatro anos de estudos (Ribeiro, 2011; Ribeiro; Schlegel, 2015). Nesse sentido, Barro e Lee (2013) demonstram que o Brasil teria passado por uma grande expansão na educação entre os anos de 1990 e 2000. Quando comparado a outros países, pode-se verificar que o crescimento das taxas de matrícula foi de 85% para 100%, no que diz respeito ao primário, e de 16% para 86% no secundário¹²⁹ (Barro; Lee, 2013). Portanto, no caso da educação, os programas sociais (como o Bolsa Escola e o

129 Ver também: Daflon; Feres Jr.; Campos, 2013; Ristof, 2014; Artes; Ricoldi, 2015.

Bolsa Família, por exemplo), vinculados ou não a CF de 1988, tiveram participação direta no aumento da taxa de matrícula agindo, simultaneamente, para o declínio das desigualdades socioeconômicas, ainda que de maneira relativa¹³⁰.

Contudo, se por um lado a sociedade brasileira teria conseguido avançar no campo da participação social institucionalizada, sobretudo no âmbito da saúde, da educação e da moradia (Santos; Avritzer, 2002; Avritzer, 2007; Arretche, 2015; Carvalho, 2016; Campello, 2017), por outro, quando voltamos nossa atenção às questões relacionadas à distribuição da riqueza social, nota-se que estas ainda se mantiveram muito grandes (Arretche, 2015; Carvalho, 2016, Avritzer, 2016; Medeiros, 2016; Souza, 2018).

De certa forma, uma das razões para a manutenção de desigualdades abissais em nossa sociedade, mesmo após a CF de 1988 e seu “caráter progressista”, estaria relacionada a forma de como as políticas sociais de governo foram e são desenhadas, caracterizadas mais pela realização da igualdade por meio de políticas inclusivas que não carregam em seu conteúdo uma proposição distributiva ou transformadora (Souza, 2018; Nobre, 2013a; Arretche, 2015; Carvalho, 2018). Para Medeiros (2016: 176), por exemplo, “A própria ideia de igualdade por inclusão, em que o Estado cria benefícios para um grupo privilegiado e, em seguida, reduz obstáculos de incorporação para incluir a massa da população nesses benefícios, indica que há ações do Estado que, ao menos inicialmente, podem aumentar em vez de reduzir a desigualdade”.

Portanto, na medida que o Estado incorporou novas demandas sociais, correspondendo às pressões fiscais futuras (Souza, 2018; Bolle, 2016), possibilitando que as desigualdades sociais sofressem queda em algumas áreas sociais específicas, principalmente por meio da “expansão dos direitos sociais pela via da inclusão, e não da redistribuição” - ou seja, uma incorporação das classes populares aos serviços públicos via políticas sociais de governo -, não teria

130 Conforma Dweck e Rossi, “as políticas de aumento de salário mínimo [durante os governos petistas], somadas às políticas de transferência da seguridade social e dos programas de combate à pobreza extrema são fundamentais para melhora relativa na renda da parcela mais pobre da população” (2019: 105). Ver também: Brenck e Carvalho, 2019; Carvalho, 2018.

ocorrido, ao mesmo tempo, “uma guinada redistributiva profunda do Estado brasileiro” que permitisse uma diminuição na concentração da riqueza social e na redução das desigualdades entre os estratos sociais na participação na renda (Souza, 2018: 337-366).

À vista disso, podemos dizer que o conflito distributivo teria sido “normalizado” na sociedade brasileira, e a evolução das desigualdades, caracterizada pela forte concentração no topo com grande resistência às mudanças, tem no papel do Estado, via sua organização institucional, um ator importante para os desígnios das desigualdades econômicas e sociais (Arretche, 2018a; 2018b; Neri et al, 2012; Nobre, 2013b; Medeiros et al, 2015; Souza, 2018; Campello, 2017).

Para Souza (2018), portanto, os momentos de menor desigualdade socioeconômica registrados na sociedade brasileira teriam sido os períodos em que as liberdades democráticas prevaleceram. Nossa intenção aqui não é a discussão dos meandros entre a concentração da riqueza e a democracia. Salientamos e reforçamos, conforme apontado por Souza,

que determinado padrão de desigualdade resulta sobretudo do efeito combinado e cumulativo de uma série de políticas e programas, de pequenas e grandes decisões, e que, em condições democráticas normais, tanto a ameaça de desorganização social quanto o próprio perde-e-ganha político dificultam muito a redistribuição duradoura e significativa dos mais ricos para o resto da população (Souza, 2018: 30).

Ou seja, haveria uma contingência entre os processos políticos e decisórios dos *atores sociais, econômicos e políticos* com o aumento ou diminuição das desigualdades econômicas e sociais. As desigualdades em si não deveriam ser entendidas e explicadas apenas como um atributo próprio ao campo normativo ou mesmo vinculado à capacidade individual de retorno a partir do investimento no “capital humano”. Antes, elas se apresentam como uma relação social que carrega múltiplas determinações sócio-históricas, na qual as desigualdades socioeconômicas não poderiam ser apartadas de sua condição política.

A construção da política tributária na CF de 1988, ao invés de “optar” por uma política fiscal de caráter mais progressivo, que agisse sobre a forte concentração da riqueza social¹³¹, ficaria marcada pelo seu caráter regressivo, impedindo “*uma guinada redistributiva profunda do Estado brasileiro*” que permitisse alterações substanciais nos níveis de desigualdade (Souza, 2018; Carvalho, 2018; Brenck, Carvalho, 2019; Dweck et al, 2018; Dweck; Rossi, 2019). O sistema tributário brasileiro se caracteriza como sendo altamente regressivo e acaba, de certo modo, beneficiando os mais ricos em detrimento das classes populares e das classes médias. A isso se soma o fato de que os mais ricos, conforme Souza (2018), contaram com reduções de impostos diretos que durante os anos 90 passaram de 50% para 25%.¹³² Simultaneamente, os impostos indiretos – que incide de maneira direta no consumo e padrão de vida das classes médias e das classes populares -, como o ICMS, IPI, PIS, Cofins e Cide, que possuem impacto sobre o consumo, serviços e produção, representaram 49,7% da arrecadação total do Estado brasileiro em 2015, segundo os dados da Receita Federal¹³³.

Como demonstra Souza (2018), provavelmente a queda na apropriação da riqueza social pelos mais ricos após a CF de 1988, com redução do percentil entre 1988 e 1995, oriunda da tributação, “seja artificial, decorrente apenas da eliminação dos erros de medida causados pela alta inflação observada pelo Plano Real”, pois esta redução teria sido “seguida por uma estabilidade [durante

131 Para Dweck e Rossi, “a política fiscal no Brasil tem um papel central na redução da desigualdade social, não pela arrecadação, que tem um efeito regressivo, mas principalmente pelos gastos públicos, em especial, as transferências de renda e a oferta de serviços públicos gratuitos, incluindo além de educação e saúde, o acesso à água, luz, etc. No Brasil, o que se observa é que o sistema tributário é extremamente regressivo, contribuindo para uma concentração da renda, enquanto o sistema de transferências e de serviços públicos universais permitem o maior impacto de redistribuição de renda da América Latina” (2019: 103).

132 Ao mesmo tempo, durante os anos 1990, com a isenção do imposto de renda pessoal, os mais ricos ficaram ainda mais ricos, aumentando sua participação nas empresas nacionais com as privatizações ocorridas neste período (Morgan, 2017).

133 Esta modalidade de carga tributária regressiva implicou no aumento da desigualdade medida pelo índice de Gini, que estava em 4,6% em 2003 e chegou a 4,7% em 2009 (Carvalho, 2018).

os anos 1990] em um alto patamar, equivalente, *grosso modo*, à concentração média observada desde os anos 1920” (Souza, 2018: 338 – grifos do autor). Entre 2006 e 2013, por exemplo, a expansão dos rendimentos isentos manteve-se constante, passando de 45% para 50%, “tornando-se a principal fonte de renda do 1% mais rico” (Souza, 2018: 338 e 339). Isso demonstra que “quanto mais rico o estrato, menor a participação dos rendimentos brutos tributáveis em sua renda total”, pois “os rendimentos tributáveis correspondem sobretudo à remuneração do trabalho, enquanto o principal componente dos rendimentos isentos são os lucros e dividendos e, no caso da tributação exclusiva na fonte, os rendimentos financeiros e ganhos de capital¹³⁴” (Souza, 2018: 340).

Essa relação, portanto, representaria uma das particularidades históricas e estruturais da tributação na sociedade brasileira, baseada em altos impostos sobre o consumo e alíquotas baixíssimas sobre renda e patrimônio e o capital em si (Souza, 2018; Morgan, 2018; Carvalho, 2018; Coggiola, 2016). Com uma carga tributária marcada pelo imposto sobre o consumo, a reprodução social das classes sociais acabaria se configurando de maneira ainda mais desigual, já que a mesma medida de alíquota seria aplicada sobre os diferentes percentuais de renda. Desse modo, uma família com renda média de 2 salários mínimos, por exemplo, pagaria em imposto sobre o consumo a mesma alíquota que uma família que recebe mais de 20 salários mínimos. Assim sendo, por um lado, as classes médias contribuem mais com o imposto direto sobre o consumo em relação aos mais ricos, por outro, as classes médias e os mais ricos contribuem muito menos com o imposto sobre sua cesta de bens de consumo em relação às classes populares. Como gastam menos renda com impostos, podem aumentar ainda mais seu patrimônio e o investimento em

134 Ainda segundo Souza, “isso sugeriria que a estabilidade da concentração no topo coexistiu com a ascensão dos retornos à atividade empresarial, em detrimento dos rendimentos do trabalho. No entanto, não é possível descartar que parte desse movimento seja simplesmente o que Afonso (2014) chamou de “transfiguração do trabalho em capital”, isto é, a transformação de pessoas físicas em pessoas jurídicas, com a migração crescente de trabalhadores com rendas mais elevadas para relações de trabalho alheias à CLT” (Souza, 2018: 341).

“capital humano”; ao contrário das classes populares, que normalmente gastam a maior parte do que recebem consumindo o mínimo para a sua subsistência, não sobrando nada ou quase nada para a poupança e/ou investimento em “capital humano” (Souza, 2010; 2016). Essa dinâmica nos sugere que os impostos sobre o consumo possuem um peso muito maior e muito mais relevante para reprodução social das classes sociais do que os impostos diretos¹³⁵ (sobre a riqueza e o capital) na sociedade brasileira - e com isso, teríamos “a continuação da reprodução de uma sociedade que ‘naturaliza’ a desigualdade e aceita produzir ‘gente’ de um lado e ‘subgente’ de outro” (Souza, 2016: 30).

Para Morgan (2018), um dos fatores fundamentais para a diminuição na desigualdade de rendimentos entre as classes sociais no Brasil recente estaria relacionado à melhora no mercado de trabalho e ao aumento real do salário mínimo. A importância do salário mínimo e sua vinculação aos programas sociais de governo ficaria evidenciado quando revelada sua relação para a diminuição da pobreza e a melhoria de vida principalmente das classes populares¹³⁶. Todavia, o mercado de trabalho e o salário mínimo não teriam condições de, no curto e médio prazo, desfazerem o legado histórico das desigualdades sociais, simplesmente porque a concentração econômica no Brasil parece pouco afeita às alterações em seus fluxos de retorno da riqueza e a taxação do capital (Morgan, 2018; Souza, 2018).

Os dados de Morgan (2018) sugerem que na sociedade brasileira, entre 2001 e 2015, os 10% mais ricos da população se apropriaram de mais da metade de toda a riqueza nacional produzida, enquanto os 50% das “classes pobres” tiveram uma

135 Os tributos sobre a renda e os lucros, assim como os ganhos de capital giram em torno de 18,27% apenas (Carvalho, 2018). Segundo Carvalho (2018, p: 164), o imposto de renda sobre pessoa física (IRPF), ao longo do tempo, vem perdendo sua progressividade devido à “defasagem nas faixas de tributação em relação à inflação”, o que implica no fato de que o imposto representa um peso cada vez maior sobre os mais pobres, ao mesmo tempo em que aumenta a porcentagem e as parcelas de “isenção de tributação da maior parte dos rendimentos no topo da pirâmide”.

136 Entre os anos de 1985 e 2014 o salário mínimo saiu de R\$ 470,00 para R\$ 790,00, tendo uma valorização significativa a partir do segundo mandato do governo FHC e maior expressividade durante os governos do PT (Quadros, 2010; 2015; Arretche, 2018a; Pochmann, 2012; Carvalho; 2018).

participação na renda de cinco vezes menor; já os 40% “intermediários” da população se apropriam um pouco menos do que 1/3 da renda total, ou seja, menos que a sua quota proporcional. Neste período, portanto, a tendência para a concentração da riqueza social aumentou constantemente entre o topo e a base da pirâmide social. Mesmo que os 50% das classes populares tenham aumentado sua participação na riqueza social, passando de 11% para 12% em sua quota, os 10% mais ricos não obtiveram perdas de renda significativas, ao contrário, conseguiram aumentar sua parcela na apropriação, que foi de 54% para 55% (Morgan, 2015; 2017; 2018). Diante desse cenário, os 40% que formam as classes médias teriam sido os mais afetados diretamente, perdendo parte de sua quota total na participação na riqueza nacional, que passou de 35% para 33% (Morgan, 2015; 2017; 2018). Ou seja, 1% do que as classes médias teriam condições e “direito” de se apropriar foi transferido para os mais ricos e, outro 1%, para as classes populares, revelando, desse modo, que as classes médias tiveram perdas econômicas - se não significantes - relativas, podendo contribuir para sua insatisfação cada vez mais crescente contra o governo federal e os programas sociais do período petista (Morgan, 2015; 2018).

O aumento da participação social, as diferentes políticas sociais e afirmativas de governo implementadas no decorrer dos anos 1990 e 2000, permitiram, direta ou indiretamente, que as classes populares ampliassem sua alíquota na riqueza social. Entretanto, ainda que este fato não represente uma mudança radical na estrutura social (Morgan, 2018; Souza, 2018), temos que, por um lado, proporcionou uma mudança substancial nos hábitos de vida e na reprodução social das classes populares, por vezes significativas, pois passaram a acessar, mediante direitos assegurados, serviços públicos e privados que até então estavam reservadas às classes dominantes¹³⁷; por outro, possibilitou o fortalecimento do poder de barganha dos/as trabalhadores/as e sua participação nos espaços de poder (Serrano; Summa, 2018; Dweck; Teixeira, 2017; Martins, 2017; Teixeira, 2012; Costa, 2016; Frateschi, 2017).

137 Sobre a mudança no padrão de consumo das famílias brasileiras durante os anos 2000 ver: Carvalho et al, 2016; Kerstenetzky, 2016; Rugitsky, 2019.

Numa sociedade como a brasileira, caracterizada por uma desigualdade social estrutural e permanente ao longo do tempo, a sensação de crescimento e de melhora de vida tende a se representar, por vezes, como um fator primordial. Em que pese o fato de as classes médias terem apresentado um desempenho fraco em relação às classes populares na dinâmica da apropriação da riqueza social, pelos diferentes elementos já apontados, o conflito político, no âmbito das classes sociais em busca de atender às “novas” necessidades criadas pelo capital, teria passado pela mediação da aquisição do *poder social que os indivíduos carregam no bolso*, em suas diferentes formas – já que o acesso a forma dinheiro sob as sociedades capitalistas seria o permite que os sujeitos constituam um modo de vida *distinto* em relação aos outros.

Com isso, temos que, de um lado, a garantia da institucionalidade democrática e as políticas sociais e afirmativas de governo teriam contribuído para o aumento da participação popular, assegurando a realização “*dos valores de meritocracia sobre os quais se fundam nossas sociedades democráticas*”; de outro, o crescimento da participação das classes populares em espaços sociais antes *reservados e preservados* às classes dominantes, teria afetado, direta e indiretamente, a própria lógica da re-produção das relações sociais de produção na sociedade brasileira. Em outros termos, teria afetado o “superprivilégio de classes”, a “acumulação selvagem” e os “valores meritórios” de algumas classes que caracteriza o capitalismo brasileiro. Avaliar até que ponto e o nível de profundidade que esta relação suscitaria para a atuação política das classes médias é a tarefa que iremos desenvolver nos próximos tópicos.

3.4 Formas sociais que compõem o conflito distributivo

A CF de 1988 deu origem a uma série de políticas sociais e políticas afirmativas que foram implementadas no decorrer dos anos 1990, principalmente com os governos de Fernando Henrique Cardoso, mas, sobretudo, com o primeiro e o segundo governo de Lula da Silva. O petista, na presidência, se beneficiou com a mudança na conjuntura internacional, que passou a ser favorável

para a economia brasileira com a entrada da China no comércio mundial e a melhora no comércio exterior, através do aumento da venda de *commodities*, em que pese o ajuste fiscal realizado em seu primeiro mandato. Com isso, o governo Lula da Silva iniciou uma estratégia de desenvolvimento em que as políticas de caráter social e afirmativas foram o cerne de seu programa de governo¹³⁸ (Bastos, 2012; Rossi, 2018). Com o cenário internacional propício para a exportação de *commodities*, o governo Lula da Silva optou, já em sua segunda gestão, por ativar o mercado interno de consumo e intensificar as políticas de redistribuição de renda (como o Bolsa Família) e o ampliação do crédito consignado, incluindo cada vez mais as camadas pobres ao mercado de consumo. O intuito do governo com essas medidas seria o de reduzir a miséria sem confrontar o capital¹³⁹. Com as taxas de investimentos voltando a crescer, Lula da Silva decide aumentar a participação das despesas sociais no PIB, que chegou ao patamar de 22,8% em 2009 (Bresser-Pereira, 2016; Carvalho, 2018; Carvalho; Rugitsky, 2015; Rugitsky; 2017; 2019). Essas políticas transformaram a estrutura social brasileira, possibilitando a ascensão social de 61% das camadas pobres, que se encontravam na condição de miseráveis em 2003¹⁴⁰ (Quadros, 2014).

138 Bastos (2012) caracterizou a estratégia de desenvolvimento do primeiro governo Lula da Silva como “social-desenvolvimentista”. Para o autor, a particularidade do primeiro governo Lula da Silva teria sido menos o desenvolvimentismo nos termos clássicos e mais o desenvolvimento de caráter social, a partir da distribuição da renda.

139 Para Boito Jr. (2016), a estratégia política e econômica dos governos Lula da Silva teria almejado a melhoria da posição da grande burguesia nacional no interior do bloco de poder. Para Singer (2012), o governo Lula da Silva teria obtido concessões, por meio de medidas anticíclicas e pró-consumo para as classes populares, por meio de um “pacto conservador”, ou seja, sem confronto com o capital. Por outra via, Oliveira (2010) vai interpretar tal movimento como sendo o de uma “hegemonia às avessas”, podendo ser caracterizado pelo “transformismo” da hegemonia lulista, ou seja, a absorção das forças sociais antagônicas no aparato estatal, desmobilizando, com isso, o ímpeto de luta da classe trabalhadora.

140 Entre 2003 e 2010 houve ainda uma valorização real de 52% do salário mínimo (sampaio, 2016), 22 milhões de empregos formais foram criados (Pochmann, 2012), o crédito às camadas pobres chegou a 45% do PIB (Singer, 2012), o Programa Bolsa Família passou a atender 12,8 milhões de famílias, a taxa de desemprego despencou para 6,7% e a desigualdade da renda do Índice de Gini passou de 0,603 em 1996 para 0,503 em 2010, o mais baixo da história (Neri, 2010).

Conforme Singer (2012), esse processo de fortalecimento econômico, assim como a distribuição da riqueza social por meio de políticas sociais setorializadas e o acesso ao crédito ampliado, passando a incluir setores da sociedade até então excluídos do mercado de consumo, teria impactado a escolha da população nas eleições futuras. Segundo o autor, o desenvolvimento social com reformas graduais - que caracterizou como “reformismo fraco”, já que as reformas implementadas não visavam mexer com a ordem econômica vigente, mas apenas tenderiam a melhorar a vida das classes populares dentro dessa ordem - tiveram como particularidade o surgimento do “lulismo¹⁴¹”, caracterizado pelo apoio das classes populares aos programas do governo federal que permitiram a redução da pobreza e a mobilidade social ascendente. Todavia, o fenômeno do lulismo só poderia ser compreendido juntamente ao processo do realinhamento eleitoral - que ocorreu nas eleições de 2006 - formado por um “duplo deslocamento de classe” que “*estabeleceu a separação política entre ricos e pobres*” e o início do fim da coalizão de classe que levou Lula da Silva ao poder em 2002 (Singer, 2012: 15 – grifos nosso). De forma mais específica, Singer (2012) procura sustentar que esse realinhamento mudaria e reorganizaria o voto no pleito nacional. As classes populares com até dois salários mínimos que não teriam votado em Lula da Silva em 2002 passaram a escolhê-lo como candidato a partir do pleito de 2006. O voto desses setores sociais no PT seria uma tendência que se confirmaria nas eleições futuras, contribuindo para a vitória de Rousseff nas eleições de 2010 e 2014, permitindo ao PT se manter por quatro mandatos consecutivos no comando no Governo Federal.

O realinhamento eleitoral seria, segundo Singer,

o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados

141 Conforme Singer, “O aparecimento de uma base lulista, por sua vez, proporcionou ao presidente maior margem de manobra no segundo mandato, possibilitando acelerar a implantação do modelo “diminuição da pobreza com manutenção da ordem” esboçado no primeiro quadriênio” (2012: 13). Para uma crítica às teses desenvolvidas por Singer, ver, por exemplo, Braga, 2012; Nobre, 2013.

entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital (2012: 15-16).

Desse realinhamento decorreu um outro movimento que caracterizaria o “antilulismo” e o “antipetismo”, que consiste no afastamento da “classe média de Lula e do PT, criando-se uma tensão social” entre “ricos e pobres”, que ficaria cada vez mais polarizada nas disputas eleitorais, mas também na sociedade como um todo (Singer, 2012).

As classes populares teriam reconhecido na “invenção lulista a plataforma com que sempre sonhara — *um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem*” (Singer, 2012: 21 - grifos nossos), dando-lhes chances de ascenderem socialmente e melhorarem de vida. Se as classes populares, beneficiadas pelas escolhas políticas dos governos petistas, passaram a dar sustentação ao PT no pleito federal a partir do ano de 2006, garantindo a vitória de Rouseff em 2010 e 2014 e a continuidade do projeto lulista, os setores médios, que não foram contemplados diretamente por tais políticas e pelas escolhas do governo federal, tendo perdas econômicas e sociais relativas, formariam uma oposição antipetista a partir de 2006 - contando com o apoio de setores da burguesia já durante o primeiro governo de Rouseff¹⁴².

Entretanto, ainda que a “*invenção lulista*”, por meio de “*um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem*” tenha ajudado a “*afastar a classe*

142 De modo a ilustrar o argumento, vemos em Rugitsky que “Grupos de renda mais baixa diversificaram o seu consumo para além dos produtos mais básicos, como consequência do aumento de suas rendas. Nas palavras de Medeiros (2015: 51), o resultado foi uma ampliação das “dimensões de uma ‘sociedade de consumo de massa’”. Além disso, o aumento abaixo da média da renda dos mais ricos, puxou para baixo a participação no consumo do total dos bens ainda restritos predominantemente a esses grupos” (2019: 86). Sobre a posição das classes capitalistas ainda no primeiro governo Rouseff, ver, por exemplo, Singer, 2015.

média de Lula e do PT”, criando o antilulismo e o antipetismo, uma *reação conservadora* contra a intervenção do Estado na sociedade, acreditamos que existem fatores de longo prazo que devemos nos debruçar para interpretarmos a atuação política das classes médias no Brasil recente. Assim sendo, faremos aqui um apontamento necessário.

O estudo de Quadros (2010), que se baseia nas análises da antiga Pnad, examinando as faixas de rendimentos de indivíduos ocupados no estado de São Paulo¹⁴³, revela que os estratos sociais da “alta classe média” e da “média classe média”, por exemplo, teriam passado por uma redução na estrutura ocupacional de maneira considerável entre o final dos anos de 1980 e os anos 2000. No que diz respeito à “alta classe média”, em 1989 ela comportava cerca de 11,5% de indivíduos ocupados, passando para 8,0% em 2003 e 7,3% em 2008. Na avaliação de Quadros (2010: 4), essa situação revelaria um processo de “estagnação ou encolhimento da alta e média classe média, com sério retrocesso nos anos noventa” e que teve poucas alterações significativas durante os anos 2000.

Depois de ter passado por uma severa crise econômica nos anos de 1980, com estagnação econômica e um processo de hiperinflação, corroendo os salários e as rendas de maneira generalizada, a década seguinte ficou marcada pelo advento do neoliberalismo, caracterizado por um conjunto de políticas que visam a diminuição da participação do Estado no controle do desenvolvimento econômico e social, promovendo a privatização de empresas estatais, a liberalização financeira e a desregulamentação das leis trabalhistas (Belluzzo, 2002; Bresser-Pereira, 2016; Saad-Filho; Moraes, 2018). Ainda que as políticas neoliberais tenham se iniciado nos anos 80, teria sido com o governo Collor, em 1991, que essa plataforma obteve validade significativa por meio da liberalização da economia e a abertura para as importações, concluindo-se em 1994, com FHC (Saad-Filho; Moraes, 2018; Bresser-Pereira, 2016). Diante

143 Concordamos com o autor no sentido de que o “comportamento da estrutura social paulista condensa de forma aguda os dilemas, impasses e potencialidades da sociedade brasileira” (Quadros, 2010: 1).

desse contexto, “parcelas significativas do aparato estatal foram desmontadas com o fechamento de dezenas de agências governamentais e a exoneração de dezenas de milhares de servidores públicos”, seguindo-se “de duas ondas destrutivas de demissões voluntárias no setor público nos anos seguintes” (Saad-Filho; Moraes, 2018: 102), assim como dos setores privados (Cardoso, 2003), eliminando, assim, ocupações típicas de setores médios.

Cabe notar que, durante o governo Collor, as políticas neoliberais entraram em vigor apenas três anos depois da formulação da Constituição Federal que, como vimos, teria sido redigida na contramão da tendência mundial de redução do Estado em seu caráter social. Nesse sentido, “os preceitos da Carta que facultavam ao governo a tomada de medidas de proteção à indústria nacional como os que davam garantias à classe trabalhadora eram inadmissíveis no contexto do neoliberalismo, posto que, neste tipo de política econômica, a *lex mercatoria* está acima das outras leis” (Sampaio, 2009: 47 - grifos do autor). Ainda que o governo Collor não tenha sido capaz, por diferentes razões, de modificar o texto de 1988, com a eleição de FHC à presidência da República “a burguesia conseguiu se unificar e reunir condições para iniciar a demolição sistemática do edifício constitucional” (Sampaio, 2009: 47).

Desse modo, o governo FHC, que se inicia em 1995, intensifica e amplia a “legitimação política do projeto neoliberal”, principalmente com o sucesso no combate à inflação com o Plano Real (Sampaio, 2009; Saad-Filho; Moraes, 2018: 103). Para Sampaio, “Um a um, nesse breve tempo, os pilares do projeto de construção do Estado Nação brasileiro foram destruídos” (Sampaio, 2009: 48).

Os governos de Collor e FHC praticaram e promoveram medidas de intensificação do padrão de produção por meio da reestruturação produtiva, implementando mudanças regulatórias no âmbito do trabalho e que, a partir das transformações tecnológicas, reorganizaram a lógica do mercado de trabalho. A abertura comercial e a ampliação da lógica do mercado concorrencial desregulamentado enfraqueceram ainda mais à indústria nacional e o conjunto das organizações políticas dos/as trabalhadores/as (Bresser-Pereira, 2016; Pochmann, 2012; Musacchio; Lazzarini, 2015). O cenário de

desindustrialização, ao lado das privatizações e desestatizações das empresas estatais, atingiu diretamente os setores médios ligados à burocracia estatal, a gerência, supervisores, os profissionais autônomos, bancários, os cientistas etc., assim como parte da classe trabalhadora ocupadas em postos de alta qualificação (Grün, 1998; Boito Jr., 1999; 2005; Cardoso, 2003; 2013).

Esse cenário de degradação social teria favorecido o apoio de setores médios ao governo petista nas eleições de 1998 e, principalmente, para a vitória de Lula da Silva nas eleições de 2002 (Bastos, 2017). Ou seja, as políticas neoliberais dos anos 1990 teriam incidido fortemente sobre as ocupações típicas das classes médias (Grün, 1998; Quadros, 2005; 2010), impactando direta ou mesmo indiretamente o seu modo de vida e sua reprodução social.

Todavia, este panorama não teria se alterado de maneira significativa em benefício das classes médias durante os anos 2000. Entre 1989 e 2008, por exemplo, os estratos da “alta e média classe média” tiveram uma queda de cerca de 4%, inflando o estrato da “baixa classe média”, que passou de 32,9% em 1989 para 43,8% em 2008, um crescimento de mais de 10% (Quadros, 2010: 4). Simultaneamente, Pochmann¹⁴⁴ (2012: 31) revela que as ocupações que mais obtiveram êxitos foram as que obtinham remuneração de até 1,5 salário mínimo, crescendo 6,2% ao ano, enquanto as ocupações com rendimentos com mais de 5 salários mínimos passaram de 0,9% nos anos 1990 para -3,3% nos anos 2000. Teria havido, portanto, uma mudança no padrão da ocupação na estrutura social brasileira. Observa-se neste período a diminuição do emprego formal, principalmente os vinculados e atrelados ao setor industrial, e o aumento do número de ocupações do setor terciário, ligados ao comércio e serviços, que entre os anos 1980 até 2008 cresceu 30,6% (Pochmann, 2012: 16; Cardoso, 2013: 74; Dweck, Rossi, 2019; Rugitsky, 2019).

De um lado, as transformações na estrutura sócio-ocupacional estariam relacionadas ao desenvolvimento das forças produtivas, caracterizada, a partir dos anos 1970, pela flexibilização das leis trabalhistas e por uma “mudança

144 Também utilizando os dados oriundos da Pnad.

tecnológica profunda”, com a utilização do “emprego generalizado de computadores; a rapidez na transmissão de dados associada ao controle de informações; o uso de robôs; o sistema de organização conhecido como ‘toyotismo’” (Grespan, 2009: 14; Braga, 1996; Amorim, 2014). De outro, essas transformações fariam parte do próprio movimento de re-produção e atualização do capital em busca do aumento de sua composição orgânica, o que implica em metamorfoses na base produtiva como forma de alavancar o lucro capitalista por meio de operações mais complexas e “ágeis” (necessitando, portanto, menos regulamentação), que visam uma maior circulação da forma dinheiro (Grespan, 2009; Amorim, 2014). Isso teria feito com que novas formas sociais do capital emergissem nas relações sociais. Os indivíduos, nessa interação, passariam a representar as formas sociais do capital sob um novo estatuto. O crescimento do setor terciário – que, grosso modo, qualifica o tipo de trabalho nesse momento do capitalismo – em detrimento do setor secundário, para além das questões histórico-estruturais particulares a formação social brasileira (Oliveira, 2003; Bresser-Pereira, 2016; Carneiro, 2017), poderiam ser descritas como uma tendência já demonstrada por Oliveira (2003: 59 - grifos do autor), em que as novas ocupações ligadas ao serviços, “fazem parte de um *continuum* estrutural, que tem numa das pontas o Terciário de baixa produtividade e noutra o Terciário de alta produtividade¹⁴⁵”. Em outras palavras, ainda que as ocupações e o rendimento das classes médias no decorrer dos anos 1990 e início dos anos 2000 diminuíram, o que estava em questão, de um lado, era tanto a liquidação de ocupações típicas das classes médias tal como a disputa por vagas de empregos ligadas ao setor terciário, assim como o acesso aos espaços sociais até então restritos às classes populares e, de outro, exatamente a “redefinição” do modo e da “racionalidade” da produção capitalista, caracterizada pelo aumento do setor terciário e da individualidade neoliberal – estabelecendo um novo “senso comum” que teria na

145 Cientes de que Oliveira estava tratando de um momento específico da dinâmica produtiva brasileira, utilizamos seu argumento, ainda que deslocado historicamente, apenas no sentido indicado no texto, ou seja, como uma tendência presente nas próprias relações capitalistas.

concepção da meritocracia, representado, por exemplo, pelo empreendedorismo, uma das figuras que articulam a relação entre serviços e individualidade.

O acirramento nas disputas pelos hábitos típicos de setores médios implica, diretamente, sobre o que Décio Saes e sua escola denominaram como “ideologia meritocrática”, no que diz respeito à sociabilidade e à reprodução social das classes médias na sociedade brasileira. Ao passo que as políticas neoliberais e a reestruturação produtiva teriam “destruído” as ocupações tradicionais das classes médias, as políticas sociais e afirmativas, assim como a própria condição normativa assegurada pela CF de 1988 e as lutas sociais deste período, possibilitaram a ascensão social das classes populares, principalmente durante os governos Lula da Silva. Esse processo nos indica que a estagnação e o encolhimento das classes médias na primeira década dos anos 2000 consiste no próprio processo de desenvolvimento e complexificação da divisão do trabalho e das relações sociais de produção *para e do capital* em seu movimento de atualização e valorização. O “reformismo fraco” dos governos petistas tenderia apenas a intensificar essas contradições, ao se voltarem às classes populares e “não” às classes médias, ou o conjunto da sociedade como um todo.

O processo de “precarização” que teria ocorrido no modo de vida das classes médias, entre os anos de 1980 e os 2000, surge como uma necessidade do capital em seu movimento de autovalorização do valor – uma necessidade que não se volta para os indivíduos que exercem determinadas ocupações, mas que teria como finalidade a atualização de suas formas sociais de reprodução. Ainda que o capital contenha em seu movimento os processos de precarização do trabalho, na atualidade do capitalismo tal tendência teria se apresentado nas relações sociais como uma decorrência das transformações no processo produtivo e do crescimento da concentração da riqueza social. Isso implica, direta e indiretamente, sobre as formas de apropriação da riqueza social e da reprodução social das classes sociais em geral, e das classes médias, objeto de nossa análise, em especial.

Colaborando com o que até aqui procuramos sustentar, Morgan (2018) demonstra que, entre 2002 e 2014, a renda real nacional média por adultos cresceu em torno de 18%. Contudo, ao longo dos anos 2000 e 2010, a distribuição foi

dividida principalmente entre as classes populares e os muito ricos. Ao passo em que os 50% da camada populares viram os seus rendimentos crescerem quase o dobro do rendimento da média nacional, os setores médios ficaram abaixo da média nacional, resultando, por um lado, numa relação em que as classes populares e os mais ricos obtiveram ganhos reais e, por outro, numa situação em que as classes médias se encontravam cada vez mais “espremidas” economicamente (Morgan, 2018).

Ora, o que temos, conseqüentemente, é um movimento em que as classes médias, de um lado, passaram por um processo de estagnação e encolhimento econômico devido às transformações produtivas *para o capital*, de outro, foram às menos favorecidas, direta ou indiretamente, pelas escolhas dos governos petistas na aplicação das políticas sociais de governo. De um lado, sua participação na riqueza social fora reduzida, os preços dos produtos e serviços consumidos tradicionalmente por elas aumentaram devido ao processo inflacionário que se acentuou a partir de 2011¹⁴⁶, subindo de maneira significativa de 2013 em diante¹⁴⁷. De outro, uma série de políticas sociais praticadas pelo governo federal contribuíram ainda mais para que os custos de vida e os hábitos

146 Carvalho e Brenck, demonstram que, “Carvalho e Giovannetti (2016), ao estudar os possíveis determinantes do fenômeno de inflação de serviços no Brasil entre 2003 e 2013, encontram que as pressões de demanda foram menos relevantes para explicar o processo de crescimento de preços observado, sendo a valorização do salário mínimo o fator mais relevante para tal. Santos e outros (2016) decompõem o Índice de Preços ao Consumidor (INPC) para os serviços e identificam que os setores que mais cresceram —como o de serviços de alimentação, serviços pessoais, saúde e educação— foram os principais responsáveis pelo aumento do índice” (2019: 174).

147 Em 2013, o Instituto Datafolha realizou uma pesquisa sobre os valores dos serviços na cidade de São Paulo. O resultado mostrou que os serviços se valorizaram para além da inflação. Nesse período, a inflação pelo índice IPC-Fipe foi de 31% e a variação dos preços de serviços pessoais ficou acima dos 50%. Elencamos alguns dos setores que acreditamos ter impacto direto na vida da classe média tradicional e que tiveram aumento acima da inflação, a saber: babá (102%), caseiro em São Paulo (89%), caseiro no interior/litoral (80%), faxineira/lavadeira/passadeira (66%), motorista particular (61%), auxiliar de enfermagem (54%), empregada doméstica (51%), diferentes tipos de pintura (cerca de 110%), colocação de revestimento em parede (80%) e colocação de piso (59%). Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/precos/2013/02/1242545-bvalores-dos-servicos-superam-inflacaob.shtml>.>. Último acesso em 27/05/2022.

de consumo de setores médios fossem afetados e, ao mesmo tempo, *não teriam encontrado no sistema político o representante dos seus interesses imediatos*.

A indignação das classes médias contra as políticas sociais e afirmativas de governo do período petistas podem ser ilustradas, por exemplo, com a pesquisa realizada por Cortês e Trópia¹⁴⁸, durante uma das manifestações a favor do impedimento de Rousseff em 2015. Uma das perguntas realizadas pelas pesquisadoras pedia aos participantes que escolhessem três de quinze “ações tomadas pelos governos do PT que mais os afetam negativamente”. Os resultados mais representativos foram os seguintes: Bolsa Família 44,5%; Auxílio reclusão 43,7%; Programas de cotas raciais nas universidades públicas 35,6%; Mais médicos 30,69%, dentre outros. Os três primeiros pontos reforçam aquilo que Cavalcante (2015; 2016; 2018; 2019) buscou demonstrar como os aspectos representativos da classe média, ou seja, a ideologia meritocrática.

Diante do que até aqui foi exposto, sustentamos que a atuação política das classes médias teria se constituído mediante uma *vontade política conservadora*, que diz respeito ao limite “permitido” para a intervenção do Estado nas relações sociais. Em outras palavras, o Estado teria realizado uma intervenção na ordem social competitiva entre os indivíduos “livres” e “iguais” em favor de uma classe em detrimento de outras. O caráter político da atuação das classes médias no processo de impedimento de Rousseff se encontra no fato de que, como classe social, os setores médios teriam buscado assegurar a reprodução do seu modo de vida (como reprodução *para o capital*, em última instância), no que diz respeito, por exemplo, ao emprego de uma rede de indivíduos que prestam serviços (*serviçais*) ao menor custo e que são recrutadas entre as classes populares, em sua maioria negras e negros periféricos (Fernandes, 2008; Hasenbalg, 2005; Souza, 2010; 2016; Lima; Prates, 2019). Isso nos permite enfatizar a hipótese levantada no *capítulo 2*, em que indagamos que a reprodução das desigualdades sociais

148 Ver em: Pesquisa “Manifestando na Paulista”. INCIS/UFU, Cortês; Trópia, 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=446731762172280%20&id=426666257512164>. Acesso em 21/05/22.

se faz necessária e os aspectos do igualitarismo, ainda que pela “via do mérito” das classes populares, se apresentaria como um entrave para os movimentos do capital. Pois, quando se ultrapassa *os limites permitidos*, ou seja, a não garantia da reprodução e a manutenção das formas típicas ao modo de vida das classes dominantes (e do capital em si), haveria o “desrespeito” e a existência do conflito, que se apresenta na cena política de diferentes maneiras (por exemplo, na reação à aprovação da PEC das domésticas e às políticas do Bolsa Família e de Cota Racial, que buscaremos elucidar de maneira mais detida nos próximos capítulos).

O processo de ampliação-atualização das formas de exploração do trabalho pelo capital requer, de certa forma, novas formas organizativas do trabalho e das relações sociais. Isso sugere o surgimento de um novo consenso baseado em uma nova forma de coerção social e do trabalho coletivo (Gramsci, 1999). A intenção desse movimento estaria no aumento da produtividade do capital. Para isso, seria preciso aumentar o domínio e a radicalização da exploração e subsunção real do capital sobre o trabalho, modificando a estrutura social e as formas de retribuição da riqueza social. Todavia, todo esse processo, juntamente com as políticas de caráter social e afirmativas implementadas pelo Estado, principalmente no período lulista, tenderiam a gerar estranhamentos sociais sobre a prática social dos indivíduos que formam as classes médias. Em outras palavras, como a “ideologia meritocrática” das classes médias pressupõe um modo de vida que valoriza o mérito individual, que teria na defesa da “liberdade econômica individual” a única forma de vida existente possível, apresentando e reivindicando os interesses particulares das classes dominantes como se estes fossem os interesses da sociedade em geral¹⁴⁹, tanto o pro-

149 Entendemos que a forma meritocracia está associada à noção de liberdade econômica e propriedade privada radicalizada pelos preceitos neoliberais. A necessidade de construção de formas sociais que dê sentido às relações de produção e sua subsequente relação de desigualdades encontram na meritocracia o seu meio de legitimação. Com o avanço do neoliberalismo a noção de meritocracia ganha uma dimensão ainda maior, nutrida pela noção de liberdade econômica e cálculo racional associada à busca de *status* social mediante a valorização e o esforço individual, cuja expectativa estaria na ideia de que todo esforço para o capital será recompensado.

cesso de precarização de seu modo de vida como a ascensão social das classes populares, via ação do Estado, agiria, direta e indiretamente, sobre sua reprodução social como classe social. Não podemos perder de vista que as classes médias *atuam*, por vezes, representando nas relações sociais as formas próprias do capital (o que não quer dizer que sejam capitalistas) de maneira contingente para a sua reprodução. Assim, o conflito no âmbito da sociedade civil se transforma numa constante luta pelas necessidades do capital que seriam, de uma ou de outra forma, atravessadas pela aquisição do *poder social capital*.

O momento da *crise política*, que resulta no golpe parlamentar de Rousseff, não teria apenas nos escândalos de corrupção a sua razão de ser mas, também, resulta em uma série de acontecimentos e transformações no modo de ser do capital que ocorreram nos últimos anos, acirrando o conflito distributivo entre as classes médias e as classes populares. Se a implantação das políticas sociais contidas na CF de 1988 visam o ordenamento sociopolítico e almejavam a “igualdade social”, o momento da *crise* pretende *repor* a desigualdade *originária* própria a processualidade capitalista - ou seja, a necessidade de *repor* o exército industrial de reserva e a dinâmica de acumulação de capital na sociedade brasileira.

Este cenário nos remete a uma nova configuração do conflito distributivo que teria ocorrido durante os anos 2000, a saber, *a divisão entre ricos e pobres*. Para se obter os elementos que as articulam, é necessário avançar na análise.

3.5 A “divisão entre ricos e pobres”

O processo de desenvolvimento social que ocorreu durante os anos 2000 objetivou alterações socioeconômicas substantivas no Brasil – ainda que de maneira precária. Uma das interpretações sobre este processo nos diz que este movimento teria feito com que os “anseios democráticos” elevassem as “taxas de participação eleitoral dos mais pobres” que, “combinadas à constitucionalização

dos direitos sociais”, transformaria “esses beneficiários¹⁵⁰, situados no piso e no meio da escala contínua da distribuição da renda, em eleitores interessados na expansão das políticas que os favoreçam” (Arretche, 2018b: 3). Com isso, devido ao “seu tamanho numérico, esses eleitores são decisivos para uma eleição majoritária” (Arretche, 2018b), já que sua proporção poderia decidir os rumos das eleições.

Singer (2012: 55), analisando os resultados das eleições de 2006, por exemplo, dirá que o Brasil, a partir desse pleito, “se dividiu entre pobres e ricos”. Nas palavras de Singer (2012: 52 e 53), teria ocorrido “um movimento subterrâneo de eleitores não de baixa renda, mas de baixíssima renda”, “uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue construir, desde baixo, as próprias formas de organização” e que encontram na “chegada de Lula ao poder”, “a expectativa de um Estado suficientemente forte para diminuir a desigualdade sem ameaçar a ordem estabelecida”. Assim, ao passo que Lula da Silva teria sido eleito, “sobretudo, pelo apoio que teve neste segmento”, Alckmin teria contado com os votos tanto dos mais ricos como de setores médios e, desse modo, teria sido produzido na sociedade brasileira uma “polarização social” entre “ricos e pobres” (Singer, 2012: 54).

Esse comportamento eleitoral das camadas pobres, escolhendo Lula da Silva como o seu representante, nas palavras de Singer - numa aproximação com o clássico texto de Marx, *18 de Brumário de Luís Bonaparte* -, se revela como “a projeção de anseios numa figura vinda de cima, que deriva da necessidade de ser constituído enquanto ator político desde o alto”, que seria uma condição “típica de classes ou frações de classe que têm dificuldades estruturais para se organizar” (Singer, 2012: 59).

Assim, seguindo o argumento de Singer, teria havido uma adesão das classes populares ao programa lulista. Entretanto, essa adesão, nos parece,

150 Relevante que Arretche descreva as diferentes categorias de pessoas ligadas aos direitos constitucionais como “beneficiários”, numa relação que os aproxima mais de “consumidores” do que em “cidadãos” com pleno direitos.

estrutura-se precisamente de maneira passiva, no sentido de que não se operou por meio da auto-organização e nem pela participação ativa das classes populares (Oliveira, 2010; Coutinho, 2010; Braga, 2012), mas meramente pela *aceitação resignada* do Estado como via para a ascensão social diante de uma situação de extrema desigualdade social. Um *aceitação resignada* exatamente porque essa adesão passiva das classes populares não encontrou na figura do Estado uma “*ameaça à ordem estabelecida*”¹⁵¹ – pois não estamos falando da existência da política pensada no âmbito de grandes transformações da sociedade (Gramsci, 1999), mas, antes, simplesmente a presença de um *ator*, o Estado, capaz de administrar o existente, ou seja, “*diminuir a desigualdade*” de maneira *ativa* em benefício das “*classes ou frações de classe que têm dificuldades estruturais para se organizar*”.

Como a “*participação eleitoral dos mais pobres*” teria feito com que estes eleitores se interessassem pela “*expansão das políticas que os favoreçam*” e, devido ao “*seu tamanho numérico para uma eleição majoritária*”, este segmento social seria cada vez mais disputado por diferentes partidos. Segundo Arretche (2018b: 3), por exemplo, os partidos “conservadores e de esquerda” passariam a concorrer entre si na busca de atender as demandas populares e ampliar suas bases eleitorais¹⁵².

151 De certa forma, poderíamos dizer que as classes populares não encontraram no Estado e no programa lulista uma ameaça à ordem exatamente porque o governo Lula da Silva se conformou por meio de um “transformismo” ao conseguir incorporar, com certo sucesso, parte das reivindicações dos “de baixo” (Oliveira, 2010). Em outras palavras, os governos petistas teriam transformado as lutas sociais em consentimento passivo por parte dos trabalhadores, tornando senso comum, ainda, a ideia de que a política não passa da disputa pelo poder entre suas diferentes elites, que convergem na aceitação do existente como algo “natural”, desarmando toda resistências das classes trabalhadoras.

152 Todavia, a nosso ver, não necessariamente o peso eleitoral das classes populares teria feito com que que partidos “conservadores e de esquerda” convergissem. Pois, associar o voto do “eleitor” a expansão de direitos sociais de maneira quase que mecânica, baseado “pelo fato de que as *policies* passam a explicar a *politics*” (Arretche, 2018b: 3), como se não houvesse lutas sociais, contingências, contradições sociais e antagonismos de classes em disputa, seria o mesmo que relativizar o peso e a importância dos atores sociais em cena.

Se de um lado pode-se dizer que haveria uma relação entre o voto e às demandas sociais atendidas, de outro, a expansão de direitos e conquistas sociais pelas classes populares seriam vistas pelos setores médios como uma forma de manipulação, em que o Estado seria o ator e o meio pelo qual “se dá o peixe, mas não ensina o pobre pescar”. Em outras palavras, a atuação do Estado, “suficientemente forte para diminuir as desigualdades”, teria interferido nas disputas meritocráticas futuras ao “atender” esses “beneficiários, situados no piso e no meio da escala contínua da distribuição da renda”, transformando-os “em eleitores interessados na expansão das políticas que os favoreçam”, desestabilizando, assim, a ordem social competitiva.

Essa forma de entender as disputas políticas que emergiram no início dos anos 2000 fica evidente, por exemplo, no discurso jornalístico tradicional, um dos principais meios de audiência das classes médias. Julia Duailibi, por exemplo, em matéria intitulada “Dividir para governar”, que foi ao ar pela *Revista Veja* em 06 de setembro de 2006, destaca que na disputa eleitoral daquele ano “O voto dos pobres se distancia do voto da classe média em intensidade inédita. Esse divórcio facilita a exploração e a manipulação eleitoral”¹⁵³. Ou seja: como explicar os votos dos “pobres” na candidatura de Lula da Silva? Para a articulista, tal “fenômeno” em pleno século XXI, só poderia ser entendido como a reedição anacrônica da luta de classes, uma “manipulação intencional dos pobres” pelo governo petista de modo a dividir a população e se assegurar no poder.

A ideia de que o Brasil nos anos 2000 teria acentuado “a divisão entre ricos e pobres”¹⁵⁴ poderia ser explicada por dois fatores: o primeiro diz respeito ao processo de institucionalização da participação social e dos aspectos ligados à democracia representativa e a seguridade social presentes na CF de 1988; o segundo estaria ligado à conquista pelo PT do governo federal. No caso do

153 Grifos nossos.

154 Lula, em discurso, afirma que não divide a sociedade entre ricos e pobres. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2006/lula-afirma-que-nao-pretende-fazer-uma-divisao-entre-pobres-ricos-5008274>>. Último acesso em 12/07/2021. Ver também: Singer, 2012.

primeiro governo petista, ainda que mantendo o tripé macroeconômico do período FHC, assim como a manutenção de políticas neoliberais de governo – a “hegemonia às avessas” –, o programa Bolsa Família, implementado no final de 2003, teria feito com que a gestão de Lula da Silva ganhasse forte popularidade entre as camadas pobres, e a melhora no mercado de trabalho fortaleceu a classe trabalhadora em seu conjunto (Oliveira, 2010; Singer, 2012; Braga, 2012; Pochmann, 2012; 2014a). Como efeito, “os meios de comunicação brasileiros” passaram a incorporar “o tema da pobreza, em grande medida, sob a ótica desta disputa política”, analisando as políticas e programas sociais dos governos petistas “em função de seu possível impacto eleitoral¹⁵⁵” (Biroli et al, 2013: 1-2). Desse modo, teriam contribuído para a formação, de maneira direta ou mesmo indireta, a opinião pública e as gramáticas discursivas futuras que configurariam a atuação política das classes médias.

155 Biroli et al demonstram que, “Quando foi lançado em 2003, o Programa Bolsa Família era definido no noticiário como aglutinação de programas de “renda mínima”. Presente nas declarações oficiais do governo e na cobertura jornalística, essa expressão seria gradualmente substituída pelas expressões “políticas (ou programas) assistenciais” e “políticas (ou programas) sociais”. No acervo digital da Folha, a expressão “renda-mínima” foi mais frequente em 2001, quando esteve presente em 320 páginas do jornal 11 Gráfico I – Páginas da Folha de S. Paulo com a presença de expressões selecionadas (2000-2012) – o que se deve à cobertura ao programa Renda Mínima da prefeitura de São Paulo, no período em que foi comandada por Marta Suplicy, do PT (2001-2004). No ano de lançamento do Bolsa Família, 2003, a expressão remete a 125 páginas, reduzidas progressivamente até se chegar a 4 em 2011 e a 17 em 2012. Já a expressão “programas sociais”, com 93 páginas em 2000, teria sua presença mais do que triplicada em 2003, com o lançamento do Bolsa Família: são 232 páginas com essa expressão. A partir de 2009, esse número se reduz, mas continua próximo a 100 páginas por ano. Ainda que se trate apenas de indicações e pistas, é interessante observar que a expressão “assistencialismo” tem seu pico, no noticiário, em 2006 (58 páginas contra 15 em 2000), ano em que o Bolsa Família esteve no centro das disputas eleitorais. Por outro lado, a expressão “direitos sociais”, menos frequente que as demais no noticiário, mas presente em 32 páginas em 2000, seu pico, e em 9 páginas em 2011, quando foi menos utilizada no noticiário (em 2012 sua presença se elevaria novamente, numa curva amena, para 18 páginas), esteve completamente dissociada das políticas sociais e de transferência de renda e, mais especificamente, do Programa Bolsa Família” (2013: 10-12).

Nesse sentido, e como tentaremos demonstrar na próxima seção, como a dinâmica do conflito distributivo na sociedade brasileira seria deslocada para as classes populares e as classes médias (de modo que os mais ricos mantêm, quase de maneira estável ao longo do tempo, a sua participação na renda), as políticas sociais e afirmativas direcionadas às classes populares, ainda que por meio da inclusão social e não da redistribuição da riqueza social, seriam vistas pelas classes médias como “injustas”, já que, por um lado, estas não se beneficiaram das políticas de tributação, que favorecem os mais ricos, por outro, não se beneficiaram das políticas sociais de governo, que tendem a favorecer as classes populares.

Entendemos que essa dinâmica poderia explicar a relação entre os governos petistas e a atuação política das classes médias. Recorrendo novamente a Singer (2012), vimos que a agenda implementada pelos governos Lula da Silva teve como característica um “reformismo fraco”, ou seja, realizou políticas sociais que diminuíram a pobreza sem desestabilizar a ordem vigente, sem radicalização (Oliveira, 2010; Braga, 2012), sem mexer na concentração da riqueza social no topo (Medeiros et al, 2015; Souza, 2018; Morgan, 2018). Para Singer (2012), às diferentes políticas sociais, como o aumento real do salário mínimo, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, o crédito consignado, geração de empregos, elevação dos benefícios previdenciários no interior do Nordeste, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Enem, Sisu, Prouni, Fies, que, em resumo, seriam propostas históricas do PT e que teriam sido diluídas como um “reformismo fraco” ao chegaram no governo federal, viabilizou um ciclo de mudanças estruturais reais com forte redução nas desigualdades sociais - em relação às classes médias.

As iniciativas dos governos petistas ao promover políticas sociais de inclusão das camadas pobres - mesmo que por meio de um “reformismo fraco” - teriam sido interpretadas pelas classes médias como uma intervenção “indevida” e “injusta” do Estado, pois possibilitaram que as classes populares “furassem a fila” da meritocracia.

A “*disputa entre ricos e pobres*” se acirraria com a chegada de Rousseff à presidência. Enquanto no primeiro governo de Lula da Silva a economia obteve um crescimento forte, possibilitando uma forte apropriação da riqueza pelos mais ricos e a ascensão social das classes populares com um crescimento baixo de setores médios, entre a conjuntura econômica e política de 2007 e 2015, com o cenário da crise político-financeira de 2008 e o fim do ciclo do *boom* das *commodities*, que começa a declinar a partir de 2011, o contexto mudaria. Agora a situação econômica seria de um crescimento fraco e menos variado, com resultados negativos para os mais ricos, para os/as trabalhadores/as e para as classes médias. Como consequência da contração dos lucros do capital, que se inicia em 2009, e da alta inflacionária que se mantinha mais ou menos persistente desde 2012, temos que, em 2015, momento em que a insatisfação contra o governo de Rousseff se solidifica nas ruas, tanto os mais ricos como as classes médias - à época, ambos registraram uma participação muito menor na apropriação da riqueza social em relação ao ano de 2007 (Morgan, 2017; 2018; Carvalho; Rugitsky, 2015 Carvalho, 2018; Rugitsky, 2015; Dweck; Rossi, 2019) – se unem, de certa forma, “contra” os *pobres interessados na expansão das políticas que os favoreciam* e com a finalidade de barrar a *atuação de um Estado suficientemente forte para diminuir a desigualdade*.

Diante da discussão até aqui realizada e tendo em vista as análises do conflito distributivo de longo prazo, podemos dizer que a dinâmica das desigualdades sociais no Brasil estaria intimamente ligada às inflexões políticas. De modo a manter o modelo padrão de acumulação de capital estruturou-se um “modelo padrão de desigualdade” na sociedade brasileira que, ainda que seja um “modelo”, carrega em si as particularidades de cada conjuntura econômica e política. É o que veremos na próxima seção.

3.6 O conflito distributivo no centro do debate: momento de compressão e contração dos lucros do capital

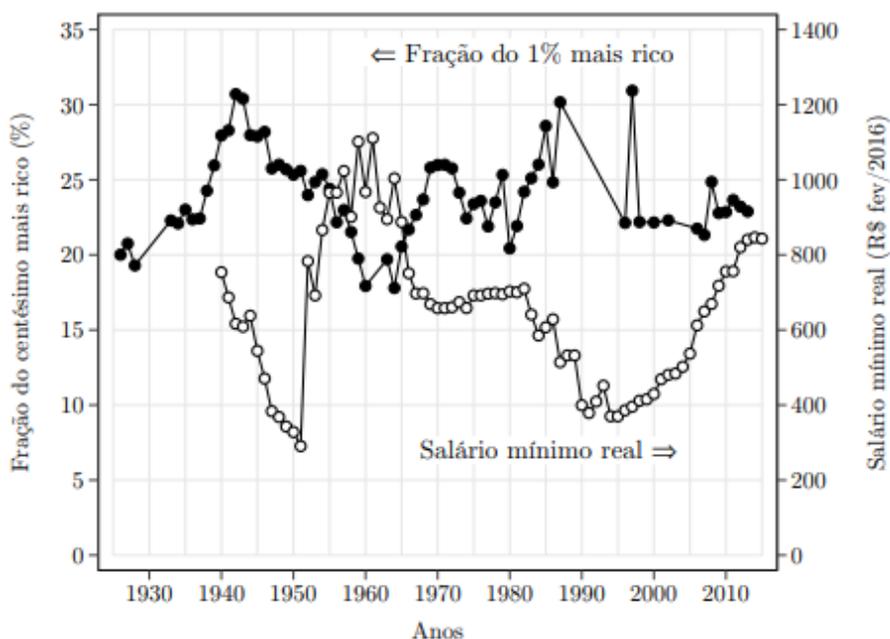
Em *Uma História de desigualdade*, Souza (2018: 275) demonstra que, por mais que o “quinhão apropriado pelos ricos [seja] o traço [mais] marcante da desigualdade brasileira”, se faz notar que a concentração da riqueza social no Brasil tem sido caracterizada por conflitos políticos que, à primeira vista, se acirram em momentos em que o padrão de acumulação capitalista está em jogo. Assim, as “flutuações” das desigualdades socioeconômicas e o conflito distributivo no Brasil estariam relacionadas às conjunturas econômicas e políticas específicas do país. Pode-se ver, dessa maneira, que “a concentração no topo [da pirâmide social] aumentou bastante no Estado Novo e especialmente durante a Segunda Guerra Mundial”, momento em que os ganhos dos mais ricos se acentuaram, sofrendo apenas uma queda relativa a partir dos anos de 1945, “sobretudo na segunda metade da década de 1950, quando atingiu os valores mais baixos da série histórica” (Souza, 2018: 276). Com o golpe civil-militar de 1964, o que se observa é uma inflexão deste processo, “com a fração do centésimo mais rico revertendo a tendência anterior e subindo de pouco menos de 20% para mais de 25% entre 1964 e 1970¹⁵⁶” (Souza, 2018: 276). Durante os anos de 1970, a concentração pouco mudaria. Antes, ela cresceu de maneira significativa, até meados dos anos 1980, momento de instabilidade macroeconômica. Já entre o fim dos anos 1980 até meados dos anos 2000, a concentração da riqueza apresentou novamente uma queda, se estabilizando, entretanto, a partir de 2006 (Souza, 2018).

Conforme o **Gráfico 3**, podemos observar que em momentos conjunturais em que o salário mínimo cresce, por determinações diversas, fortalecendo

156 Souza (2018: 276) aponta para o fato de que “o recrudescimento da concentração no topo não foi movido pelos mais ricos entre os mais ricos, e sim pelos estratos logo atrás. Esse aumento não pode ser facilmente vinculado a narrativas benignas kuznesianas que ligam a maior desigualdade ao crescimento, pois ocorreu em sua maior parte nos anos de estagnação e ajuste, antes da decolagem econômica de 1968”.

o poder de barganha dos/as trabalhadores/as, a riqueza concentrada entre os mais ricos tende a cair. Cabe notar que, necessária e simultaneamente, o fortalecimento da classe trabalhadora em sua luta frente às determinações do capital seriam favorecidas pelas conjunturas em que as liberdades democráticas (social, política e trabalhista) se apresentam de maneira concreta, como entre 1945 e 1964, e a partir da eleição de 1989 (com a Nova República), períodos em que a luta política dos/as trabalhadores/as teria acirrado os conflitos entre o capital e o trabalho e, conseqüentemente, impôs um movimento de retração ao modelo de acumulação capitalista.

Gráfico 3 – Fração recebida pelo 1% mais rico e salário mínimo real (R\$ fevereiro de 2016). Brasil, 1925-2015 (%)



Fonte: Souza, 2018, capítulo 6, tópico 6.3 *A era de ouro do desenvolvimentismo (1945-1964)*, pp. 309.

Assim, à medida que “O interregno democrático de 1945 a 1964” teria possibilitado o nivelamento tributário, período em que “a redução da desigualdade é ao menos compatível com a crescente liberdade civil e política, a mobilização social e sindical nas cidades e no campo” são favorecidas pelo “grandes aumentos do salário mínimo, [...] entre outros acontecimentos”, o golpe militar de 1964 reverte “completamente essa tendência”, assinalando “um ponto de inflexão” em que a “fração do 1% mais rico interrompeu a tendência de queda e pulou de 17-19% para mais de 25% entre 1964 e 1970 (Souza, 2018: 362 e 370).

Morgan (2018), de maneira complementar, revela que entre 1926 a 2016, a participação dos 1% mais ricos raramente ficou abaixo do limite de 20% - como tendência em outros países de capitalismo central. As exceções a manutenção do patamar de concentração da riqueza entre os mais ricos na sociedade brasileira podem ser encontradas nos períodos 1942-1964 e na redução da pobreza dos anos 2000 (Morgan, 2018: 81 e 105-106). Com isso, o percentil dos 1% mais rico teria caído cerca de 14% entre 1942 a 1964, mas tal tendência se reverteria logo após o golpe civil-militar de 1964, quando sua participação voltaria a crescer, mantendo-se no patamar dos 25%, com um declínio em meados da década de 1970 e subindo rapidamente na década de 1980, passando de 24% para 29% em 1989 (Morgan, 2018: 106-107; Souza, 2018).

Tanto Souza (2018) como Morgan (2018) corroboram com as análises que apontam para o fato de que a redemocratização não trouxe, necessariamente, a desconcentração da renda no topo da pirâmide. Ao contrário, manteve-se mais ou menos estável. Ainda que com a estabilização do Plano Real, em 1994, a participação do 1% mais rico tenha caído de 28%-30% para 23%-25%, após uma breve pausa, tal tendência se reverteria novamente, e sua participação na receita cresceria de forma bastante estável no final dos anos 1990 e no decorrer dos anos 2000, chegando ao patamar de 30% em 2014-2016 (Morgan, 2018: 108; Souza, 2018).

Conforme Morgan (2018), para manter este patamar de concentração da riqueza, os mais ricos tendem a deslocar, com sucesso, o conflito distributivo para as classes populares e as classes médias. Como resultado, temos que,

desde pelo menos os anos 1970, o conflito distributivo, no que diz respeito à distribuição da riqueza social, tem ocorrido principalmente entre os setores médios e as classes populares, período em que os 40% que compõem as classes médias presenciaram uma queda em sua participação na renda total, indo de 35% para 30%, na mesma medida em que os 50% de renda inferior, as classes populares, tiveram uma perda menos significativa, caindo de 10% para 8% (Morgan, 2018: 105-107). Ainda que os setores médios tenham melhorado sua participação na renda durante a década de 1990, recuperando perdas anteriores, ligadas principalmente à “década perdida” de 1980, nos anos 2000 sua participação foi reduzida em 4%. Isso teria feito com que as classes médias fossem espremidas entre os mais ricos, que, como vimos, aumentaram a sua participação na riqueza social, e as camadas pobres e os/as trabalhadores/as, que, entre 1995 e 2016, aumentaram de 11% para quase 15% sua participação, respectivamente (Morgan, 2018: 107). Desse modo, enquanto os 50% de “renda inferior” tiveram um crescimento na renda total, as rendas dos setores médios teriam passado por um processo de estagnação, sendo pressionadas para baixo. Assim, apresentaram um crescimento menor do que a média de toda a sociedade. Ao mesmo tempo, quando analisamos os ganhos obtidos pelas camadas pobres, nota-se que estes ganhos derivam de uma participação às custas dos setores médios, por meio de tributos de serviços e consumo (Morgan, 2017; 2018).

Por conseguinte, entre 2006 e 2013, as classes populares cresceram sua participação na renda em 1%, os setores médios reduziram sua participação na renda em dois pontos percentuais e “tivemos essencialmente a estabilidade de concentração no topo” (Souza, 2018: 371; Morgan, 2017; 2018),

Carvalho e Brenck nos ajudam na caracterização deste cenário, apontando para o fato de que

a própria distribuição de renda [nos anos 2000] se deu de maneira peculiar, com a manutenção da renda no topo da distribuição e uma redução da desigualdade na base. O processo não contou, portanto, com os efeitos dinâmicos

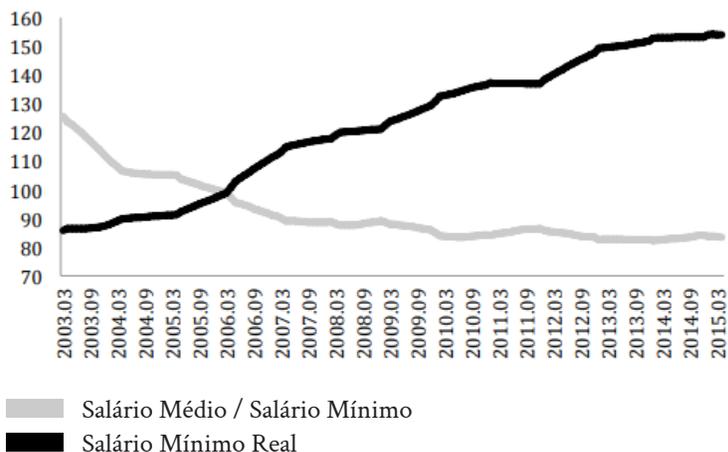
que só a redistribuição do topo para a base da pirâmide poderia conferir em uma economia marcada por um nível abissal de desigualdade. Além disso, a redução relativa na renda da “classe média”, ou seja, dos 40% intermediários da distribuição, exacerbou conflitos distributivos e criou limitações político-econômicas para a continuidade do processo (2019: 165).

Portanto, “ao capturar pouca ou nenhuma parte da distribuição de renda do capital, e ao não capturar muito dos frutos da política social diretamente”, às classes médias constituem “um fenômeno político importante” para os acontecimentos políticos nos anos 2010 (Morgan, 2018: 71).

Como *o conflito distributivo no Brasil*, tal como demonstrado por Morgan (2017; 2018), tem sido *caracterizado, nas últimas décadas, pelo conflito entre as classes médias e as camadas pobres pela apropriação e distribuição da riqueza social*, e como, durante os governos petistas, os setores médios não teriam sido diretamente contemplados tanto pelas políticas sociais como pela distribuição funcional da renda, os argumentos que procuram sustentar *uma certa indignação classista por parte das classes médias parecem se sustentar*.

Em oposição aos setores médios, as classes populares, no decorrer dos anos 2000, foram fortemente beneficiadas pelas escolhas políticas das gestões petistas, principalmente no primeiro e segundo governo de Lula da Silva. No que diz respeito à relação capital x trabalho, por exemplo, quando observamos a renda média dos diferentes trabalhos, referentes às regiões metropolitanas brasileiras, vemos que os salários subiram rapidamente (**Gráfico 4**) e o desemprego teve uma forte queda. Na medida em que a taxa de desemprego caiu a um dos patamares mais baixos da história, a evolução do salário mínimo que ocorreu desde 2004 teria sido beneficiada pelo aquecimento do mercado de trabalho, tendo como efeito imediato a redução da disparidade salarial entre o salário mínimo e o médio.

Gráfico 4 - Evolução do salário mínimo real e da relação entre o salário médio e o salário mínimo no Brasil (2005=100) – média móvel de 12 meses



Fonte: Carvalho; Rugitsky, 2015: 5

Para Serrano e Summa (2018), analisando o que denominam como o fim da “breve era de ouro” da economia brasileira - o que os autores caracterizam como uma maior distribuição de renda e a diminuição das desigualdades sociais -, os aspectos do conflito distributivo impulsionaram uma “revolução indesejada” no mercado de trabalho brasileiro entre 2004 e 2014, a favor das camadas pobres e dos/as trabalhadores/as. Segundo os autores, como o salário mínimo cresceu “continuamente acima do crescimento da produtividade” (Serrano; Summa, 2018: 01), os/as trabalhadores/as aumentaram seu poder de barganha sobre as negociações trabalhistas, forçando a queda na taxa de lucro das empresas¹⁵⁷. A isso se soma o fato de que, a partir de 2008, o número de greves subiu, chegando a mais de 2 mil em 2013, e totalizando um total de 111.342 mil horas paradas (Braga, 2017; Marcelino, 2017).

Para Summa e Serrano (2018, p: 3-4), quando olhamos em conjunto os efeitos dos “maiores salários e transferências sociais sobre o emprego no setor

157 Ver, também, por exemplo: Marquetti et al, 2016.

informal, o resultado indireto na renda média dos/as trabalhadores/as informais autônomos opera tanto através da maior massa de renda gasta na compra dos seus serviços quanto na redução do número relativo de trabalhadores/as neste segmento, que ocorre quando o emprego formal se expande”. Desse modo, o aumento dos salários mínimos mais elevados contribuíram, direta e indiretamente, para o aumento substancial da renda média per capita dos/as trabalhadores/as do setor informal¹⁵⁸ (Summa; Serrano, 2018).

O aumento real do salário mínimo, por sua vez, teria estimulado uma maior participação do consumo por parte das classes populares e, como já discutido, influenciou a alta inflacionária, fazendo com que o consumo agregado, principalmente aqueles relacionados aos serviços, tivesse uma queda a partir de 2011, favorecendo a “desaceleração econômica ocorrida no período” (Rugitsky; Martins, 2019: 12; Carvalho; Rugitsky, 2015).

Como o salário mínimo é a base de indexação dos diferentes programas sociais ofertados pelo governo federal, o aumento daquele impulsiona o crescimento destes (Carvalho; Rugitsky, 2015; Carvalho, 2018). O fortalecimento do mercado de trabalho e as políticas sociais e afirmativas governamentais possibilitaram, direta e indiretamente, o aumento do poder de barganha das classes trabalhadoras, principalmente no período do *boom* das *commodities*. Para os capitalistas, entretanto, o crescimento do gasto governamental, com investimento público e subsídio ao consumo, não foi visto com bons olhos (Teixeira; Dweck; Chernavsky, 2018; Singer, 2015; 2018). Isso porque, para além do fato, que não é pequeno, de que o ganho capitalista ter passado por uma compressão e contração dos lucros, principalmente entre 2009 e 2014, a demanda por trabalho e o aumento do salário mínimo continuou a se expandir, e a queda da taxa de lucro (**Gráfico 5** e **Gráfico 6**) “se acentuou a partir de 2011, atingindo o seu valor mínimo em 2014” (Marquetti et al, 2016: 14). Para os capitalistas, por sua vez, “os gastos [governamentais deveriam] ser apenas para investimentos públicos que não concorram com os negócios privados”

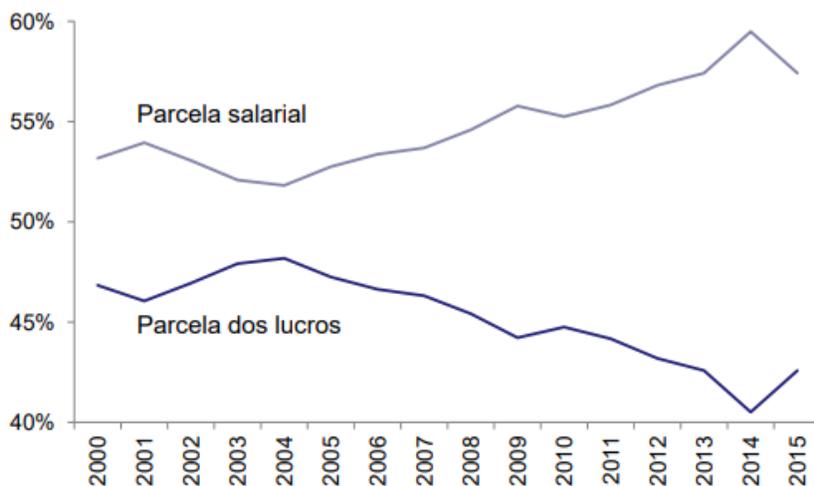
158 Para mais, ver, também: por exemplo: Summa, 2016; Martins, 2017; Carvalho, 2018.

e, portanto, reprovam “a interferência do governo no problema do emprego”, já que, para eles, com essa ação o Estado desvirtuaria sua “função social” de garantir as “finanças públicas sadias” (Teixeira; Dweck; Chernavsky, 2018: 15).

Assim sendo, ao mesmo tempo em que os “ganhos distributivos em direção aos salários” beneficiaram os/as trabalhadores/as em seu conjunto, como efeito, geraram “uma reprovação [por parte dos capitalistas] à interferência do governo no problema do emprego”, assim como “ao aumento do poder de barganha dos trabalhadores em pleno emprego a que conduziu, e às mudanças políticas resultantes dessa situação” (Teixeira; Dweck; Chernavsky, 2018: 17). À medida em que “no Brasil a arrecadação do governo ainda é fortemente concentrada em impostos indiretos e, portanto, muito regressiva”, as políticas redistributivas e o gasto público acabaram gerando um efeito distributivo sobre a política fiscal e, “uma análise sobre o aumento das despesas”, entre 2003 e 2016, aponta para o fato de “que os principais aumentos foram nos investimentos e nas transferências de renda às famílias brasileiras, como a previdência, BPC, abono e seguro desemprego, além do Bolsa Família, que possuem elevado impacto distributivo” (Teixeira; Dweck; Chernavsky, 2018: 22), ou seja, transferência para as camadas pobres¹⁵⁹.

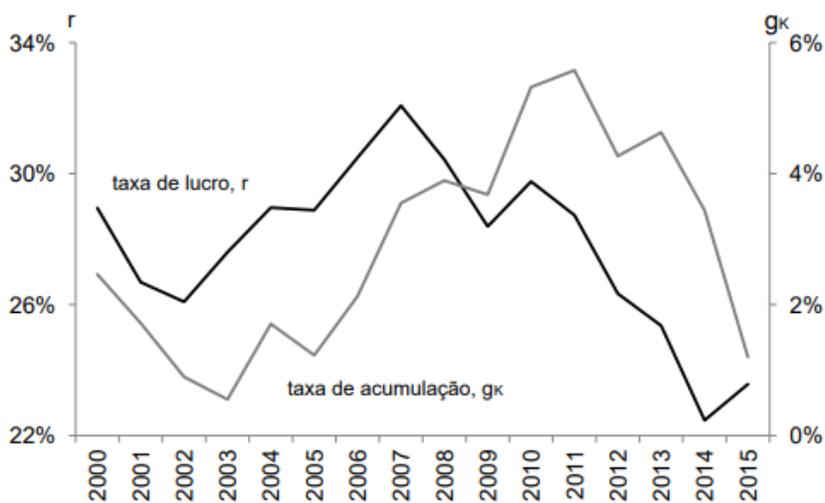
159 Ver, também, por exemplo: Summa, 2016; Carvalho; 2018.

Gráfico 5 – Distribuição funcional da renda – Brasil, 2000 a 2015



Fonte: Marquetti, 2016: 5.

Gráfico 6 - Taxa Líquida de Lucro e Taxa de Acumulação, 2000-2015



Fonte: Marquetti, 2016: 13.

O fato de “a compressão de lucros, ter ocorrido entre 2009 e 2014, pode ajudar a interpretar a profundidade do colapso que se seguiu” (Rugitsky; Martins, 2019: 9). Já que

A recente crise brasileira parece ser uma ilustração particularmente clara dessa interação entre economia e política: a compressão dos lucros vinha agravando o conflito distributivo e puxando para baixo o crescimento do investimento desde 2009, quando em 2015 o clamor das classes dominantes por austeridade finalmente prevaleceu e a abrupta contração dos gastos públicos resultou em uma grande queda da atividade econômica (Rugitsky; Martins, 2019: 13).

A inflexão econômica que ocorre a partir de 2009, com a queda da taxa de lucro dos capitalistas e a manutenção da estagnação na apropriação da riqueza social por parte das classes médias, portanto, acabaria por nutrir, ainda mais, o contexto das manifestação pelo impedimento de Rousseff - cuja perspectiva política, por parte dos capitalistas com o apoio das classes médias, teria consistido na regressão das políticas de pleno emprego e do aumento do salário mínimo, no intuito de restaurar o exército industrial de reserva necessário ao modelo de acumulação capitalista brasileiro. Pois, por um lado, o mercado de trabalho aquecido, o crescimento real do salário mínimo, as políticas sociais e afirmativas de governo, teriam possibilitado que os/as trabalhadores/as adentrassem espaços sociais antes reservados às classes dominantes, como universidades, aeroportos, *shopping centers*, impulsionando, simultaneamente, o consumo de massas, encarecendo os serviços e elevando a taxa de inflação; por outro, os capitalistas não veem com bons olhos a manutenção do pleno emprego, pois fortalece o poder de barganha das classes trabalhadoras. O fortalecimento do poder de barganha da classe trabalhadora carrega, em si, a potência de realizar mudanças sociais e políticas transgressoras para a ordem hegemônica burguesa, impactando, por exemplo, o retorno do lucro do capital sobre o trabalho. Ou seja, se configurou uma atuação política das

classes dominantes contra as políticas de governo de pleno emprego, sociais e afirmativas que teriam como tendência a redução do exército industrial de reserva de maneira prolongada.

3.7 Entreato: desigualdade da riqueza social no Brasil e seu modo de representação: a divisão social racial

Voltemos, agora, à exposição do que, ao término da *seção 2.3*, apresentamos como *os aspectos do capitalismo e da escravidão* na tentativa de interpretar a relação entre o conflito distributivo e as classes sociais na sociedade brasileira. A hipótese que buscaremos sustentar aqui não é nova e já foi discutida largamente em estudos acadêmicos. Ou seja, a expressiva desigualdade na distribuição da riqueza social no Brasil estaria articulada à existência da desigualdade racial (Fernandes, 1974; Osório, 2009; Hasenbalg, 2005; Hasenbalg; Silva, 1988; Pinho, 2015; Gonzalez, 2020; Almeida, 2020). Também não nos cabe aqui realizar um balanço sobre essa relação na historiografia brasileira. Todavia, entendemos que a discussão sobre a distribuição-apropriação da riqueza social na sociedade brasileira sugere uma certa dialética entre o desenvolvimento do capitalismo (e sua “modernidade”) e a produção-reprodução das desigualdades sociais. O elemento que, a nosso ver, articula esta relação pode ser caracterizado pela constituição do complexo colonial-escravista que organizou, historicamente, as relações sociais do modo de acumulação particular da formação social brasileira (Prado Jr., 1996; Fernandes, 1974; 2007; 2008; Furtado, 2007; Gorender, 2016; Oliveira, 2003; Moura, 1994). Este complexo seria constitutivo e constituinte para as relações sociais de produção capitalistas em geral e no Brasil em específico, já que de sua existência derivou-se outro complexo, o racismo de cor, um dos elementos que teria organizado as dinâmicas econômicas, sociais e políticas, dando o sentido para a forma de acumulação do capital e para as desigualdades sociais na sociedade brasileira. Entendemos, assim, que esse tipo de racismo tende a expressar uma das condições para a reprodução e ampliação do modo de produção capitalista,

ou seja, o modo de como os indivíduos foram e são distribuídos socialmente no momento da “produção”. Ora, como o modo de produção capitalista tem como substância a extração do mais-valor mediante a exploração da força de trabalho dos/as trabalhadores/as, a desigualdade entre capitalistas e trabalhadores/as existirá como o pressuposto desta relação (Marx, 2011a; 2013); ao mesmo tempo, tendo como pressuposto a desigualdade em seu movimento de desenvolvimento, o capital encontraria na divisão social racial¹⁶⁰, uma forma de antagonismo necessário cuja função social consiste em acentuar a divisão do trabalho na sociedade e, principalmente, no interior da classe trabalhadora (Marx, 2014). Pois, na medida em que “o escravismo constituía-se em óbice à industrialização” brasileira, já que de sua existência resultou sua “periferia interna” necessária ao modelo de acumulação de capital (Oliveira, 2003: 66), “o conjunto de transformações que deu origem à “revolução burguesa”, fomentando a universalização, a consolidação e a expansão da ordem

160 *Divisão social racial* aqui no sentido de entendermos que não há raça, pelo menos não biologicamente ou culturalmente, como determinação do que pode ser lido como “branco” ou “negro”. Mas “*divisão*” como a constituição da raça mediante um fato histórico-social cujas determinações em sociedades particulares tenderiam a estruturar as desigualdades e as vantagens-privilégios que cada indivíduo e grupo social lido racialmente poderia se “aproveitar”. A forma de se “ler” socialmente as diferentes categorias de pessoas como negras ou não-negras seria uma condição factual da materialização de como determinados corpos são inseridos nas relações sociais de produção. Para uma discussão acerca deste tema ver, por exemplo: Gonzalez, 2020; Bento, 2002; Theodoro, 2008; Fanon, 2020; Schucman, 2020; Almeida, 2020. Schucman (2020: 28) contribui com este ponto argumentando que “A raça, como categoria sociológica, é fundamental para a compreensão das relações sociais cotidianas, não só no que diz respeito à experiência local, mas, também, nacional e global. A ideia de raça está presente em diferentes experiências da vida social: nas distribuições de recursos e poder, nas experiências subjetivas, nas identidades coletivas, nas formas culturais e nos sistemas de significação. Contudo, mesmo que a ideia de raça produza efeitos concretos no Brasil, falar dela e de racismo é estar em terreno movediço, considerando um país que ainda se identifica e se atribui, como marca positiva da identidade nacional, valores de miscigenação cultural e mistura racial (Winant, 2001). No cotidiano brasileiro, esses temas ainda constituem um tabu, já que o racismo brasileiro revela a faceta contraditória desse discurso, que sedimenta e estrutura não só desigualdades socioeconômicas, mas também simbólicas e culturais, relativas à população não branca do Brasil”.

social competitiva, apenas beneficiou, coletivamente, os segmentos brancos da população” (Fernandes, 2007: 106). Com isso, na medida em que o “mundo dos brancos” foi incorporado ao desenvolvimento da urbanização e industrialização, o “mundo dos negros ficou praticamente à margem desses processos socio-econômicos, *como se ele estivesse dentro de muros da cidade, mas não participasse coletivamente de sua vida econômica, social e política* (Fernandes, 2007: 106 – grifos nossos). O complexo do racismo, como um processo de *inferiorização* da população negra (Fanon, 2020; Gonzalez, 2020; Almeida, 2020), constitui o sentido para o processo de desenvolvimento desigual, porém combinado, do capitalismo brasileiro. Entendemos, assim, que essa divisão racial, necessária ao padrão de acumulação de capital no Brasil, seria *artificialmente mantido vivo e intensificado pela imprensa, pelo púlpito, pelos quadrinhos, enfim, por todos os aparelhos privados de hegemonia à disposição das classes dominantes*, e esse seria o *segredo pelo qual a classe capitalista brasileira conseguiria manter o seu poder*¹⁶¹.

Mas como poderíamos articular e relacionar o racismo, o conflito distributivo e a luta política no contexto do impedimento e do golpe parlamentar de Rouseff?

Partimos de dois pressupostos, de modo a amparar nossa base argumentativa. De um lado, as mesmas pesquisas que demonstram que o público presente nas ruas em favor do impedimento de Rouseff era majoritariamente advindo dos setores médios, revelam, também, que, apresentando poucas variações durante os protestos entre 2015 e 2016, este era em sua grande maioria branca. De outro lado, no que diz respeito à questão racial e as desigualdades sociais, diferentes estudiosos apontam para o fato de que as políticas sociais e afirmativas implementadas desde pelo menos a promulgação CF de 1988¹⁶² e

161 Leitura a partir de Marx (2014: 297-298).

162 Conforme Lima (2010: 78-79), “No que se refere à temática racial, a nova Constituição introduziu a criminalização do racismo (que posteriormente definiu os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor com a lei 7716/1989), o reconhecimento ao direito de posse da terra às comunidades quilombolas e a criação da Fundação Cultural Palmares. Tais ações podem ser interpretadas como uma resposta às reivindicações do Movimento Negro e se caracterizam por uma forma de reconhecimento. Ou seja, garantir aos grupos discriminados o reconhecimento apropriado de seu valor histórico e cultural”.

intensificadas durante as gestões petistas teriam beneficiado principalmente as classes populares que, em sua maioria, é formada pela população negra e periférica (Lima, 2010; Osorio, 2009; 2019; Pinho, 2015; 2021; Gomes; Rodrigues, 2018; Lima; Prates, 2019; Perlatto, 2019)

As classes médias, ao incorporarem a “ideologia meritocrática” acabariam, de certo modo, se associando às classes dominantes, na medida em que se *distanciam* e se *diferenciam*, portanto, dos/as trabalhadores/as manuais (Saes, 1985; 2005; Cavalcante, 2015; 2018, Pinho, 2015; 2021). Assim, no temor de serem confundidas com os/as trabalhadores/as, as classes médias teriam recorrido ao mérito individual como uma virtude. Diante da necessidade de realizar sua reprodução social como classe, a *vontade política* das classes médias tende a refletir uma ação política que buscou assegurar a manutenção de “corpos” aptos a serem subordinados e explorados, como forma de servir e possibilitar a existência de seu modo de vida *distinto e exclusivo*¹⁶³ (Pinho; Silva, 2010; Pinho, 2015; 2021; Souza, 2010; 2016; Cavalcante, 2018).

Quando observamos o conflito distributivo a partir da perspectiva da população negra, nota-se que a diferença entre a apropriação da riqueza social pela população branca e não-branca sempre se manteve persistente, mesmo diante da melhora no “padrão de vida” das classes populares recentemente (Osório, 2009; 2019; Ipea, 2013). Como demonstra Osório (2009: 315), por exemplo, entre o “período de 1976 e 2006, a renda média da população negra foi sempre menor do que a metade da média da branca”.

Ainda que a desigualdade racial de renda seja persistente e elevada (Ipea, 2013; Osorio, 2019), seus avanços nos últimos trinta anos não devem ser tratados, a princípio, como irrelevantes para a conjuntura política no Brasil. Pois, quando analisamos as políticas sociais e afirmativas e seus resultados percebe-se, por exemplo, que “os aumentos autorizados pelo governo no salário

163 Dialogando com Pinho (2021: 38), podemos dizer que “O legado da escravidão continua a alimentar uma hierarquia racial profunda que abrange: a crença na superioridade branca e na inferioridade negra; a associação entre negritude e trabalho manual”.

mínimo, combinados com o relativamente forte crescimento econômico entre 2004 e 2010, produziram aumentos significativos na renda dos afro-brasileiros e, de fato, aumentos maiores do que nas rendas dos brancos¹⁶⁴ (Andrews, 2015: 162). Segundo Andrews (2015: 166), os diferenciais raciais de renda no mercado de trabalho passaram por mudanças significativas entre a década de 1980 e 2010, com uma migração de ocupações de baixa qualificação e remuneração para ocupações com maior qualificação e remuneração, refletindo numa maior apropriação salarial que ocorreu de maneira progressiva¹⁶⁵, fazendo com que “entre 1999 e 2009, a renda média das famílias negras [subisse] de 42% das receitas domésticas das famílias brancas para 52%”.

Para além das políticas sociais, as políticas afirmativas proporcionaram o crescimento do acesso da população negra à educação superior. Esse movimento se refletiu nas oportunidades em conseguir um salário maior. Artes e Ricoldi (2015: 850), por exemplo, demonstram que, “a partir de 2004, as políticas de ação afirmativa, predominantemente as cotas no setor público e as bolsas de estudo no setor privado (em parte financiadas pelo Programa Universidade para Todos – Prouni)” teriam alterado, ainda que de maneira gradual, “o perfil étnico-racial do alunado do ensino superior brasileiro”. Entre 1998 e 2008, a taxa bruta de matrícula de mulheres negras passou de 4,1% para 20%, com variação de 387,8%, e, no caso de homens negros, passou de 3,1% para 13%, com variação de 319,3%¹⁶⁶ (Artes; Ricoldi, 2015: 862). Os autores procuraram sustentar, baseados na comparação do Censo referente aos anos de 2000

164 Conforme Andrews (2015: 162), “Enquanto, em 1991, trabalhadores afro-brasileiros ganhavam, em média, 54% dos salários dos brancos, em 2010 essa proporção aumentou para 64%”.

165 Ver também Ipea, 2013.

166 Segundo Artes e Ricoldi, Rosemberg e Madsen também chegaram a resultados parecidos, demonstrando que: “Branco e brancas que representavam 73,8% dos(as) estudantes universitários em 2003, passaram a representar 42,3% em 2009; negras e negros que representavam 25,1% em 2003, passaram a representar 35,1% em 2009. Os percentuais de variação (crescimento), no período indicam índices superiores entre os homens negros (95,6% de variação), seguidos das mulheres negras (94,9% de variação). Por outro lado, homens brancos, mas principalmente mulheres brancas, apresentaram os menores índices de crescimento: 22,8% e 19,5% respectivamente (2011, p. 32)”

e 2010, que durante esta década o crescimento do acesso à educação superior se deveu à maior inclusão da população negra, que teria visto sua participação em cursos de graduação aumentar em 291%, sendo que 278% se autodeclararam pardos e 384% pretos¹⁶⁷ (Artes; Ricoldi, 2015: 867-869).

Como o acesso ao ensino superior numa sociedade competitiva, como a capitalista, é significativo para a diminuição das desvantagens entre os indivíduos no mercado de trabalho, o crescimento da população negra na educação superior teria elevado, ao mesmo tempo, a própria competitividade entre os indivíduos em determinados cursos de graduação com intuito de garantirem ocupações profissionais com maior retorno salarial (Senkevics; 2018; Senkevics; Mello, 2019; Carvalhaes; Ribeiro, 2019). Para diferentes autores (Ristoff, 2014; Ribeiro; Schlegel, 2015; Andrews, 2015; Carvalhaes; Feres Jr.; Daflon, 2017; Rabelo, 2017), o maior tempo dedicado à educação, tanto no fundamental como no médio e, principalmente, no superior, resultaria em efeitos diretos sobre a diminuição das desigualdades sociais. Em outras palavras, o acesso à educação tende a influenciar as “chances [dos indivíduos] de alcançar os melhores empregos e salários¹⁶⁸” (Carvalhaes; Ribeiro, 2019: 196). Isso pode ser exemplificado quando se observa que existe, segundo Carvalhaes e Ribeiro (2019: 208), uma relação entre a qualificação e “as vantagens alcançadas pelas pessoas que conquistam um diploma universitário”, e que, “em 2010, a renda média do trabalho das pessoas que tinha completado o ensino médio era R\$ 888,26, enquanto a renda média daquelas que haviam concluído o ensino superior era R\$ 1414,93”.

167 Contudo, é importante ressaltar que, conforme Ribeiro e Schlegel (2015), a população negra nunca foi a maioria entre os formados de nenhum dos 25 cursos de graduação de maior representatividade e retorno financeiro analisados entre 1980 e 2010. Para Artes e Ricoldi, a presença de negros no ensino superior é marcada pela concentração em cursos de menor prestígio (2015: 863). Ver também Carvalhaes e Ribeiro (2019).

168 Segundo Carvalhaes e Ribeiro (2019: 196), “Tendo em vista que os diferentes diplomas não são iguais em termos das vantagens que trazem para os diplomados, diferenças de acesso e conclusão entre os cursos universitários em termos de classe, gênero e raça podem produzir desigualdades entre esses grupos no mercado de trabalho, mesmo que seu acesso ao ensino superior em geral não seja marcado por desigualdades sistemáticas”.

No que diz respeito ao tema de nossa pesquisa, o conflito distributivo e a atuação política das classes médias, apoiamo-nos, neste momento, em argumentos já desenvolvidos por Saes e sua escola¹⁶⁹, que procuram relacionar os acessos aos recursos econômicos mediante comportamentos que incorporam as disposições culturais presentes, principalmente, nos “aparelhos educacionais” (Saes, 2005; Cavalcante, 2015; 2018). Assim sendo, temos que “o aparelho educacional se apresenta como o mecanismo por excelência da reprodução da classe média, pois tem a capacidade de transmutar as marcas em méritos individuais” (Cavalcante, 2018: 108).

Seguindo por este caminho podemos dizer que o acesso à educação, em especial, o espaço da universidade pública, possibilita às classes médias “a reprodução de sua situação econômica e social através dos filhos”, pois a educação escolar e o investimento em capital humano seriam o meio pela qual “à geração seguinte” conseguiria manter-se na “condição de trabalhadores não-manuais, superiores, dentro da hierarquia do trabalho, aos trabalhadores manuais” (Saes, 2005: 102). As classes médias, portanto, por se “auto-representarem” socialmente “no plano ideológico, como trabalhadores não-manuais, distintos dos trabalhadores manuais e superiores a eles nos planos profissional e social” (Saes, 2005: 100), passariam a identificar a “valorização do ‘trabalho duro’ ou do esforço em geral com a ideologia meritocrática” (Cavalcante, 2018: 108). Nesse sentido, a “ideologia meritocrática” exerceria a função, conforme Saes e sua escola, de acirrar o conflito político mediante o confronto entre “dons e méritos”, segundo a valorização distintiva que cada classe social seria capaz de adquirir através do tempo (Saes, 1977; 2005; Cavalcante, 2015; 2018). Portanto, “à defesa, mesmo que retórica, da igualdade de oportunidades educacionais” por parte das classes médias deveria ser entendida como “a necessidade de isonomia e respeito às regras do jogo, ou seja, ‘a lei é para todos’. Trata-se do compromisso com uma ética na disputa, de modo que os vencedores sejam

169 Para uma outra interpretação, mas que mantém a linha de disposições culturais a partir dos trabalhos desenvolvidos por Bourdieu, ver, por exemplo, Souza (2008; 2010; 2016; 2016).

legitimados como meritórios em razão, apenas e tão somente, de seu esforço” (Cavalcante, 2018: 114).

Ora, de um lado, o acesso à *educação possibilita que os indivíduos aumentem suas chances de alcançar os melhores empregos e salários*; de outro, as *políticas sociais e as políticas de ação afirmativas implementadas desde a CF de 1988 contribuíram para que as classes populares e, em especial, a população negra, não apenas ocupassem as universidades, mas, também, participassem da vida acadêmica*. O aumento do tempo escolar, e não só, teria permitido que o *retorno no rendimento familiar dos pobres e negros crescessem em relação as rendas dos brancos*¹⁷⁰. Ao mesmo tempo, o *espaço por excelência de reprodução das classes médias, os aparelhos educacionais, como as universidades, passaram a ser disputados com os pobres e negros*, advindos das classes populares. Porém, os espaços típicos do modo de vida das classes médias, como a *universidade pública*, teriam sido ocupados pelas classes populares não pelo mérito individual, mas, antes, pela intervenção do Estado mediante políticas sociais afirmativas de governo, como as cotas raciais. Tal intervenção no ordenamento social meritocrático seria uma “injustiça”. Isso porque, “afetados pelas cotas”, as classes médias, com os seus “planos e sonhos de jovens – ricos e pobres [brancos] – que disputam um lugar nas universidades federais, mas estudam em escolas privadas” teriam seus *planos e sonhos alterados* (Revista Veja, 30.12.2012). Pois, “o efeito das cotas sobre o ensino superior [seria o de] colocar alunos da rede pública nas [universidades] federais” (Revista Veja, 30.12.2012)¹⁷¹. Portanto, entendemos que a partir deste

170 Ainda que as desigualdades sociais entre negros e brancos pobres tenha se mantido (Osorio, 2019; Ipea, 2013).

171 Em editorial no dia 11 de outubro de 2012, intitulado “Cotas raciais, um erro”, o jornal Folha de São Paulo escreve o seguinte: “São políticas corretivas que podem fazer sentido em países onde não houve miscigenação e as etnias se mantêm segregadas, preservando sua identidade aparente. Não é o caso do Brasil, cuja característica nacional foi a miscigenação maciça, seguramente a maior do planeta. Aqui é duvidosa, quando não impraticável, qualquer tentativa de estabelecer padrões de “pureza” racial”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/39477-cotas-ra-ciais-um-erro.shtml>. Acesso em: 31.06.2021.

movimento à *própria composição sociopolítica* também passaria por transformações significativas, impactando o modo de vida das classes médias, já que a intervenção do Estado no ordenamento social com implementação de políticas sociais e afirmativas não correspondem “à *necessidade de isonomia e respeito às regras do jogo, ou seja, não estariam vinculados ao esforço e o mérito próprio*”. As políticas sociais e afirmativas não passariam, desse modo, de um “gesto populista e com prováveis consequências negativas para o país”, já que “não esconde seu viés militante”, pois, em se tratando do “serviço público, a meta da autoridade que faz a seleção [deveria] ser a de recrutar o candidato – seja qual for a cor de sua pele – mais capaz”, ou seja, aquele “que possa oferecer o melhor serviço ao cidadão que paga seu salário. O princípio da meritocracia, nesses casos, não pode ser enfraquecido; muito menos a título de satisfazer conveniências políticas e eleitorais” (Folha de S.Paulo, 23.04.2013c – grifos nossos).

Ainda que as *sociedades democráticas se apoiem em uma visão meritocrática do mundo*, a redução das desigualdades sociais não necessariamente dependerá de *instituições bem-intencionadas*, já que, a depender do público, tal *intenção* não passaria de um “gesto populista” e “militante” do governo em vigência. Desse modo, ainda que as *desigualdades devam ser justas e úteis a todos*, na hora de repartir o peixe “é preciso saber quem vai ficar com a cabeça” (Giannotti, 1983: 306).

À vista disso, a *reação conservadora* de setores médios fica evidente quando observamos que durante os atos pelo impedimento de Rousseff, entre 2015 e 2016, dentre os valores defendidos tanto pelas lideranças como por parte dos manifestantes, estava a crítica às políticas sociais e afirmativas implementadas pelos governos petistas (Cavalcante, 2015; Cortês; Trópia, 2015; Tatagiba, 2018; 2019).

Conforme Lima (2012: 235), podemos dizer que as mudanças recentes na estrutura social brasileira, principalmente no que tange a implantação de políticas sociais e afirmativas, suscitaram um debate inédito no espaço público brasileiro. Ainda segundo a autora, nas discussões sobre as desigualdades sociais, a relação entre raça e classe social teria passado a ser “tema constitutivo do campo da sociologia das relações raciais, onde sempre predominou

a preocupação analítica de identificar a variável raça na configuração das desigualdades de classe” (Lima, 2012). Como as políticas sociais na sociedade brasileira “estão fortemente apoiadas nos estudos sobre desigualdades raciais”, estas acabariam compondo “um conjunto de dados agregados para identificar se ‘raça’ é uma variável significativa na distribuição desigual de recursos e de oportunidades” (Lima, 2012). Analisando uma diversidade de estudos, Lima compreende que o “preconceito e [a] discriminação raciais estão intimamente associados à competição por posições na estrutura social, refletindo sobre diferenças entre os grupos de cor na apropriação de posições na hierarquia social” (Lima, 2012: 235-236). Assim, “No campo de estudo das desigualdades raciais, a ênfase ocorre tanto na sobre-representação da população negra entre os pobres, como na proporção de pobres dentro de cada grupo racial” (Lima, 2012: 236). Desse modo, poderíamos dizer que “há uma dinâmica na qual situações de desigualdade geram segregação da mesma forma que situações de segregação produzem ou acirram as desigualdades” (Lima, 2012: 236-237).

Nesse mesmo caminho, Osório (2009: 315) entende que a “origem social é o principal fator de reprodução da desigualdade”, porém, “sua persistência só é possível pelo complemento da discriminação [racial]”.

Diante disso, entendemos que, no estudo sobre os conflitos distributivos, sua investigação não deve ocorrer mediante a “opção” entre raça ou classe. Ao mesmo tempo, ainda que a categoria de raça opere “como um critério com uma eficácia própria no preenchimento, por não brancos, de lugares na estrutura de classes e no sistema de estratificação social” (Hasenbalg, 2005: 134; Pinho, 2021), esta não deve ser considerada como uma característica independente da classe, pois, a nosso ver, no contexto da realidade capitalista, uma estaria articulada à outra - não como uma sobreposição de pesos, ainda que na vida social, uma emergiria em sobrepeso à outra. A articulação ocorreria de maneira que cada qual exerceria sua função para a reprodução social e o movimento de acumulação do capital em sua reprodução ampliada. Seria preciso, desse modo, demonstrar como ocorre essa *articulação* e como ela se apresenta na relação entre conflito distributivo e a luta política nas relações sociais.

Isto posto, entendemos que *a relação entre a distribuição-apropriação da riqueza social implica a existência de modos de vida distintos e determinados pela própria distribuição dos indivíduos na produção social*. Pois, como a *distribuição* está intimamente articulada com a *produção*, como um processo de mediações entre os indivíduos no movimento do capital, a relação pela qual as classes se encontram envolvidas socialmente deixa de estar apenas em justaposição para existirem uma para as outras como um movimento que se nega a si mesmo. As práticas sociais acarretam, dessa forma, uma sociabilidade de constituição, repetição e reparação dos sujeitos em confronto, em que o que é distribuído acaba por confirmar à vinculação dos indivíduos dispostos ao movimento do capital, como condições de sua existência, ao passo que se antepõe às outras, como representação dos obstáculos que a qualificam na separação da existência alheia, reafirmando o pressuposto originário de sua existência, como o passado que retorna e se afirma no presente sob nova medida.

Assim, para a compreensão do conflito distributivo é necessário compreender a representação do todo e sua encenação, momento em que os interesses *comuns* e *conflituosos* se encontram atravessados e mediados pelas transformações tanto das *formas sociais do capital* como das próprias práticas sociais das individualidades justapostas. Seria preciso levar em consideração, assim, as particularidades que impulsionam as representações do capital em cada situação concreta. No caso da sociedade brasileira, entendemos que o seu elemento particular estaria vinculado ao seu passado colonial e escravista, que impõe a relação entre a apropriação e a distribuição da riqueza social uma dupla articulação: entre o arcaico e o moderno e entre o externo e o interno (Frank, 1966; Fernandes, 1975; Oliveira, 2013). As formas “arcaicas” possuem um caráter funcional para as relações capitalistas em sua totalidade processante, *como o passado que sempre retorna para se afirmar no presente repondo os pressupostos da comunidade originária*¹⁷².

A singularidade da formação social brasileira, a substância que lhe daria forma, estaria na particularidade da forma social do trabalho escravo de origem

172 A partir de Giannotti (1983).

colonial (Prado Jr., 1996; Fernandes, 2008; 1974). À vista disso, a modernização e o *sentido* do desenvolvimento brasileiro passariam a conviver com a articulação entre o capitalismo e a escravidão (Prado Jr., 1996; Fernandes, 2008; 1974; Gonzalez, 2020). O complexo racial que deriva deste processo, seria, simultaneamente, o processo constituinte e constitutivo das relações sociais brasileiras, a forma de como se põe e repõe a organização da produção, da reprodução e da distribuição da riqueza social; seria o processo que daria sentido aos conceitos da realidade das classes sociais no Brasil e o modo como as formas sociais passariam a se apresentarem nas relações sociais – mas não como um movimento mecânico que se autoreproduz independentemente das *vontades* presentes nas relações de produção e nas relações sociais. A reprodução e a manutenção dessa *desigualdade originária que retorna do passado para se afirmar no presente* seria uma escolha política, uma escolha que implica os sujeitos em suas decisões diárias na vida social, que tende a conformar, assim, um modo de subordinação necessário para a realização do modo de acumulação de capital no Brasil.

Capitalismo e escravidão seriam momentos *opostos* que compõem uma mesma unidade contraditória, no caso, o capitalismo brasileiro. Seriam esses diferentes momentos e suas múltiplas determinações que passariam a constituir as relações de produção e as relações de classes no Brasil. Por exemplo, com o fim da escravidão de maneira oficial em 1888, a “produção” brasileira não incorporou a população negra à “cidadania” capitalista - ou seja, ao mercado de trabalho formal e assalariado¹⁷³. Não houve, no Brasil, uma reforma agrária progressiva que possibilitasse a distribuição de terras e dos meios de produção

173 A cidadania não deve estar restrita apenas a noção de trabalho assalariado e a CLT; muito menos uma classe social deve estar “presa” à formalidade trabalhista para ser “uma classe”. Tanto o termo “cidadania” quanto “trabalhador formal assalariado” são abstrações que nos ajudam na análise categorial que compõe a discussão em questão, ou seja, a “apresentação” do conflito distributivo e a desigualdade de renda entre as diferentes categorias de pessoas. Sobre a inserção do trabalhador negro ao mercado de trabalho ver: Florestan, 2007; 2008; 1974; Theodoro, 2008; Gonzalez, 1979; Cardoso de Mello, 2009.

para que a população negra pudesse “constituir-se” como cidadã na lógica da modernidade competitiva do capitalismo¹⁷⁴ (Cardoso de Mello; Novais, 2009).

Portanto, fim da escravidão teria se constituído como um processo sob o qual a distribuição da população negra no momento da produção ocorreu de forma a negatizar a sua existência social, ao mesmo tempo em que positivava as diversas formas de sua exploração e subordinação - necessárias ao processo de acumulação de capital. Um dos caminhos para isso teria sido o de conservar “a terra na posse dos mesmos proprietários [de maioria branca]”, ao passo em que dificultava “a sua aquisição por parte de outros grupos [sociais, como negros e indígenas], que poderiam dividir o poder com” (Moura, 1994: 99) os donos de terras, brancos¹⁷⁵. Portanto, o pressuposto do desenvolvimento do capitalismo no Brasil carregou como sua especificidade a existência de uma grande população escravizada (formando o exército industrial de reserva), em sua maioria composta pela população preta de origem africana. Essa população, mesmo após a Lei Áurea, o desenvolvimento do capital e das instituições democráticas, teria que se manter subalterna ao capital¹⁷⁶ (Prado Jr.,

174 Aqui entendemos como a “lógica da modernidade competitiva do capitalismo” a própria condição histórica do capitalismo apresentada pelos economistas clássicos: a liberdade e a igualdade de produzir e de ser proprietário. Sobre as discussões em relação a cidadania e a modernidade competitiva no Brasil ver: Prado Jr. 1996; Furtado, 2007; Cardoso de Mello, 2009; Cardoso de Mello; Novais, 2009; Oliveira, 2013.

175 É nesse sentido que a reforma agrária para Prado Jr. (1966) irá se apresentar como uma “radicalidade”, que assume um caráter não de uma mera distribuição de terras aos trabalhadores rurais, em sua grande maioria de negros, mas de organização e politização. Ainda, Moura demonstra que “A passagem da escravidão para o trabalho livre não afetou por isso os interesses dessas oligarquias, pois, ao perderem os escravos, muitos deles já onerosos por serem membros de um estoque envelhecido, continuaram com a posse da terra, símbolo econômico e poder social. E essa tática apelou para uma solução alternativa que permitisse a essa oligarquia continuar na posse da terra: a vinda dos imigrantes” (1994: 58).

176 Conforme Hasenbalg, “A sociedade capitalista transforma o significado da raça como dimensão adscritiva, dentro de um sistema de estratificação e mobilidade social em que a competição e atributos adquiridos são enfatizados. A sociedade de classes confere uma nova função ao preconceito e discriminação raciais: as práticas racistas, sejam ou não legalmente sancionadas, tendem a desqualificar os não brancos da competição pelas posições mais almejadas, que resultam do desenvolvimento capitalista e da diferenciação da estrutura de classes” (2005: 84).

1996; Oliveira, 2003; Fernandes, 2008). Com isso, o modo de vida da população branca não poderia ser o mesmo modo de vida da população negra (Gonzalez, 2020), ainda que sob o capitalismo a liberdade e a igualdade imperem. A liberdade e a igualdade que estariam pressupostas à população negra após a abolição consistiriam em um movimento que pressupõe simultaneamente a desigualdade como à produção de vidas. Em outros termos, pressupõe sua inferiorização como categoria de pessoa, passando a se apresentar nas relações sociais de forma subjugada e subalterna pela sua determinação sócio-histórica (Bento, 2002; Gonzalez, 2020; Pinho, 2015; 2021), na mesma medida em que sua afirmação social, como categoria econômica *para o capital*, seria essencial para a manutenção da representação aparente da igualdade nas relações capitalistas¹⁷⁷, tal como para o próprio movimento de acumulação de capital.

Gonzalez descreve essa relação demonstrando que, diante deste processo:

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegida por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc. até a polícia formalmente constituída. [...] Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. [...] A longo prazo, o que se visa é o impedimento de qualquer forma de unidade

177 Conforme Grespan, “[...] Marx acredita que a igualdade é decisiva para distinguir o capitalismo dos outros modos de produção em que se obtém o excedente pela coerção violenta. Mas isso não significa que ela seja o fundamento do sistema, baseado, antes, na desigualdade, está sim determinante da igualdade no mercado. A crítica de Marx é que apontar a igualdade como característica mais importante significa reduzir a relação entre capitalista e trabalhador à de comprador e vendedor da força de trabalho, quando, realmente, esta última relação só existe porque o trabalhador é desapropriado dos meios de produção. Esta desigualdade é que permite a situação em que ambos aparecem como iguais, em que o trabalhador vende a sua mercadoria em troca de uma soma de dinheiro a ela equivalente” (1999: 114).

do grupo dominado, mediante a utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna¹⁷⁸. [...] (2020: 84-85).

Aqui a divisão do trabalho se apresenta na sociedade como uma divisão do trabalho manual e do trabalho não manual. Tal divisão estaria relacionada à existência das sociedades em classes, mas organizada segundo cada formação social concreta. Ao mesmo tempo, ela tende a operar nas relações sociais de tal modo que indivíduos não se identificam com esta divisão. Simplesmente porque a divisão entre trabalho manual e trabalho não manual não se apresenta, necessariamente, como uma relação entre dominantes e dominados. Exatamente porque ela estaria presente de maneira mistificada e molecularmente em diversos espaços sociais e aparelhos privados de hegemonia (Gramsci, 1999; Frosini, 2013), até mesmo entre as classes subordinadas ao capital¹⁷⁹. Aqui atuaria a própria concepção de hegemonia que, conforme Frosini (2013: 71 – grifos do original), seria “a presença da política nas relações de forças presentes em todos os níveis e em todas as esferas funcionais da sociedade, eliminando daí a separação entre a sociedade civil *econômica* e a superestrutura *política*”¹⁸⁰.

178 Para a autora, a forma como o racismo opera nas sociedades latino-americanas é através do racismo disfarçado ou por denegação, muito reforçado, por exemplo, pelas teorias da “democracia racial”, um modo de dominação e subjugação que a divisão interna entre a classe trabalhadora por se constituir enquanto uma “alienação dos discriminados” (Gonzalez, 2020).

179 Marx (2014: 221 - grifos nossos), analisando a divisão e a competição no interior da classe trabalhadora irá demonstrar que “*O trabalhador inglês comum odeia o trabalhador irlandês como um competidor que rebaixa seu padrão de vida. Em relação ao trabalhador irlandês, ele [o trabalhador inglês] se considera um membro da nação governante*”. Por meio desta ilustração, podemos dizer que a divisão social racial surge nas relações sociais como um antagonismo no interior das classes trabalhadoras como uma forma desses/as trabalhadores/as não avistarem “*uma luta contra uma outra classe*”, pois, a distribuição e a competição dos indivíduos nas relações de produção faria com que, na busca por uma melhor inserção no mercado de trabalho e consumo, “*eles mesmos [os/as trabalhadores/as] se posicionem uns contra os outros, como inimigos*” (Marx, 2014: 222 - grifos nossos).

180 Tradução livre. No original: “la presencia de la política en las relaciones de fuerzas presentes en todos los niveles y en todas las esferas funcionales de la sociedad, eliminando así la separación entre sociedad civil económica y superestructura política.” (Frosini, 2013: 71).

Em outras palavras, pode-se dizer que os aparelhos privados de hegemonia exerceriam uma função social que estaria diretamente entrelaçada às diversas formas sociais de subordinação contidas em representações gerais, como no Estado (Frosini, 2014). Sua função social consiste em possibilitar a existência de uma forma de consciência comum de dominação (senso comum), cuja função seria o de camuflar para a sociedade, em seu conjunto, a contradição entre o trabalho manual e o trabalho não manual, por exemplo - ou entre proprietário e não proprietário¹⁸¹.

A partir disso pode-se dizer que o desenvolvimento e o movimento do capital não “excluiu” (Theodoro, 2008) ou mesmo teria possibilitado uma relação dual entre “funcional” e “não funcional¹⁸²” (Gonzalez, 1979) da população negra à lógica da cidadania e do mercado capitalista. A nosso ver, a existência de formas “arcaicas” pressuporia a constituição das formas “modernas”, pois o fim do escravismo não impôs à sociedade brasileira a lógica da modernidade competitiva como se esta fosse uma estrutura “natural” da realidade nas sociedades capitalistas (Fernandes, 2008; Furtado, 2013; Cardoso Mello, Novais, 2009; Oliveira, 2003). Como a distribuição dos indivíduos na realidade capitalística pressupõe modos de vida em que o trabalho e o tempo livre se apresentam como formas sociais quase que opostas de existência da vida social, seu movimento acabaria por constituir uma dominação abstrata e a formação de uma vida social alienada. O desenvolvimento da divisão do trabalho

181 São estes complexos de relações, presentes na vida cotidiana, que carregam em si os traços de subordinação, ocultando as contradições reais e, ao mesmo tempo, apresentando à sociedade os interesses de uma classe particular como universais. Portanto, “pode-se dizer que a hegemonia ‘realizada’ é uma determinada estrutura da verdade, uma estrutura organizacional em um preciso “aparato hegemônico”, como êxito de uma série de lutas ideológicas” (Frosini, 2014: 577-578).

182 Gonzalez defende a ideia de que existiria uma dualidade no processo de inclusão na população negra a “instância econômica” baseada na separação entre “exército industrial de reserva” e “massa marginal”, onde primeiro caso ela seria “funcional” para o capital e no segundo caso “não funcional”. Tratando-as como momentos em separados, Gonzalez ao evidenciar um deles acaba por anular o outro, mas não mediante a lógica dialética, ante como uma forma de subtração da categoria em si, como se no segundo caso o “não funcional” não fosse ao mesmo tempo “funcional” para o capital.

passaria a associar momentos diferentes de re-produção social a diferentes categorias de pessoas: quem limpa a casa “não produz o pensar” e quem “produz o pensar” não limpa a casa.

Na medida em que o capitalismo brasileiro se desenvolveu tendo como pressuposto a inferiorização da população negra - possibilitando-a uma cidadania precária, ou uma “subcidadania”, nos termos de Souza (2008) -, ele pressupõe, simultaneamente, sua afirmação social ao não *a excluir* da lógica da *valorização-realização* do mais-valor em seu processo total. O que teria assegurado essa *particularidade* do modo de acumulação capitalista no Brasil seriam as instituições político-jurídicas, que passam a reproduzir as formas subjacentes a esse modelo, refletindo, em seus diferentes aparelhos privados de hegemonia, as dinâmicas “modernas” e “arcaicas”, como uma *ilusão necessária para o capital*; ou seja, a luta hegemônica “se consolida em estruturas permanentes” de subordinação dos subalternos (Frosini, 2014: 577). O desenvolvimento do capitalismo brasileiro nasce e existe, assim, negando a realidade do escravismo na mesma medida em que nega a própria negação. Ou seja, como um movimento contraditório, o fim do escravismo no Brasil representa, de um lado, a expulsão do custo de reprodução social do escravo do custo da re-produção do capital¹⁸³; de outro, teria transferido, para o agora “trabalhador livre”, o custo da reprodução de sua própria existência, criando, assim, sua “periferia” interna, ou o seu exército industrial de reserva (Oliveira, 2003, p: 66). A desigualdade racial e da riqueza social se apresentam, desse modo, como a expressão de como se constituíram e se constituem a distribuição dos indivíduos no modo de produção (divisão do trabalho) e o modo de representação das formas desiguais do desenvolvimento do capital.

Se, no primeiro momento, o capital *exclui* a força de trabalho como população excedente do processo de *valorização*, em outro, esta mesma população seria *incluída* no processo de *valorização-realização* (como um circuito-fechado).

183 Enfatizamos que o capitalismo expulsou apenas “o custo da reprodução do escravo do custo da produção do capitalista”, e não o “escravo” da produção do capital.

Para que isso aconteça, a lógica da luta de classes e dos conflitos políticos se realizaria mediante um processo de *inferiorização*, uma forma estranhada na vida social, de uma determinada população, acentuando a divisão racial¹⁸⁴ como forma de *expulsar o custo de reprodução da força de trabalho de dentro das empresas industriais*, de modo a criar uma população excedente, seu exército industrial de reserva, já que “a acumulação capitalista produz constantemente [...] uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua” (Marx, 2013: 705).

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização do material humano sempre pronto para ser explorado [...] (Marx, 2013: 707 – grifos nossos).

A função social do exército industrial de reserva para o capitalismo seria o de constituir uma superpopulação como *um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza*, a fim de atender às necessidades de valorização e atualização a cada novo ciclo e conjuntura do capital. Ao mesmo tempo, procura estimular a concorrência no interior da classe trabalhadora com a redução do custo de sua força de trabalho, sujeitando-as às exigências do capital. A distribuição racial impõe à acumulação de capital uma população excedente de “subcidadãos” *que pertencem ao capital de maneira absoluta como se ele os tivesse criado por sua própria conta*. Ou seja, o processo de “marginalização de

184 Divisão racial aqui pensada entre população negra e não-negra, mas inclui, também, a divisão entre regiões, como norte-sul e sul-sudeste. Ver Guimarães, 2012.

populações” (Martins, 1989) e de “pobreza incluída” (Santos, 2000) seria um pressuposto do capitalismo de modo a criar populações excedentes que sejam úteis para o processo de acumulação em seus diferentes momentos. Para que o processo total do capital se realize “é preciso que grandes massas humanas estejam disponíveis para serem subitamente *alocadas nos pontos decisivos, sem que, com isso, ocorra uma quebra na escala da produção alcançada em outras esferas*” (Marx, 2013: 708 – grifos nosso). E exatamente pelo seu caráter *disponível*, a *população excedente marginalizada* não poderia ser explicada como *excluída* ou *não funcional* para o capital¹⁸⁵ exatamente porque mesmo *marginalizada* e possuindo um estatuto de “subcidadã”, ela *atuaria* como um produto necessário para o processo total de reprodução capitalista, representando suas formas sociais em seus diferentes momentos¹⁸⁶ - portanto, estaria incluída no movimento do capital exercendo uma função essencial.

Todavia, se a reprodução constante do capital se faz mediante uma luta permanente pelo excedente produzido, a reprodução desta estrutura refletiria

185 Ou mesmo por uma noção de uma “subclasse” ou de que os “excluídos são simplesmente invisibilizados e desprezados” (Souza, 2018) é apenas verdade em termos. Pois ela não se dá através da “reprodução de privilégios” advindos de “ideias [que] precisam estar conectadas aos interesses materiais ou simbólicos”, ela ocorre pela própria necessidade da produção do capital e sua realização nos seus diferentes momentos.

186 “Na cidade de São Paulo, província líder no dinamismo do trabalho escravo, podemos ver que essa modernização na direção da economia capitalista, sem que, contudo, as relações escravistas fossem abaladas nas suas bases estruturais. [...] O certo é que no escravismo tardio já se cristalizava um espírito de poupança e acumulação individual que possivelmente tenha sido reciclado como capital, embora insignificante para a criação de uma acumulação suficiente que livrasse a estrutura do escravismo tardio de sua condição de dependência. Não foram criadas as condições, insistimos, para a deflagração de um processo de acumulação suficiente para que se criasse uma burguesia independente, capaz, de um lado, de estabelecer aquelas condições necessárias para estruturar e desenvolver um mercado interno dinamicamente satisfatório de raízes internas (nacionais), e, de outro, competir com os capitais estrangeiros aqui investidos em áreas estratégicas rentáveis e socialmente dominadoras. Ficou como uma força menor nesse processo de modernização e endividamento. Esse processo de modernização foi, também, o processo de decomposição do escravismo no Brasil” (Moura, 1994: 67).

o resultado da luta e dos conflitos políticos e sociais advindos da relação entre a apropriação/distribuição do excedente econômico que garantiria a reprodução social dos indivíduos e das classes sociais. O conflito distributivo e suas contradições permeariam, assim, os variados aspectos da reprodução da vida social sob o capitalismo, de modo que a distribuição da riqueza social estaria condizente com os tipos de serviços e produtos consumíveis, o nível de mercantilização ou não dos serviços públicos e o acesso dos indivíduos aos diferentes espaços sociais.

Como a *história de desigualdade* na sociedade brasileira pressupõe a formação de modos de vida distintos e determinados pela própria distribuição dos indivíduos na produção, o conflito distributivo e a luta política se caracterizaria por uma dominação de classe cuja mediação seria a medida própria das relações de produção e a constituição de modos de vida *para o capital*, apontando uma para as condições de existência da outra. Ou seja, as desigualdades sociais na sociedade brasileira são uma forma de dominação de classe que, para manter sua hegemonia, apresenta sua *intenção* política como sendo universal, “criando” aparelhos privados de hegemonia¹⁸⁷ em que as regras pressupostas

187 Ver, por exemplo, os argumentos de articulistas em diferentes meios de comunicação presentes na sociedade brasileira no que diz respeito, por exemplo, às cotas raciais e programas como o Bolsa Família. Ali Kamel (2006), Diretor Geral de Jornalismo da Rede Globo, por exemplo, argumenta em seu livro que as cotas raciais constituiriam uma política racista, já que sua implementação poderia dividir o Brasil em uma cisão racial. Para Kamel, a sociedade brasileira seria antes caracterizada pela miscigenação e a cordialidade. A adoção de políticas afirmativas como cotas raciais apenas teria como função polarizar a sociedade entre branco-negro, sendo, portanto, um perigo. Já o jornalista Guilherme Fiuza, em artigo pública no jornal *O Globo*, em 13 de abril de 2013, escreve que estaria acontecendo uma “revolução da empregada” doméstica, apontando que “as empregadas domésticas foram libertadas da escravidão” e agora “o país comemora a Lei Áurea das domésticas, com ódio e nojo aos patrões”. A Revista *Época*, por sua vez, publicou em sua edição semanal, em janeiro de 2012, uma capa com os dizeres “O fim das empregadas domésticas”, em alusão a PEC 72, que tramitava no Congresso Federal. Em março de 2013 a Revista *Veja* deu em sua capa a seguinte manchete: “Amanhã será você”, com um homem branco pertencente às classes médias lavando louça, como uma das consequências das novas regras trabalhistas que teriam beneficiado as/os trabalhadoras/es domésticas/os.

visam repor e permitir sua repetição originária, pautada nas desigualdades encarnadas pelo passado colonial-escravista.

Conforme Pinho,

Apesar das limitações inerentes ao processo de ascensão social através do consumo, promovido pelos governos do PT, o aumento do poder de compra dos mais pobres durante este período teve um efeito crucial na produção da branquitude injuriada¹⁸⁸. Como se sabe, o consumo é fundamental para a preservação das distinções sociais. A capacidade de consumir produtos caros valida a posição de determinadas classes na hierarquia social, principalmente quando este privilégio é restrito a poucos. Mas o poder simbólico do consumo é também corroborado através do acesso aos espaços onde o consumo acontece. Quanto mais restrito o acesso, maior o poder simbólico do consumo. No caso do Brasil, os shopping centers, os aeroportos e até mesmo os aviões tornaram-se espaços primordiais de disputa da branquitude injuriada à medida em que passaram a ser gradualmente frequentados por pessoas não-pertencentes à classe média branca tradicional (2021: 40).

Pinho (2021) argumenta que o “ressentimento” de setores das classes médias contra os governos do PT pode ser interpretado como uma reação

188 Para Pinho (2021: 39), a expressão “branquitude injuriada” resulta de uma crise do modelo social devido a uma alteração no status quo e uma perda de poder, real ou imaginada, do grupo dominante. O desafio posto à premissa de que pobres e negros devem ficar em “seu lugar”, tanto física quanto simbolicamente, despertou o medo, sempre existente, porém dormente, da alteridade. À medida que o Outro começou a cruzar cada mais as fronteiras que o mantinham separado e contido, a identidade dominante se viu ameaçada. E ao se sentir ameaçada, a branquitude se tornou cada vez mais defensiva e, como consequência, visível. Durante os governos do PT, a branquitude brasileira se viu interpelada, no sentido de ser “convocada” e definida de fora para dentro, pelo Outro (Hall, 1996), quando, ao longo de toda a história do Brasil, havia funcionado como a identidade universal e padrão, posição a partir da qual se definiu a si mesma e aos outros. As transformações sociais ocorridas durante os governos do PT criaram uma nova conjuntura, que colocou em risco a posição confortável de neutralidade racial e relativa invisibilidade da branquitude brasileira.”

contra a “senzala” que queria ocupar a “casa grande”. Uma reação contra as políticas sociais e afirmativas de governo que estariam beneficiando a população negra em detrimento da população branca¹⁸⁹ - ou uma reação contra as políticas sociais e afirmativas que estariam beneficiando os “*não-pertencentes à classe média branca tradicional*”.

Por exemplo, a PEC 72, que ficou conhecida como “PEC das domésticas”, implementada em 2 de abril de 2013, caracterizou-se pela ampliação de direitos trabalhistas às/aos trabalhadoras/es domésticas/os¹⁹⁰. Analisando o mercado de trabalho e a situação do trabalho de empregadas/os domésticas/os, a partir dos dados disponibilizados pelas Pnads, Lima e Prates (2019) demonstram que devido à alta formalização e as políticas de aumento real do salário mínimo, a remuneração das/os trabalhadoras/es domésticas/os sofreu um crescimento que foi de 9,5 pontos percentuais entre 2002 e 2012, passando de

189 Cabe apontar, nesse sentido, como bem demonstra Schucman (2020: 29), que “O fato de o preconceito racial recair sobre a população não branca está diretamente relacionado ao fato de os privilégios raciais estarem associados aos brancos. O branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é também produtor ativo dessa estrutura, por meio dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento. Esses mecanismos de produção de desigualdades raciais foram construídos de tal forma que asseguraram aos brancos a ocupação de posições mais altas na hierarquia social, sem que isso fosse encarado como privilégio de raça. Isso porque a crença na democracia racial isenta a sociedade brasileira do preconceito e permite que o ideal liberal de igualdade de oportunidades seja apregoado como realidade. Desse modo, a ideologia racial oficial produz um senso de alívio entre os brancos, que podem se isentar de qualquer responsabilidade pelos problemas sociais dos negros, mestiços e indígenas (Bento, 2002)”.

190 Cabe pontuar que no ano de 2006 foi “editada uma lei que alterou a lei de 1972 e incorporou benefícios previstos na Constituição de 1988: os(as) trabalhadores(as) domésticos(as) adquiriram direito a férias de trinta dias, estabilidade para gestantes, direito aos feriados civis e religiosos, além da proibição de descontos de moradia, alimentação, vestuário e produtos de higiene pessoal utilizados no local de trabalho. Outra mudança significativa para incrementar a formalização dos vínculos dos empregados domésticos foi a dedução no Imposto de Renda Pessoa Física de 12% do valor do recolhimento referente a um salário mínimo mensal de um(a) empregado(a) doméstico(a), incluídas as parcelas de décimo terceiro salário e um terço de férias” (Lima; Prates, 2019).

28,4% para 37,9% respectivamente. Ao mesmo tempo, Lima e Prates (2019: 161) acentuam que, no que diz respeito ao emprego formal, enquanto para “a média nacional essa taxa foi de 26,6%, para os trabalhadores domésticos foi de 55,7%”, revelando que “os trabalhadores domésticos se beneficiaram em maior magnitude do aumento da formalização no mercado de trabalho ao longo do período 2002-2012”. Isso fica claro quando observamos os rendimentos dessas/es trabalhadoras/es, “que era de R\$524,00 no primeiro ano analisado, sobe para R\$747,00 em 2012 (valores atualizados em reais de 2014). Para os informais, estas cifras são de R\$319,00 e R\$470,00, respectivamente, apontando para ganhos reais de 52% para as/os trabalhadoras/es formais e 47% para as/os informais (Lima; Prates: 2019: 161).

Lima e Prates demonstram ainda que o número de domésticas na faixa etária entre 20 a 29 anos declinou entre 2002 e 2012¹⁹¹. Um dos argumentos que procuram sustentar para explicar essa dinâmica consiste no maior acesso à escolaridade, principalmente em nível superior. Desse modo, haveria

razões suficientes para crer que a mudança no perfil do emprego doméstico, em especial se considerarmos o grupo de jovens menos qualificados, deveu-se em grande medida a uma expansão dos setores do mercado de trabalho urbano. Mais do que isso, pelo crescimento de ocupações qualitativamente superiores, seja do ponto de vista dos rendimentos ou do acesso a direitos decorrente de maiores níveis de formalização. Se em 2002 o emprego doméstico se afigurava como uma das principais opções de inserção ocupacional para essas jovens, em 2012 o cenário é bastante distinto, permitindo afirmar que elas tiveram, ao longo desses dez anos, acesso a melhores postos na estrutura ocupacional (Lima, Prates, 2019: 167).

191 “Para as mulheres brancas, a queda relativa foi de 60,0%, enquanto que para as mulheres negras esse percentual foi de 40,0% [...] Embora a taxa do declínio do emprego doméstico entre as mulheres brancas tenha sido maior quando levamos em conta o número absoluto de postos de trabalho nos quais cada um dos grupos se insere, a queda da participação do emprego doméstico entre as ocupadas foi maior entre o grupo de mulheres negras” (Lima; Prates, 2019: 164).

A melhora no mercado de trabalho e o maior tempo dedicado à educação teriam contribuído para ampliar as escolhas e as possibilidades das filhas e filhos de empregadas/os domésticas/os em suas inserções ocupacionais, almejando melhores empregos e remuneração¹⁹².

Nesse mesmo caminho, Pinho¹⁹³ (2015: 125) argumenta que a ascensão social presenciada durante os governos petistas teria permitido que “muitas empregadas domésticas” passassem e encontrar melhores oportunidades de trabalho, com melhores salários e benefícios e, ao mesmo tempo, tendo a possibilidade de afastar o “estigma do trabalho braçal e socialmente desvalorizado no Brasil”. Para Pinho, a “classe média tradicional, acostumada a contar com a grande disponibilidade desta mão de obra barata, encarou esta mudança como mais um ataque ao seu modo de vida e sua posição social¹⁹⁴” (Pinho, 2021: 42; Souza, 2016).

Portanto, a PEC das domésticas teria posto ao modo de vida das classes médias o aumento do custo de sua reprodução social, visto que ela “afetou basicamente dois aspectos cruciais da subordinação imposta a essa categoria: a regulação da hora extra e do trabalho noturno, situação que afeta as empregadas que dormem no trabalho” (Lima; Prates, 2019: 150). A reação negativa “identificada numa parte da população viria a engrossar um conjunto de críticas

192 Conforme apontam Lima e Prates, “Nossos dados demonstram ainda que as mulheres de 20 a 29 anos que completaram no máximo o ensino fundamental reduziram fortemente sua participação nessa ocupação. Ao mapearmos tal mudança, percebemos que houve um deslocamento para outras ocupações do baixo terciário, de maior rendimento e com maior acesso a direitos (porque mais formalizadas). Por outro lado, a intensidade da mudança foi marcada por uma forte clivagem racial” (2019: 168-169).

193 Ver também: Pinho, 2021

194 Pinho (2021: 42) apresenta a “declaração de uma dona de casa brasileira, na véspera da posse da presidenta Dilma Rousseff em 2010, deixa[ndo] claro o seu desespero por uma empregada, ao mesmo tempo em que descreve o Bolsa Família como um programa que teria permitido às mulheres pobres que parassem de trabalhar: “Meu desejo para 2011 é que Dilma interrompa o Bolsa Família. Eu preciso de uma empregada! Mas com o governo oferecendo Bolsa Família, os pobres não querem mais trabalhar!”.

contra o modelo de políticas sociais que estavam sendo implantadas no país”, pois, “a relação patrão-patroa/empregada/o doméstica/o não deve[ria] ser legislada por ser vista como algo da esfera privada” (Lima; Prates, 2019: 150)¹⁹⁵.

A melhora do mercado de trabalho e do acesso à educação, principalmente a superior, mediante o mecanismo de cotas raciais, foram significativas para a diminuição das desigualdades sociais e a ampliação das escolhas da população negra por melhores oportunidades de mercado. Todavia, a ascensão social das classes populares, como vimos, teria impactado diretamente o modo de vida e a reprodução social das classes médias. Assim, as políticas sociais e afirmativas¹⁹⁶ implementadas durante os governos petistas dificultaram o acesso das classes médias aos “serviçais” (Souza, 2014; 2016), já que, por um lado, a melhora do mercado de trabalho e programas como o Bolsa Família, por exemplo, seriam um obstáculo a contratação de empregadas/os domésticas (Pinho, 2015: 2021); por outro, as cotas raciais possibilitaram que a população negra passasse a aumentar o seu tempo de escolaridade com vista a melhores salários e ocupações no mercado de trabalho (Artes e Ricoldi, 2015; Senkevics; Mello, 2019; Carvalhaes; Ribeiro, 2019). O aumento do poder de compra das classes populares refletiria em seus hábitos de consumo, diversificando os bens consumíveis e dos quais até então estavam restritos às classes dominantes.

195 Ainda segundo Lima e Prates (2019: 151), “O artigo do jornalista e escritor Guilherme Fiuza, publicado no jornal O Globo (13/4/2013), desqualifica a lei e a compara a outros direitos recém-adquiridos pela população mais pobre do país, tratando esta regulação como mais um desmando do governo. Segundo ele, a pec desqualifica a responsabilidade individual e os bons costumes”.

196 Conforme Schucman (2020: 87), “As ações afirmativas, como as cotas, cumprem, desta forma, um objetivo estratégico duplo. Em primeiro plano, elas têm a função de compensar e corrigir as desigualdades de acesso aos bens públicos; em segundo plano, elas favorecem o processo de construção da identidade racial dos negros, fortalecendo a mobilização e a construção das vítimas do racismo brasileiro como sujeitos políticos. Portanto, usar a categoria “raça” na luta antirracista significa dizer que, se os negros brasileiros são discriminados por seus traços físicos e pela cor da pele, deve-se pensar em uma articulação política em torno da negritude, de forma que essas características, que são hoje objeto de preconceito, sejam ressignificadas positivamente e, também, sejam fonte de reparação social”.

Nesse sentido, as “Cotas raciais [consistiria em] um erro” para os setores médios¹⁹⁷. Pois, “No Brasil, a disparidade étnica se dissolve numa disparidade maior, que é social - uma sobreposta à outra. A serem adotadas políticas compensatórias, o que parece legítimo, deveriam pautar-se por um critério objetivo - alunos de escolas públicas, por exemplo - em vez de depender do arbítrio de tribunais raciais cuja instalação tem algo de sinistro” (Folha de S.Paulo, 16/10/2012). Ou seja, o Brasil sendo um país de “democracia racial”, a implantação de políticas afirmativas de governo que “garantem pontuação extra a candidatos” negros seria um erro pois, além de aumentar a “disparidade social”, afetaria, também, a “justiça” no tratamento da desigualdade.

Entretanto, se mesmo com as políticas sociais e as políticas afirmativas dos governos petistas às classes médias, neste início de século XXI, não tiveram perdas econômicas estruturais significativas, no que diz respeito a sua reprodução social, em que estaria, então, a complexidade da relação entre o conflito distributivo e as classes médias?

A particularidade do conflito distributivo, no caso brasileiro em questão, estaria no fato deste ser uma tendência de *crise* para a acumulação do capital. Ora, se o desenvolvimento do capital teria proporcionado uma substantiva transformação nas relações de produção e nas relações sociais a partir dos anos 1980, diversificando e complexificando a divisão do trabalho até então existente, observa-se, também, como consequência da ampliação da experiência democrática, após a CF de 1988, uma maior participação dos/as trabalhadores/as (majoritariamente formada pela população negra) na vida política, em busca de melhorias nos direitos trabalhistas e sociais. As classes populares, assim, teriam se fortalecido mediante as lutas sociais e a intervenção do Estado, colocando as próprias representações sociais das classes médias em questão¹⁹⁸. Para manter seu modo de vida, as classes médias necessitam

197 Ver, por exemplo, Schucman, 2020.

198 Assim, “Por exigirem identificação racial da parte de seus beneficiários, as cotas raciais tornaram não apenas a negritude mais discernível e demarcada; a branquitude, como consequência, tornou-se também mais visível e evidenciada. Neste sentido, as cotas raciais também tiveram uma

repor o processo de desigualdade originária, ao passo que *repõe ao mesmo tempo a fonte de valor que dá substância ao capital*. Ao realizarem tal procedimento, acabam por travar o avanço de uma *vontade popular precária* que, dentre outras coisas, teria “colocado” um “cerco à classe média”, já que, as políticas sociais e afirmativas, como as cotas raciais, “atinge mais quem é branco e/ou estudou em escola privada, mas pune antes de tudo a qualificação e a competência¹⁹⁹” (Revista IstoÉ, 26/11/2008). Portanto, a ordem social competitiva na sociedade brasileira vincula-se à normatização das desigualdades sociais composta e caracterizada pelo racismo de cor. Nisto resulta que para as classes médias manterem seu modo de vida e sua reprodução social a pobreza e a desigualdade racial devem manter-se praticamente inalteráveis, de modo que a ascensão social possa ocorrer apenas individualmente²⁰⁰, mas nunca coletivamente.

3.8 A economia política das classes médias

A neoliberalização da economia ambiciona, grosso modo, a atualização e radicalização da “subordinação do trabalho como fonte produtora de valor”, possibilitando “ao capital os meios de se autovalorizar” (Grespan, 2009; Antunes, 2002). Como efeito desse movimento, nota-se que “desde a década de 1970, a desigualdade voltou a aumentar nos países ricos” (Piketty, 2014: 22; Milanovic, 2016). A desigualdade socioeconômica passou a ser tão grande

profunda importância no processo de produção da branquitude injuriada, não apenas porque obrigou o branco a se definir como branco e, portanto, a abrir mão do conforto da “neutralidade” racial, mas também porque gerou reações estridentes e possessivas sobre quem mereceria estar nos bancos das universidades. Como muito bem posto pela intelectual e militante negra Sueli Carneiro, as cotas “forçaram os brancos a se manifestarem como brancos, em defesa dos seus interesses. Promoveram a militância branca como nunca antes vista” (Pinho, 2021: 41).

199 Disponível em: <https://istoe.com.br/1056_CERCO+A+CLASSE+MEDIA/>. Acesso em 07/02/2022

200 Como bem aponta Fernandes (2007: 43), “O fundamento pecuniário da escravidão e certos efeitos severamente proscritos, mas incontornáveis da miscigenação, contribuíram para que se operasse uma espécie de mobilidade social vertical por infiltração”.

que, conforme Piketty, “estamos, neste início de século XXI, na mesma situação que os observados do século XIX” (Piketty, 2014: 22). Isso faz com que a “questão da desigualdade e da redistribuição” estejam cada vez mais “no cerne dos conflitos políticos” (Piketty, 2015: 11).

As razões dessa dinâmica estariam relacionadas ao fato de que as desigualdades socioeconômicas nas sociedades capitalistas, baseadas em “agendas políticas liberais” e em “agendas econômicas neoliberais”, além de aumentarem a insegurança do emprego e das condições de vida, tem gerado “uma crescente experiência de abandono, traição e finalmente raiva por parte dos novos despossuídos, das populações da classe trabalhadora e da classe média” (Brown, 2019: 11).

No que diz respeito às classes médias, diante do contexto de crescente desigualdade na distribuição da riqueza social, elas “só conseguiram arrancar algumas migalhas” (Piketty, 2014: 256). Como as classes médias, para Piketty, se apresentam como um “termômetro” para a medição da distribuição da riqueza social e da democracia meritocrática em uma dada sociedade, o seu achatamento teria feito com que os conflitos políticos aumentassem²⁰¹. Colaborando com esse argumento, Milanovic (2016) sustenta que a queda na participação na riqueza social por parte das classes médias ao redor do mundo poderia ser um indício para o surgimento de populismos de direita - evidenciados na eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, e na votação do Brexit, no Reino Unido²⁰².

De certa forma, o fenômeno do nacional-populismo e das extremas direitas hoje, com seu viés antidemocrático, por exemplo, seria o resultado das políticas e práticas neoliberais que nos últimos anos tem elevado o nível de desemprego, diminuído o poder de compra e acirrado as desigualdades e concentrado cada vez mais a riqueza²⁰³ (Mouffe, 2019; Brown, 2019; Dardot; Laval,

201 Ver também: Palma, 2016.

202 Disponível em: < <https://exame.com/economia/milanovic-da-nyu-a-classe-media-e-o-populismo/>>. Último acesso em: 14/05/2021.

203 Para Brown, “Foi desse modo que efeitos neoliberais tais como desigualdade e insegurança crescentes geraram populismos de direita enraivecidos e políticos demagogos no poder que não condizem com os sonhos neoliberais de cidadãos pacíficos e ordeiros, economias desnacionalizadas” (2019: 71).

2016; Bresser-Pereira, 2020). Nesse sentido, Brown (2019) entende que o neoliberalismo representaria um “ataque” “à vida política”, uma reação ao Estado de bem-estar social, às instituições sociais e trabalhistas, como os sindicatos²⁰⁴. Pois, o Estado de bem-estar social, devido a sua natureza para a igualdade, tenderia a ser intervencionista e redistributivista, incorporando em seu modo de ser as diferentes demandas da sociedade civil. Com isso, transformar-se-ia em um Estado robusto, exigindo um grande aparato administrativo que acabaria por colocar em desequilíbrio o ordenamento social e a meritocracia individualista²⁰⁵ (Hayek, 1983; Friedman, 1997).

Um dos efeitos da forma política do neoliberalismo, segundo Brown (2006; 2019), consiste na supressão e substituição de políticas sociais de acesso universal pelo acesso exclusivo e particular ao mercado, transferindo todo conflito social para a resolução do mercado. Ou seja, os “cidadãos” transformam-se em consumidores de “direitos” (Brown, 2006; Streeck, 2012). Assim, se o acesso universal implica em que os serviços sociais sejam vistos como bens públicos garantidos e integrados ao Estado, o exclusivismo de classe possibilitaria a existência da diferenciação social e individualista, assegurada pelo acesso ao mercado de consumo e a ordem social competitiva – formando um conjunto de indivíduos em constante disputa, já que podem ser substituídos a qualquer momento.

Brown (2006), analisando o caso dos Estados Unidos, aponta para o fato de que as políticas de redistribuição seriam vistas pelas classes médias como sendo injustas. Segundo a autora, os valores do igualitarismo seriam compreendidos como “um apelo demagógico e traiçoeiro” (Brown, 2006).

204 Para Brown, o neoliberalismo procura reter os poderes políticos “por meio da submissão da política às coordenadas e métricas econômicas” e, ao mesmo tempo, submetendo a política “às exigências do mercado” (2019: 74-75).

205 Para os neoliberais, o reconhecimento e a existência da democracia representativa, mediante o sufrágio universal e Estados robustos, convergiriam inevitavelmente no controle da maioria da população votante e de seus interesses igualitários caminhando para o totalitarismo, associado ao socialismo e comunismo (Hayek, 1983; Brown, 2019).

Como a “racionalidade política” neoliberal se expressa na competitividade entre indivíduos livres, baseada em noções como a de meritocracia e empreendedorismo, de certa forma, a ação política das classes médias tenderia a preservar e proteger o que se tem, tanto no âmbito individual como familiar e nacional (Brown, 2006).

Haveria, assim, uma combinação “exótica” entre as ruínas do neoliberalismo e o crescimento de conservadorismos e autoritarismos na atualidade das sociedades capitalistas (Brown, 2019; Fraser, 2017; Dardot, 2021). Esta relação consiste numa “curiosa combinação de libertarianismo, moralismo, autoritarismo, nacionalismo, ódio dos Estados, conservadorismo cristão e racismo” em que seria possível encontrar os “elementos bem conhecidos do neoliberalismo (liberar o capital, abandonar o trabalho, demonizando o Estado social, e o “político”, atacando a igualdade, promulgando a liberdade)” com formas sociais “que lhe parecem ser opostas (nacionalismo, reforço da tradição, antielitismo populista, e exigências de soluções estatais para problemas econômicos e sociais), que passam a articular a virtude moral “com uma conduta quase celebratoriamente amoral e incivil”, sustentando “a autoridade, ao mesmo tempo em que praticam desinibição social pública e agressão, sem precedentes”²⁰⁶ (Brown, 2019: 10).

De certa forma, esse cenário pode ser caracterizado por pelo menos dois movimentos: de um lado, o avanço da democracia representativa nas sociedades capitalistas, bem como o aumento da participação social das classes populares via intervenção do Estado, afetaria as formas de representação meritocráticas de setores médios e a hegemonia das classes dominantes; de outro, o avanço do neoliberalismo, com as atualizações e ampliação do capital, acarreta a perda de ocupações típicas dessa camada social, aumentando a insegurança ocupacional e reduzindo, ao mesmo tempo, sua apropriação na riqueza social. Isso,

206 Nesse sentido, Brown (2019: 78) entende que a maioria da população pode ser atraída pelas pautas de costumes ou pela reação à contrarrevolução sexual, passando a discutir e reivindicar questões relacionadas aos seus privilégios e poder político-social, “como a branquitude ou a masculinidade, especialmente porque é a liberdade, e não a igualdade, que reproduz e assegura esses poderes”.

por sua vez, geraria impacto em sua reprodução social e em seu modo de vida exclusivista e diferenciado.

Esse diagnóstico se volta principalmente para os países europeus e os Estados Unidos²⁰⁷. Isso não quer dizer que tal análise não possa ser aplicada à realidade brasileira, guardada as devidas mediações. Mas para explicar a economia política das classes médias, por meio da relação entre o conflito distributivo e os conflitos políticos na conjuntura política do impedimento da presidente Rousseff, teremos que levar em consideração outras determinações sócio-históricas que dizem respeito às particularidades da formação social brasileira.

Ainda que a CF de 1988 tenha assegurado avanços na participação social das classes populares, diferentes governos não se eximiram de aplicar o receituário neoliberal (Belluzzo, 2002; Cardoso, 2003; Salgado, 2009; Oliveira, 2007; Braga, 2012). Como vimos anteriormente, a estagnação e o encolhimento de setores médios estariam condizentes com as transformações no modo de ser do capitalismo no cenário global, a partir da década de 70, tal como na efetivação das políticas neoliberais implementadas internamente no decorrer dos anos 90 (Grün, 1998; Fantinatti, 2008; Antunes, 2002; Boito Jr, 2004; Pochmann, 2012; Quadros, 2010). Esse processo, como já apontado, teria feito com que as classes médias ficassem cada vez mais espremidas entre os mais ricos e as

207 Cabe notar, assim, que a desigualdade social ocorre de maneira diferente entre os países do Norte e os países do Sul global. Em países sul-americanos, por exemplo, ainda que a renda per capita tenha aumentado e incentivado a diminuição da desigualdade durante os anos 2000, eles estão entre os mais desiguais do mundo no que diz respeito ao consumo e padrão de vida (Paulino; Pires, 2017; Gasparini et al, 2011). É certo que aumento da renda do trabalho no início do século XXI possibilitou a expansão da economia e contribuiu para melhorar a diminuição da desigualdade por meio da distribuição da riqueza social, promovendo um ciclo de bonança social e resultando na queda nas desigualdades sociais dentro de cada país sul-americano (Paulino; Pires, 2017). Todavia, é preciso apontar para o fato de que a redução da desigualdade - ou a redução do número de miseráveis - no Brasil, por exemplo, não ocorreu simetricamente com a diminuição da concentração riqueza social apropriada pelos mais ricos. Ao contrário, a concentração da riqueza entre os 1% dos mais ricos aumentou, tal como a desigualdade entre o topo e a pirâmide social (Medeiros, et al, 2015; Souza, 2018; Morgan, 2017, 2018).

classes populares (Quadros, 2005; Morgan, 2015; 2018). Sua participação na riqueza social foi reduzida (Morgan, 2015; 2018). Simultaneamente, tiveram que observar o aumento da participação das classes populares na apropriação da riqueza, assim como nos espaços sociais e de poder (Medeiros et al, 2015; Souza, 2016; Pochmann, 2012; Braga, 2012; Pinho, 2021).

Para Cavalcante, “a elevação de renda de estratos inferiores”, a partir dos anos 2000, “fez com que espaços reservados às classes médias e à burguesia começassem a ser frequentados também por camadas populares, o que teria se chocado com ‘demofobia das elites’” (Cavalcante, 2018: 183). O *exclusivismo* classista perderia a sua relevância nas relações sociais, já que a intervenção do Estado, via políticas sociais e afirmativas, afetaria os hábitos das classes médias, nutrido pela “ideologia meritocrática”, esvaziando, assim, a ideia valorativa de que “seu bem-estar depende essencialmente de seus próprios esforços e decisões” (Cavalcante, 2018: 113).

Cavalcante (2015: 184), buscando analisar o que chama de “reação conservadora” de setores médios contra os governos petistas, levanta a hipótese de que o “impacto econômico [sobre as classes médias] só pode ser avaliado por ‘perturbações’ ideológicas e simbólicas” que atingem “o seu modo de vida meritocrático. Em outras palavras, “para sustentar seu privilégio” de classe, que Cavalcante (2015: 184) entende como “produto da formação brasileira que resistiu à incorporação completa da ordem competitiva de classes”, as classes médias recorreriam “a um apego peculiar à meritocracia que se combina com uma aversão conservadora à massa ‘ignorante e preguiçosa’, ‘complacente’ com a corrupção ou ‘comprada’ pelo governo”.

Cavalcante fundamenta a sua análise seguindo o enfoque teórico desenvolvido por Saes (1977; 1985; 2005). Segundo essa abordagem, para as classes médias a distribuição da riqueza social obedeceria a uma hierarquia meritocrática que, com a quebra dessa ordem, o próprio ordenamento social ficaria desmantelado (Saes, 1977; 1985; Cavalcante, 2012; 2018). Para Saes (1977), como a “classe média” “não pode ser caracterizada ao nível econômico”, por estarem fora da contradição entre o capital e o trabalho, restrita à classe capitalista e

aos/às trabalhadores/as, ela só poderia ser concebida sociologicamente pela esfera ideológica de sua *prática de distinção* e desvalorização do trabalho manual, ou seja, mediante o que o autor denominou como a “ideologia meritocrática”, uma forma “hierarquização do trabalho”.

Saes, em busca de desenvolver o seu empreendimento teórico para uma explicação das classes médias brasileiras, realiza uma distinção entre o trabalho produtivo e trabalho improdutivo²⁰⁸. Como a heterogeneidade dos trabalhadores improdutivos no Brasil seria muito grande, a “orientação no plano ideológico e político”, segundo Saes (1985: 9), não se apresenta de forma idêntica para o conjunto da sociedade. Como as classes médias não possuem uma posição homogênea, Saes aceita “a ascendência da estrutura ocupacional sobre as relações sociais de produção, enquanto fator de aglutinação ideológica e política dos trabalhadores improdutivos” (Saes, 1985: 9). Ou seja, “no tocante aos trabalhadores improdutivos”, seria a “organização técnica do trabalho”, que “impõe limites à expressão ideológica e política”, o fator que possibilitaria ou impediria que os/as trabalhadores/as “se manifestem diretamente e sem mediação no plano ideológico e político” (Saes, 1985). Assim, devido a heterogeneidade ocupacional, o “reconhecimento do fenômeno da ‘classe média’” só poderia ocorrer “como uma questão da ‘estratificação social²⁰⁹’” (Saes, 1985: 9), como uma *expressão ideológica e política* que surge por fora das *relações sociais de produção*.

Para Saes, como a classe capitalista necessita ocultar a divisão do trabalho, tal como a hierarquia e a distinção do trabalho não manual sobre o trabalho manual, passaram a apresentá-la como um “fato natural”. Dessa forma, por meio da necessidade de camuflar a divisão do trabalho teria nascido “uma gigantesca operação ideológica que consiste em explicar a fragmentação de

208 Por “trabalhador improdutivo”, Saes entende como “todos cujo trabalho não contribui diretamente à produção de mercadorias” (1985: 8).

209 Para Saes, o fenômeno das classes médias seria apenas “uma questão de estratificação social”. O autor acaba incorporando em sua análise, assim, o modelo weberiano e da sociologia funcionalista estadunidense. No entanto, conforme o autor (1977: 99), tal concessão se limitaria apenas a isso, pois a estratificação social deveria ser entendida dentro de uma leitura marxista.

toda atividade humana e a especialização forçada em função de um imperativo ‘racional’” (Saes, 1985: 11). Com isso, a divisão especializada entre “trabalho manual” e “trabalho não-manual” se estabeleceria na realidade capitalística “com o objetivo de impor uma hierarquia ao mundo do trabalho e de convencer o conjunto de trabalhadores de que tal hierarquia decorria de uma distribuição desigual de ‘dons’ e ‘méritos’” (Saes, 1985: 11). Logo, a composição ideológica e política das classes sociais seria determinada pela divisão técnica-social do trabalho, na qual as novas capacidades, mediadas pela escolaridade e qualificação, “estariam na origem do estabelecimento de uma hierarquia de prestígio social que apenas consagraria as desigualdades de aptidão existentes entre os trabalhadores” (Saes, 1985: 11).

Para o autor, as “classes médias” e a “estratificação social”, seriam “criações” dos capitalistas e do “Estado capitalista” como forma de “*tornar mais funcional*” uma sociedade que nasceu sob o signo do antagonismo e do conflito” (Saes, 1985: 12 – grifos nosso). “A distinção entre o ‘trabalho manual’ e o ‘trabalho não-manual’ criou, assim, em toda a sociedade capitalista ‘grupos médios’ e uma ‘consciência média’, distinta da consciência operária” (Saes, 1985: 12).

Assim sendo, a “ideologia meritocrática” faria com que a contradição entre trabalho manual e trabalho não manual – da hierarquia do trabalho (dons e méritos) – “*torna-se mais funcional*” a contradição entre capital e trabalho – ou seja, a prática de valorização intelectual e hierárquica do saber técnico por parte das classes médias seriam uma *criação* das classes dominantes de modo a camuflar o *antagonismo de classes*. O sucesso profissional, econômico e social para as “classes médias” deveria, segundo Saes (2005), reverberar de todos cuja capacidade de ascensão social se revele pelo mérito individual, independentemente da sua classe social originária.

Portanto, conforme Saes, a “ideologia meritocrática” teria um papel fundamental na análise das classes médias, pois ela seria a representação “funcional” de sua prática de distinção social nas relações sociais (Saes, 1985; Cavalcante, 2012; 2015; 2018). As classes médias, além de valorizarem o mérito individual e o saber técnico, caracterizado pelo trabalho intelectual e não manual, e o

prestígio social que esta posição oferece, teriam assimilado o “culto à meritocracia” como uma forma de “iludir as outras classes sociais”, criando “um disfarce, socialmente eficaz, para a defesa pura e simples do interesse de classe”, que “consiste na promoção da valorização econômica e social dos trabalhadores não-manuais relativamente aos trabalhadores manuais (Saes, 2005: 105 e 108). O que as classes médias objetivam, desse ponto de vista, estaria relacionado a promoção da ideologia meritocrática como uma forma de reprodução social e econômica. Para Saes, as classes médias buscam demonstrar para a sociedade, e principalmente para a burguesia que, como detentoras dos postos de trabalhos não manuais, teriam condições de ocupar estes lugares por meio do “mérito próprio”, mediante os estudos e de boas avaliações em provas e concursos – valorizando, portanto, o esforço intelectual individual (Saes, 2005; Cavalcante, 2018). Isso funcionaria na medida em que responsabilizam as classes populares por não conseguirem melhorar de vida pelo “mérito” próprio, pelo esforço individual. Portanto, a “ideologia meritocrática”, como uma ideologia em geral, procuraria

construir uma base valorativa que justifica e naturaliza a posição social desigual de cada um em razão de uma desigualdade anterior, qual seja, a diferença de esforços e competência que cada indivíduo “investiu” em sua formação, o que explicaria, para dominantes e dominados, as razões que colocam uns, e não outros, em posições superiores na escala social (Cavalcante, 2018: 109).

Consequentemente, “os que vencem a disputa numa ‘ordem social competitiva’ precisam lidar não apenas com o desafio de como continuar a ser um vencedor, mas também de justificar moralmente os critérios que validam a disputa” (Cavalcante, 2018: 113).

Ainda que os avanços teórico-metodológicos de Saes e Cavalcante para o estudo das classes médias, principalmente para o contexto brasileiro, sejam de grande importância, parece-nos que esta interpretação, mediada ou por uma escala de dons e méritos e/ou por critérios de distinção e poder social,

situando as classes médias apenas em uma instância particular da realidade (a ideológica), se apresenta como incompleta. Pois, a nosso ver, a constituição política das classes médias não ocorreria necessariamente como tentam nos apresentar Saes e Cavalcante, ou seja, como se a “forma particular com a qual esse segmento absorve a ideologia dominante [seria o *que*] produz sua ideologia orgânica específica”, a saber, “a ideologia meritocrática *própria* a trabalhadores intelectuais mais distantes da fábrica e do trabalho manual, justificando e naturalizando a *hierarquia* do trabalho como se fosse uma expressão de uma pirâmide natural de ‘dons e méritos’” (Cavalcante, 2015: 1980 - grifos nossos). ***Entendemos, antes, que seria a forma particular de como os indivíduos das classes médias estão inseridos na formação social capitalista e de como se relacionam com as representações sociais do capital que possibilitaria explicar a sua prática social e o seu lugar na luta política, tal como sua intenção subjacente no momento da luta de classes***²¹⁰. Como resultado, a “ideologia meritocrática”, ainda que afete todas as classes, possuindo “uma valoração distintiva que seria ao mesmo tempo ‘mais funcionais e orgânicas’” para as classes médias, não poderia ser explicada apenas como uma “justificação de mundo” e/ou “funcional” ao capitalismo, tal como apresentado por Cavalcante (2015).

Se o exame das classes médias, partindo das relações produtivas, se faz complexa, isso não quer dizer que elas não participem da *valorização-realização-circulação* do mais-valor, do processo de produção e reprodução ampliada do capital, mesmo que indiretamente (mas de maneira dialética). Ainda que as categorias de distinção social e de trabalho que valoriza o mérito sejam cruciais para a apreensão das classes sociais na atualidade do capitalismo, elas deveriam ser explicadas menos pelo seu componente funcional-fenomênico - cuja forma pré-determinada seria a de uma explicação com viés na estratificação social, que tende a cair, no caso de Saes, quase que em um determinismo tecnicista

210 No sentido de que “A luta política de classes seria, assim, apenas uma consequência do desenvolvimento das forças produtivas em presença” (Amorim, 2011: 379). Ver, também, por exemplo: Amorim, 2009.

- e mais segundo o próprio movimento de reprodução e atualização do capital, ou seja, em sua historicidade. Ora, a ampliação-atualização do capitalismo pressupõe na mesma medida a ampliação-atualização da qualificação individual (da qualificação coletiva); com o avanço da “maquinaria industrial” e os aspectos tecnológicos, o capitalismo necessita e cria um duplo movimento: i) necessita que os indivíduos se qualifiquem para poder administrar o avanço complexificado do modo de produção capitalista, criando e sustentando uma divisão social do trabalho que tem como finalidade; ii) ampliar a competição entre os indivíduos inseridos no processo de produção ao mesmo tempo em que transfere o sucesso e o insucesso da ascensão social para esses mesmos indivíduos. Esta seria uma das contradições que o capitalismo busca incessantemente eliminar. Pois, se a valorização de maneira infinita do capital só se faria possível mediante a exploração constante da força de trabalho geradora de mais-valor, para aumentar seus lucros e rentabilidade o capitalista teria que ter, como necessidade fundamental para o seu crescimento, eliminar o trabalho humano, ou seja, expulsar o trabalho vivo do processo de produção²¹¹ e incrementar cada vez mais o trabalho morto. Com isso, o capital pressupõe um movimento que busca eliminar o trabalho vivo da produção ao mesmo tempo em que subsume todas as formas possíveis de *trabalho* (trabalho manual e trabalho não manual, por exemplo) ao circuito imanente de sua *valorização-realização*. Portanto, devemos explicar a existências das classes médias mediante o próprio movimento do capital, de modo a não perder de vista o desenvolvimento contraditório de categorias histórico-sociais que implicam em sua ação política, em sua *vontade política* no momento da luta de classes.

Ao passo que o nível de renda e a “situação de trabalho” das classes médias decorram das novas ocupações criadas pela expansão e desenvolvimento do capital, e que façam parte do mais-valor em seu movimento de reprodução

211 Um dos objetivos deste processo estaria, assim, na dissolução dos antagonismos de classe expressa na relação entre capital e trabalho, onde a hierarquização de “dons” e “méritos” acaba por refletir uma escala de estratificação de renda.

ampliada, as reestruturações produtivas (atualização das formas de exploração e extração do mais-valor), exercidas pela tendência da queda da taxa de lucro, por exemplo, tendem a criar pressões tanto sobre as formas de ocupações profissionais como sobre as formas de remuneração dos indivíduos.

Por mais que concordemos com a caracterização das classes médias mediante o seu componente ideológico de mérito individual, como uma forma de diferenciação em relação aos/às trabalhadores/as manuais, essa relação teria sua operação nas relações sociais, nos parece, menos porque o “funcionamento da sociedade capitalista exige [...] a constituição de grupos ‘médios’” e de uma hierarquia derivada “de uma distribuição desigual de ‘dons’ e ‘méritos’” (Seas, 1985: 10-11) mas, antes, devido ao próprio desenvolvimento do capital e a constituição de determinações históricas e sociais, que implica na transformação dos indivíduos em presença, dos seus conflitos sociais e da dinâmica de suas lutas políticas. Se a proposição de que devemos evitar a primazia do “econômico” - colocando os outros aspectos da vida social como secundários - se faz correta, o inverso também tende a se afirmar, e um caminho razoável seria o de apreender a “simultaneidade da manifestação de relações produtivas particulares em todos os sistemas e áreas da vida social” (Thompson, 2012).

Nas sociedades capitalistas, os sujeitos em suas práticas sociais representam “as personificações de categorias econômicas” (Marx, 2013: 80), intencionalmente ou não, numa dada relação social, tal como numa dada conjuntura político-econômica que fundamenta o capital, o valor que se valoriza. Tendo isso em vista, as classes sociais em Marx não se determinam pelo valor de uso; não se reduzem ao nível de renda de cada indivíduo; não se limitam a situação de ocupação exercida ou ao papel de cada profissão na estratificação social e a ideologia derivada dessa situação de trabalho; o que determina as classes sociais na sociedade capitalista não são as especificidades de cada indivíduo ou grupos social no interior de cada classe, pois, “para Marx, não interessa o fenômeno como forma definida”, mas sim como uma *relação social* que estaria sempre em transformação, transitando de uma forma para outra, “de uma ordem de relações sociais para outra” (Iasi, 2011: 104; Bensaïd, 1999). O que

qualifica um sujeito como um trabalhador ou como um capitalista em uma dada relação social não seria meramente sua condição particular de subordinação ou não à outra classe, mas, antes, o fato de que este indivíduo esteja condicionado à própria relação social de subordinação ou não à outra classe²¹².

Esta subordinação, por sua vez, tende a ocorrer de maneira distinta nas relações sociais entre os indivíduos. Aqui a ideologia entra em cena exercendo uma função social imposta pela divisão entre trabalho manual e trabalho não manual: a ruptura entre a consciência e a prática social. Na medida em que em sua operacionalidade na vida social atinge todos os indivíduos indiferentemente, a ideologia tende a realizar uma distinção de subordinação²¹³ entre eles – por meio da divisão do trabalho entre manual e não manual (Balibar, 1995; Frosini, 2014).

Mas o que possibilita esta distinção de subordinação? Nos parece que, tratando-se do âmbito das relações sociais, a forma dinheiro²¹⁴, o *poder social* que os sujeitos carregam no bolso, exerceria uma função especial nessa dinâmica, na

212 Sob o capitalismo, as relações entre os indivíduos, na troca de mercadorias, se desenvolvem mediante uma relação determinada pelo valor de uso e valor, caracterizado por uma relação conflituosa entre o comprador e o vendedor de mercadorias, pois estes exercem determinações distintas e com interesses antagônicos (Marx, 2013; Iasi, 2011; Giannotti, 1983).

213 Guiando-nos segundo Frosini: “Aqui se entrevê outra acepção de ideologia: que não deve ser entendida somente como falta ou esvaziamento da essência plena do ser humano, mas também como uma precisa função social, que se entrelaçando com a estrutura da subordinação, “dá forma” à sociedade com base na divisão social primária que é a “diferença intelectual”. O que nasce é uma série de representações gerais – do Estado à divindade – cuja validade e função está exatamente em substituir a perdida “consciência da práxis existente”, ao tornar possível uma forma de consciência e de consciência de conjunto, que anule em forma imaginária a dicotomia entre trabalho manual e intelectual. O caráter imaginário desta anulação é a prestação específica da função ideológica” (2014: 566). Ver também Marx (2004); Marx e Engels (2007); Balibar (1995).

214 “O dinheiro, na medida em que possui o atributo de tudo comprar, na medida em que possui o atributo de se apropriar de todos os objetos, é, portanto, o objeto enquanto possessão eminente. A universalidade de seu atributo é a onipotência de seu ser; ele vale, por isso, como ser onipotente. ... O dinheiro é o alcoviteiro entre a necessidade e o objeto, entre a vida e o meio de vida do homem. Mas o que medeia a minha vida para mim, medeia-me também a existência de outro homem para mim. Isto é para mim o outro homem...” (Marx, 2004: 157).

medida em que impõe à divisão do trabalho e a reprodução social os complexos de estranhamento, possibilitando, na vida social, o “*afastamento entre vida e consciência*” (Balibar, 1995: 60 – grifos nossos). A forma dinheiro²¹⁵, como uma das expressões sociais do mais-valor - já que carrega em si a potência de reiniciar o processo produtivo -, se apresenta, no momento da troca (*circulação-realização*), de maneira a ocultar o antinomismo entre igual e desigual. O dinheiro, e o *poder social* que ele oferece, representa as formas sociais que possibilitam que uma classe social tenha um determinado modo de vida em relação às outras, ainda que naturalizado e justificado pela “concorrência” e a meritocracia. Os conflitos na vida social se transformam, assim, em uma constante luta pela participação na riqueza social, pela aquisição do *poder social capital*, que se estabelece, direta ou indiretamente, pelo próprio movimento contraditório do capital. O conflito distributivo se transforma, assim, em um conflito pelo limite da reprodução social, que se apresenta como econômico e político simultaneamente.

Esse movimento não acontece apenas “em função das disposições ideológicas” devido às *situações de trabalho* (Saes, 1985: 24), mas também em decorrência das determinações particulares presentes nas relações produtivas e nas representações sociais do capital que os indivíduos das classes médias *escolhem atuar* (conscientemente ou não) em suas práticas sociais - mediante o *poder social* que carregam no bolso no momento da circulação e que compõem o todo da representação capitalística (Marx, 2011a; Grespan, 2019; Rosdolsky, 2011). Assim, constituem uma *vontade política* de subordinar a classe trabalhadora às necessidades de sua reprodução. Tal movimento pressupõe, ao mesmo tempo, a manutenção e a atualização da reprodução desigual na divisão do trabalho *para o capital* e, por consequente, a manutenção da hegemonia burguesa via o estabelecimento do exército industrial de reservas. Esta subordinação, por sua vez, ocorre não apenas por “ódio” ou por um “moralismo” classista. Ela acontece, necessária e simultaneamente, mediante a necessidade de reprodução e de “sobrevivência”

215 Para uma discussão sobre a forma dinheiro em Marx ver: Rubin, 1987; Heinrich, s/d; Germer, 1995; 2013;

das classes sociais em luta que estão “competindo” umas com às outras – de outra maneira: a luta de classes no âmbito do real –, já que o movimento do capital pressupõe a competição entre os indivíduos por uma posição mais vantajosa nas relações sociais de produção e, assim, mesmo o seu “companheiro de classe” passa a ser um adversário na disputa pela sua sobrevivência enquanto sujeito que representa uma determinada categoria de pessoa inserido na lógica do capital.

As classes médias, nesse sentido, estariam inseridas nas relações capitalistas não apenas por suas condutas morais, por sua “situação de trabalho” ou por sua “ideologia orgânica”, mas, também, mediante a sua inserção nos diferentes momentos da produção capitalista enquanto sujeitos que *atuam* na vida social e *escolhem* quais “personificações”, necessárias ao movimento do capital, *intencionam* representar para atender, simultaneamente, sua reprodução social como classe distinta de outras.

Em uma sociedade marcada pelo traço do complexo colônia-escravista, que tem como resultado uma forte desigualdade econômica e social marcada pela concentração da riqueza mediante a superexploração da classe trabalhadora, as políticas sociais e afirmativas de governo ou reformas mínimas engendradas pelo Estado que alteram o sentido da acumulação de capital, da distribuição da riqueza e da hegemonia burguesa, favorecendo a classe trabalhadora em seu conjunto via intervenção do Estado, tendem a gerar conflitos, pois afetam a reprodução do modo de vida e o superprivilégio de algumas classes.

Desse modo, entendemos que a relação entre o conflito distributivo e a atuação política das classes médias na sociedade brasileira, neste início de século XXI, teria ocorrido por meio de uma série de confrontos entre as classes dominantes contra a ascensão social e política - ainda que de maneira *passiva* e *precária* - das classes populares²¹⁶. Como tentamos demonstrar, esses

216 Não queremos dizer com isso que a “contradição” política principal referente ao período estudado estaria relacionado a relação entre as classes médias e as classes populares. O que queremos pontuar diz respeito ao fato de que o conflito distributivo, tal como apontado por Morgan (2017; 2018), tem sido operado principalmente entre as classes médias e as classes populares, refletindo o sucesso dos mais ricos em manter sua parcela na riqueza social praticamente estável.

confrontos seriam o resultado das transformações socioeconômicas que permitiram, desde a CF de 1988, o aumento da participação social e política das classes populares no âmbito institucional e social, e que teriam se fortalecido no decorrer dos anos 2000, por meio de políticas sociais de governo direcionadas a grupos sociais específicos. Esse movimento teria possibilitado que as classes populares melhorassem de vida e ascendessem socialmente – fazendo emergir ao âmbito do mercado de consumo a “ralé”, cujo “corpo” [historicamente é] vendido a baixo preço” para a “classe média” (Souza, 2016: 29).

No primeiro momento, diante do contexto, o aumento da forma salário das classes populares, é importante para a *realização* de sua inserção no mercado de consumo. Com o desenvolvimento dessa *realização* de consumo novas necessidades surgem – impostas tanto pela realidade social de cada indivíduo como pelas condições de valorização do capital. Ao realizarem suas necessidades de subsistência, a vida social mediada pelo capital poderá impor novas formas de subjetividades condizentes com outras tantas necessidades. Buscando atender essas necessidades criadas - quer sejam do estômago quer sejam do espírito – quer sejam revolucionárias ou não -, os indivíduos, inseridos em relações sociais, precisam expressar as vontades dessa realização socialmente. Como a forma dinheiro sob capitalismo se manifesta nas relações sociais como uma representação de *poder social*, o aumento salarial dos/as trabalhadores/as em seu conjunto teria possibilitado que seu poder de barganha frente às determinações do capital fosse fortalecido, momento em que passam a exigir mais e melhores políticas sociais, mais e melhores condições de vida, de trabalho e de existência social e política²¹⁷.

A reação político-ideológica das classes dominantes seriam ditadas, nessa perspectiva, pelo surgimento de novas formas de “sociabilidade”. Diante da melhora das condições de vida das classes populares, as classes médias teriam

217 Frisamos que não necessariamente o “poder de barganha” dos/as trabalhadores/as frente às determinações do capital se apresentam como conflitos “anticapitalistas”. Por vezes são imposições em busca de melhorar de vida, consistente ao modo de vida capitalista, assumindo o senso comum estabelecido.

passado a conviver, de maneira direta ou mesmo indiretamente, com uma “pressão” e “imposição” de uma *vontade popular*, ainda que *passiva* e *precária*²¹⁸, sobre o seu modo de vida meritocrático. Compreendemos essa *vontade popular precária*, representada pela ascensão econômica, social e política das classes populares, como um conjunto de ações políticas, praticadas no âmbito das relações de produção e das relações sociais, que teriam ido de encontro ao exclusivismo das classes dominantes, por carregarem em si os valores, ainda que em *potência* e mais ou menos definidos, do igualitarismo ainda que nos marcos do capitalismo²¹⁹. Ora, na medida em que as classes populares passaram a participar ativamente de melhores oportunidades no mercado de trabalho, aumentando suas aspirações de renda, ascensão social e modo de vida, assegurados tanto pela universalização de direitos mediante a atuação do Estado, como pelo desenvolvimento urbano e industrial, via expansão do capitalismo, as contradições sociais passam a se expressar de maneira mais nítidas. Pois, a integração democrática das classes populares afeta o equilíbrio da ordem social competitiva do capital. A *vontade popular*, que possibilita às classes populares oportunidades nessa ordem social competitiva não mediante uma “mobilidade

218 Vontade popular “passiva” e “precária” pois entendemos que o processo de impedimento de Rousseff e o golpe parlamentar de 2016 teriam demonstrado a fragilidade da existência de um “poder popular” no período lulista. Ou seja, se podemos dizer que existiu uma “vontade popular”, entendemos que sua passividade expressa, de certa forma, a adesão ao senso comum do capital, e sua precariedade representa as fraquezas das políticas sociais e afirmativas de governo implementadas neste período. As razões para essas “fragilidades” podem ser vistas, por exemplo, em: Oliveira, 2010; Braga, 2012; 2016; Singer, 2018; Singer; Loureiro, 2016; Vianna, 2010; Miguel, 2018.

219 Dialogando aqui com a análise realizada por Fernandes (2007: 51), na qual: “Na medida em que os diferentes círculos da “população de cor” passem a participar ativamente das aspirações de emprego, níveis de vida e oportunidades de ascensão social que se tendem a universalizar graças ao desenvolvimento urbano, é presumível que a tolerância do “negro” e do “mulato” diante das “injustiças sociais” que sofrem irão evoluir da passividade à agressividade. De outro lado, a questão racial também afeta o equilíbrio da sociedade nacional. Não poderá haver integração nacional, em bases de um regime democrático, se os diferentes estoques raciais não contarem com oportunidades equivalentes de participação das estruturas nacionais de poder”.

social por infiltração”, mas que teria ocorrido de maneira horizontal e coletiva, afeta o equilíbrio de forças e as estruturas de poder das classes dominantes.

Os conflitos que emergiram na sociedade civil entre uma reação conservadora político-ideológica por parte das classes dominantes e uma vontade popular precária em potência por parte das classes populares, representados pela forma como o Estado teria administrado as disputas distributivas, acabaram por afetar, em um primeiro momento, o modo de vida das classes médias e, num segundo momento, o modelo de acumulação de capital que se configurou na sociedade brasileira – um capitalismo selvagem e que mantém, de maneira inerte, o superprivilégio e a hegemonia das classes dominantes. Mas como a hegemonia se constitui mediante um processo molecular, ou seja, uma forma ideológica-cultural que penetra todos os poros da sociedade, possibilitando a formação de um senso comum, até o ponto em que se chega o “momento hegemônico”, a existência de uma *vontade popular* não estaria fora da hegemonia burguesa, vice-versa, simplesmente porque os processos hegemônicos estão sempre em jogo e seriam traduzidos por conflitos de “uma nova forma” de eficácia-realidade (Frosini, 2020). A “nova forma” requisitada neste contexto se expressa no fortalecimento do poder social das classes populares, ainda que por meio de um “reformismo fraco” - pela via do “transformismo” e de uma “hegemonia às avessas” -, como uma forma social que carrega a *potência* de mudar, ainda que de maneira residual, as regras do jogo, tanto em sua apropriação da riqueza social, como na contingência de *uma democracia de participação ampliada e popular*.

A reação conservadora político-ideológica das classes médias teria sido formada por uma *vontade política oposta, cuja intenção de sua ação política estaria na tentativa de subordinar as classes populares às necessidades de sua reprodução* – de outro modo, uma ação política cuja finalidade estaria na busca de *preservar e proteger o que se tem, tanto no âmbito individual como familiar e nacional*. Haveria, assim, uma reação política conservadora, manifesta de maneira explícita ou não, no intuito de assegurar que a livre competição entre os indivíduos nas relações de produção e nas relações sociais aconteçam por meio de um

equilíbrio funcional do mercado, ou seja, sem nenhum tipo de interferência imprópria e externa, principalmente do Estado.

A reação política conservadora, imbuída pela “ideologia meritocrática”, procuraria validar a prática social das classes médias segundo direitos e deveres, uma relação entre obrigações e normas, em busca de justificar as disputas na vida social. Mas esta operação não teria ocorrido por meio de uma “ideologia autonomizada” do todo social, desvinculada do movimento do capital, mas como uma ideologia que assume uma das formas sociais que dá sentido e legitima os processos de exploração e dominação entre as classes sociais. Uma ideologia que encontrou na intervenção do Estado, via a implantação de políticas sociais e afirmativas de governo, que teriam possibilitado a melhora de vida das classes populares por meio de mecanismos que “furam a fila” da meritocracia, os obstáculos da realização do seu modo de vida. Na medida em que o modo de vida meritocrático se pretende universal - na medida em que se justifica socialmente por meio da legitimação e valorização da *ordem social competitiva individual*, pressupondo que todos seriam iguais -, *uma nova forma* (ou novas formas) social que emerge não pelo mérito individual, mas pelo intervencionismo estatal, se torna injusta por criar distorções na sociabilidade meritocrática, cujo fundamento “*fundam nossas sociedades democráticas*”.

Portanto, no momento do confronto em torno do impedimento de Rousseff e das políticas sociais que agem no âmbito das relações sociais de produção, as classes médias teriam *escolhido*, de maneira *intencional* ou não, pela realização do golpe parlamentar como uma forma, consciente ou não, de *subordinar a classe trabalhadora as necessidades de sua reprodução*. Pois, “Se pensarmos nas empregadas domésticas, temos uma ideia de como a classe média brasileira, por comparação com suas similares europeias, por exemplo, tem o singular privilégio de poder poupar o tempo das repetitivas e cansativas tarefas domésticas, que pode ser reinvestido em trabalho produtivo [intelectual] e reconhecido fora de casa” (Souza, 2016: 29). Portanto, os privilégios meritocráticos das classes médias brasileiras seriam advindos da manutenção das desigualdades sociais e da superexploração dos/as trabalhadores/as mediante a *marginalização* das classes populares.

Parafrazeando Marx (2011: 37), nos parece que toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma tributária capitalista, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanismo, da mais banal democracia e participação social seria simultaneamente punida como “atentado contra a sociedade competitiva e meritocrática” e estigmatizada como “socialismo, intervencionismo e igualitarismo”.

3.9 As formas de atuação política das classes médias no contexto do impedimento de Rouseff

A pesquisa buscou analisar os aspectos relacionados ao conflito distributivo que acreditamos ter contribuído para a atuação política das classes médias em sua luta pelo afastamento de Rouseff e do PT do governo federal. Por outras palavras, procuramos situar o conflito distributivo como uma chave explicativa para a interpretação da atuação política das classes médias. Entretanto, cabe pontuar, neste momento, ainda que de maneira sintética, as formas pelas quais as classes médias teriam atuado neste período.

Antes, é preciso salientar que, por vezes, assumimos uma argumentação na qual as classes médias fazem parte das classes dominantes e que os seus interesses em subalternizar as classes populares às necessidades de sua reprodução social estariam condizentes com os interesses dos capitalistas. Contudo, as classes médias não fazem parte das “classes dominantes” em função de seu vínculo econômico, mas, antes, em decorrência de suas posições e escolhas políticas em cada conjuntura político-econômica específica, compartilhando uma “ideologia” que compreende a “ordem social burguesa” como a única ordem social possível. Ao assumir a “visão de mundo burguesa” as classes médias estariam defendendo, por um lado, a manutenção da hegemonia capitalista e, por outro, lutando pelos seus interesses e objetivos imediatos - o que não quer dizer que sejam necessariamente econômicos -, a manutenção de seus privilégios de classe. Desse modo, haveria uma vontade política própria condizente a autonomia de ação das classes médias que não dizem respeito

à representação direta ou mecânica de associação aos capitalistas, mas tática, guiada pela experiência de seu modo de vida e repertórios de ação política.

No que diz respeito à conjuntura agora analisada, entendemos que as classes médias teriam atuado politicamente no intuito de assegurar os seus interesses de classe - a reprodução social do seu modo de vida. Essa atuação não se reduziu às formas político-partidárias, como representantes diretos de seus interesses. Não se limitou, portanto, ao realinhamento eleitoral, caracterizado pelo voto das classes médias em candidatos tucanos nas eleições de 2006, 2010 e 2014, por exemplo. Apesar deste fato significativo, nos parece que a característica principal da atuação política das classes médias no período em questão não se restringiu a representação partidária, mas em sua ação molecular em aparelhos privados de hegemonia e em movimentos sociais de direita. A nosso ver, estas teriam sido as formas predominantes pelas quais as classes médias atuaram. Assim, foi preciso que os interesses das classes médias fossem atraídos para fora dos parlamentos.

Em relação aos aparelhos privados de hegemonia, as classes médias teriam atuado, para além dos meios de comunicação tradicionais, por meio de *think tanks* como um instrumento de ação política (Rocha, 2015; 2019), por exemplo. Trava-ram, portanto, uma *batalha no campo das ideias* (Rocha, 2015) de modo a formarem e fortalecerem o senso comum liberal e neoliberal, contrapondo-se aos programas e políticas sociais e afirmativas promovidas pelos governos petistas e presentes na CF de 1988. Como aponta Rocha (2019: 01; 2015 - grifos nossos), “à medida que o Partido dos Trabalhadores prolongou sua permanência na Presidência”, setores médios, como empresários, profissionais liberais, profissionais dos meios de comunicação, intelectuais, acadêmicos, universitários, dentre outras categorias, passaram a se organizar por meio de grupos de estudos e de ação, *criando “laços e uma identidade comum* em torno da defesa radical da liberdade de mercado como fundamento último para a organização da economia e da sociedade²²⁰”. Eram sujeitos que

220 Nesse sentido, “Para além dos contatos, financiamento e maiores possibilidades de formação oferecidas à militância ultraliberal pelos think tanks, a formação de laços afetivos a partir da formação de uma identidade coletiva também foram decisivos para reforçar o pertencimento ao contrapúblico ultraliberal, e a permanência das organizações e grupos de militantes” (Rocha, 2019: 11-12).

teriam compartilhado dos mesmos espaços sociais e que estavam conectados pelas mesmas redes de contatos, nutrindo hábitos e *uma identidade em comum* – ou seja, a construção e a manutenção de um modo de vida que não se restringe às relações econômicas, mas que estaria ligado a formação de uma cultura, de uma tradição e ao fortalecimento de uma determinada “visão de mundo”. Segundo Rocha (2015), um dos objetivos dos *think tanks* “ativistas” de direita consiste em fazer circular o ideário liberal/neoliberal e de eficiência do mercado²²¹ – contra o Estado intervencionista e corrupto, representado pelas gestões petistas - nos meios de comunicação e formadores de opinião, assim como o de adentrar os espaços universitários como forma de aproximar os jovens com as ideias da direita, valorizando a disputa hegemônica na sociedade dentro dos limites da democracia.

Assim, os aparelhos privados de hegemonia, como os *think tanks*, teriam sido, por um lado, o centro de formação e de irradiação das visões de mundo liberal/neoliberal, sustentando um determinado senso comum como forma de marcar posição no campo das ideias (Rocha, 2015; 2019); por outro, serviram como irradiação das pautas “antipetistas” e contra a corrupção, de maneira a universalizar, difundir e apresentar os interesses das classes dominantes para o conjunto da sociedade.

Contudo, ainda que a presença de *think tanks* liberais/neoliberais tenha aumentado na sociedade brasileira desde 2006 (Rocha, 2015) - condizente ao segundo governo de Lula da Silva -, teria sido apenas em meio às revoltas de junho de 2013, e à janela de oportunidades políticas que se abriu neste contexto, que a atuação política das classes médias teria conseguido se constituir por meio de uma atuação política que excedesse os espaços de disputa ideológica. Pois, mesmo com toda a articulação dos *think tanks* na divulgação de

221 “Para Hélio Beltrão, era necessário haver um horizonte utópico para que fosse possível conquistar mais pessoas para as causas que defendia. A ideia de que a adoção da lógica de mercado é sempre a melhor solução para quaisquer problemas sociais ou econômicos, por ser moralmente superior, seria mais facilmente compreendida por qualquer pessoa do que as discussões excessivamente técnicas (e nem sempre coerentes) realizadas pelos intelectuais e tecnocratas neoliberais” (Rocha, 2019: 11).

suas ideias, as classes médias não obtiveram êxito em suas pautas concretas e na defesa de seus interesses de maneira enfática, a partir de 2007, por exemplo, com o Movimento Cansei (Tatagiba, 2015). Também não converteram tais ações em votos, perdendo os pleitos eleitorais em 2010 e 2014. De certo modo, o momento econômico favorável à burguesia pode ter contribuído. Todavia, com o declínio econômico, reverberando na queda da taxa de lucro do capital, o início da inflação em 2011, o julgamento do mensalão em 2012, que se somam ao cenário das revoltas de Junho de 2013, às classes médias teriam encontrado uma oportunidade para colocar suas pautas nas ruas com maior força e radicalização, alargando seus limites de ação e alcançando setores amplos da sociedade. Foi uma oportunidade, portanto, das forças políticas presentes nos *think tanks* se organizarem como movimentos sociais, passando a ocupar de maneira mais organizada e radicalizada as ruas. Isso fica evidente com o surgimento do Movimento Brasil Livre (MBL), por exemplo, tal como demonstrado em outro momento (Duda da Silva, 2018), que, ainda que só tenha se organizado de forma mais dinâmica e estrutural a partir de 2014, nasce durante a conjuntura das revoltas de Junho. Durante a campanha eleitoral de 2014, se utilizou principalmente das redes sociais e atuou ativamente na eleição da candidatura do tucano Aécio Neves. Com a vitória de Rousseff no segundo turno, o MBL passa a articular diversos protestos em várias regiões do Brasil, pautando tanto o afastamento de Rousseff como o fim da era “lulopetismo”²²², sustentados na luta contra a corrupção.

Em relação às manifestações pelo impedimento de Rousseff, em 2015, o MBL, dentre outros, foi um dos grandes articuladores e mobilizadores dos atos. Como já apontado, o perfil predominante dos manifestantes, entre 2015 e 2016, era majoritariamente advindos das classes médias. Como tentaram demonstrar diferentes autores, os indivíduos das classes médias presentes nos atos a favor do impedimento de Rousseff teriam se posicionado como favoráveis à

222 Entre novembro e dezembro de 2014, 18 atos foram organizados em todo o Brasil pelo MBL, pautados principalmente pelo “Mais Brasil, Menos PT” (Duda da Silva, 2018).

universalização dos serviços públicos (Ortellado et al, 2015), e sua atuação estaria menos ligada aos problemas de ordem econômica e mais vinculada às questões sobre os aspectos da democracia e dos direitos sociais²²³, podendo indicar que teria havido uma divergência de posição entre os líderes das manifestações e os manifestantes – representados e representantes. Contudo, entendemos que é preciso pontuar que, ainda que as classes médias tenham se posicionado favoráveis a essas pautas, a análise dessa situação não deveria se limitar aos discursos, mas, também, deve-se levar em consideração as práticas sociais e a vontade política presentes nas ações desses indivíduos no contexto em questão. Ou seja, devemos identificar quais interesses estavam em jogo. Pois, por mais que no discurso os indivíduos das classes médias apoiassem os serviços públicos, podendo divergir da posição das lideranças, em suas práticas, de certo modo, não teria havido uma atuação política crítica mobilizadora contra o desmanche das políticas sociais contidas na CF de 1988 e nem contra os casos de corrupção que surgiram posteriormente ao golpe de 2016, por exemplo. O que vimos, a partir do governo Temer, foi o aprofundamento e a radicalização das políticas de governo neoliberais e de austeridades, como a PEC 95, conhecida como “PEC do Teto de Gastos”, a reforma trabalhista, a reforma da previdência e as privatizações (e suas tentativas) das empresas e serviços públicos, assim como a continuidade de casos de corrupção. As reformas neoliberais, por sua vez, atingiram direta e principalmente a reprodução social das classes populares.

O entendimento de que as classes médias se utilizam da luta contra a corrupção como *uma tática política*, já que sua ação teria sido seletiva no contexto do impedimento de Rousseff, não deixa de ter sua validade. O uso da luta contra a corrupção como uma tática política não invalida a factualidade dos casos de corrupção; muito menos faz dela uma “ilusão” discursiva. A tática é uma tática. Uma forma de ação na luta política e nos conflitos sociais. Ela tem sido a forma histórica pela qual as classes médias têm expressado socialmente os seus interesses de classe.

223 Tal como aponta Galvão (2016). Disponível em: < <http://blogjunho.com.br/as-classes-medias-na-crise-politica-brasileira/>>. Acesso em: 15/04/2022.

O *expediente tático seletivo* da luta anticorrupção empregada contra os governos petistas, operando como um movimento social principalmente durante a gestão de Rousseff, teria sido fortalecido com o surgimento da operação Lava Jato. Ora, ainda que a abertura do processo de impedimento de Rousseff tenha se dado pelas “pedaladas fiscais”, relacionadas à Lei de Responsabilidade Fiscal, o discurso que mobilizou os sujeitos nos atos pró-afastamento da petista foi, antes, às pautas contra a corrupção (Gallego, 2016; Ortellado; Gallego, 2016; Tatagiba, 2018) impulsionadas desde 2014 pela operação Lava Jato.

A Lava Jato foi uma operação que mobilizou diferentes agentes estatais, sobretudo procuradores, Polícia Federal e juízes, que exercem carreiras típicas e historicamente associadas às classes médias. Como Cavalcante (2018) procurou demonstrar²²⁴, analisando a relação entre a gramática anticorrupção, as classes médias e a operação Lava Jato, as ocupações desses agentes estatais tendem a valorizar a “ideologia meritocrática”. Assim, a Lava Jato se fortaleceu na medida em que procurou representar e mobilizar a indignação das massas, sobretudo dos setores médios, na luta pela ética na política e a dignidade do Estado, no intuito de “libertar” o país dos políticos corruptos, associando o “o sistema político diretamente à corrupção” (Nobre, 2020a: 24).

Todavia, ainda que o “lavajatismo” tenha identificado à corrupção ao sistema político e aos partidos “sem exceções” (Nobre, 2020a), e que a ascensão do governo Temer, mediante o impedimento de Rousseff, teria sido uma forma de fragilizar a operação Lava Jato, na medida em que “o governo Dilma era visto como incapaz de oferecer proteção contra a ameaça da Operação Lava Jato e suas subsidiárias” (Nobre, 2020a: 33), foi o antipetismo que acabou se sobrepondo tanto nas ações política-judiciais realizadas pela operação Lava Jato²²⁵, como nos atos mobilizados pelo MBL. A Lava Jato, por um lado, teria servido como “fato concreto” que daria substância aos objetivos dos *think*

224 Ver também, por exemplo, Boito Jr., 2016.

225 No que diz respeito a imparcialidade da operação Lava Jato e seu antipetismo ver, por exemplo: Jaguezeski; Dhein, 2021. Ver, também: “As mensagens secretas da Lava Jato” <<https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>> e “STF considera que Moro foi parcial nos processos de

tanks, a saber: “demonstrar” a ineficiência do Estado corrupto; por outro, teria fortalecido o discurso anticorrupção dos manifestantes, atuando, por vezes, como representantes morais para a solução política e econômica pela qual o país enfrentava. O “lavajatismo” teria consistido, assim, como uma das formas de atuação política das classes médias na conjuntura política do impedimento na medida em que sua gramática discursiva moralizante, que por vezes se apresentava como “salvadora” do Estado e da “civildade”, serviu como *partido da ordem* na busca de “eliminar” o mal da corrupção, a ineficiência do Estado e a desordem econômica - associados principalmente aos governos petistas.

Ao mesmo tempo, por mais que a ligação entre representantes e representados não tenha ocorrido de maneira mecânica, na qual o “lavajatismo”, por exemplo, atuaria como porta-voz direto dos anseios das classes médias, entendemos que no contexto do impedimento de Rousseff teria havido uma correspondência de interesses, culminando na formação de um movimento de direita com características coletivas e um programa político definido na figura do MBL (Duda da Silva, 2018: 14-15), que teria expressado os anseios da vontade política das classes médias naquela conjuntura.

Esse movimento se deu de maneira molecular, utilizando-se e atuando por meio de aparelhos privados de hegemonia (já constituídos ou em construção) em torno de um grupo social que compartilhava dos problemas e dilemas sociais, de *uma identidade em comum*, passando a ter o apoio da burguesia (Bastos, 2016; Serrano; Summa, 2018; Dweck; Teixeira, 2017; Singer, 2018) que, em termos gerais, teriam começado a compartilhar dos mesmos problemas e dilemas sociais das classes médias: a luta contra o “Estado intervencionista” e o “antipetismo”. A partir disso, atuam nas manifestações pelo impedimento de Rousseff com a mesma finalidade, ainda que com temporalidade, participação, engajamento e interesses diferentes.

Lula” <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2021-03/stf-considera-que-moro-foi-parcial-nos-processos-de-lula>>. Acesso em: 18/11/22.

Portanto, as classes médias, se organizam por meio de um movimento social com força e capacidade de influência social para mudar, nas ruas - já que não teria sido possível por meio das eleições -, os rumos das políticas sociais e afirmativas do Estado.

A ligação entre os aparelhos privados de hegemonia e os movimentos de direita não teria acontecido mediada apenas em função das classes dominantes compartilharem a mesma “visão de mundo”. Ela estaria relacionada também aos elementos presentes no conflito distributivo, tendo como causa comum a luta contra a intervenção do Estado a favor da prosperidade e da melhora de vida das classes populares a partir de 2003. Portanto, não se reduz, como tentamos demonstrar, a “raiva” ou uma “indisposição de classe”. Ela diz respeito às mudanças concretas que teriam ocorrido no tecido social brasileiro, representadas pelas políticas sociais de governo presentes na CF de 1988 e gestadas pelos governos petistas, e que teriam impacto na vida social, ainda que indiretamente, das classes médias. A atuação política das classes médias por meio tanto de aparelhos privados de hegemonia como de movimentos sociais de direita teria se constituído segundo uma ação política que buscou validar e disputar as ideias e, necessária e simultaneamente, mediante uma atuação política que tinha como intuito reverter as políticas sociais e afirmativas implementadas pelas gestões petistas. A atuação política das classes médias carregava a finalidade, portanto, de assegurar a manutenção da hegemonia burguesa não apenas por conter uma certa forma de “ódio” de classes, mas pela necessidade de subordinar as classes populares à reprodução de seu modo de vida.

O liberalismo, o elitismo, o bacharelismo e o moralismo que fazem parte do repertório de ação das classes médias teria dado sustentação ao programa e ao ativismo dos movimentos sociais de direita a partir de 2013, alimentando as manifestações pelo impedimento e o golpe de 2016. O golpe de 2016 significou, de certa forma, uma atuação política das classes dominantes contra uma incipiente vontade popular, caracterizada pelos anseios democráticos (precários) dentro dos limites do próprio capitalismo. As manifestações pelo impedimento de Rousseff representaram, assim, uma atuação política contra

as políticas de governo que beneficiaram as classes populares e uma [re]ação contra o poder de barganha dos/as trabalhadores/as. Mas o sucesso da atuação política das classes médias contou, por um lado, com a crise econômica e política iniciada ainda no primeiro governo de Rousseff, por outro, com a adesão da burguesia ao empreendimento do golpe. Os sentidos das manifestações pelo impedimento buscaram restabelecer os níveis necessários ao padrão de acumulação de capital, já que a mobilidade social ascendente e horizontal das classes populares no Brasil não poderia (ou não pode) ser tolerável, pois a dinâmica de acumulação de capital necessita da existência de certos níveis de desigualdade para se reproduzir. Em se tratando da situação brasileira, essa desigualdade estaria caracterizada pela reprodução constante da superexploração das classes populares e do superprivilégio das classes dominantes.

Considerações finais

No livro *Uma história de desigualdade*, Souza (2018) parte de dados estatísticos de longa duração sobre o Imposto de Renda para defender que determinado padrão de desigualdade seria o resultado de uma série de políticas e programas, o efeito combinado de pequenas e grandes escolhas, que acabam dificultando a redistribuição da riqueza social de maneira significativa. Demonstra ainda que os momentos de menor desigualdade entre o topo e a base da pirâmide social foram aqueles em que a democracia prevaleceu.

A problemática da desigualdade e da concentração da riqueza social na atualidade do capitalismo entrou na pauta da agenda da teoria econômica, social e política, principalmente após a crise de 2008, que evidenciou e deu força ao “fenômeno”. Aumento do desemprego, perda de renda, “empregos de merda”, elevação do custo de vida formam o cenário de desarranjo social que, de certo modo, levou milhares de pessoas, trabalhadores e trabalhadoras, a ocuparem as ruas e as praças mundo afora, como uma forma de revolta e protesto contra as desigualdades e por maior participação social nas decisões das institucionais democráticas.

O Brasil sentiu tanto o impacto dessa crise político-econômica de 2008, ainda que não na mesma temporalidade, como também entrou na rota dos protestos de rua, com as revoltas de junho de 2013. As revoltas de Junho de 2013 no Brasil representaram uma crítica ao sistema político como um todo. Por um lado, pode ser compreendido como o esgotamento do modelo “lulista” de governo, ou mesmo o esgotamento do próprio modelo político-econômico de representação e gestão da vida social. Por outro, uma forma de demonstração das classes populares de suas vontades, construídas e constituídas historicamente, externadas naquele momento – muito favorecidas pela estabilidade democrática e pelas políticas sociais e afirmativas que possibilitaram a

diminuição das desigualdades socioeconômicas ao longo do tempo. Nos parece que antes se apresentou como uma vontade de poder participar da realidade capitalista como cidadãos, tal como tem sido apresentada e anunciada diariamente em jornais, programas de televisão, filmes, séries, revistas etc. Uma vontade não necessariamente anticapitalista, que teria expressado necessidades forjadas ao longo do tempo, como o direito de aumentar sua escolaridade, de ter uma moradia digna, de poder usar o transporte e os serviços públicos e privados de qualidade, de viajar para Disney ou onde quer que seja, de poder molhar os pés na piscina, de frequentar o aeroporto, de poder comer, consumir, ir ao shopping nem que seja para andar e ver as vitrines, de poder trabalhar em um trabalho digno e de qualidade.

Estes são direitos pelas quais as classes populares lutaram e conquistaram, e que se manifestam na Constituição Federal de 1988. A CF de 1988 assegurou e possibilitou, assim, que as classes populares, até então fora ou distantes do ideal liberal de participação cidadã, da vida democrática capitalista, passassem a ocupar cada vez mais a vida econômica, social e política do país. A CF de 1988, de certa forma, marcou a reação das classes populares contra a carestia, o desemprego e a queda dos salários, a falta de participação social e política que vigoraram no país desde a implantação da ditadura cívico-militar de 1964. Agiram, portanto, de modo a expressarem suas vontades políticas por um outro modo de relações sociais mais inclusivo, forçando o aumento da participação social, a garantia de direitos sociais e políticos e dos direitos trabalhistas.

Essa vontade política expressa pelas classes populares não seria uma obra divina, uma força externa que condiciona a ação social. Pelo contrário, seria antes uma vontade que nasce e se constitui internamente, mediante relações sociais e relações de produção concretas, mediante contradições e antagonismos históricos, que se materializam como uma reação em prol da cidadania, do trabalho e aumento dos salários. Portanto, ela se constitui como uma vontade política por estar carregada de historicidade, da experiência vivida e das necessidades sociais e históricas desses diferentes sujeitos.

A CF de 1988 foi formulada em um contexto de grandes dificuldades econômicas. Depois de duas décadas de estagflação, que atravessou os períodos de 1980 e 1990, gerando perdas de renda para a maioria da população, acentuando a miséria e a pobreza, apenas nos anos 2000 o Brasil voltaria a apresentar crescimento econômico sustentável. Os mais ricos ficaram ainda mais ricos. As classes populares conseguiram ascender socialmente.

Assim, a partir de 2003, o mercado de trabalho registrou seus melhores números em ocupação com carteira assinada. O desemprego despencou. A miséria extrema foi erradicada. O número de pessoas em universidades públicas e privadas advindas das classes populares cresceu. As cotas raciais asseguraram o direito da população negra a ocupar os espaços universitários e institucionais, como uma forma de reparação histórica. Viajar tornou-se popular. Assim como consumir produtos e serviços de qualidade. Carros, casas, roupas, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, bens duráveis e não duráveis entraram na cesta de consumo das classes populares. Foram conquistas relacionadas à melhora econômica que o país passava. Mas, sobretudo, pela efetivação, mediante políticas sociais e afirmativas, como direitos básicos firmados na CF de 1988, tal como registrado no *Capítulo II*, referente aos *Direitos Sociais*, que diz: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. O Estado, portanto, ao promover tais direitos estaria cumprindo seu dever.

As classes populares lutaram pelo seu espaço no orçamento público. Ao mesmo tempo, com a melhora econômica durante os anos 2000 conseguiram ampliar sua participação na riqueza social. Viram crescer suas rendas, mediante políticas de transferência, e viram os salários também aumentarem significativamente. O crescimento da participação na riqueza social provoca, ou pode provocar, por sua vez, o crescimento do consumo, já que surgem novas necessidades e prazeres sociais. Comprar um carro, viajar de avião, aumentar o tempo de qualificação e estudos, consumir produtos e serviços em shoppings centers etc., são

necessidades sociais, derivadas da sociedade e do seu desenvolvimento, de suas contradições, dos modos de vidas possíveis, mediados pelas tradições, costumes e relações de poder de cada país. Ao mesmo tempo, ainda que possa existir um certo “padrão de vida” universalizado, as necessidades e possibilidades de consumo e de realização de modos de vida ocorrem de maneira diferente em cada região. O “padrão de vida” e o acesso aos bens materiais e imateriais não se repete e se reproduz da mesma forma em cada região ou localidade. A realização e o acesso a um determinado “padrão de vida” e modo de vida ocorrem de maneira relativa, pois sua realização consiste e seria mediada por relações de poder, portanto, relações de classes. Ao mesmo tempo, o acesso aos bens e serviços ocorre de maneira restrita, pois, o desenvolvimento das sociedades capitalistas pressupõe a produção e a reprodução de desigualdades. *Relativa* pois os ganhos salariais e o aumento na participação da riqueza social por parte das classes populares efetuam-se de maneira comparativa à queda da participação das classes dominantes - ao passo em que o aumento dos lucros de capital se faz pela intensificação da exploração do trabalho e a queda do valor salário dos/as trabalhadores em seu conjunto. Portanto, se as classes populares aumentarem sua participação na riqueza social, a quota referente às classes dominantes diminuirá. *Restrita* porque nas sociedades capitalistas os bens de luxo, os bens duráveis e determinados serviços são limitados pelo acesso ao *poder social* que cada indivíduo carrega no bolso, o dinheiro. Logo, seu acesso depende do acesso à riqueza social. À medida em que as classes populares carregam uma vontade política em aumentar sua participação na riqueza social e nas formas de consumo sob o capitalismo, a vontade política das classes dominantes consiste em assegurar que a maior parte da riqueza social fique em suas mãos. Pois só assim podem realizar sua reprodução social - constituída historicamente e mantida pelas tradições e costumes -, manter e afirmar seu modo de vida diferenciado. A vontade das classes populares se defronta com o *poder* das classes dominantes. Os limites da vontade popular em melhorar suas formas de acesso ao *poder social dinheiro*, e transformar seu “padrão de vida”, consiste nos limites necessários em que as classes dominantes encontram para realizar sua reprodução social - e a própria reprodução do

capital, os processos de acumulação e reprodução ampliada. Portanto, as naturezas desses limites estariam contidas na própria lógica do capital, sua necessidade de valorização do valor. Portanto, as desigualdades sociais, expressas nas formas de remuneração, no acesso ao *poder social capital*, por exemplo, são fundamentais para a reprodução do modo de ser do capital, contendo suas particularidades em cada situação concreta. São as desigualdades socioeconômicas que fazem com que uns tenham que vender sua força de trabalho constantemente para aqueles que podem comprá-la e explorá-la capitalisticamente.

Como vimos nos trabalhos de Souza (2018) e Morgan (2015; 2018), a ascensão e mobilidade social das classes populares a partir de 2003, particularmente, ocorreu ao mesmo tempo em que os ganhos dos mais ricos cresceram rapidamente. O abismo social entre “ricos” e “pobres”, mesmo com a diminuição das desigualdades demonstradas pelas Pnads e identificadas pelo Índice de Gini, ampliou-se. Mas para que, nas sociedades capitalistas, um determinado grupo social possa aumentar sua participação na riqueza social, outro terá que ver sua quota diminuir. E como procuramos demonstrar, os ganhos das classes populares não se deram em decorrência da queda da participação dos mais ricos. Foi, principalmente, por meio da diminuição da participação na riqueza social dos setores médios que tal processo se efetuou. Entre 2003 e 2016, por exemplo, os setores médios apresentaram quedas significativas em sua participação na riqueza social, com perda de renda relativa. No cenário mais longo, sofreram com os processos de estagflação dos anos 1980 e 1990, rebaixando sua renda e dificultando sua reprodução social. As políticas neoliberais e a reestruturação produtiva, intensificadas na década de 90, eliminaram postos de trabalho típicos das classes médias – ainda que o advento do gerenciamento e da tecnologia proporcionaram outros tantos. O modo como a política tributária foi constituída historicamente fez e faz com que as classes médias sejam o setor social que mais sofre com os impostos indiretos, já que seu modo de vida implica formas de alto consumo diferenciado. Já as políticas sociais de governo implementadas durante as gestões petistas, por sua vez, favoreceram tanto os mais ricos, com políticas de isenção fiscal e subsídios, que

incentivaram os ganhos de capital, como as classes populares, com a melhora no mercado de trabalho e aumento real do salário mínimo.

Foi nesse sentido que procurou-se demonstrar como o conflito distributivo pode ser uma chave para interpretarmos a atuação política no processo de impedimento de Dilma Rousseff. Isso não quer dizer que os aspectos relacionados à luta contra a corrupção, por exemplo, devem ser minimizados. O estudo histórico revela que esta luta tem sido mobilizada principalmente por setores médios da sociedade, e muitas das vezes baseadas em razões factuais. Guardados os devidos contextos históricos, assim foi com o tenentismo, entre os anos de 1920 e 1930; nas dinâmicas que resultaram no suicídio de Getúlio Vargas, em 1954; nas manifestações que antecederam o golpe cívico-militar de 1964; tal como no impedimento de Collor. Cada momento histórico tem sua particularidade política e representa uma forma de manifestação que indica uma atuação política ora contra a forma progressista do Estado, em benefício das classes populares, ora uma atuação política contra a regressão de seu modo de vida por parte da intervenção direta e da ineficiência do Estado. O que as dinâmicas destes contextos de certa maneira nos indicam, consiste no fato de que haveria uma relação íntima entre o conflito distributivo e a luta contra a corrupção. Mas a relação entre conflito distributivo e luta contra corrupção não deve ser compreendida de maneira mecânica ou “reduzida”, como se estas razões fossem sempre o vetor de mobilização das classes médias. Como se existisse um mesmo e único padrão de ser.

A luta contra a corrupção, portanto, não se apresenta na realidade como uma farsa, algo ilusório que esconderia a “verdadeira” contradição. Ela tem sido a forma de atuação política que as classes médias encontraram, historicamente, de expressarem suas vontades políticas em cada conjuntura econômica e política específica, no intuito de defender seus interesses de classe.

Ainda que a luta contra a corrupção, carregada de elementos factuais, possa representar a forma *típica* de atuação política das classes médias, esta deve ser analisada e situada a partir de cada contexto particular, em busca de apreender as características, as peculiaridades e as contradições existentes na conjuntura política em questão.

Procuramos demonstrar, assim, a existência de elementos relacionados ao conflito distributivo presentes na atuação política das classes médias no contexto das mobilizações que destituíram a presidente Rousseff e retiraram o PT do governo federal. Nesse sentido, examinamos os elementos concretos do conflito distributivo que implicaram diretamente sobre o modo de vida das classes médias. Tanto pelas escolhas políticas do primeiro governo Rousseff, em 2011, mas sobretudo com a efetivação das políticas sociais e afirmativas dos governos Lula da Silva, a partir de 2003. Simultaneamente, como boa parte das políticas implementadas a partir de 2003 foram políticas que, de certo modo, dizem respeito aos *Direitos Sociais* assegurados pela CF de 1988, voltamo-nos à análise da situação histórica de longo prazo, resgatando os aspectos relacionados à formação, constituição e consolidação no tempo da CF de 1988, apresentando suas implicações para o modo de vida e a reprodução social das classes médias.

A luta contra a corrupção na conjuntura político-econômica de 2013 e 2016, que mobilizaram as classes médias a irem às ruas, apresentou-se apenas como um expediente tático. Queremos dizer com isso que a atuação política das classes médias teria sido seletiva e relativa. Ora, no que diz respeito ao contexto e conjuntura aqui analisados, a contundência política das manifestações e a atuação política das classes médias contra a corrupção se limitaram, de certo modo, à concretização do golpe parlamentar de 2016. Ainda que durante o governo Temer e Bolsonaro denúncias de corrupção relacionadas aos respectivos governos tenham sido publicizadas²²⁶, as manifestações

226 Sobre o governo Temer, ver, por exemplo: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/temer-dois-anos-de-gestao-denuncias-de-corrupcao-crisis-institucionais-e-aposta-na-economia/>> e <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/relembre-as-tres-denuncias-contra-temer-em-seu-governo,d350a37b2545302ef69557d4937165fcomj1tdq.html>>. Sobre o governo Bolsonaro, ver, por exemplo: <<https://www.brasilefato.com.br/2022/06/23/muito-mais-que-o-mec-veja-outros-casos-de-corrupcao-do-governo-bolsonaro>>, <<https://www.istoe-dinheiro.com.br/governo-bolsonaro-acumula-escandalos-de-corrupcao-confira-os-principais/>> e <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/04/bolsonaro-acumula-casos-sob-suspeita-de-corrupcao-veja-um-a-um.shtml>>. Acesso em 24/06/2022.

políticas contra a corrupção por parte de setores médios não tiveram a mesma relevância – para não dizermos nenhuma. É nesse sentido que entendemos que a luta contra a corrupção por parte das classes médias teria se apresentado como um instrumento tático-político contra os governos do PT e determinados programas políticos e políticas sociais.

O que os dados após o golpe de 2016 apontam, por um lado, dizem respeito ao fato de que a corrupção “não acabou”, por outro - e que para os objetivos desta pesquisa possui maior relevância -, o mercado de trabalho se arrefeceu, o aumento do desemprego cresceu, assim como os trabalhos sem carteira assinada (Krein; Oliveira; Figueiras, 2019). Reformas e políticas neoliberais e de austeridade, como a reforma trabalhista, a reforma da previdência e a PEC do teto dos gastos, realizadas após o golpe de 2016, diminuíram o poder de barganha dos/as trabalhadores/as, representando, assim, uma série de retrocessos econômicos, sociais, políticos, trabalhistas para o conjunto dos/as trabalhadores/as (Rugitsky, 2016; Krein; Oliveira; Figueiras, 2019; Fagnani, 2019; Marcelino; Galvão, 2020).

Como Morgan (2018) demonstrou, o conflito distributivo na sociedade brasileira tem ocorrido, desde 1970, principalmente entre as classes médias e as classes populares. O sucesso no aumento da participação da riqueza social de uma tem dependido do insucesso da outra. Neste cenário, os mais ricos têm conseguido manter sua parte na riqueza social praticamente estável, com poucas alterações para baixo no decorrer dos anos. Portanto, para que as classes médias conseguissem manter seu modo de vida, de alto consumo diferenciado, diante do contexto dado, de forte concentração no topo da pirâmide social, sua atuação política buscou impedir ou impossibilitar que o Estado interferisse na ordem social competitiva em favor das classes populares. Imbuídas dos valores meritórios, as classes médias teriam atribuído às políticas sociais e afirmativas, que beneficiaram os/as trabalhadores em seu conjunto, como os impeditivos para a sua reprodução social. Aos olhos das classes médias em luta, a ascensão social das classes populares não teria ocorrido por meio do mérito individual, mas sim pela atuação/intervenção de um determinado governo na ordem social competitiva.

O dilema social que se impõe aos indivíduos das classes médias vai no sentido de que a defesa dos valores meritocráticos e a luta contra a corrupção, moldados pela ideia de “justiça” democrática, vai de encontro com os seus comportamentos exclusivistas de classe. De outra forma, para manter seus parâmetros exclusivistas de hábitos de consumo, as classes médias necessitam subalternizar as classes populares às necessidades de sua reprodução social. Este exclusivismo, contido no modo de vida das classes médias, está presente na valorização da educação e no acesso às universidades públicas como espaço privilegiado delas, por isso a atuação política contra as cotas raciais; está presente na liberdade de contratar empregadas/os domésticas/os, tal como serviços em gerais, por isso a atuação contra a regularização das leis trabalhistas e a formalização para as/os domésticas/os e o mercado de trabalho aquecido; está presente na liberdade em poder viajar e não encontrar o/a porteiro/a e a/o empregada/o na Disney, por isso a atuação contra as políticas de distribuição da riqueza.

A escolha política dos indivíduos das classes médias em atuarem contra as políticas sociais e afirmativas de governo explica-se pelas condições da formação das relações sociais sob as quais a sociedade brasileira se estruturou. No Brasil, a ordem social competitiva se constitui, desde sempre, de maneira desigual, baseada na superexploração e subalternização da classe trabalhadora. Mantém-se fechado ao *mundo branco* e restrito às classes dominantes. Logo, a centralidade do conflito distributivo se revela pela forma própria de como ocorrem a reprodução das relações de poder e de dominação de classe na sociedade brasileira.

Nesse sentido, a centralidade do conflito distributivo, como tentativa de explicar a atuação política das classes médias no processo de impedimento de Rousseff, representa um fenômeno essencialmente político. Ainda que os elementos desse conflito sejam de natureza econômica, sua dinâmica implica processos sociais e culturais constituídos historicamente, presentes nas relações sociais e nas relações de produção. Como os setores médios, que atuaram no contexto do impedimento, não apresentaram disposição em renunciar as

estruturas de poder e dominação, de modo a enfrentar diretamente a problemática da distribuição e apropriação da riqueza social, configurada pela alta concentração entre os mais ricos, a manutenção e a continuidade do conflito distributivo entre as classes médias e as classes populares indica sua continuidade.

O dilema social e político que se coloca para as classes médias está no conflito entre ou a defesa da ordem social liberal, cujo fundamento está nos valores democráticos, ou a defesa dos privilégios de classe, que requer o direito de expropriar e subordinar as classes populares. Se escolher defender os valores democráticos normativos, deverá se voltar contra os interesses imediatos da burguesia no intuito de garantir reformas que visem uma tributação progressista e a seguridade dos direitos contidos na CF de 1988, o que poderá afetar e modificar o seu modo de vida; se escolher a manutenção de seus privilégios de classe, continuará no uso “legítimo” da luta contra a corrupção e da “ideologia meritocrática”, por exemplo, como instrumentos tático-políticos nos conflitos sociais, de modo a assegurar a superexploração e o superprivilégio de algumas classes sobre outras. Qualquer caminho implicará em escolhas políticas que as classes médias terão que fazer. Mas, simultaneamente, os sentidos do conflito distributivo dependerão, também, da vontade política que classes populares demonstrarem para mudar a correlação de forças e o cenário da distribuição e apropriação da riqueza social a seu favor.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Gustavo de; MAGRO, Maíra. “Cerco à classe média”. *Revista Isto É*, 26 nov. 2008. Disponível em: https://istoe.com.br/1056_CERCO+A+CLASSE+MEDIA/. Acesso em: 18 ago. 21.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo Estrutural*. São Paulo, Ed. Jandaíra, 2020. (Col. Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro)).

ALONSO, Ângela. “Protestos em São Paulo de Dilma a Temer”. *Novos Estudos CEBRAP*, Ed 107, vol. 1 – Edição Especial Dinâmica da Crise, jun. 2017.

ALVES, Giovanni; CORSI, Francisco Luis (org.). *A crise do capitalismo global*. O capital e suas contradições. São Paulo, Ed. Práxis, 2018.

AMORIM, Henrique. “Centralidade e imaterialidade do trabalho: Classes Sociais e Luta Política”. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, vol. 8 n. 3, fev. 2011, pp. 367-385.

_____. “Prática política, qualificações profissionais e trabalho imaterial hoje”. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, vol. 17, n. 33, jun. 2009, pp. 175-185.

ANDREWS, George Reid. “Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos, 1990-2010”. *Afro-Ásia*, n. 51, 2015, pp. 141-174.

ARTES, Amélia; RICOLDI, Arlene Martinez. “Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 45, n. 158, 2015, pp. 858-881.

ARRETCHE, Marta. “Trinta anos da Constituição de 1988: razões para comemorar?”. *Novos Estudos Cebrap*, edição 112, v. 37, n 3, set./dez. 2018a, pp. 395-414.

_____. “Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders”. *RBCS*, vol. 33, n. 96, 2018b, pp. 1-23.

AVRITZER, Leonardo. “Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação”. *Dados*, vol. 50, n. 3, 2007, pp. 443-64.

_____. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2016.

_____. *O pêndulo da democracia*. São Paulo, Todavia, 2019.

BARRO, R. J.; LEE, J.-W. “A new data set of educational attainment in the world, 1950-2010”. *Journal of Development Economics*, 2012.

BASTOS, Pedro Paulo. “A economia política do novo desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo”. *Revista Economia e Sociedade*, n. 21, 2012.

_____. “Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. *Economia Contemporânea*, número Especial, 2017, pp. 1-63.

BALIBAR, Etienne”. *A Filosofia de Marx*. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. “Prefácio”. In: CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise*. São Paulo, Ed Unesp, 2002, pp. 13-26.

BENEVIDES, Maria V. M. *A UDN E O UDENISMO: Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)*. São Paulo, Paz e Terra, 1981.

BENSAID, Daniel. *Marx, o Intempestivo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

BENTO, Maria Aparecida. “Branqueamento e Branquitude no Brasil”. In: CARONE, Iray - Maria Aparecida Silva, BENTO (org.). *Psicologia Social do Racismo - Estudos Sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 2002. pp. 25-58.

BEYNON, H. “A destruição da classe operária inglesa”. *Revista brasileira de ciências sociais*, ano 10, n. 27, fev. 1995.

BHATTACHARYA, Tithi. “Como não pular a classe: reprodução social da força de trabalho e classe trabalhadora global”. *Feminismo com classe*, 7 maio 2018.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. “Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual”. *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 21, n. Especial, dez. 2012, pp. 729-747.

BOITO JR., Armando. *Classe média e sindicalismo*. Campinas, IFCH, UNICAMP, 2004. (Col. Primeira Versão, n. 123).

_____. “A burguesia no governo Lula”. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, n. 21, primeiro semestre 2005, pp. 52-77.

_____. *A. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Editora Xamã, 1999.

_____. A corrupção como ideologia. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 44, 2017, pp. 09-19.

BOLLE, Monica B. *Como matar a borboleta-azul: uma crônica da era Dilma*. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2016.

BOYER, Robert. “Le capital au xxi siècle”. *Revue de la Régulation*, n. 14, 2ème semestre 2013.

BRAGA, Ruy. *Restauração da Capital. Um estudo sobre a crise da Capital*. São Paulo, Xamã, 1996

_____. *A política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo, Boitempo, 20012.

_____. *Rebelia do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo, Boitempo, 2017.

BRANDÃO, Lucas C. *Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular*. Dissertação de mestrado em Sociologia, São Paulo, Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

BRENCK, Clara; CARVALHO, Laura. “Limites para o crescimento com mudança estrutural no Brasil no século XXI”. In: CHILIATTO LEITE, M. V. (org.). *Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade (LC/TS.2019/27)*. Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2019, pp. 163-180.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência*. São Paulo, Editora 34, 2016.

_____. “A democracia não está morrendo”. *Lua Nova*, São Paulo, 111: 51-79, 2020.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antide-mocrática no ocidente*. São Paulo, Politeia, 2019.

CAMPELLO, Tereza (org.). “Fases da Desigualdade no Brasil. Um olhar sobre os que ficam para trás Agenda Igualdade”. *FLACSO e CLACSO*, 2017. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2017/11/fases_da_desigualdade_no_brasil.pdf. Acesso em: 23 ago. 2021.

CANO, Wilson. “(Des)Industrialização e (sub)desenvolvimento”. Texto para Discussão, Campinas, Unicamp, IE, n. 244, 2014.

CARDOSO, Adalberto. *A década neoliberal: e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo, Editora Boitempo, 2003.

_____. *Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro*. Rio de Janeiro, FGV, 2013.

CARDOSO, Adalberto. *Classes médias e política no Brasil: 1922-2016*. Rio de Janeiro, FGV, 2020.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Campinas, São Paulo, Editora Unesp, Facamp, 2009.

_____; NOVAIS, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. Campinas, São Paulo, Editora Unesp, Facamp, 2009.

CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. 3. reim., São Paulo, Todavia, 2018.

_____; RUGITSKY, Fernando. "Growth and distribution in Brazil the 21st century: revisiting the wageled versus profit-led debate". *Working Paper Series*, FEA-USP, Department of Economics, n. 25, 2015.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. 19. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

CASTRO, Jorge. "Política social, distribuição de renda e crescimento econômico". In: FAGNANI, E.; FONSECA, A. (org.). *Políticas sociais, universalização da cidadania e desenvolvimento: economia, distribuição da renda, e mercado de trabalho*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2013.

CAVALCANTE, Sávio. "Classe média e conservadorismo liberal". In: VELASCO, CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). *Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2015, pp. 177-195.

_____. "Classe média, meritocracia e corrupção". *Crítica marxista*, n. 46, 2018, pp. 103-125.

_____. "Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro". *Crítica Marxista*, n. 50, 2020, pp. 121-130.

_____; ARIAS, Santiane. *A divisão da classe média na crise política de 2013-2016*. 2017. Mimeo.

CHALOUB, Jorge. “A economia política dos bacharéis udenistas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, n. 94, 2017, pp. e329406.

_____. “O Brasil dos bacharéis: um discurso liberal udenista”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 107, 2019, pp. 263-304.

_____; PERLATTO, Fernando. “A Nova Direita Brasileira: ideias, retóricas e prática política”. *Insight/Inteligência*, jan./mar. 2016.

CHESNAIS, François. “Réflexions sur ‘Le capital au XXIe siècle’ de Thomas Piketty”. *ATTAC*, 2013. Disponível em: <https://france.attac.org/nos-publications/les-possibles/numero-1-automne-2013/debats/article/reflexions-sur-le-capital-au-xxie-1312>. Acesso em: 18 jan. 2022.

CHICARINO, Tathiana; ESTRAMANHO, Rodrigo. “Notas sobre progressismo e conservadorismo em São Paulo”. In: *Anais, 40º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu – MG, 24 a 28 out. 2016.

COGGIOLA, Oswaldo. “Impeachment, crise e golpe: o Brasil no palco da tormenta mundial. Impeachment, crise e golpe: o Brasil no palco da tormenta mundial”. *Blog Boitempo*, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/31/impeachment-crise-e-golpe-o-brasil-no-palco-da-tormenta-mundial/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

CORTÊS, Mariana; TRÓPIA, Patrícia. “Pesquisa ‘Manifestando na Paulista’”. *INCIS/UFU*, 2015. Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=446731762172280%20&id=426666257512164. Acesso em: 27 jun. 2015.

COSTA, Denise Resende. *Institucionalização da participação política no Estado*. Tese de doutorado, Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, UNB, Brasília, 2016.

COTA de populismo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 out. 2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2012/10/1169783-editorial-cota-de-populismo.shtml>. Acesso em: 5 fev. 2016.

COTAS raciais, um erro. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 16 out. 2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/39477-cotas-raciais-um-erro.shtml>. Acesso em: 18 ago. 2021.

COTAS e conveniências. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 23 maio 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/05/1458692-editorial-cotas-e-conveniencias.shtml>. Acesso em: 18 ago. 2021.

COTAS sem sentido. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 7 nov. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/137720-cotas-sem-sentido.shtml>. Acesso em: 18 ago. 2021.

COUTINHO, Nelson. “A hegemonia da pequena política”. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo, Boitempo, 2010, pp. 29-43.

DAFLON, Verônica Toste; FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, vol. 43, n. 148, 2013, pp. 302-327.

DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

DAHRENDORF, Ralf. *As Classes e Seus Conflitos na Sociedade Industrial*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

DARDOT, Pierre; GUEGUEN, Haud; LAVAL, Cristian; SAUVÊTRE, Pierre. *La choix de la guerre civile: une autre histoire du néolibéralisme*. Québec, Lux Éditeur, 2021.

DATAFOLHA. “Manifestação na Avenida Paulista, survey com participantes de 15/3/2015”, 2015a. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604284-47-foram-a-avenida-paulista-em-15-de-marco-protestar-contra-a-corrupcao.shtml>. Acesso em: 5 jun. 2021.

_____. “Manifestação na Avenida Paulista, survey com participantes de 16/8/2015”, 2015b. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/08/1669735-135-mil-vao-a-protesto-na-paulista.shtml>. Acesso em: 5 jun. 2021.

_____. “Avaliação do governo Dilma Rousseff, 25-26/11/2015”, 2015c. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/11/30/avaliacao_dilma.pdf. Acesso em: 5 jun. 2021.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Revolução passiva e modo de vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*. São Paulo, Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012.

_____. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo, Xamã, 2000.

DUDA DA SILVA, Ederson. “As bases da nova direita: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo”. *Conversas & Controvérsias*, vol. 5, n. 1, 2018, pp. 75-95.

DULCI, Otávio. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte, UFMG, 1986.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. *Thomas Piketty's Economics: Modeling Wealth and Wealth inequality*. Paris, EconomiX, PSE, 2014. Disponível em: <http://www.cepremap.fr/membres/dlevy/dle2014h.htm>. Acesso em: 18 jan. 2022.

DUMÉNIL, Gérard. “A Reply to William Lazonick's comment on our ‘Neoliberal Managerial Capitalism: Another Reading of Piketty's, Saez's, and Zucman's Data’”. *International Journal of Political Economy* (à paraître / forthcoming),

2015. Disponível em: <http://www.cepremap.fr/membres/dlevy/dle2015a.htm>. Acesso em: 18 fev. 2022.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. “Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula”. *Rev. Katál.*, Florianópolis, vol. 10, n. 1, jan./jun. 2007, pp. 24-34.

DUAILIBI, Julia. “Dividir para governar”. *Veja*, São Paulo, Ed. Abril, ano 39, n. 35, ed. 1972, 6 set. 2006, p. 64.

DWECK, Esther; SILVEIRA, Fernando. G.; ROSSI, Pedro. “Austeridade e desigualdade social no Brasil”. In: ROSSI, P. *et al.* (org.). *Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil*. São Paulo, Editora Autonomia Literária, 2018.

_____; ROSSI, Pedro. “Políticas sociais, distribuição, crescimento e mudança estrutural”. In: CHILIATTO LEITE, M. V. (org.). *Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade* (LC/TS.2019/27). Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2019, pp. 99-116.

_____; TEIXEIRA, Rodrigo A. “A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica”. *Texto para Discussão*, Campinas, Unicamp. IE, n. 303, jun. 2017.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo, Ubu Editora, 2020.

FAGNANI, Eduardo. *Previdência: o debate desonesto: subsídios para a ação social e parlamentar: pontos inaceitáveis da Reforma de Bolsonaro*. São Paulo, Editora Contracorrente, 2019.

FANTINATTI, Márcia. *Sindicalismo de classe média e meritocratism: o movimento docente das universidades paulistas*. Dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia do IFCH, UNICAMP, 1998.

FELTRAN, Gabriel. “O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo”. *CADERNO CRH*, Salvador, vol. 27, n. 72, set./dez. 2014, pp. 495-512.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

_____. *A Constituição inacabada, vias históricas e significados*. São Paulo, Estação Liberdade, 1989.

_____. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”*. 5. ed., São Paulo, Globo, 2008.

_____. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed., São Paulo, Global, 2007.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A economia política do Governo Lula*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2007.

FRANK, Andre Gunder. *O desenvolvimento do subdesenvolvimento*. *Monthly Review*, vol. 18, n. 4, PDF, set. de 1966.

FRASER, Nancy. “Progressive neoliberalism versus reactionary populism: a Hobson’s choice”. In: GEISELBERGER, Heinrich (ed.). *The Great Regression*. Cambridge, Polity Press, 2017. pp. 40-48.

_____. “The end of progressive neoliberalismo”. *Dissent*, New York, Spring 2017. Disponível em: https://www.dissentmagazine.org/online_articles/progressiveneoliberalism-reactionary-populism-nancy-fraser. Acesso em: 6 out. 2021.

FRATESCHI, Yara. “Participação social institucionalizada para a democratização da democracia”. *São Carlos*, Curitiba, vol. 13, n. 2, out. 2016, pp. 3-14.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo, Arte Nova, 1977.

FROSINI, Fabio. “Hacia una teoría de la hegemonia”. In: MODONESI, Massimo (coord.). *Horizontes Gramscianos: Estudios en torno al torno al pensamiento*

de Antonio Gramsci. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, UNAM, 2013, pp. 59-79. Disponível em: <https://massimomodonesi.files.wordpress.com/2014/04/modonesi-horizontes-gramscianos.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2022.

_____. “Ideologia em Marx e em Gramsci”. *Educação e Filosofia Uberlândia*, vol. 28, n. 56, jul./dez. 2014, pp. 559-582.

_____. “Egemonia borghese ed egemonia proletaria nei Quaderni del carcere: una proposta di riconsiderazione”. In: FRANCONI, Gianni; GIASI, Francesco. *Un nuovo Gramsci: biografia, temi, interpretazioni*. Viella, Roma 2020. pp. 279-300.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Projeto “Manifestações de março”*. Survey comparativo 13 e 18, 2015/2016. 2016. Disponível em: <http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/FPA-Pesquisa-Manifestacoes-Comparativa-2015-2016-SITE-042016-ok.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

GALLEGO, Esther; ORTELLADO, Pablo. “Pesquisa com os participantes da manifestação do dia 12 de abril de 2015 sobre confiança no sistema político e fontes de informação”. *Gpopai*, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://gpopai.usp.br/pesquisa/120415/>. Acesso em: 27 jun. 2021.

_____; RIBEIRO, Marcio; ORTELLADO, Pablo. “Pesquisa na manifestação contra o impeachment do dia 31 de março de 2016”. *Gpopai*, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://gpopai.usp.br/pesquisa/310316/>. Acesso em: 27 jun. 2021.

GIANNOTTI, José Arthur. *Trabalho e Reflexão*. São Paulo, Editora brasiliense, 1983.

_____. *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo, Difusão européia do livro, 1966.

GIOVANNETTI, Luiz Felipe; CARVALHO, Laura. “Distribuição de renda, mudança estrutural e inflação de serviços no Brasil”. In: *Anais, XLIII Encontro*

Nacional de Economia. Florianópolis/SC, Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2015.

GOHN, Maria da Glória. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo, Cortez, 2005.

GOMES, Nilma Lino; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. “Resistência democrática: a questão racial e a Constituição Federal de 1988”. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 39, n. 145, out./dez. 2018, pp. 928-945.

GONÇALVES, G L. “Acumulação primitiva, expropriação e violência jurídica: expandindo as fronteiras da sociologia crítica do direito”. *Revista Direito e Práxis*, vol. 8, n. 2, 2017, pp. 1029-1082.

GONZALEZ, Lélia. “Pensamento Feminino: Sinônimo de Pensamento Colonizado?”. *Revista Singular e Plural*, São Paulo, n. 4, 1979.

_____. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro, Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lauro; PRADO, Maurício de Almeida; DEAK, Mariel (org.). *O Brasil mudou mais do que você pensa. Um novo olhar sobre as transformações nas classes CDE*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2018.

_____; DEAK, Mariel. “Habitação”. In: GONZALEZ, Lauro; PRADO, Maurício de Almeida; DEAK, Mariel (org.). *O Brasil mudou mais do que você pensa. Um novo olhar sobre as transformações nas classes CDE*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2018, pp. 47-85.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6. ed., São Paulo, Expressão Popular, Perseu Abramo, 2016.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

GRESPLAN, Jorge. *Marx e a crítica do modo de representação capitalista*. São Paulo, Boitempo, 2019.

_____. *O negativo do capital*. São Paulo, Editora Hucitec, 1999.

GRÜN, Roberto. “A classe média no mundo do neoliberalismo”. *Tempo Social Rev. Sociol. USP*, São Paulo, vol. 10, n. 1, maio 1998, pp. 143-163.

GUAZINA, Liziane; SANTOS, Ébida. “O impeachment de Dilma Rousseff nas capas da Folha de S. Paulo”. In: *Anais, Mídias, política e eleições do 41º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu (MG), 3-27 out 2017 .

_____; PRIOR, Hélder; ARAÚJO, Bruno. “Enquadramentos de uma crise: o impeachment de Dilma Rousseff em editoriais nacionais e internacionais”. In: *Anais, VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA)*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 10-12 maio 2017. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_AT3DNMAN7NR205_3DZH3F_26_5377_15_02_2017_14_26_35.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. “As cotas nas universidades públicas 20 anos depois”. In: ARTES, A.; UNBEHAUM, S.; SILVÉRIO, V. (org.). *Ações afirmativas no Brasil: reflexões e desafios para a pós-graduação*. São Paulo, Cortez, Fundação Carlos Chagas, 2016, pp. 93-124.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Loyola, 2008.

HARVEY, David *et al.* *Occupy: Movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo, Boitempo, Carta Maior, 2012.

HASENBALG, Carlos. A. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora, 1992.

_____. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2. ed., Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

_____; SILVA, N. D. V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

HAYEK, Friedrich. *Os fundamentos da liberdade*. São Paulo, Editora Visão, 1983.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. *Strangers in their own land*. New York, The New Press, 2016.

HUSSON, Michel. “Capital in the Twenty-First Century by Thomas Piketty”. *Historical Materialism*, v. 23, n. 1, 2015, pp. 70-85.

IASI, Mauro. “O conceito e o ‘não conceito’ de classe em Marx”. In: _____. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo, Expressão Popular, 2011, pp. 101-122.

JAGUEZESKI, Antônio Marcos; DHEIN, Lucas Arthur Toebe. “Parcialidade no rumo jurídico: uma visão sobre a ‘Lava Jato’”. In: *Anuário Pesquisa e Extensão UNOESC São Miguel do Oeste*. Santa Catarina, 2021.

JUDENSNAIDER, Elena *et al.* *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo Editora Veneta, 2013.

KERSTENETZKY, Celia. “Consumo social e crescimento redistributivo: notas para se pensar um modelo de crescimento para o Brasil”. *Revista de Economia Política*, vol. 36, n. 1, 2016, pp. 29-45.

KREIN, José Darin; OLIVEIRA, Roberto Vêras; FILGUEIRAS, Vitor Araújo. *Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade*. Campinas, Editora Curt Nimuendajú, 2019.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana* cc. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R.. Para além dos discursos: impactos efetivos da Reforma nas formas de contratação. In: Campinas, Editora Curt Nimuendajú, 2019, pp. 81-125.

KUZNETS, Simon. "Economic Growth and Income Inequality". *American Economic Review*, v. 45, 1955, pp. 1-28.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a Revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. São Paulo, Boitempo, 2017.

LIMA, Márcia. "Desigualdades sociais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula". *Novos Estudos*, São Paulo, n. 87, jul. 2010, pp. 77-95.

_____. "Raça' e pobreza em contextos metropolitanos". *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, vol. 24, n. 2, 2012, pp. 233-254.

_____; PRATES, Ian. "Emprego doméstico e mudança social Reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira". *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, vol. 31, n. 2, 2019.

LIMONGI, Fernando. "O passaporte de Cunha e o Impeachment". *Novos Estudos CEBRAP*, edição 103, v. 34, n. 3 nov. 2015, pp. 99-112.

MARQUES, Francisco P. Jamil; MONTALVERNE, Camil; MITOZO, Isabele. "O impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha de Estadão: um estudo quanti-qualitativo sobre o posicionamento político dos jornais". In: *Grupo de Trabalho Comunicação e Política do XXVI Encontro Anual da Compós*. São Paulo, Faculdade Cásper Líbero, 06 a 09 jun. 2017. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_AT3DNMAN7NR2053DZH3F_26_5377_15_02_2017_14_26_35.pdf. Acesso em: 26 jun. 2021.

MARCELINO, Paula. "Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil". *Tempo Social*, vol. 29, 2017, pp. 201-227.

_____; GALVÃO, Andréia. "O sindicalismo brasileiro face à ofensiva neoliberal restauradora". *Tempo Social*, vol. 32, n. 1, 2020, pp. 157-182.

MARSHALL, Theodore H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MARQUETTI, Aldair Antonio. *Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política*. PDF/GRÁFICOS, 2016.

_____; HOFF, Cecília; MIEBACH, Alessandro. “Lucratividade e Distribuição: A Origem Econômica da Crise Política Brasileira”. XXII Encontro de Economia Política, Brasil. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 30 de maio-02 de jun, 2017.

MARTINS, Guilherme Klein. *Lucratividade, desenvolvimento técnico e distribuição funcional: uma análise da economia brasileira entre 2000 e 2013*. Dissertação de mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2017.

_____; RUGITSKY, Fernando. “The commodities boom and the profit squeeze: output and profit cycles in Brazil (1996-2016)”. *Working Paper Series, FEA/USP*, n. 2018-09, 2018.

MARTUSCELLI, Danilo. “As lutas contra a corrupção nas crises políticas brasileiras recentes”. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, vol. 6, n. 2, 2016.

_____. “Polêmicas sobre a Definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado”. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, vol. 14, n. 2, 2020. ISSN: 1984-1639.

MARX, Karl. “A Irlanda e a classe trabalhadora inglesa 1864”. In: MUSTO, Marcello (org.). *Trabalhadores, uni-vos!* Antologia política da I Internacional. São Paulo, Boitempo Editorial, Fundação Perseu, 2014, pp. 275-276.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Boitempo, 1998.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed., São Paulo, Editora Expressão Popular, 2008.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo, Boitempo, 2011a.

- _____. *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Boitempo, 2011b.
- _____. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *O capital: crítica da economia política*, Livro I. São Paulo, Editora Boitempo, 2013.
- _____. *O capital: crítica da economia política*, Livro III. São Paulo, Editora Boitempo, 2017.
- MEDEIROS, Marcelo. “Meio século de desigualdades no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 31, n. 90, 2016.
- _____; SOUZA, Pedro Ferreira de; CASTRO, Fábio Ávila de. “O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012)”. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, vol. 58, n. 1, 2015, pp. 7-36.
- MELLO, Guilherme; ROSSI, Pedro. “Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma”. In: CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo; SARTI, Fernando (org.). *Para além da política econômica*. São Paulo, Editora Unesp Digital, 2018, pp. 245-282.
- MIGUEL, Luis Felipe. “Representação e interesses: uma crítica a Young e Urbinati”. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 7., 2010, Recife Pernambuco. *Anais*. Recife-PE, 2011.
- _____. *Democracia e Representação: Territórios em disputa*. São Paulo, Editora Unesp, 2014.
- MILANOVIC, Branko. The Return of “Patrimonial Capitalism”. Review of Thomas Piketty’s *Capital in the 21st Century*, *Journal of Economic Literature*, v. 52, n. 2, 2014, pp. 519–534.
- _____. *Capitalismo sem rivais: O futuro do sistema que domina o mundo*. São Paulo, Todavia, 2020.

MORGAN, Marc. *Income Concentration in a Context of Late Development: An Investigation of Top Incomes in Brazil using Tax Records, 1933–2013*. Tese de doutorado em Public Policy And Development, Paris School Of Economics, Paris, 2015. Disponível em: <http://piketty.pse.ens.fr/files/MorganMila2015.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.

_____. *Extreme and Persistent Inequality: New Evidence for Brazil Combining National Accounts; Surveys and Fiscal Data, 2001-2015*. 2017. Disponível em: <http://wid.world/wp-content/uploads/2017/12/113-Morgan-slides.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

MOUNK, Yascha. *The People vs. Democracy: why our freedom is in danger & how to save it..* Cambridge, Harvard University Press, 2018.

MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo, Editora Ática, 1994.

MUSACCHIO, Aldo; LAZZARINI, Sergio. *Reinventando o capitalismo de Estado: o Leviatã nos negócios: Brasil e outros países*. São Paulo, Portfolio-Penguin, 2015.

NATACCI, Renata de Carvalho. *Consumo e cidadania na “nova classe média”*. Dissertação de mestrado, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica, 2019.

NERI, Marcelo C. *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro, FGV, 2010.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da redemocratização ao governo Dilma*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013a.

_____. *Choque de Democracia-Razões da Revolta*. São Paulo, Cia das Letras, 2013b.

_____. “1988 + 30”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, vol. 35.02, n. 105, jul. 2016, pp. 135-149.

_____. *Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo, Todavia, 2020a.

_____. “Como chegamos até aqui, como podemos (talvez) sair daqui”. *Revista Rosa*, vol. 1, n. 3, jul. 2020b.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista / O Ornitórrinco*. São Paulo, Ed. Boitempo, 2003.

_____. “Hegemonia às avessas”. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo, Boitempo, 2010, pp. 21-27.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. “Nova direita nas ruas?”. *Dossiê: As direitas no Brasil*, Ed Perseu Abramo, ano 7, n. 11, 2016, pp. 169-180.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. *A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006*. 2009. Tese de doutorado, Brasília, Universidade de Brasília, 2009.

_____. *A desigualdade racial da pobreza no Brasil*. Brasília, Ipea, 2019. (Texto para discussão, n. 2487).

PAIM, Jairnilson Silva. “A Constituição Cidadã e os 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS)”. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 29, n. 10, 2013, pp. 1927-1936.

PALMA, José Gabriel. “Do nations just get the inequality they deserve? The ‘Palma ratio’ re-examined”. *Cambridge Working Paper Economics*, 1627, 03 May 2016.

PERLATTO, Fernando. “As disputas políticas e a constituinte brasileira de 1987-1988: projetos, sonhos e utopias”. *Ler História*, vol. 75, 2019, pp. 89-109.

PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2014.

_____. *A economia da desigualdade*. Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2015.

PILATTI, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988*. Progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio, 2008.

PINHO, Patrícia de Santana. “A Casa Grande Surta Quando a Senzala Aprende a Ler: resistência antirracista e o desvendamento da branquitude injuriada no Brasil”. *CONFLUENZE*, vol. XIII, n. 1, 2021, pp.32-55.

_____. “The Dirty Body that Cleans: Representations of Domestic Workers in Brazilian Common Sense”. *Meridians*, vol. 13, n. 1, 2015, pp. 103-128.

_____; SILVA, Elizabeth. “Domestic Relations in Brazil: Legacies and Horizons”. *Latin American Research Review*, vol. 45, n. 2, 2010, pp. 90-113.

POCHMANN, Marcio. *Nova Classe Média? O Trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2012.

_____. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo, Boitempo, 2014a.

_____. *A vez dos intocáveis no Brasil*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2014b.

PRANDI, Reginaldo; Carneiro, João Luiz. “Em nome do Pai: Justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff”. *RBCS*, vol. 33, n. 96, 2018, e339603.

PRIOR, Hélder; GUAZINA, Liziane; ARAÚJO, Bruno. “Corrupção e escândalo político: o enquadramento dos escândalos Face oculta e Mensalão na imprensa portuguesa e brasileira”. *Media & Jornalismo: uma revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo*, vol. 14, n. 26, 2015, pp. 167-185.

QUADROS, Waldir. *A evolução recente das classes sociais no Brasil*. Campinas, Unicamp, 2002.

_____. “Melhorias sociais no período de 2004 a 2008”. *Texto para Discussão*, IE-UNICAMP, n. 176, 2010.

_____. “2009 a 2012: heterodoxia impulsiona melhorias sociais”. *Texto para Discussão*, IE-UNICAMP, n. 230, 2014.

_____. “Paralisa econômica, retrocesso social e eleições”. *Texto para Discussão*, IE-UNICAMP, n. 249, 2015.

_____; MAIA, A. G. “Estrutura sócio-ocupacional no Brasil”. *Revista de Economia contemporânea*, v. 14, n. 3, p. 443-468, set./dez. 2010.

RABELO, R. P. “Desigualdades sociais no ensino superior: explorando tendências e impactos da Lei de Cotas”. In: *Anais, REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 38., 2017, São Luís. São Luís, UFMA, 2017.

RAMALHO, José Ricardo. “Trabalho, direitos sociais e sindicatos na Constituição de 1988: duas décadas de acirrada disputa política”. In: BRANDÃO, G. M. *et al.* (org.). *A Constituição de 1988 na Vida Brasileira*. São Paulo, Editora Hucitec, 2008, pp. 133-151.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

REIS, Daniel Aarão. “A Constituição cidadã e os legados da ditadura”. *Locus Revista de História*, vol. 24, n. 2, 2018, pp. 277-297. DOI : 10.34019/2594-8296.2018.v24.20879

RIBEIRO, Carlos. A. C. “Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil”. *Dados*, vol. 54, n. 1, 2011, pp. 41-88.

_____; SCHLEGEL, Rogério. “Estratificação horizontal da Educação Superior no Brasil (1960 a 2010)”. In: ARRETCHE, M. (org.). *Trajetórias das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo, Editora Unesp/CEM, 2015, pp. 133-162.

RISTOFF, Dilvo. “O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação”. *Avaliação*, vol. 19, n. 3, 2014, pp. 732-747.

ROCHA, Camila. “Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina”. In: VELASCO e CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). *Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2015, pp. 261-278.

_____. *Menos Marx, mais Mises': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)*. Tese de outorado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2019.

RODRIGUEZ, José R. *Direito das Lutas. Democracia, Diversidade, Multinormatividade*. São Paulo, LiberArs, 2019.

ROMAN, Rosdolsky. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro-RJ, Ed. Contraponto, 2011.

ROSSI, Pedro. “Desenvolvimento social e estrutura produtiva”. *Cadernos de Debate Projeto Brasil Popular*, n. 3, 2018. Disponível em: <https://pedrorossi.org/desenvolvimento-social-e-estrutura-produtiva/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

RUGITSKY, Fernando. “The Rise and Fall of the Brazilian Economy (2004-2015): the economic antimiracle”. *Working Paper Series*, FEA/USP, Department of Economics, n. 29, 2017.

_____. “Milagre, miragem, antimilagre: a economia política do governo Lula e as raízes da crise atual”. *Revista Fevereiro*, n. 9, 2016a, pp. 40-50.

_____. “Growth, distribution, and Structural Heterogeneity: Reading the Kaleckians in Latin America”. *Economia*, vol. 17, n. 3, 2016b, pp. 265-278.

_____. “Questão de estilo: a mudança estrutural para a igualdade e seus desafios”. In: CHILIATTO LEITE, M. V. (org.). *Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade (LC/TS.2019/27)*. Santiago, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2019, pp. 75-95.

SAAD-FILHO, Alfredo; BOITO JR., Armando. “Brazil: the failure of the PT and the rise of the ‘new right’”. *Socialist Register*, London, vol. 52, 2016, pp. 213-230.

_____; MORAIS, L. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo, Boitempo, 2018.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir (org.). *Constituinte e Democracia no Brasil Hoje*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____. *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo, Cortez, 1987.

SAES, Décio. *Classe Média e Política na Primeira República brasileira (1889 – 1930)*. São Paulo, Ed. Vozes, 1975.

_____. “Classe média e políticas de classe (uma nota teórica)”. *Contraponto*, n. 2, 1977.

_____. *Classe Média e Sistema Político no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz Editor, 1985.

_____. “Classe média e escola capitalista”. *Revista Crítica Marxista*, Rio de Janeiro: Ed. Revan, n. 21, nov. 2005, pp. 97-112.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. “Para além da ambiguidade: uma reflexão histórica sobre a CF/88”. In: CARDOSO JR., José Celso (org.). *A Constituição brasileira de 1988 revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas econômicas*. Ipea, 2009, pp. 37-50.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. “Para ampliar o cânone democrático”. In: SANTOS, B. S. (org.). *Democratizar a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 01-678.

SANTOS, José Alcides F. “Classe Social e Deslocamentos de Renda no Brasil”. *Dados*, vol. 58, n. 1, 2015, pp. 79-110.

SANTOS, Wanderlei Guilherme. *Democracia impedida*. O Brasil no século XXI. São Paulo, FGV Editora, 2017.

SAVAGE, Mike. "Introduction to elites: from the 'problematic of the proletariat' to a class analysis of 'wealth elites'". *The Sociological Review*, vol. 63, n. 2, 2015, pp. 223-239.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido o branco e o branquíssimo*. São Paulo, Ed. Veneta, 2020.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

SECCO, Lincoln. *História do PT: 1978-2010*. Cotia-SP, Ed. Ateliê, 2011.

SENKEVICS, Adriano Souza. "Contra o silêncio racial nos dados universitários: desafios e propostas acerca da Lei de Cotas". *Educação e Pesquisa*, São Paulo, vol. 44, 2018, pp. 1-23. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022018000100317-&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 dez. 2021

_____; MELLO, Ursula Mattioli. "O perfil discente das universidades federais mudou pós-Lei de Cotas?". *Cad. Pesqui.*, São Paulo, vol. 49, n. 172, abr./jun. 2019, pp. 184-208.

SERRANO, Franklin. "O conflito distributivo e a teoria da inflação inercial". *R. Econ. contemp.*, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 2, maio/ago. 2010, pp. 395-421.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. "Conflito Distributivo e o Fim da 'Breve Era de Ouro' da Economia Brasileira". *Versão preliminar*, 23 jun. 2018.

SILVA, Enid Rocha Andrade. "A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios". In: ANFIP (org.). *20 anos da Constituição Cidadã: avaliação e desafios da seguridade social*. Brasília, ANFIP, 2008, pp. 131-148.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo, Cia das Letras, 2012.

_____. “Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas”. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 97, nov. 2013.

_____. “Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 102, jul. 2015, pp. 39-67.

_____. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

_____; LOUREIRO, Isabel (org.) *As contradições do lulismo*. A que ponto chegamos? São Paulo. Boitempo Editorial, 2016.

SOARES, S. S. D. “A demografia da cor: a composição racial da população brasileira de 1890 a 2007”. In: THEODORO, M. (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília, Ipea, 2008, pp. 97-117.

SOUZA, Jessé. “Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira”. *Revista Lua Nova*, São Paulo, 2005, pp. 43-69.

_____. *Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte, UFMG Editora, 2010.

_____. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2018.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de. *Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. São Paulo, Hucitec, Anpocs, 2018.

_____; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; PAIVA, Luis Henrique; SOARES, Sergei. *Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos*. Brasília, Ipea, 2019. (texto para discussão n. 2499).

_____; RIBEIRO, Carlos A.; CARVALHAES, Flavio Alex de Oliveira. “Desigualdade de Oportunidades no Brasil: Considerações sobre classe, educação e raça”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, n. 73, 2014, pp. 77-100.

STREECK, Wolfgang. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo, Boitempo, 2018.

TATAGIBA, Luciana. “Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff”. *koninklijke brill nv*, leiden, 2018, pp. 112-135.

_____; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia. “Protestos à direita no Brasil (1997-2015)”. In: VELASCO e CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). *Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2015, pp. 197-212.

_____; GALVÃO, Andréia. “Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)”. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 25, n. 1, jan./abr. 2019, pp. 63-96

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; DWECK, Esther; CHERNAVSKY, Emílio. “A economia política da política fiscal e o processo de impeachment”. *Economia Brasileira JEL Classification*, Área 3, E62, P16, 2018.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves; SOUZA, Clóvis Henrique Leite de; LIMA, Paula Pompeu Fiuza. *Arquitetura da Participação no Brasil: uma leitura das representações políticas em espaços participativos nacionais*. Rio de Janeiro, Ipea, maio 2012. (1735 texto para discussão).

THEODORO, Mário. “A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil”. In: THEODORO, Mário *et al.* (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília, Ipea, 2008, pp. 15-44.

TILLY, Charles. “Invention, Diffusion, and Transformation of the Social Movement Repertoire”. In: SWIDLER, Ann. *Identities, Boundaries, and Social Ties*. Londres, Paradigm, 2008, pp. 307-320.

_____. “Movimentos Sociais como Política”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, jan./jul, 2010, pp. 133-160.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”. In: THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 176- 177.

_____; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, Editora da Unicamp, 2012.

TYLER, Imogen. “Classificatory struggles: class, culture and inequality in neoliberal times”. *The Sociological Review*, vol. 63, n. 2, 2015, pp. 493-511.

TONELLA, Celene. “Políticas urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições”. *Sociedade e Estado*, vol. 28, n. 1, 2013, pp. 29-52. DOI : 10.1590/S0102-69922013000100003

VAROUFAKIS, Yanis. “Egalitarianism’s latest foe: a critical review of Thomas Piketty’s *Capital in the Twenty-First Century*”. *Real-world economics review*, Issue n. 69, 7 Oct. 2014.

VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

VIANNA, Luiz Werneck. *A Constitucionalização da Legislação do Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 2010.

_____. “O Terceiro Poder na Carta de 1988 e a Tradição Republicana: Mudança e Conservação”. In: BRANDÃO, G. M. *et al.* (org.). *A Constituição de 1988 na Vida Brasileira*. São Paulo, Editora Hucitec, 2008. pp. 91-109.

WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo, 2003.

WRIGHT MILLS, C. *A nova classe média (White Collar)*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.



EDITORA
UNIFESP

Diretora – Mirhiane Mendes de Abreu
Editora executiva – Ana Maria Fiorini
Chefe administrativo e comercial – Francisco Santos
Assistente editorial – Renata Lima
Analista de e-commerce – Marcus Lamagna

Conselho consultivo

Ana Luiza Martins Camargo de Oliveira
Ex Condephaat/ Pós-doc. FFC/ Unesp - Marília
Andrew Britt
University of North Carolina School of Arts
Armelle Enders
Université de Paris IV
Carlos Antonio Garriga Acosta
Universidad del País Vasco
Eugénia Rodrigues
Universidade de Lisboa
Fabrícia Cabral de Lira Jordão
Universidade Federal do Paraná
Gianluca Fiocco
Università degli studi di Roma Tor Vergata
Gustavo Junqueira Duarte Oliveira
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

**Comissão Editorial do Departamento de História
EFLCH/Unifesp**

Coordenação – Luigi Biondi
Representação Docente – Jaime Rodrigues
Representação Discente – Airton Felix Silva Souza

Jeffrey Lesser
Emory University
José Manuel Viegas Neves
Universidade Nova de Lisboa
Marcelo Cândido
Universidade de São Paulo
Mônica Raisa Schpun
École des Hautes Études en Sciences Sociales
Renata Cristina de Sousa Nascimento
Universidade Federal de Goiás
Renata Senna Garraffoni
Universidade Federal do Paraná
Stella Maris Scatena Franco
Universidade de São Paulo
Valdeí Lopes de Araújo
Universidade Federal de Ouro Preto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Ederson Duda da
O Golpe de 2016 [livro eletrônico] : as classes médias e o
conflito distributivo no centro do debate / Ederson Duda da Silva.
-- São Paulo : Universidade Federal de São Paulo, 2024.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-85919-26-5

1. Classe média - Brasil - História 2. Golpes de Estado - Brasil
3. Política e governo 4. Rouseff, Dilma, 1947- - Impedimentos
I. Título.

24-200481

CDD-320.981

Elaborado por - Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Departamento de História/EFLCH/UNIFESP
Estrada do Caminho Velho, 333
CEP 07252-312 – Guarulhos/SP
Tel. (011) 5576.4848
www.unifesp.br/campus/gua

1. Brasil : Política e governo 320.981